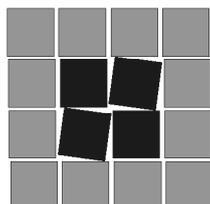


# REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



## *Direitos, Movimentos e Políticas Sociais*

APOIO



Universidade Federal do Ceará  
2008

## **Revista de Ciências Sociais**

Volume 39 – número 1 – 2008

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

### **Comissão Editorial**

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Irllys Alencar Firmo Barreira e Maria Sulamita de Almeida Vieira

### **Conselho Editorial**

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), Daniel Soares Lins (UFC), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (OUC-SP), Mirtes Miriam Amorim (UFC), Moacir Palmeira (UFRJ) e Ruben George Oliven (UFRGS).

### **Edição**

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editores eletrônicos: Adimilson de Andrade

Revisão: Sulamita Vieira

### **Endereço para correspondência**

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcsociaisufc@bol.com.br

### **Publicação semestral**

Solicita-se permuta / Exchange desired

# SUMÁRIO

4 Nota Editorial

## **Dossiê: Direitos, movimentos e políticas sociais**

5 POLÍTICAS SOCIAIS: NOVAS ABORDAGENS, NOVOS DESAFIOS

Pedro Hespanha

16 A LUTA POR DIREITOS E A AFIRMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Alba Maria Pinho de Carvalho

27 ACÇÃO COLECTIVA: CONDIÇÕES, OPORTUNIDADES E LIMITES. UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM ASSENTAMENTO DO MST

Manuel Carlos Silva e Ana Margarida dos Reis Jorge

38 OS PROCESSOS DE ANISTIA POLÍTICA NO BRASIL: DO PERDÃO À “REPARAÇÃO”

Danyelle Nilin Gonçalves

## **Artigo**

49 O BARROCO COMO COSMOVISÃO MATRICIAL DO *ÊTHOS* CULTURAL BRASILEIRO

Eduardo Diatahy B. de Menezes

## **Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará: 40 Anos**

81 CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DE MONOGRAFIAS (1978-2008)

Sulamita Vieira

106 GERALDO MARKAN: UM RETRATO IMPRECISO

Gilmar de Carvalho

111 LUÍS DE GONZAGA MENDES CHAVES: lições de um mestre

Sulamita Vieira

## NOTA EDITORIAL

A relação entre direitos e demandas sociais faz parte da agenda obrigatória de sociedades democráticas. No Brasil, a associação estreita entre movimentos e luta por direitos exprime tanto processos complexos de transformação política, como descompassos entre requisitos formalizados em leis, que nem sempre se traduzem em práticas sociais correspondentes.

As políticas sociais, nesse sentido, tanto podem expressar um deficit compensatório de conquista de direitos como representar a tentativa de atenuar desigualdades de classes também efetivadas no campo da economia. Direitos, movimentos e políticas sociais dizem respeito, por outro lado, a um processo contínuo de institucionalização e pressão coletiva que vem caracterizando o País nos últimos anos. Seja no campo, na cidade ou em esferas distintas da vida social, observa-se que os mecanismos de reconhecimento de cidadania estão em permanente desafio.

O dossiê da presente edição analisa conexões entre direitos, movimentos e políticas sociais. Nesse sentido, traz muito mais questionamentos do que proposições. A idéia de desafio supõe que, a cada inovação que se efetiva no contexto de políticas sociais, outros dilemas impõem-se. Se isto é verdade para os programas de assentamento de trabalhadores rurais, por exemplo, também o é para movimentos em busca de “reparação política” (dos quais participam ex-presos políticos, amigos e familiares de mortos e desaparecidos, vítimas da ditadura militar) que visam reconstituir memórias denegadas.

Além do dossiê, este número da Revista traz um artigo focalizando um outro tipo de movimento, este de natureza artística e literária, o Barroco, e a relação que com ele mantém “os principais protagonistas do movimento modernista brasileiro, numa busca de redescoberta de nossas raízes culturais”.

E, por último, faz-se uma alusão especial aos 40 anos de implantação do curso de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará. Nesta perspectiva, além dos depoimentos em memória de dois “mestres” que estiveram presentes nos primeiros tempos desse empreendimento, apresenta-se o registro de monografias, produção acadêmica que, em geral, se caracteriza, para os estudantes, como experiência embrionária, em pesquisa, exigência para a conclusão do bacharelado. A reunião desses títulos possibilita ao leitor uma visão panorâmica da temática abordada nas monografias dos concludentes do Curso, nessa modalidade, criada posteriormente à licenciatura e cuja primeira defesa se deu em 1978. Assim, mesclando escritos de natureza acadêmica e depoimentos, busca-se “relembrar” momentos, idéias e personagens os quais, se não estão presentes entre nós, constituem patrimônio relevante da história do Curso.

A Comissão Editorial

# POLÍTICAS SOCIAIS: NOVAS ABORDAGENS, NOVOS DESAFIOS

## 1. A NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

O Estado-Providência tem-se comportado ao longo dos anos como uma “máquina de indemnizar” na formulação expressiva de Pierre Rosanvallon (1995: 107) e isso revelou-se claramente inadequado para o tipo de situações de risco social que se apresentam hoje em dia, como o desemprego de longa duração ou o desemprego dos trabalhadores sem qualificações profissionais. O emprego não existe pura e simplesmente para certas categorias da população, a não ser que essas pessoas melhorem a sua situação perante os mercados de trabalho, o que raramente está ao seu alcance sem qualquer ajuda. Porém, a melhoria desejável da sua situação só é possível se o Estado desenvolver outras políticas distintas das políticas clássicas de garantia de rendimentos (políticas indemnizatórias), políticas que ajudem verdadeiramente as pessoas a (re) inserir-se na sociedade.

Este é precisamente o objectivo da nova geração de políticas sociais: ajudar as pessoas a se inserirem socialmente, seja nos mercados de trabalho, seja em actividades socialmente reconhecidas. Inserção passou a ser uma palavra-chave. Em

PEDRO HESPANHA\*

### RESUMO

De uma forma sintética, a nova geração de políticas sociais privilegia a inserção social em vez da subsidição do risco; a participação activa dos beneficiários no desenho e aplicação das medidas em vez da submissão passiva às determinações dos técnicos sociais; a personalização da ajuda em vez da sua massificação; a co-responsabilização do prestador e do beneficiário na aplicação da medida; a descentralização do desenho das medidas de política e a sua gestão partilhada pelas instituições locais; o efeito de proximidade em vez da solicitude distante; a flexibilidade das acções em vez da tipificação das valências. Constitui um desafio para todos e, em particular, para os cientistas sociais desocultar os processos de enfiamento e ajudar a repensar as políticas de forma a reconduzi-las aos seus objectivos mais nobres.

### ABSTRACT

In a nutshell, the new generation of social policies privileges social insertion instead of risk subsidizing, active participation of beneficiaries instead of passive submission to professionals, personalization of the aid instead of mass provision, human proximity instead of distant solicitude. Commitment of beneficiaries, decentralized implementation of policies and local partnerships for management of programs are central features of the new active social policies. It constitutes a challenge for all and, in particular, for social scientists to unveil distortions in the implementation processes and to help policy makers and professionals to rethink social policies in order that these policies may recuperate their noble mission of reduce inequalities.

\* Professor do Centro de Estudos Sociais (CES) e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), Portugal.

geral, a inserção pretende constituir um espaço intermédio entre o emprego assalariado e a actividade social naqueles casos em que as políticas indemnizatórias falham. Para tal, ela reveste-se de um conjunto de características que são inovadoras e que marcam a diferença relativamente às políticas sociais clássicas.

Em primeiro lugar, a inserção é mais do que um mero direito de subsistência, pois reconhece ao seu titular um papel positivo na sociedade, o de contribuir com a sua actividade para a utilidade social. Como refere Castel (1995), não se trata apenas de um direito a (sobre)viver, mas também a viver em sociedade. Ao se considerar os indivíduos como cidadãos activos e não apenas como assistidos, introduz-se uma filosofia de cidadania que estava afastada na clássica relação paternalista entre Estado e assistido, geradora de dependência e pela qual este último tende a se tornar um sujeito subordinado.

Em segundo lugar, a obrigação não pesa apenas sobre uma parte; ela pesa também sobre a sociedade, obrigando-a a levar a sério os direitos da população marginalizada. Esta implicação mútua entre indivíduo e sociedade afasta-se quer

do direito social tradicional quer da ajuda social paternalista e, por isso, as obrigações são recíprocas: uma responsabilização do beneficiário considerado actor do seu próprio futuro e uma obrigação de meios por parte da sociedade.

O processo de inserção social é, em regra, objecto de um acordo entre o beneficiário e o Estado (ou mais precisamente, a administração do programa). O contrato de inserção implica uma obrigação positiva do beneficiário, mas, ao mesmo tempo, representa o reconhecimento da sua dignidade de cidadão actor (e não de mero assistido). Por isso, a obrigação que o acompanha não constitui uma forma de restrição da liberdade, mas um momento da construção do social. A sociedade moderna exige que a assistência se liberte da carga caritativa e policial e tome a forma de um direito.

Em terceiro lugar, a inserção constitui um conceito aberto à experimentação. As soluções que emergem num processo de inserção podem revestir as formas mais diversas, num amplo espaço que vai desde o emprego assalariado até a actividade de utilidade social, incluindo novas formas de oferta pública de trabalho, bem como a combinação de indemnização com remuneração.

Em quarto lugar, a inserção não tem apenas esta dimensão pessoal – a inserção de alguém que está excluído ou marginalizado. Ela envolve também uma dimensão colectiva que consiste em actuar sobre os contextos que incorporam a população mais marginalizada, seja um bairro, um grupo étnico ou um colectivo de pessoas.

Uma orientação recente das políticas de protecção social, mas, sobretudo, das assistenciais, consiste na criação de programas específicos para espaços sociais com determinadas características. A concentração da pobreza nos bairros das grandes cidades, mesmo nas sociedades mais ricas como o Reino Unido, aumentou a visibilidade do problema da pobreza e suscitou o aparecimento de novas formas de intervenção destinadas a eliminar as “bolsas de pobreza”. A escassez de recursos favoreceu também esta orientação das políticas para as comunidades pobres onde os problemas culturais de uma pobreza herdada são muito salientes e, ao mesmo tempo, onde a acção

dos profissionais pode ajudar um maior número de pessoas pobres a custos menos elevados. A uma selectividade social – o contraponto do universalismo das políticas sociais clássicas – junta-se agora também uma selectividade geográfica como orientação dominante das formas de intervenção pública.

Este é apenas um exemplo da mudança de perspectiva que assumem hoje as políticas sociais. Enquanto o Estado tinha uma postura relativamente passiva (*atendimento de balcão*), muito centralizada e baseada numa estrutura burocrática de serviços, regida por normas rígidas, a relação com os cidadãos era de autoridade, sem que a estes fossem reconhecidos verdadeiros direitos. O Estado assumia a responsabilidade exclusiva da intervenção, operando isoladamente. O cidadão era apenas um agente passivo porque se desconfiava que, uma maior autonomia, pudesse vir a ser aproveitada para obter algum proveito pessoal. Em geral, a desconfiança de que os privados se determinem mais pelo interesse particular do que pelo interesse público é uma regra nas relações público-privado.

A nova abordagem implica uma atitude mais activa quer por parte do Estado, quer por parte dos cidadãos. Os serviços sociais revelam uma maior iniciativa na procura dos cidadãos em risco social, descentralizam mais a sua gestão e a tornam mais flexível. A intervenção baseia-se em projectos, utilizando o princípio da gestão por objectivos e partilhando a responsabilidade pela realização dos objectivos com outros parceiros. Por sua vez, o cidadão torna-se um agente activo e competente com quem o Estado negocia o formato das medidas e define os direitos e as obrigações.

As mudanças são perceptíveis quer do lado do Estado quer do lado da sociedade. Do lado do Estado, existe agora uma atitude de confiança nas capacidades da sociedade civil para desenvolver iniciativas autónomas e para assumir um papel mais forte na organização das solidariedades. Do lado da sociedade, verifica-se um aumento da consciência dos direitos, um aprofundamento das solidariedades e novas formas organizativas de acção e combate à passividade e ao fatalismo.

## 2. AS NOVAS METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Os modelos de intervenção social emergentes do Estado-Providência activo baseiam-se em novos pressupostos e novas metodologias: a abordagem por projecto; a acção descentralizada e partilhada; a personalização e contratualização das respostas.

### A abordagem por projecto

O projecto é a nova unidade básica de intervenção e constitui um requisito do princípio da gestão por objectivos. Distingue-se da forma tradicional de intervenção baseada nos planos de actividades elaborados pelos serviços públicos e que correspondia a um modelo de regulação autónoma do Estado. Os serviços públicos estão integrados na estrutura administrativa do Estado, actuam segundo uma lógica sectorial e centralizada, são financiados pelo orçamento geral do Estado e submetidos a uma estrutura hierárquica de responsabilidades.

Diferentemente, os projectos integrados correspondem a um modelo de regulação partilhada entre o Estado e a sociedade, são suportados por fundos de proveniência pública e privada, e submetidos a uma estrutura mais autónoma de responsabilidades.

### Quadro 1 – As metodologias da intervenção social pública

	Abordagem por serviço	Abordagem por projecto
Unidade de gestão	O serviço público	A parceria público-privado
Duração	Permanente	Por tempo determinado
Administração	Rígida/burocrática	Flexível/convencionada
Base normativa	Lei orgânica	Contrato de adesão a um programa
Metodologia	Plano de actividades de acordo com o programa do governo	Gestão por objectivos
Âmbito	Actuação convencional ou de rotina	Actuação inovadora e experimental

São diversas as vantagens da abordagem por projecto: 1) a proximidade dos problemas: existe um melhor conhecimento da realidade local, uma maior facilidade de participação dos interessados e uma maior legitimidade da intervenção; 2) a actu-

ação integrada: adequada à natureza multidimensional dos problemas e fomentadora da cooperação inter-institucional; 3) a flexibilidade da acção: existe uma melhor adaptação à realidade local e às suas mudanças, um melhor ajustamento na cooperação dos actores locais e uma gestão não burocrática; 4) autonomia de acção: maior capacidade de decisão e de mobilização e utilização de recursos locais; 5) partilha de identidade: proporciona maior coesão em torno de objectivos locais consensualizados; 6) relações fortes e positivas de identificação entre os parceiros; 7) capacidade de fazer circular a informação, de mobilizar capital social, de produzir ajudas, de ligar os agentes económicos, de controlar as políticas públicas; 8) duração limitada ao cumprimento de metas objectivas, permite reavaliação da situação para ajustar a acção às mudanças.

No entanto, existem também algumas limitações na abordagem por projectos que convém precaver: a) o efeito de proximidade pode amplificar as relações negativas entre parceiros locais; b) lógicas institucionais fortes podem potenciar o conflito ou levar à dominação por parte das instituições mais poderosas (o problema agrava-se quando falta uma tradição de cooperação institucional e do peso das autonomias sectoriais); c) a flexibilidade da acção pode desviar a acção dos objectivos prioritários de um ponto de vista dos interesses nacionais; d) a autonomia de acção

pode conduzir a um descontrolo no uso dos recursos; e) existe o risco de emergência de lógicas localistas ou particularistas; f) finalmente, a intervenção integrada e em parceria exige uma estrutura organizativa estável e movida por objectivos precisos, tornando-se difícil

a resolução dos problemas e correndo-se o risco da descontinuidade de acção no âmbito de um projecto limitado temporalmente.

### **A intervenção descentralizada**

As novas metodologias de abordagem implicam também uma acção descentralizada e a partilha de responsabilidades e de acção com as organizações da sociedade civil. As parcerias ou redes sociais de parceiros são estruturas de acção integrada que põem em comum recursos com vista a atingir determinadas finalidades, como partilhar pertenças, fazer circular informação, produzir ajudas, mobilizar capital social, ligar os agentes económicos ou controlar as políticas públicas.

A filosofia de descentralização impôs-se por um conjunto de razões de ordem pragmática, mas também pelas crescentes dificuldades de gerir as políticas assistenciais a partir *de cima*. O argumento da subsidiariedade é também recorrentemente invocado. Seja como for, no âmbito local: a) pode-se ajuizar melhor das necessidades específicas e das oportunidades de inserção e daí adaptar as políticas para tirarem proveito disso; b) existe capacidade de gerir o conjunto de políticas nacionais, regionais e locais que afectam um dado território de forma a evitar duplicações e a maximizar as sinergias, e c) existem aspectos e espaços comuns que podem desempenhar um papel importante na mobilização de agentes locais, empregadores e grupos de comunidade para apoiar objectivos de política.

A dimensão local das políticas, em regra, traduz-se em três tendências principais: a de níveis inferiores de governação ou parcerias locais se envolverem mais activamente no desenvolvimento e gestão dos projectos e políticas nacionais; a de desfrutar de uma maior margem de manobra na execução das políticas nacionais e a de devolver a competência para fazer políticas a níveis inferiores de governação. O processo de descentralização é acompanhado, no plano orgânico, da criação de parcerias de agências locais dos sectores público, privado, comunitário e não lucrativo com vista a identificar necessidades e conceber estratégias ou a criar projectos conjuntos.

A descentralização das políticas, sendo em geral positiva, tem algumas limitações que só podem ser corrigidas com uma boa articulação com os princípios

gerais do sistema e com uma estrutura coordenadora que controle o seu cumprimento.

De uma forma sintética, os problemas da intervenção descentralizada manifestam-se sob os seguintes ângulos:

- a) *Eficácia* – as iniciativas locais não conseguem por si resolver os problemas sociais (como a exclusão ou o desemprego) e devem ser acompanhadas por medidas de carácter nacional.
- b) *Equidade* – pode gerar-se uma distribuição desigual de protecção social pelos diferentes territórios, sendo os mesmos problemas cobertos desigualmente consoante o território em que ocorrem.
- c) *Accountability* – maior dificuldade em controlar a aplicação de recursos públicos.
- d) *Localismo* – possibilidade de “desvios” significativos na execução de políticas, entre os objectivos nacionais e a sua concretização local.
- e) *Efeito de proximidade/familiaridade* – nem sempre a proximidade corresponde a uma maior consciência das necessidades e das oportunidades locais por falta de distanciamento face ao que é familiar.
- f) *Escala* – certas funções devem ser asseguradas à escala regional e não local (por exemplo, certos tipos de equipamentos colectivos).

De uma forma geral, o papel do Estado central continua a manifestar a sua indispensabilidade: no uso das formas de controlo apropriado para resolver os problemas de desigualdade na protecção, de falta de responsabilização e de desvio relativamente aos objectivos nacionais; na provisão de políticas de apoio que permitam complementar as iniciativas locais (por exemplo, no domínio da fiscalidade e do equipamento); e no fornecimento de certos serviços centrais, como financiamento, campanhas de consciencialização, avaliação dos projectos e assistência técnica.

### **A intervenção em parceria**

A partilha de responsabilidades e de acção com as organizações da sociedade civil vai de par com a descentralização das políticas. As parcerias ou redes

sociais de parceiros são estruturas de acção integrada que põem em comum recursos com vista a atingir determinadas finalidades, como partilhar pertenças, fazer circular informação, produzir ajudas, mobilizar capital social, ligar os agentes económicos ou controlar as políticas públicas. No domínio assistencial, as parcerias resultam da incapacidade de as políticas sociais do Estado resolverem adequadamente os problemas de pobreza e exclusão, dada a mutabilidade e a expressão local dos problemas. A multidimensionalidade dos problemas sociais exige uma intervenção que integre todos os actores colectivos com competências específicas (sectoriais), quer públicos, quer privados. As necessidades de uma intervenção integrada exigem, por sua vez, uma estrutura organizativa estável e movida por objectivos precisos. Finalmente, os programas europeus de intervenção social, a seguir à reforma dos fundos estruturais (1992), passaram a recomendar ou a exigir uma abordagem por projecto e em parceria, como foi o caso dos *Programas de Luta Contra a Pobreza* (PLCPs).

As parcerias ainda têm uma outra vantagem que se torna mais manifesta quando diversos agentes sociais actuam no terreno de forma isolada. A de garantir uma acção planeada e coordenada que permita um melhor aproveitamento das competências, uma capitalização de experiências e do conhecimento, uma gestão mais económica dos recursos e a possibilidade de ter um plano estratégico de intervenção, em torno de objectivos consensualizados. Os efeitos negativos de uma acção descoordenada e dispersa são muitos: sobreposição de intervenções sobre o mesmo tecido social (famílias, indivíduos, etc.); lacunas de intervenção num mesmo meio social (ninguém oferece respostas para um dado problema social local); descontinuidade das intervenções; divergência de objectivos e choque entre intervenções divergentes; e, não menos importante, desperdício de recursos e de energias.

As parcerias pressupõem um conjunto de condições básicas, dentre as quais um melhor conhecimento da realidade onde se quer intervir, um consenso em torno dos objectivos partilhados; legitimidade social. Sempre que estas condições não se verificarem a abordagem por parcerias pode revelar-se problemática. Eis alguns desses problemas que reduzem a eficácia das parcerias:

- a) *Legitimidade social*: os parceiros têm de dispor de autoridade socialmente reconhecida, baseada na sua acção anterior ou nas capacidades evidenciadas. No caso português, as fontes de legitimidade e os limites da legitimidade são vários. As autarquias locais gozam de legitimidade política (estão sujeitas a escrutínio democrático) e de reconhecimento pela proximidade aos problemas, mas falta-lhes tradição de intervenção social e existe um risco elevado de partidarização das políticas. A administração periférica do Estado dispõe de conhecimento dos problemas e tem experiência de intervenção, mas a sua imagem pública não é muito positiva e está associada a incapacidade de resposta, rotina e burocracia. As organizações não governamentais dispõem de conhecimento dos problemas e de flexibilidade e rapidez nas respostas, mas têm falta de meios e de profissionalismo e, por vezes, seguem orientações ideológicas ou confessionais específicas.
- b) *Cooperação interinstitucional*: os parceiros têm falta de tradição em cooperar entre si e estão dotados de poderes muito desiguais no contexto da sociedade local. Os parceiros com maior conhecimento ou implantação no meio, com mais prestígio ou com maior legitimidade social, dificilmente aceitam perder a margem de autonomia de que dispõem e tendem a dominar e a impor os seus interesses próprios. Mas existem outros obstáculos ao diálogo, negociação e tomada colectiva de decisões: a desconfiança, a autocracia, a inflexibilidade e intolerância, o radicalismo e a busca do conflito em vez de busca do consenso.
- c) *Participação, empenhamento e responsabilização*: os parceiros não se envolvem quando não se verificam os pressupostos básicos para a parceria, ou seja, uma adesão voluntária, uma consciência do papel positivo da rede de parceiros e uma capacidade de participação efectiva. Por sua vez, as motivações para a participação nem sempre são as mais nobres. Não se pode esquecer que os parceiros têm

diferentes interesses, diferentes objectivos institucionais, diferentes sistemas de responsabilização, diferentes valores e diferentes estilos de envolvimento.

- d) *Recursos*: os parceiros podem ter funções muito importantes, designadamente na definição de objectivos estratégicos, mas não ter qualquer controlo sobre os recursos e meios para os porem em prática. Por outro lado, a dependência financeira do Estado pode enviesar as prioridades de acção e limitar as acções mais autónomas e inovadoras. Também a excessiva carga burocrática das parcerias e o elevado número de parceiros retiram a operacionalidade e aumentam o risco de ingovernabilidade.
- e) *Participação dos cidadãos*: os parceiros não têm legitimidade para representar os assistidos, designadamente nos momentos-chave do diagnóstico e planeamento, porque não foram escolhidos por estes. Em regra, os parceiros são organizações dominadas pelo conhecimento técnico ou produto de um voluntariado solidário que não incorporam mecanismos de participação dos cidadãos, nomeadamente daqueles que o planeamento visa beneficiar.

### **A individualização das medidas**

A par dos já mencionados traços da nova geração de políticas sociais, existe um outro relacionado com os objectivos de inserção social – a individualização das medidas – que constitui uma das inovações mais relevantes.

Em vez de dispositivos abstractos de aplicação universal, os novos programas sociais privilegiam medidas de carácter concreto, ajustadas ao perfil dos destinatários efectivos, sejam eles famílias ou indivíduos. O programa de inserção social dos pobres ou dos excluídos, ou o programa de inserção no mercado de trabalho dos desempregados de longa duração tem em conta a experiência e as motivações dos beneficiários a par da capacidade de resposta dos serviços e, por isso, são distintos de pessoa para pessoa. O sucesso da personalização depende do modo como os programas identificam as necessidades reais dos destinatários e da adequação das medidas à obtenção

dos efeitos desejados. Ao contrário das tradicionais políticas descendentes (*top-down*), os beneficiários são considerados “sujeitos” das políticas e é-lhes reconhecida competência para se pronunciarem sobre as suas necessidades e projectos. Em alguns casos, isso envolve, da parte dos administradores dos programas, a necessidade de promover a participação e, mesmo, de dotar as pessoas de capacidades e qualificações e outros recursos para ganharem autonomia. Em vez de paternalismo, a personalização das políticas exige diálogo o que, dada a falta de poder dos destinatários, pode implicar um investimento adicional na criação de condições para que a abordagem dialógica seja bem sucedida (*empowerment*).

O principal problema que coloca a personalização ou individualização das políticas é o da margem de manobra de que gozam os agentes da administração social, encarregados de desenhar o programa de inserção ou a aplicação da medida à situação concreta. Essa margem de manobra – a discricionariedade – é uma exigência da necessidade de ajustar a medida ou programa à situação concreta. Mas, ela é também uma porta aberta a enviezamentos políticos e ideológicos; a preconceitos e prejuízos do próprio agente e, portanto, permeável, consciente ou inconscientemente, a normas e valores distintos dos do programa e resultado da falta de critérios burocráticos baseados na experiência.

As ideologias burocráticas (menores custos para os serviços, menos exposição dos serviços à crítica dos sectores mais influentes da sociedade) e as ideologias profissionais (baseadas na cidadania social ou na benevolência dos poderes públicos; nos direitos ou nos favores; na solidariedade ou no paternalismo) revelam-se fortíssimos factores de distorção dos objectivos das políticas na fase da sua aplicação.

### **A activação**

Finalmente a activação. O envolvimento activo dos destinatários constitui também um dos traços mais marcantes da nova geração das políticas sociais e destina-se, fundamentalmente, a prevenir situações de exclusão que possam decorrer de uma atitude passiva daqueles face a políticas sociais meramente indemnizatórias. A activação processa-se através da realização de tarefas socialmente úteis que, em última instância, promovem a inserção social, ou seja, uma

“participação activa” (ROCHE, 1992). Elas destinam-se a estimular a autonomia dos trabalhadores e actuar como trampolim entre situações de exclusão e uma efectiva inserção sócio-profissional (HANSEN & HESPANHA, 1998: 7).

No entanto, existem alguns problemas no entendimento que se tem destas políticas; desde logo, um problema de natureza ético-política acerca dos direitos e das obrigações dos cidadãos ajudados pelos programas de activação. Em princípio, o direito a ser ajudado (entenda-se, subsidiado) implica um correspondente dever de contribuir com uma actividade socialmente útil, ou seja, o Estado deve exigir algo em troca da ajuda que presta. Ora, a exigência de cumprimento deste dever pode colocar um grave problema de controlo social e de marginalização, sempre que o Estado exija algo desproporcional em troca da sua ajuda. Isto é, sempre que essa exigência se traduza numa compulsão cega, dos assistidos, ao trabalho, apenas para justificar o subsídio que se lhes concede.

A experiência das políticas de activação em países que as desenvolveram mais cedo mostra que existem aspectos positivos e negativos nos programas de activação.

Os aspectos positivos relacionam-se com o facto de eles permitirem melhorar as qualificações e estimular a empregabilidade dos trabalhadores desempregados através da sua participação no mercado de trabalho, contribuindo, simultaneamente, para o aumento da auto-estima e para a autonomia desses trabalhadores (HEIKKILÄ, 1999; HVINDEN, 1999; BOSCO & CHASSARD, 1999; GELDOLF, 1999). Tratando-se, também, de medidas que permitem evitar a disseminação de práticas ou mesmo de uma cultura de dependência e que se preocupam com a realização de direitos sociais básicos, designadamente o direito ao trabalho (GELDOLF, 1999), existe um elevado potencial emancipatório nestes programas, ao favorecerem o acesso à plena cidadania e ao elevarem a ética do trabalho a pilar central da sociedade (HEIKKILÄ, 1999; BERKEL *et al.*, 1999; BOSCO e CHASSARD, 1999; HVINDEN, 1999).

Os aspectos negativos prendem-se, em primeiro lugar, ao seu carácter punitivo – “a cenoura e o cacete” – (HEIKKILÄ, 1999), o condicionamento

que criam ao acesso a benefícios sociais, bem como as limitações à liberdade e à autonomia dos próprios trabalhadores (HVINDEN, 1999; GELDOLF, 1999). Por outro lado, verifica-se muito frequentemente uma redução do nível de bem-estar pela realização de tarefas socialmente pouco valorizadas ou mesmo degradantes (HEIKKILÄ, 1999), com o risco de se estar a criar uma nova massa de excluídos (uma verdadeira *underclass* de assistidos). Um terceiro aspecto negativo a salientar é que as políticas activas, por se fazerem acompanhar de elevadas obrigações para os desempregados, tendem a responsabilizá-los pela sua situação de exclusão, eximindo assim os patrões, as empresas e o capital de qualquer responsabilidade por tal situação (GELDOLF, 1999; BERKEL *et al.*, 1999). Além disso, elas levantam sérios problemas de direitos laborais. É que, frequentemente, quem está a participar em projectos de activação não goza dos mesmos direitos dos outros trabalhadores regularmente contratados, designadamente o de negociar o conteúdo, o tempo e as condições de trabalho. Finalmente, elas tendem a gerar um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e de empregos inapropriados a conduzir à efectiva inserção profissional dos trabalhadores activados (HVINDEN, 1999). As trajectórias ocupacionais dos trabalhadores activados revelam, em um número elevado de casos, uma seqüência interminável de ocupações precárias.

### 3. PARA UM CONTROLO CIDADÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Uma vez que as mudanças tornaram, paulatinamente, os estatutos sociais e de trabalho mais diversos e as carreiras profissionais mais complexas, as políticas activas, para serem eficazes, tiveram de se tornar mais selectivas, mais orientadas e mais personalizadas. A eficácia de uma medida afere-se, agora, pela sua capacidade de se ajustar às situações pessoais (e familiares) dos seus destinatários. Este facto conduziu a que novas exigências, no sentido da maior flexibilidade, capacidade de negociação e rapidez, passassem a fazer-se sentir sobre os dispositivos de administração destas políticas.

Por outro lado, a necessidade de informação relevante para cada processo aumentou muito e, com ela, a necessidade de um registo e tratamento expeditos.

Deste modo, ao aumentar o grau de discricionariedade dos agentes da administração na escolha das medidas adequadas ou na formatação personalizada de uma dada medida, o risco de enviesamentos baseados em preconceitos e valores tornou-se elevado e obriga à explicitação dos critérios de decisão.

Finalmente, a aplicação personalizada de medidas de política veio tornar clara a existência de significados distintos acerca do trabalho, do emprego, da inclusão e da exclusão, entre quem desenha e aplica as políticas e quem utiliza essas mesmas políticas. As dimensões subjectivas — e não apenas as dimensões objectivas — da inclusão e da exclusão passam a ser reconhecidas como dimensões relevantes para a formatação das políticas.

As mudanças que acabamos de referir e, sobretudo, as respostas que elas suscitaram da parte dos estados nacionais variam enormemente ao longo do contexto europeu. Ainda que todos os países da União Europeia apresentem uma grande similitude nos seus processos de mudança, por efeito da globalização dos fenómenos económicos e da “europeização” do seu espaço económico, não deixa, contudo, de ser relevante, para a análise que nos propomos, o facto de em alguns desses países haver significativas diferenças.

É o caso, nomeadamente, dos países do sul da Europa, como Portugal, menos desenvolvidos do ponto de vista económico, com regimes democráticos recentemente restaurados e com *welfare states* em construção ou debilmente consolidados. Relativamente a eles, pode dizer-se que, não tendo os seus Estados-providência passivos atingido a maturidade — o que se comprova, por exemplo, pela mais baixa proporção do PIB afectada a políticas sociais —, a pressão para adoptarem políticas de activação é muito menor e, de facto, essas políticas são aí praticamente inexistentes ou começam agora a despontar. A reduzida prioridade das políticas de activação relativamente às políticas compensatórias parece ser a nota mais saliente.

Em um estudo realizado sobre duas medidas de activação — os programas ocupacionais para desempregados e os cursos de formação especial para mulheres desempregadas e com baixa escolaridade e baixos níveis de qualificação —, pudemos analisar estas questões e proceder a uma avaliação das medidas

com base na experiência dos respectivos utilizadores (HESPANHA e MATOS, 1999). Este último aspecto deve ser particularmente sublinhado. A capacidade de integração das políticas de activação tem de ser avaliada não só através de relatórios e indicadores de execução, mas também à luz das experiências recolhidas de trabalhadores desempregados que delas participaram.

Procurar-se-á fazer, nos pontos a seguir, alguma reflexão sobre as diversas questões que se levantam quando se analisa a execução das políticas.

A *primeira questão* refere-se à efectiva capacidade de as políticas fazerem aceder a empregos. Em países em que estas políticas têm tido maior desenvolvimento ou surgiram mais cedo, esta questão tem sido freqüentemente levantada, a propósito de programas que visam aumentar a empregabilidade através, nomeadamente, da formação. Entende-se que a execução de tais políticas activas não pode deixar de ser feita sem que haja uma estrita relação com futuras perspectivas de emprego; ou seja, as políticas que mobilizam para a participação no mercado de trabalho não podem deixar de ter em vista futuras expectativas de emprego, porque sem isso a participação passará a ser considerada como mera obrigação e não como uma oportunidade (LIND, 1995: 192).

Neste domínio, a experiência portuguesa analisada evidencia contornos que lhe conferem algumas especificidades. Assim, no caso dos cursos de formação especial, verifica-se que a participação neste tipo de programa gerou nos seus utilizadores uma atitude de grande expectativa, considerando a sua integração como efectiva e definitiva à escala do mercado regular de trabalho. Tal facto, além de contrariar a lógica da ocupação temporária subjacente ao programa, confere ainda às medidas esse cunho de oportunidade quando, afinal, elas pretendem ser um prévio estágio de preparação para prover os indivíduos de condições e estímulos à sua empregabilidade e à qualidade de um futuro emprego.

Esta ideia não se confina somente às expectativas dos beneficiários das medidas. É que, no tocante à participação através do trabalho, também as próprias entidades promotoras, encaram os programas, não como uma ocupação excepcional e de carácter temporário, mas antes enquanto um emprego regular, situação esta

que constitui, talvez, o maior enfiamento à forma como a própria medida é aplicada em Portugal.

Acresce ainda que, à semelhança do que se retira deste tipo de experiência um pouco por toda a Europa, também entre nós as medidas não evitam que o nível de desemprego permaneça, apesar de haver procura de trabalho em sectores não explorados como no terceiro sector, donde poderiam surgir reais oportunidades de emprego e não empregos artificiais (LIND, 1995: 200).

Um *segundo comentário* relacionado com o anterior tem a ver com a relação de trabalho ambígua que se gera em certos programas de activação, tais como os programas ocupacionais. Tal ambigüidade resulta da presença contraditória de duas lógicas: por um lado, estamos perante esquemas de inserção profissional que assentam obrigatoriamente em contratos de trabalho; por outro, essa mesma relação contratual vê-se enfiada pelo facto de os termos do contrato serem impostos sob pena de perda do subsídio.

O que se verifica é que os trabalhadores activados não têm os mesmos direitos que os outros empregados, designadamente no que toca a aspectos como o nível do salário auferido, o horário laboral e as próprias condições de trabalho, uma situação que limita o acesso a direitos sociais que são garantidos à generalidade dos “outros” trabalhadores (HANSEN et HESPANHA, 1998: 8).

A *terceira questão* tem a ver com o modo como, na prática, opera a selectividade dos programas de activação. O público alvo destas medidas é, muitas vezes, duplamente marginalizado, no sentido de que o próprio processo de selecção veda, à partida, a participação em certos programas de activação. O estudo mostrou que esse processo é dominado, na prática, por um poder discricionário por parte dos administradores do programa que favorece a interferência de interesses distintos daqueles visados pelo legislador e permite a manipulação da medida, no sentido da sua adequação ou afeiçoamento a realidades e a públicos-alvo distintos. Este cenário evidencia que empregadores, desempregados e ‘gestores’ das medidas podem usar a selectividade deste tipo de política para objectivos distintos (não necessariamente, piores) ou para objectivos negociados, numa lógica de reciprocidade (BAPTISTA, 1996: 94), o que levanta,

desde logo, problemas de equidade relativamente a cidadãos colocados em semelhante situação.

Aos contornos da marginalização referidos anteriormente acresce, ainda, o reforço da marginalização que representa estar disponível para aceitar trabalho marginal. Se estar desempregado implica estar disponível para participar em medidas activas de emprego, então, a participação em políticas activas de emprego implica também reconhecer que a participação se confina a um mercado de trabalho artificial. Por isso tem razão quem defende que o estatuto de desempregado está, cada vez mais, conotado com situações de marginalização social, mesmo quando se é alvo de políticas orientadas (LIND, 1995: 201).

Uma *quarta questão* relevante tem a ver com a desvalorização do trabalho não-pago como campo de activação. De facto e, até agora, as políticas activas têm privilegiado, apenas, a participação no mercado de trabalho pago, em consonância com os objectivos já referidos de combate à cultura de dependência. Ora, o estudo mostra que existe uma predisposição das pessoas para participarem de actividades socialmente úteis, mesmo que não-remuneradas, como forma alternativa ao mercado de trabalho para quem não consegue encontrar emprego. Concordando que o fomento dessas formas de participação deva ser rodeado de cuidados e de garantias para que não se tornem substitutos funcionais de um emprego, sem as contrapartidas de uma remuneração justa do trabalho, sublinha-se aqui a sua capacidade de favorecer a inclusão social daqueles desempregados que, contrariamente a um discurso que tende a ser dominante, não desejam a inactividade nem preferem o lazer; antes pretendem ocupar-se, enquanto o trabalho não aparece, em actividades socialmente reconhecidas. Esta possibilidade de integração social através de outras formas de participação está a ser negligenciada por quem formula as políticas. Assim, sublinhando uma vez mais o facto de o trabalho ser a mais importante fonte de integração social, a ideia de que trabalho, por si só, não significa necessariamente emprego, abre perspectivas para uma activação não-subsidiada que pode se beneficiar da vantagem da não-estigmatização que, com frequência, é atribuída à participação activa nos moldes em que está configurada.

Uma *quinta questão* refere-se ao papel que os

destinatários das políticas de activação têm no desenho e no desenvolvimento dos programas em que são envolvidos. Quando a activação ultrapassa os limites da simples participação no mercado de trabalho, nela recai o mérito de, através de certos esquemas, conseguir proporcionar à população excluída a possibilidade de negociar a via pela qual quer envolver-se numa actividade socialmente útil. Exemplo disto é o que se passou com os planos de inserção do Rendimento Mínimo Garantido (hoje Rendimento Social de Inserção), com os quais se deu o primeiro passo, no sentido da institucionalização de um tipo de políticas personalizadas, assentes no consentimento dos indivíduos, em relação ao modo como a sua inserção pode ser conseguida.

Esta inovação veio conferir a esta medida uma enorme capacidade de se ajustar às diferenças que existem no grupo dos desempregados e aos traços únicos que caracterizam cada situação e cada indivíduo. A eficácia das políticas activas decorre precisamente da sua capacidade de atender a essas diferenças e de dar respostas adaptadas a cada caso.

Uma *sexta* e última *questão* tem a ver com a capacidade de levar a cabo programas de activação que respeitem os pressupostos discutidos anteriormente. O tipo de medidas activas em vigor em Portugal, destinadas à população excluída e ou desempregada, não difere muito do tipo de políticas que se encontram em prática noutros países da União Europeia. Para além de uma descoincidência entre um discurso de activação mais avançado, moldado à semelhança das directrizes da União Europeia e das próprias necessidades sociais, e uma prática muito mais retraída e com certas especificidades, a especificidade portuguesa recai, sobretudo, no notório afastamento entre o que está instituído e a sua aplicação prática.

A importância significativa da protecção social promovida pelo Estado-Providência aliada aos novos desafios de participação no mercado de trabalho pressupostos pelas medidas activas, pelas especificidades que comportam, não chega a superar as dificuldades da população desempregada, que se vê obrigada a socorrer-se de estratégias de sobrevivência no âmbito de uma Sociedade-Providência activa. Entre nós, a “premência” dos subsídios de desemprego, os baixos níveis dos subsídios e os baixos níveis de rendimentos

dos trabalhadores, a baixa subsidiodependência e, pelo contrário, a elevada ética do trabalho ocasionam a activação em áreas tradicionais da sociedade-providência em que esta está a falhar.

#### 4. BREVES NOTAS CONCLUSIVAS

Para estimular o crescimento económico e aumentar a competitividade dos seus produtos nos mercados mundiais, os Estados Europeus procederam a reformas nas suas políticas, designadamente nas de emprego, que se saldaram num reforço da flexibilidade, da polivalência e da requalificação do trabalho. Paralelamente, assistiu-se a uma reorientação das políticas de emprego, de uma filosofia de compensação pela perda de emprego para uma de promoção de novas oportunidades de emprego. Mas, relativamente às políticas tradicionais de criação de novos empregos, o que parece novo é a centração nos indivíduos e não nas estruturas produtivas com objectivos múltiplos, que vão desde o reduzir da dependência dos desempregados face aos subsídios e o aliviar dos custos orçamentais de segurança social, até ao proporcionar ocupações sociais úteis, alternativas, para quem não encontra emprego no mercado de trabalho.

A esta multiplicidade de objectivos que percorre o discurso fundador das políticas de activação corresponde uma enorme ambigüidade na execução prática dessas políticas. O discurso de activação é sedutor e contém argumentos muito positivos para a realização de direitos sociais básicos ou de novos direitos sociais como o direito ao trabalho, à segurança social e à inserção social (GELDOF, 1999). A sua prática, no entanto, levanta sérios problemas dada a sua permeabilidade a enfiamentos éticos, financeiros e de funcionalidade burocrática que, insidiosamente, se sobrepõem, muitas vezes, aos motivos nobres do discurso.

A ligação estreita entre os programas de activação e as políticas de subsidio dos desempregados limita muito o âmbito de actuação desses programas; contamina de juízos éticos o desenho dos planos individuais de activação e faz resvalar para o domínio da compulsão ao trabalho as exigências que coloca quanto ao envolvimento ocupacional dos subsidiados.

A experiência portuguesa mais antiga de políticas de activação mostra que o risco de compulsão tem

sido evitado e que tem existido uma razoável margem de negociação com os destinatários dessas políticas. De momento, não é possível fazer um juízo definitivo sobre as razões desta brandura e, nem sequer, justificá-la com a *softness* do nosso Estado-Providência ou com qualquer outra das razões que identificam as nossas especificidades semiperiféricas ou sul-europeias (SANTOS, 1993; FERRERA, 1996).

Há sinais, contudo, de que as coisas estão a mudar (HESPANHA, 2007). Dada a crescente europeização das nossas políticas e a crescente pressão sobre as instituições para que administrem eficientemente os recursos, num domínio em que a grande parte desses recursos provém precisamente de fundos europeus, não admira que o lado impositivo da activação venha a prevalecer e que, com isso, a margem de negociação dos cidadãos destinatários venha a desaparecer e a sua resistência ao pronto-a-vestir das políticas venha a ser julgada como uma conduta ilegítima e, portanto, não merecedora de protecção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERKEL, R. van; COENEN, H.; DEKKER, A. (1999). "Regulating the unemployed: from protection to participation". In Jens Lind and Iver Hornemann Møller (eds.) *Inclusion and exclusion: unemployment and non-standard Employment in Europe*. Ashgate, Aldershot, 89-109.
- BOSCO, A. e CHASSARD, Y. (1999) "A shift in the Paradigm: Surveying the European Union Discourse on Welfare and Work", in *Linking Welfare and Work*, European Foundation for the Improvement of Living and Work Conditions, 43-58.
- CASTEL, Robert (1995). *Les metamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayard
- FERRERA, M. (1996). "The Southern Model of Welfare in Social Europe". *Journal of European Social Policy*, 6/1: 17-37.
- GELDOF, D. (1999). "New activation policies: promises and risks", in *Linking Welfare and Work*, European Foundation for the Improvement of Living and Work Conditions, 13-26.
- HANSEN, H. e HESPANHA, P. (1998). *Integration policies: a cross-national comparative study of views on inclusion and exclusion*. Comparative Report, INPART – a TSER research project, Work Package 1 (mimeo).
- HEIKKILÄ, M. (1999). "A brief introduction to the topic", in *Linking Welfare and Work*, European Foundation for the Improvement of Living and Work Conditions, 5-1 and 87-91.
- HESPANHA, P. (2007). "The activation trend in the Portuguese social policy. An open process?". In Amparo Serrano Pascual and Lars Magnusson, *Reshaping Welfare States and Activation Regimes* (p. 207-240). Pieterlen: Peter Lang
- HESPANHA, P. e MATOS, A. (1999). *As Políticas de Inclusão pelo Emprego. Uma avaliação a partir da experiência dos utilizadores*. Relatório de investigação no âmbito do Projecto INPART (Inclusion through Participation) financiado pela CE no contexto do Programa TSER. Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- HVINDEN, B. (1999). "Activation: a Nordic Perspective", in *Linking Welfare and Work*, European Foundation for the Improvement of Living and Work Conditions, 27-42.
- LIND, J. (1995). "Unemployment Policy and Social Integration", in Nils Mortensen (ed.) *Social Integration and Marginalization*, Samfundslitteratur, 183-205.
- ROCHE, M. (1992). *Rethinking Citizenship: Welfare, Ideology and Change in Modern Society*. Cambridge: Polity Press
- ROSANVALLON, Pierre (1995). *La Nouvelle Question Sociale. Repenser l'Etat-Providence*. Paris: Seuil
- SANTOS, B. S. (1993). "O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português". In Boaventura S. Santos, *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 17-56.
- SOUSA, Liliana; HESPANHA, Pedro; RODRIGUES, Sofia; GRILO, Patricia (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. Lisboa: Climepsi Editores.

# A LUTA POR DIREITOS E A AFIRMAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO<sup>1</sup>

**E**ste tema remete a um desafio fundante: *pensar o Brasil contemporâneo*, tendo como fio condutor a *questão da luta por direitos sociais e sua materialização em políticas sociais*. Assumir tal desafio implica analisar o tecido contraditório dessa sociedade, em meio ao *agravamento da questão social, encarnando, por um lado, novas formas de dominação do capital na contemporaneidade* e, por outro, as lutas que revelam uma espécie de “cultura da recusa”, sinalizando para um projeto de emancipação. É colocar-se no “olho do furacão”, no esforço de compreender como as novas configurações do capital, em suas atuais formas de dominação, se expressam entre nós, na condição de país periférico da América Latina, desenvolvendo processos de ajuste subordinado à nova ordem do capital. E, simultaneamente, entender, nessa “civilização do capital”, as expressões de luta e resistência.

De fato, nesses tempos contemporâneos em que as formas de dominação do capital se redefinem, gerando, como consequência, uma “coletividade de despojados” – composta por aqueles para os quais foi impossibilitado o acesso aos chamados direitos econômicos e sociais (direito ao trabalho, a um emprego; à terra, à moradia, à educação, à saúde, ao lazer<sup>2</sup>) –, a questão que se nos põe como um desafio é: quais as possibilidades e limites de inclusão que se abrem com a luta por direitos, encarnada em políticas sociais, nes-

**ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO\***

## RESUMO

O artigo se propõe a analisar a luta por direitos no Brasil contemporâneo e sua materialização em políticas sociais. Para a autora, estas se constituem em um espaço privilegiado de ação política no redesenho do Estado, estabelecendo um vínculo entre conflitos, demandas por direitos e busca de alternativas de emancipação. Questiona, ainda, as possibilidades do sistema do capital incluir o excedente de mão-de-obra (as populações “supérfluas”) e o potencial emancipatório das políticas sociais.

## ABSTRACT

The article aims at evaluating the struggle for rights in Brazil today and its materialization by adoption of social policies. The author consider them a special feature within the political spectrum for redefining the State by establishing links among conflicts, claims for rights e alternate attempts at emancipation. The author, also, questions the possibilities of a system moved by capital to absorb labor unoccupied labor (“superfluous” population) and the liberating potentiality of social policies.

\* Doutora em Sociologia, professora da Universidade Federal do Ceará.

te país que, nos últimos 25/30 anos, vivencia uma confluência contraditória de processos de “redemocratização” e processos de ajuste ao sistema do capital, que se redefine nos termos da chamada “mundialização”?

Assim, vou delineando, com mais nitidez, o objeto de minhas reflexões, condensadas neste artigo e ousar fazer um ajuste de foco analítico, formulando o tema nos seguintes termos: *a luta por direitos e a afirmação das políticas sociais no Brasil contemporâneo*.

Isto posto, cabe (re)começar a reflexão, contextualizando a análise ou, como se costuma dizer, trabalhando, como “pano de fundo”, as configurações deste novo momento do capitalismo que estamos a viver. Desse modo, aqui esboço um mergulho reflexivo – rápido e intenso como o são os mergulhos – com um olhar panorâmico sobre o capitalismo na contemporaneidade, tendo clareza de um elemento que se

constitui numa “chave analítica”: existe uma distinção entre a forma de funcionamento do capitalismo no século XIX, até os anos 1970, e aquela em vigor nas duas últimas décadas do século XX, adentrando o XXI. Têm-se duas configurações específicas da chamada civilização do capital, com distintos padrões de acumulação<sup>3</sup>. Vejamos, em traços gerais, como se apresenta este momento do capitalismo.

Estamos sob o signo da revolução tecnocientífica e do desenvolvimento das forças produtivas cibernético-informacionais. O capital redefine os mecanis-

mos que comandam seu desempenho e seu modo de funcionamento. Ele utiliza máquinas cada vez mais seletivas, que tornam o trabalho humano redundante, explicitando o movimento da contradição central, assinalado por Marx, nos *Grundrisse* (1971), segundo o qual o trabalho morto (máquinas) substituiria o trabalho vivo (trabalho humano direto). Emaranhado numa crise de valorização posta em movimento por essa contradição, o capital busca, na liquidez da esfera financeira, o espaço privilegiado para a sua realização, surrupiando recursos aplicáveis no processo de produção. Com efeito, incorporando o avanço científico e tecnológico, o capital efetiva transformações no padrão de acumulação e nas suas formas de valorização, viabilizando a acumulação rentista. É um padrão de acumulação que encarna a “financeirização da economia”, enfatizando a perspectiva atual de acumular riqueza na esfera financeira, imprimindo o ritmo de valorização do capital na esfera produtiva. Trata-se, na formulação de Chesnais (2003), da mundialização do capital, enquanto etapa avançada e específica do movimento de sua internacionalização, o que o autor designou por “mundialização com dominância financeira”. Daí, considerar-se a “dominância financeira” estruturalmente articulada aos processos de reestruturação produtiva, sob a égide da micro-eletrônica e da revolução das comunicações.

Antes de mais nada, é importante ressaltar que essa mundialização é regida por uma lógica essencialmente assimétrica e excludente, com expressões próprias nos diferentes territórios, sob a hierarquia do capital. Assim, no mesmo movimento, o capital insere determinados territórios, enquanto exclui outros, escalonando continentes e países e, ainda, regiões no interior de um mesmo país.

Nesta seletiva movimentação da contradição central e decorrente mundialização do capital, a “pedra de toque” é a extraordinária mobilidade que o mesmo adquiriu nos circuitos virtuais, no âmbito das novas conexões de tempo-espaço. Desse modo, apresenta-se, na sua conformação atual, desterritorializado, sem amarras e sem limites. É uma “nova ordem do capital”, gestando formas de dominação cada vez mais abstratas, impessoais e perversamente sutis. São formas de dominação social que se impõem sobre todas as “personas” do capital – *capitalistas*, detento-

res dos meios de produção, ou seja, das condições de trabalho, e *trabalhadores*, proprietários da força de trabalho, isto é, das *condições para o trabalho*.<sup>4</sup> É uma força que faz sentir seu poder, em toda a sociedade, definindo modos de vida ou formas de sociabilidade. Nas formulações da Teoria Crítica Radical, define-se tal dominação como *sem sujeito*. Aécio Oliveira esclarece que se trata do poder de um metabolismo social que a todos aprisiona e no qual predomina um dos aspectos da mercadoria, o valor-de-troca. Para Oliveira, essa ‘*dominação sem sujeito*’ manifesta-se por meio de práticas das pessoas, ou das classes sociais, e das estruturas organizadas e adequadas para dar vazão à produção e à realização do valor. Classifica-a como a forma de dominação mais perversa da história, a qual se dissemina como uma coerção silenciosa, e de uma divisão social do trabalho que opõe os seres humanos nos mais diversos níveis da hierarquia socioeconômica inerente ao modo de produzir da sociedade capitalista.

Trata-se de uma dominação social abstrata que se materializa, sobretudo, na extrema vulnerabilidade do trabalho, expressa nas crescentes taxas de desemprego estrutural e no quadro de instabilidade e de insegurança social, em um contexto de precarização do trabalho. Observa-se, a cada dia, mais e mais homens e mulheres sendo excluídos do mundo do trabalho, caindo no desemprego, no subemprego, vivenciando processos de exclusão e/ou de inclusões precárias, degradantes, pondo em risco a vida e comprometendo sua própria humanidade, na medida em que se destitui sua dignidade como pessoa humana. Nada menos que dois terços da população planetária estão postos à margem da reprodução do sistema do capital, vivendo abaixo da “linha da miséria” ou próximo dela. São trabalhadores e trabalhadoras, incapazes de vender a sua força de trabalho, constituindo-se em uma “população supérflua”.<sup>5</sup>

E, adentrando os interstícios dessa dominação social – buscando apropriar-me da mesma no plano do pensamento, como “concreto pensado” –, constato que tal dominação torna mais visível a crise endógena do próprio sistema do capital; crise que o acompanha desde sua gênese, passa pelo seu desenvolvimento até atingir as condições potenciais que poderão levá-lo à morte. Tal crise se manifesta na crescente substituição

do trabalho vivo pelo trabalho morto, que resulta na crise de valorização do capital, considerando o pressuposto fundante segundo o qual *só o trabalho vivo produz valor*. Nesta perspectiva, é que Marx (1971) define o capital como *a contradição em processo*.

Nos tempos atuais, sob os imperativos da microeletrônica e da automação, o capital tende, em ritmo vertiginoso, a apropriar-se do “saber” e do “fazer” dos trabalhadores, transferindo-os para as chamadas “máquinas inteligentes”; e estas se fazem, cada vez mais, imprescindíveis no processo de acumulação. Assim, trabalhadores e trabalhadoras, destituídos do seu saber e do seu fazer, são submetidos à máquina que os substitui e, às vezes, os elimina, expressando com clareza, a crise endógena do capital que, no dizer de István Mészáros, assume, na atualidade, dimensão de “crise estrutural”.

A ação expansiva do capital torna a vida do ser humano redundante; agride recursos sócio-ambientais, avançando predatoriamente sobre a natureza; gesta populações supérfluas, enfim, põe em risco a própria vida planetária. Logo, essa “crise estrutural”, em curso, se expressa nas esferas da economia, da política, da natureza, da cultura, espraiando-se, em escala mundial, com encarnações específicas nos centros hegemônicos e nas regiões periféricas do sistema do capital.

Uma das dimensões centrais dessa crise é a incapacidade, do sistema do capital, de incluir a “coletividade dos despojados” (trabalhadores precarizados), revelando-se os seus limites de resolução, no âmbito do capitalismo. Ou seja, o momento está a mostrar os limites intrínsecos à acumulação capitalista; estes parecem mais claros, na medida em que se acirra e ganha mais visibilidade a contradição central do próprio sistema: “a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto”. É a tendência contraditória do capital que Marx, há quase 150 anos, põe em destaque ao afirmar: “trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso. *A subsunção de seu trabalho ao capital – a absorção de seu trabalho pelo capital –, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico*” (grifos meus).

Nos últimos 25 ou 30 anos, dentro dessa dinâmica, o capitalismo se expande, excluindo grandes contingentes de trabalhadores. Reside aí uma dife-

rença considerável, em relação ao capitalismo até os anos 70 do século XX que, sob a égide da acumulação produtiva, desenvolveu-se na perspectiva de incluir uma massa de trabalhadores para exploração extensiva e intensiva do trabalho, efetivando a dominação social.

Logo, uma das marcas dos tempos contemporâneos é a emergência de um crescente contingente de trabalhadores supérfluos. Em verdade, afirmam-se como fenômeno de nossos dias a instabilidade e a insegurança no mundo do trabalho; ou seja, conforme interpretação de Oliveira (2006), aqueles que vivem para o trabalho e que dele obtêm seus meios de vida estão expostos a ameaças permanentes de negação do valor-de-uso de sua força de trabalho. Revelam-se trabalhadores inúteis, desnecessários e descartáveis na ótica do capital. São homens e mulheres que encarnam a metáfora dos passageiros que perderam o trem da história e ficaram vagando na plataforma com pouca bagagem, na contabilidade do capital.

Na dinâmica do capital, essa população trabalhadora, supérflua, é excluída, também, dos sistemas de proteção social, incorrendo, mesmo, em processos de “desfiliação”, na formulação de Robert Castel. Os sobrantes vão sofrendo o tormento cotidiano da ruptura dos laços sociais, a partir da sua exclusão do direito ao trabalho, numa perversa conjunção das *fragilidades da não-inserção ou inserção precária com as fragilidades relacionais*.

No entanto, essa exclusão não pode ser vista como total e absoluta, pois a própria lógica do capital, nas suas encarnações, cria formas vis e degradantes de inclusão, pondo em risco a vida e comprometendo a *humanidade* de homens e mulheres. São formas precárias de inserção no chamado mundo da informalidade, no qual os limites entre o lícito e o ilícito são bastante fluidos; formas que podem se manifestar através da filantropia, materializada em ações e programas compensatórios, a mobilizar o novo exército do voluntariado. E, aglutinando tais formas, o capital seduz, para sua teia, via consumo, um amplo contingente populacional, que vive nas franjas da sociabilidade. É o consumo metamorfoseado no único meio de “estar no mundo”.

É o “fio da navalha” na tensa dialética exclusões-inclusões, no qual mulheres e homens tentam equi-

librar-se para não morrer ou, melhor dizendo, para sobreviver, consumindo e consumindo-se, conforme a lógica destrutiva do capital. São os “sobrantes” na condição de “consumidores”, na verdade, “consumidos” pela lógica do dinheiro (OLIVEIRA, 2006).

Assim, um traço estrutural, atual, do capitalismo e sua dominação abstrata que a todos aprisiona é o agravamento da questão social nos termos da crescente vulnerabilidade social daqueles que vivem para o trabalho. Tal vulnerabilidade, que circunscreve e atormenta o dia a dia da *classe trabalhadora*, se materializa no processo de destituição e desconstrução de direitos econômicos e sociais: direito ao trabalho, e, mais especificamente, a um emprego; direito ao acesso à terra; direito à moradia, à educação, à saúde, ao lazer.

Nesse contexto, no limite, homens e mulheres vêm sendo despojados, no dizer de Hanna Arendt, do “direito a ter direitos” que, de forma incontestável, é o móvel das lutas dos sujeitos sociais; sujeitos que exercem a “cultura da recusa”, a “cultura da negação” do modo de vida imposto pelo capital, gestando a “cultura dos direitos”, acenando para um novo modo de vida, novas sociabilidades, no interior de movimentos sociais de diferentes naturezas e formatos.

É justamente a “cultura da recusa” a essa sociabilidade do capital – que mercantiliza, privatiza, dissocia e exclui – que os movimentos expressam, na sua luta por direitos, e interpelam o Estado a conceber e instituir políticas sociais.

Inegavelmente, lutar por direitos no Brasil é contrapor-se a toda uma “cultura da carência”, do clientelismo, do patrimonialismo, da dependência que marca a vida brasileira. E mais, é contrapor-se aos padrões neoliberais das configurações capitalistas contemporâneas, que reeditam a “cultura da bem-estar”, do favor, envolvendo-a no humanitário discurso da “solidariedade”, da “compaixão”, do “dar de si” a um outro que está abaixo, aquém, que é incapaz de prover suas necessidades; enfim, o carente, destituído de cidadania.

Para podermos bem avaliar o significado sócio-político-cultural da “luta por direitos” entre nós, na fecunda gestação da “cultura dos direitos” na vida brasileira, é importante um resgate da nossa História política, marcada por tortuosos caminhos na direção dos direitos, em meio a confusões, ambigüidades,

negações e paradoxos.

Em verdade, quando se fala de direitos, no Brasil, tem-se, de saída, uma dificuldade muito grande de entender precisamente do que se trata, porque partimos de um legado extraordinariamente problemático, uma vez que o cidadão brasileiro aprendeu a pensar os direitos sociais dentro de uma matriz sustentada por dois vetores, com profundas raízes em nossa cultura política:

- os direitos da tradição getulista, numa ótica corporativa, tutelar, profundamente distinta da tradição igualitária e universalista da modernidade;

- a confusão persistente entre direito-e-ajuda ou direito-e-proteção aos pobres e carentes, concebendo-se direitos nos termos da gestão filantrópica da pobreza.

E uma outra variável na tradição brasileira dos direitos é a perspectiva seletiva, dos direitos trabalhistas, cuja cobertura, historicamente, restringe-se a trabalhadores do mercado formal, em um contexto no qual dois terços da população ativa vive na informalidade. Este paradoxo deixa um amplo e crescente segmento de trabalhadores à margem no “Brasil legal”, portanto, inexistente do ponto de vista das regras formais de cidadania, corporificadas nos direitos do trabalho e da previdência. É um submundo inteiramente encoberto pela teia intrincada da filantropia. Daí o significado transformador da afirmação, hoje, dos direitos sócio-assistenciais, direitos reclamados nas redefinições da Assistência Social, rompendo com a subordinação e a dependência das “bem-estares”, como “reino da carência”, o avesso do Direito.

Uma outra clivagem histórica na cultura política brasileira é a proeminência dos direitos políticos sobre os direitos sociais, com grandes dificuldades de reconhecimento e concretização dos direitos sociais como direitos. De fato, quando estes não são tratados como tais, chega-se a ter uma sociedade excludente que se caracteriza, não apenas pela pobreza, mas, sobretudo, pela impossibilidade de efetivação de direitos fundamentais universais.

Na Constituição Brasileira de 1988, a chamada “constituição cidadã” é que se incorporou, tardiamente, em nosso país, a *concepção universalista de direitos sociais*. Esta Constituição, encarnando as lutas democráticas, outorga uma importância substancial aos direitos humanos fundamentais, convertendo todos

os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos em *direitos legais*, constituindo, assim, a referência fundadora de uma modernidade democrática. Em seu preâmbulo, a Constituição estabelece o “Estado Democrático de Direito”, destinado a assegurar “o exercício dos direitos sociais individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”. É o Estado Democrático reconhecendo direitos no âmbito da ordem do capital. E, ainda no mesmo preâmbulo, essa Carta propugna o “direito inalienável da propriedade privada”.

É fato incontestável a ampliação do Estado na relação com a sociedade civil, mobilizada em suas lutas por direitos, inclusive, direitos sociais de interpelar o próprio Estado. Assim, o artigo 6º da Constituição Federal estabelece como direitos sociais: *educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e, finalmente, a assistência aos desamparados*. Assim, os direitos fundamentais – pelo menos formalmente – se converteram no núcleo básico do ordenamento constitucional brasileiro. Desse modo, conseguimos incorporar no texto constitucional a perspectiva universalista de direitos sociais.

E, o que essa inclusão da perspectiva universalista de direitos sociais, no texto constitucional, significa como conquista democrática? O que ela representa, como perspectiva de embates, na civilização excludente do capital, em tempos contemporâneos?

Esta questão implica uma reflexão sobre a própria natureza dos direitos sociais, enfocando a sua especificidade como móvel de lutas em busca de projetos emancipatórios. Ora, no sistema do capital que hoje funciona gestando uma “coletividade de despojados”, imersos em um quadro de crescente vulnerabilidade social, os direitos sociais revelam dilemas, talvez os mais cruciais.

Em primeiro lugar, são direitos que tendem a realizar a “equalização de situações sociais desiguais”. Logo, na ordem do capital com sociedades estruturalmente desiguais – sobretudo as que apresentam profundas desigualdades sociais como o Brasil – os direitos sociais são condição essencial para a realização da liberdade; ou seja, se constituem numa condição para a democracia. Os direitos sociais convertem-se

em um imperativo ético que suscita a dúvida sobre as possibilidades de uma sociedade justa e igualitária, no sistema do capital. É esta uma velha questão que coloca em xeque padrões de sociabilidade entre nós e que, hoje, ganha uma especial urgência, diante da convergência de uma longa história de desigualdades, com novas clivagens, face aos processos de mundialização do capital e ajuste subordinado à nova ordem do mercado, com a erosão e desmonte de direitos.

Uma segunda peculiaridade é que são direitos que interpelam o Estado, exigindo deste uma efetiva atuação, no sentido de garantir meios e recursos para o seu pleno exercício, como demanda da cidadania. Tais direitos pressupõem ser dever do Estado garanti-los, através de políticas e programas de ação governamentais. Assim, os direitos sociais têm, na sua origem, a permanente disputa entre o poder estatal que detém o governo e o poder popular, nas suas formas de presença e organização. A luta pela igualdade de condições de vida digna não é alcançada apenas pelas leis, mas, pela implementação de políticas públicas. É impossível pensar direitos da infância e da adolescência; das mulheres; dos negros; das populações indígenas; direito da diversidade sexual; direitos sobre a terra e direito ao trabalho sem transformar conquistas legais, bandeiras de luta e proposições em políticas públicas, regidas por princípios de direitos e sustentadas pela ação dos sujeitos coletivos, protagonizados em movimentos organizativos, com perfis próprios.

Em terceiro lugar, os direitos sociais se constituem em espaços possíveis de construção de uma nova cultura política, nos embates em busca do atendimento de demandas concretas, no âmbito da vida cotidiana, que consubstanciam conflitos sociais. Em verdade, a busca dos direitos sociais se situa como uma instância de lutas coletivas. Assim, personagens que viviam submersos em processos de discriminação, encobertos nas teias da filantropia, organizam-se, transformando-se em sujeitos de direito, que se pronunciam sobre os parâmetros de equidade nas questões que lhes dizem respeito; posicionam-se, ativamente, sobre as regras da vida em sociedade; regras da convivência pública, demarcando a medida do justo e do injusto. E mais: as lutas por direitos sociais implicam ampliação de espaços públicos para o exercício da autonomia.

Assim, no processo de democratização brasileira, em curso a partir de meados dos anos 1970, com a chamada rearticulação da sociedade civil, os movimentos sociais, assumindo a sociabilidade democrática, ampliam a política nas suas lutas pela afirmação e redefinição dos direitos; encarnam um sentido político emancipador: direitos sociais como via de libertação de múltiplas formas de exclusão e discriminação. São lutas através das quais se vai estruturando uma linguagem pública, que problematiza a questão social, sob a ótica de uma ampliação da cidadania.

Esse processo de alargamento da política, num movimento de “elastecimento” do Estado na sua relação com a sociedade civil – *Estado ampliado*, na perspectiva gramsciana, de sociedade política mais sociedade civil – confronta-se, a partir da década de 1990, com o processo de inserção do Brasil na nova ordem do capital, configurando o que se convencionou chamar de ajuste estrutural, com a implementação de políticas neoliberais. E, nesse processo de “ajustes”, o mercado se converte na “verdade da economia” e em seu único critério de realidade, impondo a lógica da mercantilização, em meio à destituição da política. Assim, a vida dos brasileiros, nos últimos 15 anos, gesta-se na confluência desses dois processos estruturais básicos que, contraditoriamente, se articulam. Têm-se, pois, em disputa, no interior do sistema do capital, dois projetos políticos, com perspectivas distintas e, até mesmo, com dimensões antagônicas, no tocante aos direitos e às políticas públicas. Em minhas últimas análises e reflexões, debruçando-me sobre o Brasil contemporâneo, concebido, aqui, como “concreto pensado”, tenho tomado como chave analítica, para melhor compreendê-lo, essa idéia de *confluência contraditória* entre democratização e ajuste à nova ordem do capital.

Vera Telles (1999), ao se reportar a essa tessitura contraditória da sociedade brasileira, na contemporaneidade, diz tratar-se de um campo político construído pela convergência de várias temporalidades: o pesado legado de um passado excludente; os movimentos sociais, as reivindicações por direitos e as promessas de uma cidadania ampliada; a reestruturação produtiva e a redefinição do poder regulador do Estado em um mundo globalizado, o que projeta as

políticas sociais no centro da crise e da redefinição dos modos de regulação social. Com efeito, são distintos tempos que se misturam, num amálgama, revelado no esgarçamento do tecido social, pela força das violências que tomam de assalto o cotidiano brasileiro.

A confluência desses dois processos da democratização e do ajuste, a partir da década de 1990, constitui o tecido do Estado brasileiro, expressando-se em duas configurações distintas: Estado democrático, *ampliado*, na busca de encontros e pactos, reconhecendo o conflito como via democrática por excelência; Estado ajustador que se restringe, de uma forma seletiva, sob a égide do Mercado, com destituição/anulação da política, ajustando-se à nova ordem do capital, respaldado na dominância do “pensamento único”, a forjar um falso consenso, com a pretensão de fechar qualquer alternativa de “outro caminho”.

Ao analisar-se o percurso da sociedade brasileira, entre 1990 e 2005, no âmbito da “mundialização do capital” que se consubstancia no ciclo de ajuste da América Latina, via “Consenso de Washington”, constata-se a dominância do Estado ajustador, em meio a tensões de uma cultura política democrática, em permanente (re)elaboração, e das conquistas da democratização, inclusive, reconhecidas em Lei, presentes na própria Constituição Federal de 1988. Nesse cenário, a sociedade civil – organizada nos espaços públicos, na luta pela viabilização de direitos da maioria trabalhadora – não consegue alterar as configurações do Estado como gerenciador do capital financeiro. Ou seja, as forças democráticas, nas suas múltiplas formas de organização, não conseguem interferir, de forma decisiva, nos rumos da política econômica brasileira, que, disciplinadamente, segue a Agenda de Washington / Wall Street, sob o monitoramento das instituições financeiras multinacionais: FMI, BIRD, BID.

Avançando na análise, cabe-me delinear como se materializa, nesse contexto, o perfil do Estado ajustador. Ou melhor, como esse Estado se redesenha, ao encarnar a lógica seletiva da nova ordem do capital, em meio às conquistas democráticas e à própria “cultura do direito”? Que direcionamento o Estado brasileiro assume no cenário da crise estrutural do capital, com uma crescente vulnerabilidade social de populações “sobrantes”?

O cientista político José Luis Fiori (1997) apresenta uma formulação-síntese que bem define este Estado ajustador. Segundo ele, “o Estado mudou de cara, mantendo a mesma alma”. A meu ver, esta é uma definição fecunda, na medida em que revela a dinâmica de “mudança na permanência”, instituída nos processos de redesenho que os ideólogos do ajuste cunharam de “reforma do Estado”. Na verdade, o Estado Brasileiro, no âmbito desses processos, encarna interesses fundamentais do capital, “ajustando-se” à nova ordem. Para tanto, suas intervenções visam a atender, em primeiro plano, as exigências das novas formas de valorização do capital. Assim, para manter essa “alma capitalista”, o Estado mudou de cara.

A rigor, a “mudança de cara” é mudança de perfil, de dinâmica de atuação, adaptando-se, funcionalmente, à agenda do ajuste: desregulamentação-desnacionalização-privatização-privilégio da rentabilidade do capital financeiro. É a reformatação do Estado para viabilizar os movimentos do capital face à sua extraordinária mobilidade a exigir sua entrada e saída, sem controle, nos países periféricos.

Nesta perspectiva, o Estado brasileiro contemporâneo – ao contrário do declarado no discurso oficial sobre o ajuste, notadamente nos anos de 1990 – é efetivamente intervencionista. Desse modo, nos ciclos do ajuste brasileiro, tem-se produzido um novo intervencionismo de Estado, em benefício da acumulação rentista, transnacional, do capital. Neste sentido, é exemplar o manejo da dívida interna e da dívida externa.

Assim, o Estado brasileiro constitui-se, nos moldes latino-americanos, um Estado gerencial, a serviço da valorização do capital financeiro, aqui retomando a caracterização de Lucio Oliver Costilla (2003). A rigor, esse Estado, por se movimentar numa economia fragmentada e não se sustentar em um sistema econômico nacional integrado, não consegue tirar uma contrapartida de tal privilégio na rentabilidade do capital financeiro, convertendo-se em mero gerenciador financeiro da mesma, com possibilidades, cada vez menores, de investimentos nacionais e de atuação “no social”.

E, nesta linha reflexiva, chegamos a uma questão-chave: como esse “Estado gerencial, a serviço da valorização do capital financeiro”, se coloca face às in-

terpeleções dos direitos sociais em termos de políticas sociais? Como esse Estado, vinculado às exigências e demandas do capital, trabalha a vulnerabilidade social que atormenta as populações “sobrantes”, nesse Brasil tão desigual, estruturalmente? Como esse Estado intervém no social, em termos de políticas públicas?

Apreciando a atuação do Estado ajustador brasileiro, ao longo de diferentes governos, constata-se um traço comum à configuração de outros Estados-latino-americanos: é um Estado de baixa responsabilidade social; que se minimaliza “no social”, subordinando sua atuação às exigências da rentabilidade do capital. Assim, a sua ação é presidida por uma lógica contábil-financeira, quase sempre como se o enfrentamento das questões sociais pudesse ser reduzido à esfera de “questões técnicas”, de custos do Estado. E, nesta transformação, o Estado se converte em uma espécie de refém do mercado e do cálculo financeiro.

Inegavelmente, em função de cumprir à risca a Agenda de Washington de pagamento da dívida, de superávit primário, o Estado brasileiro se desmonta; e, dentro desse padrão, limita as possibilidades de qualquer atuação “no social” em uma perspectiva mais ampla, com políticas estruturantes, de amplo espectro. É o caso, por exemplo, no Governo Lula, do *Programa Fome Zero* que, no contexto da atual condução do país, fica “encolhido”, sem conseguir encarnar a sua inovadora proposta de “priorização do social”, terminando por enveredar numa perspectiva meramente compensatória.

No desenho das políticas públicas, no ciclo de ajuste da América Latina, destacam-se as experiências *chilena e brasileira* que atestam, cada uma à sua maneira, um padrão, caracterizado pela emergência de políticas econômicas pragmáticas, combinando ortodoxia fiscal e monetária, em nome da estabilidade econômica, com amplos programas e projetos sociais, que funcionam como mecanismos destinados “aos mais pobres, dentre os pobres”.

De fato, no Brasil, o Estado vem assumindo políticas sociais compensatórias, buscando amortecer os efeitos sociais imediatos das políticas de ajuste, empreendidas nos últimos anos. Tais políticas sociais são marcadas por uma perspectiva assistencialista, de curto prazo, sem a devida avaliação do seu foco de ação, restritas a situações localizadas, voltadas

a mitigar a miséria, esta gestada nos processos de acirramento das desigualdades e ampliação da pobreza. Assim, esse Estado mantenedor dos processos de ajuste – responsáveis pela exclusão de amplos e crescentes contingentes da população brasileira – é o mesmo que “compensa”, pontualmente, os segmentos mais excluídos e mais miseráveis. Trata-se de uma insuficiente compensação, que se constitui, obviamente, em mecanismo de preservação de desigualdades, reforçando formas precárias e perversas de “inclusão excludente” de populações, pela via da vulnerabilidade do trabalho, ante às formas novas de dominação do capital.

O Estado ajustador, em um confronto explícito como o padrão do Estado democrático, isenta-se, progressivamente, do seu papel de garantidor de direitos, concretizando-se, assim, em encolhimento de suas responsabilidades sociais. Com efeito, um fenômeno-chave nessa nova ordem do capital é a desconstrução dos direitos que assume, então, uma *dupla dimensão*: a primeira é a erosão real dos direitos. Nesse contexto, direitos do trabalho são destituídos e redefinidos; direitos sociais não conseguiram consolidar suas garantias; direitos historicamente conquistados são negados ou fragmentados, configurando-se, desse modo, o desmonte dos serviços sociais. A outra dimensão é a erosão da própria noção de direitos e das referências pelas quais os direitos podem ser formulados. É o encolhimento do horizonte da legitimidade dos direitos. Vivencia-se a dificuldade ou a impossibilidade de serem formulados como demanda, experimentando-se, mesmo, um mal-estar na enunciação dos direitos. E, mais, na ótica da valorização do capital, muitas vezes são tratados como ônus, “contabilizados” – tal como aparece na expressão “custo Brasil”, por exemplo – ou “flexibilizados”, na gramática neoliberal dominante. No mundo do trabalho, vem se operando um esvaziamento da dimensão fundante do direito; ou seja, o direito deixa de ser uma prerrogativa de todos e se transforma em elemento indexado ao desempenho individual, como “recompensa”. É o direito metamorfoseado em benefício, objeto de retórica, capturado pela racionalidade do Mercado, que retira a “alma do direito”. E, nesta perspectiva, ocorre uma transferência de responsabilidades sociais, também para a sociedade civil, fazendo ganhar espaço fenômenos como a

filantropia empresarial e o voluntariado.

Assim, emergem na vida brasileira novas formas de regulação social, ancoradas na tríade Estado-Mercado-Sociedade. No âmbito dessas novas formas regulatórias, o Estado coloca-se apenas na condição de partícipe, mais precisamente “um, dentre outros atores”, abdicando de seu dever de garantir direitos sociais de cidadania, tal como definido na Constituição Federal de 1988, em resposta aos embates operados no âmbito da sociedade civil. Tais formas regulatórias, difusas entre Estado, Mercado e Sociedade, revelam-se incapazes de responder à gravidade da chamada questão social, no “Brasil do ajuste”.

A questão-chave é: como a sociedade civil, especialmente os atores coletivos, urdidos nas lutas pela democratização, relaciona-se com esse Estado ajustador? Como se materializa, no Estado brasileiro contemporâneo, a contradição entre a ampliação e a destituição da política? Como vem se dando a confluência entre Estado ajustador e Estado democrático, no cenário brasileiro dos últimos quinze anos? Eis uma via instigante de investigação.

É preciso atentar para o fato de que esse Estado ajustador, nas suas restrições da política, movimentasse em meio a tensões, no confronto com os processos de democratização e suas conquistas. Evelina Dagnino (2003), em sua análise da política no Brasil contemporâneo, sustenta que uma especificidade brasileira é que o processo de ajustes neoliberais defronta-se com um projeto político democratizante, amadurecido desde o período da resistência ao regime militar, fundado na ampliação da cidadania e na participação da sociedade civil. E, assim, o projeto neoliberal encontra, no Brasil, um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não-hegemônico, capaz de construir um campo de disputa.

Com efeito, o projeto de democratização, embora não-hegemônico, nesses últimos quinze anos, tem determinados rebatimentos na reorganização do Estado brasileiro, configurando um relativo peso político. A avaliação desse peso do projeto de democratização, nas redefinições do Estado, implica um balanço do legado democrático na vida brasileira recente. Nesta direção, Maria Célia Paoli e Vera da Silva Telles, destacam duas conquistas que encarnam um processo de transformação em curso:

- a criação de um espaço público informal, descontínuo, plural, no qual se elaborou e se difundiu uma “consciência do direito a ter direito”. Segundo Paoli e Telles, esse espaço público conforma os termos de uma experiência inédita na história brasileira, em que a cidadania é buscada como luta e conquista, e a reivindicação de direitos interpela a sociedade, como exigências de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento dos interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho digno, por uma vida decente, por uma sociedade justa;
- a constituição de políticas culturais, postas em prática – com mais ou menos clareza e em maior ou menor extensão – pelos *movimentos sociais*, resignificando noções, padrões e valores e instituindo o conflito, como via democrática por excelência. Essas políticas culturais democratizantes subvertem “hierarquias simbólicas”, instituídas na cultura política dominante, constituindo um lugar de cidadão para atores coletivos da cena política de democratização – *moradores pobres, famílias sem teto, trabalhadores sem terra, mulheres, negros, índios, minorias discriminadas* – que estavam fixados em lugares subalternizados, entre uma trama densa de discriminações e exclusões (PAOLI e TELLES, 2000: 103-148).

De fato, tais políticas viabilizam a constituição de identidades das chamadas minorias culturais e étnicas, garantindo o alcance do poder da fala e da expressão pública para estas “minorias silenciadas e tornadas invisíveis” pela cultura política dominante.

Na cena pública brasileira, os movimentos sociais, em sua diversidade, criam e difundem teias de sentidos e significados, impondo questões negadas e reprimidas ao longo da história; constituem, no cotidiano, a gramática democrática, quando intervêm em debates políticos; tentam dar novos significados às interpretações culturais dominantes ou desafiam práticas políticas estabelecidas. É inegável que as políticas culturais emancipatórias, dos movimentos sociais, se cruzam com práticas políticas autoritárias,

excludentes, hierarquizadas, arraigadas no imaginário social brasileiro, constituindo, assim, os termos de uma *disputa simbólica de valores e padrões*. A rigor, as políticas culturais democratizantes *desestabilizam a cultura política dominante*, efetivando um *desalocamento desta*, fazendo-a enfrentar outras culturas e outras políticas (PAOLI e TELLES, 2000).

Examinando-se, assim, a dinâmica da sociedade, visualiza-se um “patrimônio democrático” que consubstancia uma forma emancipatória a se confrontar com forças neoconservadoras de mercantilização da vida social e de seus valores neoliberais, numa “revolução cotidiana”. A isto acrescentamos um outro aspecto de peso, que vem possibilitando o confronto com a lógica de financeirização do Estado ajustador: são as conquistas legais que viabilizam, no plano jurídico-institucional, um avanço na construção da cidadania nos (incertos) caminhos do Brasil atual.

Neste campo, a referência maior, já aqui destacada, é a Constituição Federal de 1988, que incorpora uma agenda universalista de direitos e proteção social, traduzindo uma exigência de participação na gestão da “coisa pública”, acenando com as possibilidades de construção partilhada e negociada de uma legalidade capaz de conciliar democracia e cidadania. E, a partir da “constituição cidadã”, têm-se, como conquista da luta de determinados movimentos sociais, leis específicas que apontam para um novo padrão de proteção social e de caráter mais universalista e igualitário: SUS / ECA / LOAS / Estatuto da cidade / Estatuto do idoso / legislação de proteção dos direitos das mulheres, com reformas no Código Penal e no Código Civil. Ressalte-se, ainda, que, por força das lutas do Movimento Negro, encontra-se no Congresso, para votação, o Estatuto da igualdade racial, consubstanciando uma subversão de hierarquias simbólicas, na tradicional cultura política brasileira.

Este legado democrático – criação de espaço público; desestabilização da cultura política dominante; aparato legal de proteção social – possibilita condições objetivas e condições subjetivas para que atores coletivos da sociedade civil, encarnados em movimentos sociais plurais, com diversidade considerável de formatos, exerçam a política pela via do conflito, lutando pela materialização de direitos em políticas públicas.

Assim, em meio ao desmonte seletivo do Estado ajustador, “no social”, tem sido possível e viável lutar por políticas sociais mais amplas, orientadas por direitos de cidadania, com potencial de inclusão social. Em verdade, é a instauração da contraditoriedade na cena pública brasileira, repercutindo na reorganização do Estado Contemporâneo.

Nessa tessitura do Estado brasileiro, o sistema de proteção social vivencia uma paradoxal situação de implantação, do ponto de vista jurídico-institucional, de reformas amplas, sob a ótica da cidadania, em concomitância com a estagnação dos programas sociais e com uma grave deterioração das redes públicas de serviços, em curso nos processos desencadeados pelo Estado ajustador. É o caso do SUS, confrontando-se, continuamente, com o *desmonte da saúde pública*, impondo a luta intransigente pela universalização do acesso a serviços de saúde de qualidade; é a questão da LOAS face à (re)atualização do assistencialismo, numa multiplicidade de programas residuais, ampliando o movimento pela implantação do SUAS, na viabilização da Assistência Social como política pública de cidadania; é a situação do ECA, continuamente desrespeitado pelas estruturas institucionais e pelos poderes instituídos, alimentando uma “cultura de discriminação”, colocando a exigência política de um enfrentamento, sem trégua, pelo reconhecimento da condição de cidadania para crianças e adolescente atingidos pelas violências da exclusão.

Enfim, são lutas que se (re)colocam, permanentemente, reatualizando-se nos formatos e nas estratégias, para fazerem valer a lógica do Estado democrático, no enfrentamento com a lógica do Estado ajustador, na perspectiva da viabilização de direitos através de políticas públicas. No Brasil, as políticas sociais constituem um espaço privilegiado de atuação política no (re)desenho do Estado, estabelecendo o vínculo necessário entre conflitos / demandas por direitos e busca de alternativas de emancipação. Sob esse prisma, os movimentos sociais pela definição e implementação de políticas públicas, com suas múltiplas expressões, articulando novas e tradicionais estratégias, constituem-se vias abertas, no confronto com a lógica do capital mundializado. E aí reside a questão central a nos provocar: num olhar crítico e reflexivo sobre o rico percurso dos movimentos

sociais no Brasil contemporâneo, em que medida alguns desses movimentos têm colocado em xeque a lógica do capital e suas formas de dominação? E mais: considerando a impossibilidade do sistema do capital incluir as “populações supérfluas”, que horizontes a luta por direitos abre para essa coletividade de despojados? Nesta civilização do capital, essencialmente excludente, qual o potencial emancipatório das políticas sociais?

## NOTAS

- 1 Este trabalho foi apresentado no *Ciclo de Debates* dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizado na cidade de Natal-RN, em Junho de 2006.
- 2 OLIVEIRA, Aécio, 2006.
- 3 CARVALHO e GUERRA, 2006.
- 4 OLIVEIRA, Aécio, 2006.
- 5 No dizer de Alba Carvalho e Eliana Guerra, são “trabalhadores no fio da navalha da lógica do capital”, tentando um frágil equilíbrio, na *tensão entre exclusões e inclusões precárias*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Alba M. P. “Reorganização do Estado brasileiro na contemporaneidade: desafios das políticas públicas como direito de cidadania”. Seminário do Conselho Regional do Serviço Social – CRESS. Fortaleza, Maio de 2005 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. “Direitos humanos em foco: direitos sociais”. Seminário do Conselho Regional do Serviço Social. CRESS. Fortaleza, Maio de 2006 (mimeo).
- CARVALHO, Alba M. P. e GUERRA, Eliana Costa. “Tempos contemporâneos: trabalhadores supérfluos no fio da navalha da lógica do capital”. I Encontro internacional, *Trabalho e perspectivas da formação dos trabalhadores*. Fortaleza, 2006.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica salarial*. Coleção *Zero à esquerda*, Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHESNAIS, François *et al.* *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.
- COSTILLA, Lucio F. Oliver. Transformações do Estado e da sociedade civil na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.), *América Latina: transformações econômicas e políticas*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2003.

- DAGNINO, Evelina. "Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?". Colóquio internacional "Políticas de ciudadanía y sociedade civil en tiempos de globalizacion", Caracas: 2003.
- FIORI, José Luís. "Dança das cadeiras: revolução silenciosa de Fernando Henrique muda a face do capitalismo brasileiro, mas não mexe na sua alma". Revista *Carta capital*, 20 Ago. 1997.
- Laboratório de Estudos Marxianos (LEMARX). "Autoapresentação Programática". Fortaleza, 2006.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Volumes 1 e 2. Espanha. Ed. Siglo Veintiuno, 1971.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Universidade Federal do Ceará). Fortaleza, Setembro, 2006.
- PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. "Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil Contemporâneo". In: *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino, Artur Escobar (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal, do que se trata?* Belo Horizonte: Ed UFMG, 1999.

# ACÇÃO COLECTIVA: CONDIÇÕES, OPORTUNIDADES E LIMITES. UM ESTUDO DE CASO SOBRE UM ASSENTAMENTO DO MST

## 1. INTRODUÇÃO E PROBLEMA

O exercício deste texto<sup>1</sup> procura problematizar o conceito de movimento social, aferir suas potencialidades e limites, conjugando a confluência de duas vertentes – teórica e prática –, as quais, sempre que possível, se pretende estejam imbricadas e interdependentes. Uns, partindo da ideia de que movimento implica organização e gestão de recursos, consideram que movimento social poderia ser subsumido na definição de organização. Porém, a maior parte dos autores não partilha esta concepção demasiado gestionária de movimento e, independentemente do tipo de movimento, atribui-lhe a ideia de dinâmica social, em regra tendente à contestação do *status quo* e implicando reivindicações ou exigências colectivas em prol de determinadas classes, etnias, género, território, ambiente, etc. A este respeito, diversos são os autores que distinguem ‘velhos’ e ‘novos’ movimentos sociais: os primeiros, como os sindicais, baseados na identidade de classe e os segundos, de carácter inter ou transclassista, como os feministas, étnicos ou ecológicos que, sendo transver-

MANUEL CARLOS SILVA\*

ANA MARGARIDA DOS REIS  
JORGE\*\*

### RESUMO

Tendo como pano de fundo a questão social e sociológica sobre quais as condições necessárias para a emergência (ou não) da acção colectiva, este artigo aborda esta questão confrontando diversas posições a este respeito, enriquecendo-a com dados empíricos de um estudo de caso num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Estado de Pernambuco (Brasil). Estes trabalhadores surgem pelo MST com uma organização própria, questionando inclusive a lógica global inerente ao actual estágio do desenvolvimento capitalista. Recolhendo contributos de diversos autores (neo)marxistas e (neo)weberianos sobre movimentos sociais, assumimos todavia como básico o imperativo da sobrevivência e segurança (Scott) e combinamos, na esteira de Bader, os diversos níveis de análise da acção colectiva.

### ABSTRACT

Within a social and sociological background which may provide the necessary conditions for emergency (or not) of collective action, the author tackles this issue by confronting several positions dealing with it, and enriching it with empirical data from a case history found on a settlement administered by the Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) in the State of Pernambuco. These workers are grouped by the MST as an organization which questions the global logic found in the current stage of capitalist development. By collecting contributions from several neo(Marxist) and neo(Weberian) authors who deal with social movements, we defend as a fundamental issue the surviving and security imperative (Scott) and combine, following Bader's trail, the various levels of analysis for collective action.

\* Sociólogo, professor catedrático do Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal. (mcsilva@ics.uminho.pt)

\*\* Socióloga, doutoranda, bolsista de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal. (Ana.j.mr@gmail.com)

sais a várias classes ou grupos sociais, explicar-se-iam pelo novo contexto da sociedade pós-industrial (BELL, 1973), pós-moderna ou pós-materialista (INGLEHART, 1993), pelas diferenciadas bases de apoio já referidas (OFFE, 1992), destacando-se nos segundos as velhas e novas classes médias, além de categorias periféricas ao mercado de trabalho. Não obstante alguma pertinência no argumento, tal posição é controversa, acrescendo o facto de movimentos sociais alegadamente novos, como o feminista e o anti-racista, remontarem aos séculos XVIII e XIX.

No seio dos autores que distinguem movimento social de organização, alguns como Touraine (1978) associam a ideia de movimento social, velho ou novo, a um projecto alternativo visando a transformação social. Outros, porém, a par do potencial libertador, não deixam de sublinhar eventuais limites, a função integrativa do movimento social ou, pelo menos, o carácter não necessariamente contestatório face ao actual sistema capitalista, como apontam Offe (1992) e Gohn (1995). Sem assumir, *a priori* e em termos absolutos, o movimento social ora como emancipador ora como integrador, será

curial, na esteira de Wertheim (1971) e Silva (2000), analisar os movimentos sociais como ‘contrapontos’ anti-hegemónicos, constituindo, todavia, por regra, um potencial para a emancipação social. O estudo de caso gira em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) que, como processo conhece várias fases, e tem como ponto crítico desafiador do sistema a ocupação das terras, como forma de questionar o direito de propriedade latifundiária. Neste âmbito foi realizado um trabalho de campo no assentamento Gregório Bezerra, uma conquista do MST na Zona da Mata Pernambucana – Brasil.

Desde logo reconhecemos que uma efectiva transformação do capitalismo, não se circunscrevendo à acção de uma classe, grupo ou movimento, exigirá certamente um envolvimento de classes, grupos e forças sociais em sentido amplo, em âmbitos local-regional, nacional e global. Por outro lado, os movimentos sociais, sejam velhos ou novos, não têm que cingir-se a reivindicações imediatistas, perdendo o sentido estratégico da mudança qualitativa nem, no pólo oposto, cair numa visão expectante e ‘utópica’ de objectivos a longo prazo, desprezando as pequenas lutas de curto prazo, pois ambas são articuláveis. Fixando-nos no referido estudo de caso, pretendemos, assim, dar conta de alguns resultados da pesquisa, tendo presente as seguintes questões de partida que enformaram a investigação:

- *Quais as razões e os motivos que estão na génese da integração dos trabalhadores rurais sem terra no MST? Quais as particularidades em termos de origens sociais e trajectos de vida que confluem para que tal aconteça?*
- *Em que medida a situação de assentado representa uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais sem terra e em que medida condiciona e contribui para a passagem da percepção de identidade de classe para a emergência de uma consciência revolucionária? E, em caso negativo ou de modo limitado, quais as razões do bloqueio ou das limitações dessa consciência e da acção colectiva?*

Estas questões de partida apontam para uma análise direccionada para aspectos que se prendem com acções e trajectos, motivações e significados,

identidades e mundividências, umas e outras vinculadas às condições de vida da população em estudo. Metodologicamente foi adoptado o quadro compreensivo-interpretativo-explicativo de inspiração weberiana, relevando uma abordagem de cariz qualitativo, embora sem descurar alguns dados quantitativos. Desta forma, as principais técnicas utilizadas foram, para além da recolha documental, a começar pela do MST, o inquérito por questionário e com particular destaque, neste texto, os resultados da observação participante e da entrevista (história de vida)<sup>2</sup>.

No estudo de caso, procuramos verificar até que ponto os dados confirmam ou infirmam abordagem teórica que, na esteira de Bader (1991, 2005), procurou combinar diversos níveis de análise, desde “o campo das posições objectivas e das mudanças estruturais” (2005: 15), passando pela definição dos conceitos centrais de classe, *habitus* e consciência de classe, aliando-os às dimensões da experiência, organização, lideranças, ideologias e conflitos de classe.

## 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO: PRÉ-REQUISITOS DA ACÇÃO COLECTIVA

Um dos objectos de estudo cada vez mais frequente é o da acção colectiva e suas diversas formas de expressão e visibilidade: desde os rituais de iniciação e rixas intertribais, passando por revoltas camponesas e banditismo social, levantamentos por carestia alimentar ou exacção de impostos, conflitos sociais por razões salariais e outras podendo desembocar em protestos, greves e manifestações, mobilizações contra guerra e pela paz, pela defesa do meio ambiente ou movimentos étnicos, religiosos, nomeadamente os de cariz profético ou messiânico. Porém, a questão que surge como mais relevante consiste em saber como é que surgem tais acções colectivas; ou seja, quais as condições necessárias, quais as fases pelas quais uma determina entidade social (etnia, classe, grupo profissional ou movimento interclassista como o feminista ou ambiental) forja uma identidade e consciência (inter)grupal capaz de encontrar uma plataforma comum de objectivos e despoletar uma acção colectiva.

Várias são as perspectivas teóricas que se apresentam para dar conta deste tipo de fenómenos, compreendê-los e explicá-los. Sem deixar de ter presente

que a própria controvérsia teórica pode constituir um instrumento utilizável nos mais diversos tipos de conflito societal, convém, todavia, de modo sintético explicar os principais paradigmas teóricos.

Teorias centradas no processo de modernização minimizam a importância dos conflitos sociais ou, quando os admitem, remetem-nos de modo evasivo para a lógica da diferenciação e complexidade social das modernas sociedades (pós)modernas e efeitos delas decorrentes: quebra de laços sociais e morais, eventuais processos de anomia e desenraizamento social ou mesmo rupturas face a normas, valores e códigos de conduta próprios das sociedades tradicionais, designadamente agrárias e sua transição para as sociedades modernas (DURKHEIM, 1977). A esta perspectiva se podem agregar velhas e novas variantes da teoria estrutural-funcionalista de cariz normativista e culturalista que, num registo mais absoluto ou mais relativo conforme os autores, reforçam a ideia de que atritos, disfunções, desajustamentos ou eventuais conflitos se devem a choques ou desvios de padrões culturais, morais ou políticos vigentes (cf. PARSONS, 1988; MERTON, 1970; SMELSER, 1962; HUNTINGTON, 1968; LUHMAN, 1982; EISENSTAT e RONIGER, 1984).

Por paradoxal que pareça, teóricos estruturo-funcionalistas como Parsons, não obstante se demarcarem de outras ciências como a Psicologia, operam com conceitos provindos desta como motivação, projecção e interiorização; conceitos estes decalcados das correntes psicológicas nomeadamente freudiana. Com efeito, por sua vez, também em certas correntes psicológicas, os conflitos e as manifestações de massas são vistas como epifenómenos do inconsciente ou então erupções de um fundo emotivo, irracional e/ou psicopatológico que, em contexto de manifestações gregárias e anónimas, transmite-se por contágio ou imitação (LE BOM, 1986); ou ainda, numa outra vertente psicosocial ou mesmo psicanalítica, os conflitos resultariam da insatisfação ou frustração do *eros* face ao *superego* em termos individuais e colectivos, respectivamente, numa perspectiva freudiana (FREUD, 1921; MARCUSE, 1966). Em reacção a esta focalização psicanalítica em torno do inconsciente, para outras abordagens de orientação cognitiva, a explicação dos conflitos é feita na base das condições

do meio ambiente e/ou ausência de canais informativos e comunicativos. Ainda no campo da psicologia, conflitos e correlativas acções colectivas explicam-se pela discrepância entre expectativas crescentes e gratificações, entre privações relativas dos actores sociais e as (in)capacidades de realização dos desejos/objectivos e correlativos sentimentos ou estados mentais de insatisfação ou frustração, de medo ou angústia (cf. DAVIES, 1962; GURR, 1970), embora estes autores não defendam uma relação causal directa entre privação e revolta<sup>3</sup>. Por fim, no campo da sociologia (HOMANS, 1983: 33 ss) e da antropologia, mas com conotações psicológicas, outros recorrem a *ethos* ou síndromas de inspiração psicosocial e moral para compreender certos comportamentos recorrentes de determinadas classes/grupos sociais (vg. o 'amoral-familista' em Banfield, 1958; o "inveioso" em Foster, 1972, em relação aos camponeses).

Outras teorias lidam com o conflito como algo central nas sociedades, uma vez que assumem como pressuposto básico a existência de conflitos como algo inerente às sociedades estratificadas ou de classes. Porém, entre os teóricos do conflito, importa distinguir entre Weber (1978: 53) e os (neo)weberianos (DAHRENDORF, 1959: 165 ss; PARKIN, 1979) e outros teóricos do poder como Moore (1966: 453 ss), Wolf (1974: 301), Sckocpol (1979: 11 ss), Tarrow (1994), por um lado e, por outro, Marx e Engels (1998) e (neo)marxistas tais como Poulantzas (1975), Wright (1985), Benschop (1993). Enquanto para os primeiros o conflito é perspectivado como forma de luta pela conservação ou conquista de poder, em que a demarcação de interesses entre classes, elites, etnias ou grupos adstritivos, sendo uma das suas expressões, não é necessariamente antagónica, mas passível de concertação social; para os segundos o conflito, nomeadamente de classes, é estrutural, irreduzível e antagónico. Para que surja acção colectiva no âmbito do movimento sindical será necessária não só a presença de condições objectivas de vida comuns como uma consciência de classe forjada nas lutas sociais, precedida, em regra, mas sem linearidade, duma percepção da identidade de classe. Com efeito, é necessária uma efectiva consciência de classe – "o sentido tornado consciente da situação histórica da classe" (LUKACS, 1976: 51).

Para grande parte dos marxistas e leninistas, se infere igualmente que quanto mais deteriorada a situação objectiva no sentido da proletarianização e da pauperização absoluta, maior a probabilidade de emergir a acção colectiva, violenta, revoltosa. Esta tese, no que respeita às várias camadas do campesinato, conduziu a uma velha polémica entre os leninistas e os populistas russos, num primeiro momento e, num segundo, entre os subsequentes marxistas ortodoxos e alguns estudiosos do campesinato como Wolf (1974: 300) que, com base no conceito de *'tactical power'* – de resto coincidente com o conceito de poder de disposição weberiano (*verfügungsgewalt*) (WEBER 1978: 53) –, pela posse de mais recursos e mobilidade geográfica do campesinato médio, atribuía a este maior predisposição e capacidade para a luta do que o camponês pobre e dependente (SILVA, 1998: 48). Neste quadro, se, por um lado, redutora é a explicação das mais díspares acções sociais – incluindo obviamente a acção colectiva – pela luta pelo poder, tal como o fazem Dahrendorf (1959) e Parkin (1979), por outro lado, tão pouco fecunda é a explicação monocausal económica por parte de marxistas ortodoxos, dado que em certos temas, como na análise dos movimentos sociais, o político releva e, não raro, de modo incisivo, pelo que, como sustenta Silva (1998, 2005), é *“de perfilhar os esforços que têm sido feitos no sentido de abandonar o velho e algo anacrónico dilema entre infra-estrutura e supra-estrutura em favor de uma mútua influência e co-presença de vários factores e, sobretudo, co-estruturação de níveis de análise: societal ou socioestrutural, organizacional-político e interaccional”* (2005: 126), tal como o têm advogado Bader e Benschop (1989), Bader (1991), retomando o esquema de Luhman (1982), embora não partilhando as premissas estrutural-funcionalistas deste último.

Para perceber a emergência, a consolidação ou o enfraquecimento da formação identitária de um movimento social, suas condições, fases e eventual eclosão/ruptura ou integração na ordem vigente, socorremo-nos do esquema analítico de Bader (1991, 2005, 2007). Mais, para que um movimento ou mobilização social emerja e se torne eficaz, importa:

(I) que os respectivos actores de determinada(s) classes, grupos ou categoria(s) sociais dominada(s) sejam, de facto, vítimas de processos de exploração

e/ou dominação em estruturas e contextos específicos por parte de instituições (inter)estatais e classes/grupos sociais dominantes em contextos históricos específicos (colonial, fascista-nazi, imperialista, formação de Estados-Nação, urbanização, migrações), sendo eventuais movimentos produtos sociais dessas estruturas e contextos específicos;

(II) que haja desequilíbrios e injustiças no acesso e no grau de controlo de recursos e recompensas e que os grupos explorados ou dominados, pelo lugar ocupado nas situações de desigualdade adscritiva e posicional e nas relações de poder assimétrico, sejam percebidos como “ameaçadores” ou “usurpadores” de “direitos” e “privilégios” da maioria;

(III) que determinadas estruturas sociais específicas possibilitem ou contribuam ao aparecimento e/ou reforço de determinada categoria ou grupo social, enquanto potencial actor colectivo, cujas auto e heterocategorizações estejam sedimentadas e concretizadas em determinadas situações históricas concretas;

(IV) que a formação de classes ou grupos sociais, assente em experiências vividas pelos próprios actores sociais, se transmita através da cultura e do *habitus*<sup>4</sup> social, ou seja, através dos discursos, já dominantes, já dominados, implicando culturas, linguagens e hábitos específicos, uma identidade e interesses objectivos (materiais, legais, simbólicos) percebidos como relevantes e mobilizadores para uns e outros;

(V) que os respectivos grupos sociais – dominantes e dominados –, no processo de formação da sua cultura, identidade e interesses específicos, articulem objectivos, estratégias e tácticas para a acção, o que, face a ideologias naturalizadoras da exploração, da discriminação e da opressão, se impõe a elaboração, por parte do(s) grupo(s) dominado(s), uma utopia específica no sentido de libertar-se das normas cognitivas dominantes;

(VI) que cada uma das classes/grupos/categorias, para alcançar os objectivos enunciados, consiga associar-se, superar eventuais diferenças internas e organizar-se numa linha política ampla e abrangente na base de interesses comuns, não obstante a diversidade e a heterogeneidade de quadros e líderes e respectivos grupos de apoio, dimensão esta que remete para as questões organizacionais e de poder;

(VII) que na acção colectiva sejam mobilizados recursos de poder disponíveis, não só os recursos internos (cultura, *habitus*, identidade, organização, liderança) como externos (aliados, instituições estatais, princípios jurídicos e políticos), podendo estes últimos serem decisivos quer nos processos negociais, quer nos resultados dos conflitos;

(VIII) que sejam ponderadas e incluídas na estratégia as oportunidades de acção externa, a fim de atrair potenciais aliados, neutralizar terceiros indecisos e responder a contramobilizações dos adversários e, deste modo, negociar, conciliar e/ou fazer face ao confronto.

A verificação ou não destas precondições ou factores permite compreender a emergência, a polarização ou a diminuição do conflito social, tendo, contudo, presente que determinadas consequências intencionais e não-intencionais deverão ser vistas não apenas como efeitos mas também como causas que afectam, alteram ou transformam as estruturas sociais e políticas existentes, nomeadamente estatais.

### 3. ORIGENS, TRAJECTOS E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: O ASSENTAMENTO GREGÓRIO BEZERRA

O Assentamento Gregório Bezerra, com 267 hectares, implantado em 1996, é o resultado de uma forte insistência dos trabalhadores rurais sem terra em permanecer na propriedade canavieira, tendo sido efectuadas duas ocupações no local, as quais sofreram elevadas doses de violência por parte dos 'capangas' a mando do latifundiário.

O sistema de moradia utilizado é a agrovila; no entanto e por opção, duas famílias, quando da distribuição de terras, optaram por residir no próprio lote destinado à prática agrícola. No que concerne às características das habitações, é de salientar que elas compreendem cozinha, sala, variando o número de quartos entre dois e quatro e, geralmente, um compartimento destinado à casa de banho, sendo os equipamentos, quando existentes (vaso sanitário, chuveiro), tributários do improvisado das famílias. As habitações contam ainda com um pequeno espaço exterior, onde as famílias cultivam alguns géneros alimentares e mantêm o gado de que dispõem.

Em termos de infra-estruturas e equipamentos, são de salientar: a presença de electrificação (apenas na agrovila), a ausência de água canalizada (obrigando a constantes deslocações a nichos de água nas áreas de cultivo agrícola) e saneamento básico. Existe uma escola, onde actualmente apenas funciona o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) e a alfabetização para jovens e adultos, realizando-se ainda no local as reuniões da Associação / cooperativa. O assentamento conta ainda com uma casa de farinha, estando em construção um edifício destinado a uma agroindústria de doces.

Relativamente à organização do assentamento em termos de instâncias de participação, discussão e representação, existem dois núcleos de famílias, pelos quais se dividem os assentados: a associação e a cooperativa, ambas revelando algumas insuficiências.

No tocante aos rendimentos auferidos pela produção agrícola familiar, verifica-se que eles são tendencialmente baixos: 62% dos agregados com rendimentos (*rendas*) até 100 reais mensais; 29% entre 101 e 200 reais e 5% entre 201 e 300 reais. Anote-se que 91% das famílias afirmaram usufruir de outros rendimentos (programas sociais, aposentadoria e outras actividades profissionais), o que acentua, de forma ténue, algumas das diferenças interfamiliares. Em todas as famílias, porém, são manifestas as dificuldades de sobrevivência.

A população em análise revelou uma notável homogeneidade, quer com relação a baixas habilitações escolares – 62,5% não sabe ler nem escrever – quer em termos das origens sociais pobres e difíceis trajetórias de vida. A totalidade dos casais entrevistados e uma larga maioria dos inquiridos são oriundos de famílias de trabalhadores agrícolas, nomeadamente de trabalhadores de engenho, na condição de *moradores*<sup>5</sup>, situação a que muitos deles se viram sujeitos, desde tenra idade até o momento da desagregação de tal sistema, a partir dos anos sessenta.

Efectivamente, todos os assentados contemplados na amostra já haviam exercido a actividade agrícola anteriormente, correspondendo o momento imediatamente anterior, na maioria dos casos, à fase de penetração da lógica mercantil na agricultura e, desta forma, ao trabalho assalariado sazonal – nomeadamente no corte da cana-de-açúcar, cultura

secularmente preponderante na região. Eram, amiúde, afectados por períodos consideráveis de desemprego, com graves consequências em termos de subsistência do agregado familiar.

As memórias da infância e juventude, passadas em engenhos, surgem quase sempre marcadas pela dureza das condições de vida, ainda que, comparativamente à situação de assalariados rurais sazonais, tal vivência assumia alguma valorização. Para tal, apontam as seguintes afirmações:

*Na rua era demais; era pior do que quando a gente trabalhava nos engenho (...) quando a gente morava na rua, não tinha emprego (...) enquanto a gente tava trabalhando era bom porque... chegava uma conta de luz, a gente pagava, chegava uma conta de água, a gente pagava... sobrevivia... qualquer coisa a gente ainda podia comprar.*

E um outro: "...a gente só saía quando já tinha onde trabalhar (...) naquele engenho também já tinha casa... já tinha casa, já tinha tudo esperando pela pessoa... já tinha trabalho, tinha onde trabalhar”.

Tal prende-se com a relativa segurança em termos de subsistência, aspecto pertinentemente avaliado por Scott (1977) como característica básica da *economia moral* campestre, cuja racionalidade apresenta traços específicos que, ainda que imbricados com elementos da racionalidade liberal, não se confunde com ela, como pretende incorrectamente Popkin na sua discussão com Scott – um tema desenvolvido em Portugal por Silva (1987, 1998) e Sobral (1999).

Embora o ingresso no trabalho assalariado constitua uma mudança importante em termos sócio-económicos e profissionais, tal não constitui um processo de mobilidade ascensional face à situação vivenciada pelos pais, significando, não raro, um agravamento das condições de vida. Este quadro marcado pela precariedade das condições de vida, aliado ao transgeracional enraizamento espacial e à produção agrícola familiar, bem como o conhecimento de exemplos de relativo sucesso na conquista de assentamentos e o teor dos discursos empreendidos pelas lideranças, impulsionaram as famílias pobres e destituídas a ingressar no Movimento:

*(...) nós morava lá na cidade, na ponta da rua, cê sabe que pobre só mora em favela. Trabalhava quatro mês por ano e ficava o resto parado...e aí a gente decidiu... um povo do MST fez trabalho de base (...) era pa gente ganhar uma terra, pa trabalhar, nunca mais depender de patrão... ficar independente... não depender de patrão, de latifundiário... aí nós seguimo isso aí.*

*Porque... porque queria um pedacinho de terra para trabalhar, pa ver se melhorava nossa situação, né?! Porque a pessoa... como no caso da gente agora... eu com esses cinco filho (...) Se eu morasse na rua, eu tenho a maior certeza do mundo que meus filho talvez não me obedecessem como obedece aqui.*

*(...) os filhos dizia, tou com fome, tou com fome e a gente não podia fazer nada (...) A gente pensamo: antes ficar acampado e lutar prà que as coisa chegue, prà ter terra prà plantar, do que ficar na rua (...) os minino roubando.*

A ideia de posse da terra e de luta pela mesma assumem, acima de tudo, o significado da procura do mínimo necessário à própria sobrevivência. É de facto notória a ausência de trajectos marcados por experiências de organização e acção colectiva, o que nos remete tanto para a fraca representatividade de movimentos sociais até à década de oitenta, quanto para o isolamento e relativa estabilidade que caracterizava a situação de trabalhador de engenho, detectando-se apenas estratégias de resistência em termos individuais ou familiares.

A sujeição às difíceis condições inerentes à situação de acampado, à discriminação, bem como o risco intrínseco a situações de conflito, só parece de facto compreensível, se atendermos às posteriores duras condições objectivas e à percepção de ausência de alternativas à subsistência, o que constituiu um pre-requisito básico e objectivo para a luta dos trabalhadores rurais sem terra. Foi, porém, a própria experiência de organização e acção empreendida pelo MST que possibilitou a passagem da percepção

de classe destituída e ostracizada, numa matriz de desiguais oportunidades e condições de vida, para a progressiva emergência de um sentido colectivo de conflito e de certa predisposição para a luta e materialização da ocupação da terra. A pesquisa documental associada à observação nalguns contextos da acção pedagógico-organizacional, por um lado e, por outro, reivindicativo-contestatória por parte do movimento, bem como os relatos da população relativos aos tempos de acampamento parecem dar algumas luzes sobre a questão supracitada:

*Foi um sofrimento. (...). Era falta de tudo, falta de comida (...) e as criança toda adoecia (...) não tinha ninguém que a gente pudesse recorrer (...), já tinha aquela mancha de ser acampado, eles já tinham medo da gente. (...) como se a gente fosse assim... uma peste.*

*(...) em questão de união, era união o tempo todo. (...) ninguém tinha nada, ninguém tinha previsão de nada. A gente sabia que tava lá... agora não sabia quando ia, sabe?! Sabia só que... tinha a expectativa de ir pr'aquele lugar, de mudar de vida. Acho que era isso que fazia a gente se unir e todos se unia.*

*Quando a gente entrou, a gente não pensava nem em colectivo porque não sabia nem o que era (risos). (...) se fosse uma pessoa só que viesse pr'aqui, não tinha nem um aqui n'era.*

*Depois que a gente começou, que a gente conheceu o MST, eles ensinou muita coisa, muita coisa ao pessoal e... e muita gente aí... que não sabia ler, não sabia escrever, não sabia assim... até conhecer, muita coisa lá fora.*

Efectivamente, é com o ingresso no movimento que se dão os primeiros passos no trabalho colectivo que, conjuntamente com o envolvimento em todo o leque de actividades de índole pedagógica e organizacional – participação em sectores, comissões, núcleos, cursos, etc. – tendentes ao debate, participação e decisão, levam a uma intensa rede de solidariedade,

geradora de um sentido de comunidade de interesses e percepção elementar de uma identidade comum – proto-consciência de classe face a opositores bem delimitados, os latifundiários; e com pressão variável sobre o Estado, que ora cede, ora procura conter o Movimento. A efectivação de tal oposição, mediante as diversas acções de cariz externo – como as marchas, passeatas, ocupações e outras manifestações de protesto, sempre envoltas de uma elevada componente simbólica, desde a indumentária, aos cânticos e frases de ordem, entre outras – também ela assume um papel fundamental no surgimento de tal identidade, não raro exaltando-se a coragem na resistência:

*(...) aqui... nós fomos um dia pelas quatro horas da madrugada... chegamos lá e de noite fomos despejados por... é... pistoleiro, né?! Eu ocupei...e ainda dei umas pancada (...) passei um bocado (...) eu sei o que sofri.*

*(...) se não acontecer passeata, ocupação (...), a gente nunca tem nada, que eles não fazem nada não. É um modo de fazer pressão... se não fizer pressão (...) pa vê se eles... solta algum projecto pa gente trabalhar... eles não solta não.*

*(...) porque tudo o que a gente quer não tem aqui ninguém atrás não...a gente é que tem de correr atrás pa conseguir. (...) A gente faz aquilo... que é mais amostrar pr'o governo... federal... pr'o mundo... que a gente tá necessitado. E aí eles acha que a gente são baderneiro; mais não... só que a gente tá reivindicando porque... não vai ninguém do governo do Estado pr'a ver que a gente tá passando fome, que tá doente.*

*Foi no MST que me dei por gente (...) fui vitorioso no MST.*

Os tempos do acampamento são, pois, sempre lembrados com um misto de amarga tristeza pelas efectivas dificuldades que comportaram, e de saudosismo pelo sentido de comunidade e união que se havia construído, levando à conquista do assentamento. Essas lembranças agora surgem de forma um tanto diluídas pela vivência mais individualizada no assentamento.

As actuais condições de vida, nomeadamente por comparação às anteriores, são vistas como positivas, mas é manifesto que a generalidade das famílias assentadas se confronta com notórias dificuldades de sobrevivência. Aos entraves de cariz natural, como o clima e as características do solo, que condicionam os níveis de produtividade, soma-se a prevalência da dependência face à lógica do sistema, ora latifundiário ora capitalista envolvente. Meios de produção como sementes, máquinas e produtos permanecem apanágio das classes dominantes, verificando-se uma dependência a montante no contexto agro-industrial e face ao capital financeiro (necessidade de crédito bancário e entraves no acesso) e a jusante na comercialização dos produtos (o escoamento é feito de modo individual ou nas feiras envolventes).

Os próprios constrangimentos de índole “natural”, mas fruto da inconsequente exploração monocultural canavieira, seriam também eles superáveis se houvesse um efectivo investimento estatal em termos de mecanização e concessão de equipamentos. Por outro lado, dados os parcos rendimentos auferidos mediante a produção agrícola familiar, muitos dos trabalhadores vêem-se, ainda que a contragosto, compelidos ao trabalho assalariado sazonal, de forma a obterem um acréscimo de *renda*.

A relativa valorização da situação actual acaba, pois, por residir na segurança e relativa estabilidade das condições de vida, assumindo o factor trabalho inegável importância, como podemos verificar pelo teor do discurso que segue: “Anoitece, amanhece, a gente não vê problema de roubo... não vê... não vê violência... não vê bagunça... temo a roça da gente, a gente podemos criar galinha (...). Aqui (...) graças a Deus me sinto bem.”

O trabalho de campo veio confirmar o princípio da *ética de subsistência* defendida por Scott (1976) e demais autores anteriormente referidos. Porém, os trabalhadores não só querem mais, como, mesmo em termos de subsistência, denotam também uma avaliação negativa perante a situação actual, percebendo-a como insustentável, verificando-se mesmo uma desilusão face às expectativas inerentes ao ingresso no Movimento. Tal é expresso nas palavras de uma entrevistada que afirma: “(...) antigamente não faltava serviço... o problema é o serviço que falta. (...) Hoje

eu olho pr’a trás e vejo que... sabe?!... A gente... eu acho que o sonho da gente era demais... tanto sofrimento... mais recompensa.”

Pese embora as dificuldades sócio-económicas e a maior ou menor desilusão face às expectativas iniciais e não obstante a aprendizagem e percepção de uma identidade comum, não surge, por limitações de envolvente externa e a falta de aliados, nomeadamente a omissão do Estado na questão agrária, a materialização duma acção colectiva concertada no sentido da inversão/transformação da realidade social. Aos constrangimentos estruturais de ordem económica e estatal acrescem as próprias debilidades da participação, quer nos organismos colectivos do assentamento, quer nas acções mais globais do movimento. Os condicionamentos estruturais e as limitações organizativas fazem com que a vivência como assentado, ainda que teoricamente respeite os princípios de participação colectiva defendidos pelo MST, tenda, pois, para um regresso à individualização do trabalho e das estratégias de sobrevivência familistas. Importa, entretanto, referir que tal não surge como algo irreversível ou aceite de modo generalizado por parte dos assentados que, pela experiência das vitórias passadas na acção colectiva, chegam a considerar o processo de individualização como um obstáculo à obtenção de melhores condições de vida, ou mais concretamente, à satisfação dos seus interesses não só médio-longo como a curto prazo:

*(...) quem não tem é difícil de adquirir... aí a maneira melhor de se adquirir é ir, entrar na luta memo.*

*(...) eu tinha vontade era de prosseguir na luta pa frente porque não pode parar, não pode parar a luta; a luta tem de continuar... se a luta parar, acabou tudo (...) a luta continua. A gente precisa de um crédito, habitação...(...) Se não levantar a cabeça... se baixar a cabeça, a reforma agrária se acaba de uma vez.*

Ainda que surja com alguma evidência a existência da *percepção de um conflito de classe* (GIDDENS, 1982) – que pressupõe o reconhecimento de interesses antagónicos entre classes –, parece persistir, pois,

alguma confusão no que está, de facto, na génese de um tal sistema desigual que, em última instância, os coloca numa situação de notória precariedade. Entre os assentados, para além do apego a condições mínimas de subsistência, prevalece, todavia, mais uma atitude expectante que de luta pela mudança, o que os torna, em larga medida, particularmente permeáveis à valorização de medidas “populares” de índole reformista empreendidas pelo governo, entendidas, amiúde, como uma benesse:

*(...) o governo Lula tá ajudando muito a gente (...) tem muita gente aqui que tá sendo ajudada (...), fez o bolsa escola, o bolsa família (...). Tá sendo muito bom.  
(...) dizem que ele roubou muito mais se ele se candidatar hoje, o meu voto será novamente dele (...) eu vou sempre votar nele.  
Porque eu acho que se existe alguma coisa pa gente hoje... que pode esperar alguma coisa, é através dele.*

De novo aqui se aplica a ideia da segurança, em primeiro lugar, como refere Scott (1977), em que o camponês exige do Estado o que exigia ao patrão – o mínimo considerado justo em troca do seu trabalho. Aliás, é este apego à necessidade de segurança que explica por que é que assentados houve que formalizaram aproximação ao movimento apenas depois de terem acesso à parcela e moradia. O parcial desencantamento em relação às expectativas iniciais é também devido às limitações das estratégias ou ao afrouxamento das lideranças do MST, evidenciando a importância de umas e de outras, não só no sucesso como no insucesso, expressos nalguns desabafos críticos: “O Movimento devia andar mais pelos assentamentos. Tem de exigir mais e ficar mais forte”. “Prometiam que a gente ia viver aqui de beleza, mas eu acho que há gente aqui que fica noite sem janta.”

A relação de dependência face às lideranças é verificável tanto pelas críticas negativas, quanto pelas positivas, que lhes são endereçadas. Entre a culpabilização pelo moroso processo de melhoria das condições de vida ou pelas “promessas” não cumpridas e os elogios face à conquista da terra e a todo o processo de aprendizagem que integram os trajectos

de militância, é pois atribuído às lideranças o grosso da acção conduzida pelo Movimento em que são eles próprios – trabalhadores rurais sem terra – os principais actores.

Sem a satisfação de interesses mais imediatos, como são os da criação de efectivas condições de sobrevivência, dificilmente os trabalhadores rurais sem terra enformariam o MST. É neste que eles se revêem como classe, emergindo o que se poderia denominar de identidade dos sem terra; de qualquer forma, a prossecução da luta e sua efectivação num plano mais global no pós-assentamento, será tributária, quer da força da socialização inerente ao momento anterior ao mesmo, marcado por conflitos e por diversas acções de cariz colectivo, quer da manutenção deste mesmo envolvimento colectivo que condiciona o modo como encaram não só a sujeição como a eventual superação do sistema capitalista.

#### 4. CONCLUSÃO

É sabido que o MST se defronta com dificuldades diversas, nomeadamente pela força da oposição à luta que desenvolve (desde a elite proprietária, aos *media*, passando pelo próprio Estado, também ele sujeito a constrangimentos variados) e pelas contradições externas em que se vê envolvido. É hoje exigido o estabelecimento de parcerias várias em torno de uma causa que, longe de se restringir aos trabalhadores rurais sem terra, compromete a sociedade no seu todo, dado que se prende com uma questão que urge resolver – a miséria em que vivem os trabalhadores rurais no Brasil –, embora o que está em jogo, em última instância, sejam as desigualdades sociais inerentes ao próprio sistema capitalista. Esse é um objectivo para o qual o MST pode, como outros movimentos, contribuir, mas que o ultrapassa, pois necessita de enquadrar a sua luta noutras, em âmbito mais global, no Brasil e no mundo. Mais preocupante para o MST é a articulação das lutas, a criação de aliados e, internamente, a superação das suas deficiências organizativas, de modo a não defraudar a sua base social de apoio: os trabalhadores rurais sem terra.

Com todos os obstáculos inerentes à necessária combinação entre as tácticas e as estratégias no curto e no longo prazos, o que tende a dotar de alguma ambigüidade a situação de assentado, urge, pois,

uma dinâmica mais participativa dos assentamentos, simultaneamente dentro e fora dos mesmos. Se, num primeiro momento, as lideranças terão de assumir um papel preponderante a este nível, importará caminhar para uma imbricação global em termos de acção e decisão, combinando mecanismos de democracia directa, representativa ou associativa. Trata-se de efectivar os princípios defendidos pelo Movimento e que, de alguma forma, surgiram de forma mais incisiva quando no acampamento. Só mediante as experiências de luta, solidariedade e partilha poder-se-á caminhar para uma consciência revolucionária e, assim, para prossecução não apenas da luta pela democratização da terra como também da luta global contra o capitalismo, preconizada pelo MST, que de qualquer forma, tem assumido um papel contra-hegemónico de suma relevância, quer em termos nacionais quer internacionais, denunciando e agindo em prol duma sociedade mais equitativa, justa e solidária.

## NOTAS

- 1 Esta comunicação emana de dois contributos: um de carácter mais teórico-reflexivo sobre a acção colectiva, por parte de Manuel Carlos Silva, cujo contributo, na esteira de Bader (1995) e doutros trabalhos (SILVA, 1998, SILVA *et al* 2006), é de certo modo aferido num trabalho empírico no assentamento Gregório Bezerra, conquistado pelo Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil, trabalho este realizado durante seis meses (01/11/2005 – 30/04/2006), correspondendo ao seminário de investigação da segunda autora no quadro da Licenciatura em Sociologia – Ramo de Políticas Sociais – sob a orientação do primeiro autor.
- 2 Foram inquiridos todos os titulares das 23 parcelas de terra com vínculo ao MST (perfazendo um total de 41 questionários). Apesar de, oficialmente, só ser considerado um titular pelo agregado familiar, tratando-se de casais, o questionário foi aplicado a cada um dos membros do casal, do mesmo modo que as entrevistas, considerando uma maior riqueza de informação e complementaridade de “memórias” e eventual confronto de perspectivas divergentes. Seleccionaram-se, assim, treze casais, mediante os critérios de entrada no assentamento por via do MST e facilidade de contacto. Dada a permanência no assentamento durante períodos intercalados de cerca de uma semana, a participação nas rotinas diárias dos assentados foi bastante importante em termos de observação, somando-se a presença em diversas acções de luta e acampamentos do movimento.
- 3 Segundo a teoria da privação relativa, se a insatisfação ou o descontentamento pode de modo mediado provocar a revolta e a acção violenta, também a melhoria das condições pode

fazer aumentar as expectativas que, quando não efectivadas, podem fazer surgir a frustração e, com esta, a revolta. Para mais desenvolvimento, cf. Silva (1998: 44-48).

- 4 Este conceito, enquanto sistema de disposições duráveis e transponíveis e matriz de percepções, apreciações e acções, é nuclear na definição da identidade (étnica, de classe, de género ou outra) e é tributário do contributo de Bourdieu (1979:190) que o define “*um princípio gerador de práticas objectivamente classificáveis e sistema de classificação (principium divisionis)*”. *Habitus* é um conceito mediador entre estrutura e acção, entre nível macro e micro, sem que haja completa homologia entre macro-estrutural e micro-interactivo, dado que no nível micro opera também o estrutural e vice-versa (cf. GIDDENS 1984). Também, entre nós, cf. Almeida (1981: 239-240).
- 5 *Morador* é o termo usado no Nordeste do Brasil, para designar aquele trabalhador rural que, não tendo a propriedade da terra, reside e trabalha na propriedade de outrem. A condição de *morador* implica certas obrigações desse trabalhador para com o dono da terra (nota da revisora).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira (1981), “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, in *Análise Social*, vol XVII, 66: 231-251.
- BADER, Veit M. (1991), *Collectief Handelen*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BADER, Veit M. [2007 (1995)], *Racismo, etnicidade, cidadania*. Porto: Afrontamento.
- BADER, Veit M. (2005), “Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico”, in *Revista de Sociologia*, 1: 15-39.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheid*. Groningen: Wolters Noordhoff.
- BANFIELD, Edward (1958), *The Moral Basis of a Backward Society*. Nova Iorque: The Free Press.
- BELL, Daniel (1973), *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix.
- BENSCHOP, Albert (1993), *Klassen*. Amesterdão: Spinhuis.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- DAVIS, James (1962), “Toward a Theory of Revolution”, in *American Sociological Review*, vol. XXVII, 1: 5-19.
- DURKHEIM, Émile [1977 (1893)], *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Presença.
- EISENSTADT, S. N. e RONIGER, L. (1984), *Patrons, Clients and Friends*. Cambridge: Cambridge University Press.

- FOSTER, Georges (1972), "The Anatomy of Envy: a Study in Symbolic Behaviour", in *Current Anthropology*, vol. 13, 2: 165-186.
- FREUD, Sigmund (1921), "Psicología de las masas y análisis del yo", in *Obras Completas I*: 1127-1165. Madrid: Biblioteca Nueva.
- GIDDENS, Anthony (1982), "Class Structuration and Class Consciousness", in A. Giddens e D. Held (orgs). *Classes, Power and Conflict*, 157-174, Londres: Macmillan Education.
- GOHN, Maria da Glória (1995), *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola.
- GURR, Ted Robert (1970), *Why Men Rebel*, Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.
- HOMANS, George (1983), "Steps to a Theory of Social Behavior", in *Theory and Society*, 12: 1-45.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1968), *Political Order in Changing Societies*, New Haven.
- INGLEHART, Ronald (1993), *The silent Revolution. Changing values and political styles among the Western mass publics*, North Stratford, NH: Irvington.
- LE BON, Gustave [1986(1895)], *La Psicología de las masas*. Madrid: Morata.
- LUHMAN, Niklas [1982 (1970)], *The Differentiation of Society*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LUKACS, George (1976[1945]), "A consciência de classe", in O. Velho et al. (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*: 11-59. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MARCUSE, Herbert [1966 (1954)], *Eros and civilization*. Boston: Beacon Press.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Hugin.
- MERTON, Robert (1970), *Sociologia: teoria e estrutura*. S. Paulo: Editora Mestre Jou.
- MOORE, Barrington, Jr. (1966), *Social Origins of Dictatorship and Democracy. Lord and Peasant in the Making of Modern World*. Boston: Beacon Press.
- OFFE, Claus (1992), *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madrid: Editorial Sistema.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory: a Bourgeois Critique*. Londres: Tavistock Publications.
- PARSONS, Talcott [1988 (1951)], *El sistema social*. Madrid: Alianza Editorial.
- POULANTZAS, Nicos (1975), *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspéro.
- SCOTT, James (1976), *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London, Yale University Press.
- SKOCPOL, Theda (1979), "State and Revolution. Old Regimes and Revolutionary Crises in France, Russia and China", in *Theory and Society*, vol. 7: 7-96.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), "Camponeses nortenhos: 'conservadorismo' ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência", in *Análise Social*, 97: 407-445.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), "Globalização hegemónica e globalização contrahegemónica: algumas notas", in J. M. Viegas e E. C. Dias (orgs.), *Cidadania, integração social e globalização*. Oeiras: Celta.
- SILVA, Manuel Carlos, (2005) "Entre o infra-estatal e o supra-estatal: o Estado-Nação e a democracia em perda", in M. C. Silva (org.), *Nação e Estado: entre o global e o local*; 125-149. Porto: Afrontamento.
- SMELSER, Neil J. (1962), *Theory of Collective Behaviour*. Londres: Routledge and Kegan Paul, Ltd.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Passado e presente numa aldeia da Beira*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
- TARROW, Sidney (1994), *Power in movement*. Cambridge: Un. Press.
- TOURAINÉ, Alain (1978), *La Voix et le Regard*. Paris: Seuil.
- WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WERTHEIM, W. (1971), *Evolutive en Revolutie. De golfslag der emancipatie*. Amesterdão: Van Gennep
- WOLF, Eric [1974 (1969)], *Les guerres paysannes du vingtième siècle*. Paris: Maspéro.
- WRIGHT, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres, Nova Iorque: Verso.

## OS PROCESSOS DE ANISTIA POLÍTICA NO BRASIL: DO PERDÃO À “REPARAÇÃO”

**E**m novembro de 2002, o Congresso Nacional aprovou a Lei 10.559, que regulamenta o artigo 8º do *Ato das disposições constitucionais transitórias* (Constituição Federal de 1988). Além da declaração da condição de *anistiado político* e da “reparação econômica”, o Estado compreendia o direito à contagem de tempo de serviço àqueles que foram compelidos a se afastar de suas atividades laborais; à conclusão de cursos escolares e à reintegração dos servidores públicos civis ao trabalho. A lei continuava e ampliava um processo que havia começado em 1979 com a aprovação da Lei de Anistia, seguido pela Constituição Federal de 1988; por decretos de 1992, pelo estabelecimento de indenizações, em 1995, aos familiares de desaparecidos políticos e assassinados pelo regime militar, e por indenizações concedidas em diferentes estados brasileiros, desde 1997, aos ex-presos políticos.

Se na década de 1980, a preocupação maior era trazer as pessoas exiladas de volta ao País, com o passar dos anos a discussão se ampliou, estendendo-se aos direitos perdidos, como o direito ao trabalho e ao estudo e, sobretudo, passou a tratar da dívida social brasileira para com os ex-presos políticos e mortos durante a ditadura militar

**DANYELLE NILIN GONÇALVES\***

### RESUMO

Este artigo analisa processos de anistia política no Brasil, focalizando as lutas e os sentidos que lhes são atribuídos, em diferentes momentos históricos, a fim de apreender os significados das chamadas “políticas de reparação” aos perseguidos pela ditadura militar. Procura mostrar relações entre as práticas dos grupos que se organizam na busca de indenização financeira ou outra forma de “reparação” e a produção de uma legislação específica; ressalta o auto-reconhecimento, por parte do Estado, como responsável por torturas, desaparecimento e morte de brasileiros na vigência daquele governo ditatorial, assumindo a responsabilidade por algum tipo de “reparação”, junto aos sobreviventes ou aos familiares dos mortos e desaparecidos.

### ABSTRACT

This article evaluates processes of political amnesty in Brazil focusing on struggles and meaning that are attributed to them, according to different historical moments, in order to determine the meaning of the so-called “reparation policies” to benefit the persecuted from the military dictatorship. I tries to identify the relations between group practices that organize themselves in search of monetary reparation or other form of “reparation” and the production of a specific legislation, it highlights self-reckoning by the State as an actor responsible for the torture, missing and death of Brazilians during the dictatorial government, by calling to itself the responsibility for some type of “reparation” for the survivors or families of the dead or missing.

\* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

(1964-1985).

Além dos processos de indenização financeira nos âmbitos federal e estadual, está ocorrendo reintegração, a cursos universitários, daqueles que foram atingidos pelo Decreto 477<sup>1</sup> ou que tiveram de abandonar seus cursos; além de entregas de diplomas devidos.

Esse processo, denominado genericamente de “reparação”, vai além do estabelecido pelas leis. Casas legislativas se penitenciam diante daqueles que exerciam essas funções e que foram cassados sob a alegativa de falta de decoro ou por outra “motivação política”, durante aquele período; instituições diversas homenageiam figuras ilustres que se destacaram na luta contra a ditadura militar e reintegram, simbolicamente, pessoas a cargos exercidos no passado.

Para compreender os processos de anistia política, é interessante perceber como eles vêm se dando em diferentes temporalidades. O presente artigo busca fazer uma análise de tais processos, ressaltando as lutas e os sentidos de cada momento, a fim de apreender os significados das chamadas “políticas de reparação” aos perseguidos pela ditadura militar.

O primeiro instante pode ser caracterizado como a *luta pela anistia política*, que visava, sobretudo, ao reconhecimento dos direitos

políticos e de expressão, e, em outra instância, permitiu a volta ao País de milhares de exilados. Com o restabelecimento dos direitos políticos, surgiu também a necessidade de reintegração aos empregos. Esse momento tem como característica a *reivindicação ao trabalho*.

A terceira ocasião, que coincidiu, em parte, tanto com a primeira quanto com a segunda, pode ser caracterizado como a *busca pela “publicização”* do ocorrido. Através da literatura, do cinema, do teatro e da televisão, dentre outros meios, se tornava público o que ocorrera aos *perseguidos políticos*. Esse momento continua ainda nos dias atuais, quando são utilizadas novas formas de comunicação, como a Internet, para continuar o trabalho de divulgação e luta pelo não-esquecimento<sup>2</sup>.

O quarto momento é caracterizado pela *procura do reconhecimento dos erros do Estado e pela indenização financeira e reparação simbólica*. Apesar de acontecer lentamente desde a década de 1980, tornou-se mais vigoroso a partir de meados da década de 1990. Adquire conotação de que o Estado tem a obrigação de reconhecer os seus erros e compensar aqueles que foram prejudicados em vista da perseguição sofrida.

Aliada ao quarto período, embora nem sempre tenha caminhado junto, se vê a busca pelo estabelecimento da justiça e da “verdade”, exigida por grupos de *perseguidos políticos*, ao reivindicarem a abertura de arquivos públicos, dos documentos do Exército, das polícias e dos institutos médicos legais; e também a devolução dos corpos, a entrega dos atestados de óbito, enfim, o estabelecimento daquilo que se chama “direito à verdade”.

Permeando todos esses momentos, assinala-se o que se pode chamar de *busca pela preservação da memória*. Como a legislação pertinente à reparação financeira obriga o requerente a fazer um relato dos fatos, de forma a provar que realmente foi prejudicado pela ditadura, algumas entidades de presos e anistiados estão arquivando esses relatos no sentido de preservar a memória desses anos. Assim, objetos pessoais, cartas escritas no exílio e nas prisões, registros orais e escritos estão sendo coletados. Aliadas a isso há ainda as histórias que são contadas por meio da Internet; a constituição de *sites* especializados no

assunto, além das homenagens que ocorrem a cada ano em diferentes datas comemorativas, nas entregas de medalhas, restituições de decoro parlamentar e nas diversas confraternizações dos anistiados<sup>3</sup>.

## OS PROCESSOS DE ANISTIA

*Foi o primeiro dia de um novo tempo, foi um dia de luz...*

(Maria de Amparo Araújo, grupo *Tortura Nunca Mais*-Pernambuco)

Esta frase, dita por uma ex-presa política, expressa bem o que significou para muitos brasileiros a promulgação da Anistia, em 28 de agosto de 1979. Com aquele gesto, a ditadura militar instaurada em 1964 dava seus últimos passos rumo a um processo que culminaria nas *Diretas-Já*, campanha nacional pela reivindicação de eleições presidenciais diretas. Também possibilitou a volta de milhares de brasileiros exilados e banidos em diferentes continentes; a saída de centenas de presos políticos das penitenciárias e delegacias Brasil afora, e a volta social dos clandestinos, escondidos em diferentes cantos do País.

A princípio, a anistia de 1979 assemelha-se às várias outras<sup>4</sup> promulgadas no decorrer da história brasileira; no entanto, guarda algumas diferenciações em relação às demais. Primeiro, porque foi, de certo modo, uma vitória da sociedade contra atos de uma ditadura militar sangrenta, que já durava quase duas décadas. Nenhuma outra situação de *exceção* no Brasil do século XX durou tanto tempo nem teve a mesma repercussão social. Em um dado momento, tudo isso contribuiu para que diferentes segmentos da sociedade se organizassem em torno de um processo que anistiasse aqueles que se insurgiram contra o regime militar. Assim, mesmo pessoas que não têm muita informação sobre a época conseguem perceber o processo de luta por anistia como um dos momentos mais mobilizadores da história brasileira.

Os debates em torno da anistia continuaram mesmo com a aprovação da Lei<sup>5</sup>. As discussões reafirmavam a necessidade de se prosseguir com o movimento em prol da anistia ampla, geral e irrestrita; da libertação de todos os presos políticos; da

volta de todos os exilados; da reintegração de todos os afastados e da apuração de todos os crimes da ditadura. Isso porque a anistia não contemplava todos esses pontos<sup>6</sup>.

As entidades de defesa da anistia procuravam receber os exilados que voltavam; tentavam garantir a sua segurança no desembarque, prestar assistência jurídica àqueles que porventura necessitassem; além de tentar reintegrar os presos que saíam das prisões. Na primeira metade dos anos 1980, os comitês de anistia ainda desempenhavam importante função nessa luta; no entanto, quando da democratização, grande parte desses militantes migrou para os partidos políticos ou entidades de direitos humanos que passaram a fazer o papel de “porta-vozes” dos perseguidos pela ditadura militar. Eles também encamparam as diversas lutas destes com os governos e fizeram um trabalho político para o não-esquecimento dos fatos ocorridos nas décadas passadas.

Assim, foram realizados processos para apurar a responsabilidade de médicos legistas na assinatura de laudos falsos, bem como a responsabilidade da União pela morte e desaparecimento de perseguidos políticos<sup>7</sup>. Foi instalada uma CPI na Câmara Municipal de São Paulo, que culminou na formação de uma Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos na Câmara Federal. Denúncias foram feitas quando pessoas envolvidas com a repressão eram indicadas para a ocupação de cargos públicos<sup>8</sup>. Foi publicado o Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 e, por fim, toda a mobilização pela elaboração de uma lei que estabelecesse o reconhecimento da responsabilidade do Estado por essas mortes, o que, efetivamente, acabou ocorrendo em 1995.

Nas décadas que se seguiram à aprovação da Lei, a anistia sempre apareceu nos discursos dos anistiados e dos grupos de direitos humanos como algo “incompleto” – já que não puniu os torturadores, nem restituiu todos os direitos – ou como um entrave para a “conquista da verdade”. E, ao serem questionados em suas ações de não punir pessoas vinculadas à repressão, os governos se remetiam às limitações criadas pela Lei. As lutas que se seguiram, entre os grupos de direitos humanos e militares, tiveram sempre a anistia como referencial (seja positivo ou negativo). Essas

disputas atingiram, inclusive, as leis cujo sentido foi se modificando ao longo dos anos.

Em 1979, a Lei 6.683 (Lei de Anistia) e sua regulamentação, pelo Decreto nº. 84.143, concediam anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos a estes, excetuando aqueles que foram condenados por crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

Foram anistiados, dentre outros: os empregados de empresas privadas, demitidos e destituídos de seus cargos por motivo de participação em greve ou em outros movimentos contestatórios; aqueles que, em razão de estarem na prisão ou no exílio, não cumpriram o serviço militar; dirigentes e representantes sindicais, assim como servidores públicos e militares. A estes últimos foram dadas possibilidades de: reversão, retorno ao serviço ativo, aposentadoria, transferência para reserva ou reforma. Isso se estendia aos cônjuges e filhos, em caso de falecimento<sup>9</sup>.

No caso de retorno, para os funcionários públicos e anistiados integrantes das Forças Armadas, estipulou-se um prazo<sup>10</sup> para que eles pudessem requerer o regresso às suas atividades laborais<sup>11</sup>; contudo, isto dependia do interesse da Administração, ou seja, não necessariamente esse retorno se daria, visto que estaria sujeito à “disponibilidade”<sup>12</sup>. Na prática, esta variável dificultou a reintegração de muitos anistiados, vistos como *persona non grata* pelos chefes e também responsáveis pela administração.

Pela Lei, em caso de o anistiado não requerer a reintegração ao serviço ou ter seu pedido indeferido, passaria à condição de aposentado, transferido para a reserva e reformado, sendo contados os anos de serviço para fins de pensão e cálculo de proventos. A lei restituía os direitos perdidos, mas não gerava salários, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Apesar da publicação do Decreto, poucos foram os que tomaram conhecimento e, em menor número ainda, os que se beneficiaram dessa primeira medida reparatória. Em 1985, houve uma tentativa de alterar a lei, para torná-la mais abrangente. Embora, já se estivesse num governo civil, a influência de setores militares contrários à idéia não permitiu que isso fosse levado adiante. A discussão do assunto, contudo, continuou nos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Após intensos embates, foi promulgada a Constituição de 1988, que traz em seu artigo 8º a concessão de anistia aos atingidos por atos de exceção, sendo asseguradas as promoções – na inatividade, ao posto que teriam se estivessem na ativa – aos trabalhadores do setor privado, dirigentes e representantes sindicais, civis e militares, punidos por motivação política, desde 1946 até a data da promulgação da Carta.

A Constituição também concedia anistia àqueles pessoas impedidas de exercerem na vida civil atividade profissional específica, em decorrência de portarias da Aeronáutica, e àqueles que, por força dos atos institucionais, tivessem exercido, gratuitamente, mandato eletivo de vereador; nestes casos, teriam o tempo computado para efeitos de aposentadoria e previdência social. Aqueles que foram cassados por motivos exclusivamente políticos, no período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1969, poderiam requerer ao Supremo Tribunal Federal o reconhecimento de direitos e vantagens interrompidas. Para aqueles a quem seriam asseguradas as promoções, estas somente gerariam efeitos financeiros a partir daquela data, sendo vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo<sup>13</sup>.

Os artigos que contemplam essas questões são considerados por muitos como a verdadeira anistia, embora haja críticas quanto à sua não-regulamentação, anos após a sua promulgação.

Ainda como parte desse processo de revisão de leis, em 1992, no governo de Fernando Collor de Melo (fruto da primeira eleição direta pós-ditadura militar), foi criada uma lei, regulamentando a *pensão excepcional de anistiado* para aqueles que foram demitidos em virtude de motivação política, no período de 18 de setembro de 1946 (data de promulgação da penúltima Constituição) a 05 de outubro de 1988 (quando a última Constituição foi promulgada). As promoções a que teriam direito se estivessem no serviço ativo também seriam observadas, assim como a transferência dos benefícios para os dependentes do anistiado, no caso deste haver falecido. A condição de anistiado deveria ser dada a partir da publicação no Diário Oficial. A aposentadoria se fixava na data da promulgação da Constituição, não incidindo na restituição de salários, atrasados e indenizações.

Os maiores beneficiários nesses primeiros

momentos foram funcionários de empresas estatais. A pensão para esses variava de acordo com o salário da categoria a que o pensionista estava vinculado e era paga pela Previdência Social. O valor também variava a partir da mobilização e articulação do sindicato do solicitante.

Em 1995, foi criada, no âmbito do Ministério do Trabalho, a *Comissão Especial de Anistia*, que buscava apreciar os pedidos de anistia de empregados do setor privado, empresas públicas e mistas, dos dirigentes e representantes sindicais. As primeiras leis davam conta do direito ao trabalho, mas não levavam em consideração as prisões, torturas e mortes ocorridas aos perseguidos políticos. Assim, uma vez que grande parte dos atingidos pela perseguição política durante a ditadura militar não era servidor público ou militar<sup>14</sup> e as leis se destinavam àqueles, questões relativas ao trabalho não alcançaram o conjunto de *perseguidos políticos*.

A partir daí, cerca de dois mil trabalhadores encaminharam seus pedidos, no entanto, poucos tiveram êxito. No Ceará, apenas dezenove trabalhadores receberam a *pensão excepcional de anistiado*. Isso aconteceu também porque muitos daqueles que poderiam solicitar a indenização não o fizeram, por falta de acesso a essas informações quando da promulgação da “lei de anistia”, passando a tê-las quando as discussões acerca do período militar passaram a ter maior visibilidade. E não apenas por isso: é sempre bom lembrar que a década de 1980 foi um momento de “reacomodação”, das primeiras tentativas de realocações e, de certa maneira, momento de se esquecer (pelo menos temporariamente) o que se havia vivido durante a ditadura militar.

Voltar para casa, tentar entender o que ocorreu, saborear o prazer da liberdade, reconstruir os laços perdidos, fazer novas amizades, procurar outras ocupações, participar das lutas pela volta da democracia, casar, cuidar dos filhos, fazer terapia, estudar, enfim, retomar a vida interrompida foi uma constante para muitos atingidos. Alguns conseguiram retomar suas vidas; outros não. Nesse primeiro momento, as discussões acerca da ditadura militar ficaram muito circuns-

critas aos elementos mais primários dos envolvidos e de alguns organismos de direitos humanos.

Nos primeiros anos da década de 1990, todavia, já se começa a notar uma espécie de retomada de temas concernentes a anistia; além de um sentimento generalizado (principalmente entre aqueles que viveram aquela época) de ‘acerto de contas’ com o passado recente<sup>15</sup>. As discussões acerca dos erros cometidos pelos militares, das torturas, das mortes e das conseqüências das prisões para os perseguidos pela ditadura passaram a ocupar, freqüentemente, espaços nos *media*, através de seus jornais televisivos e impressos, nas revistas semanais, nos documentários e filmes.

Esse “acerto de contas” trazia revelações sobre torturas e desaparecimentos<sup>16</sup> e ajudou na discussão acerca do processo de reconhecimento, por parte do Estado, de que houve vítimas da ditadura, consubstanciando-se mais à frente no debate sobre a indenização aos familiares de mortos pela ditadura militar.

Em 1993, a Comissão de Familiares, as entidades defensoras de direitos humanos e a Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos da Câmara Federal<sup>17</sup> realizaram um encontro nacional para elaborar projeto de lei que estabelecesse o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas mortes ocorridas durante a ditadura militar. Foi sugerida a formação de uma comissão, constituída por integrantes dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de representantes da sociedade civil, para estudar, caso a caso, as mortes e os desaparecimentos ocorridos no período.

Ainda que a proposta não tenha sido aceita pelo então presidente Itamar Franco, foi entregue aos candidatos à Presidência da República nas eleições que se realizariam em 1994 uma *Carta-Compromisso* com as mesmas formulações apresentadas anteriormente. Nos anos seguintes, a partir de pressões internacionais e de entidades nacionais e de direitos humanos, o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, no governo de Fernando Henrique Cardoso (presidente eleito pelo PSDB, e anistiado político), foi encarregado de elaborar um projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.

A imprensa noticiou que somente os desaparecidos políticos seriam contemplados com a Lei,

fazendo com que os seus familiares reivindicassem modificações no projeto, incluindo a responsabilização do Estado, na Justiça, pelas mortes ocorridas nas prisões e nos combates.

No dia 28 de agosto de 1995, familiares e anistiados compareceram à Sessão Solene na Câmara Federal para homenagear os mortos e desaparecidos e lembrar que a anistia não excluía o direito à verdade, aproveitando a ocasião para articular, com lideranças partidárias, a inclusão de emendas no projeto governamental.

O governo, todavia, apresentou o projeto em caráter de *urgência urgentíssima*, o que impossibilitou a proposição de qualquer emenda ao texto inicial. Esse fato e os posicionamentos posteriores do governo trouxeram muitas frustrações, seguidas de incansáveis críticas de muitos anistiados e possíveis beneficiários. Os grupos de direitos humanos foram os principais aglutinadores dessas críticas.

Após anos de disputa pelo reconhecimento das torturas e mortes ocorridas durante o regime militar, foi aprovada, não sem críticas, a Lei 9.140/95, nomeada pelos grupos de direitos humanos como a “Lei dos Desaparecidos Políticos”, que reconhecia como mortas pessoas desaparecidas em virtude da participação em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979 (dias antes da promulgação da Lei). Com a promulgação da Lei, foi criada a Comissão Especial vinculada ao Ministério da Justiça para analisar as mortes de causas não-naturais, ocorridas em dependências policiais e assemelhadas, naquele período<sup>18</sup>.

O Estado brasileiro reconhecia legalmente a responsabilidade pelas prisões, torturas, seqüestros, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos durante esse período<sup>19</sup>.

Os familiares e as organizações de direitos humanos ansiavam por uma lei que efetivamente pudesse apurar as circunstâncias, a identificação dos criminosos e fazer a posterior divulgação para a sociedade, além das cobranças na Justiça. Assim como na anistia, foram impostos limites e a lei a que se chegou não foi de acordo com o que os familiares desejavam, embora se percebesse um progresso nas discussões sobre os direitos humanos.

Durante mais de dois anos de trabalho, a Comis-

são Especial analisou 234 casos, dos quais aprovou 148 e indeferiu 86. Ao serem aprovados, os familiares deveriam entrar com o pedido de indenização, a ser efetuada pelo Estado brasileiro, no valor de até cem mil reais, além de um reconhecimento público da responsabilidade do Estado pela morte. Esse processo, apesar de seus limites, como o ônus da prova a cargo dos familiares<sup>20</sup> e pela falta de acesso aos arquivos do DOPS, da Polícia Federal e de outras instituições, foi um passo importante, no sentido de dar publicidade aos erros cometidos pelo Estado brasileiro durante *os anos de exceção*, e auxiliou a discussão sobre um reconhecimento mais amplo da responsabilidade do Estado pelas perseguições generalizadas na ditadura militar.

Pela primeira vez, o Estado brasileiro admitiu publicamente que errou no tratamento dado aos *perseguidos políticos* e estabeleceu que os familiares destes deveriam ser ressarcidos pelas mortes ocorridas. Mesmo com todas as críticas proferidas pelos grupos de direitos humanos, muitos familiares consideraram ter ocorrido aí uma vitória parcial, já que isso “resolvia” a questão do ponto de vista legal. Por essa época, muitos cônjuges de militantes, sequer tinham atestado de óbito de seus companheiro(a)s, o que os impossibilitava civilmente de se desfazerem bens e imóveis e estabelecerem novas uniões. Ao final de cada processo, era emitido um atestado de óbito e eram reconhecidas a participação e responsabilidade do Estado naquela morte.

No caso específico dos desaparecidos políticos, o atestado de óbito funcionava objetivamente como uma espécie de prova cuja conclusão dependia do surgimento do corpo, o que para muitos, ainda hoje, cerca de dez anos depois do início dos trabalhos, continua sendo impossível. Funcionava também, para muitos familiares, como a certeza do assassinato e não como as suspeitas de suicídio apresentadas pelas polícias, ainda na ditadura.

Para além dos resultados em si, os trabalhos da Comissão permitiram a ampliação da visibilidade dessa temática, por meio de reportagens em jornais, matérias em telejornais e opiniões de envolvidos.

Em alguns momentos, foi a vez das Forças Armadas e de setores ligados a ela se manifestarem contrariamente ao reconhecimento de mortes e da

concessão de indenizações. Os casos mais emblemáticos foram o de Carlos Marighella, denominado, pela ditadura como o seu “maior inimigo” e morto no dia 04 de novembro de 1969, e o de Carlos Lamarca, considerado pelas Forças Armadas como o maior traidor do Exército brasileiro, e morto no sertão baiano em 17 de setembro de 1971.

Nesse contexto de descobertas e reconhecimentos do Estado, surgiu em 1997, no estado do Paraná, a primeira lei a reconhecer erros e indenizar os perseguidos políticos que haviam sido presos e torturados, incluindo aqueles ainda vivos. O governo de Roberto Requião (PMDB) foi o primeiro a assumir, publicamente, a responsabilidade da esfera estadual pela prisão e tortura durante a ditadura militar. Com o passar dos anos, outras unidades da Federação<sup>21</sup> foram elaborando suas leis que guardam uma grande semelhança entre si.

Por ocasião dos 20 anos da Lei de Anistia, em 1999, ocorreram mobilizações em diversos lugares do País. Os eventos ocorridos (homenagens, reportagens, concursos de redação, dentre outros) ensejaram o reencontro de pessoas com uma história comum e possibilitaram ampliar a discussão acerca da possibilidade de outras “leis reparatórias”.

Já no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, em junho de 2001, por uma Medida Provisória, transformada na Lei 10.559, em 2002, o governo federal resolveu indenizar aqueles prejudicados pela ditadura<sup>22</sup>.

Essa questão tomou dimensão nacional pelo número de possíveis beneficiários<sup>23</sup> e por causa das críticas advindas de setores diferentes<sup>24</sup>. As discussões atuais, feitas cerca de vinte anos depois, têm conotações diferentes daquelas feitas à época da anistia. A luta pela democracia já não é a bandeira principal, porquanto, diferentemente daquela época, vive-se hoje em uma democracia. As demandas atuais são pela reparação histórica e pela preservação dessa memória, pela abertura de arquivos, pela “restauração da verdade”, pela justiça, pelo ressarcimento de anos e carreiras profissionais destruídas, por empregos e oportunidades perdidas, pelos sofrimentos vividos na clandestinidade, no exílio e pelas torturas vividas nas prisões.

O discurso governamental foi objeto de modi-

ficação. Tal aconteceu por vários fatores e um deles é que, desde a redemocratização, vários espaços da estrutura governamental passaram a ser ocupados por anistiados e antigos militantes. Ademais, nos governos democráticos, há certa obrigação moral de “reparar” os erros cometidos nos períodos *de exceção* e, ao fazerem isto, os governos pretendem, de alguma forma, “acertar as contas” e fechar o ciclo em relação ao passado, o que nem sempre é possível para os envolvidos.

### “ANISTIADO POLÍTICO”: AS MUDANÇAS DE SENTIDO

A figura do anistiado político mudou de “orientação”, de acordo com os anos e os sentidos atribuídos a cada época, pelos grupos e pelas leis que tratam dessa temática. Se, em 1979, anistiados eram aqueles que teriam suas penas diminuídas ou comutadas e aqueles que poderiam retornar a empregos, com o passar dos anos, essa definição foi ampliada jurídica e socialmente.

De acordo com a regulamentação da Constituição, pela Lei de 2002, são declarados *anistiados políticos* aqueles que, no período de 18 de setembro de 1946<sup>25</sup> até 05 de outubro de 1988, por motivação *exclusivamente* política, foram atingidos por atos institucionais; punidos com transferência de local de trabalho; punidos com perda de comissões; compelidos ao afastamento da atividade profissional para acompanhar o cônjuge; aqueles que sofreram punição disciplinar, sendo estudantes (o Decreto 477, por exemplo); aqueles que foram demitidos de seus empregos (sendo funcionários de empresas públicas ou privadas); aqueles que tiveram cassação de aposentadoria ou punidos com a transferência para a reserva remunerada; aqueles compelidos a exercer gratuitamente o mandato de vereador, por força dos atos institucionais<sup>26</sup>; punidos com a cassação de mandatos eletivos, impedidos de tomar posse ou de exercer cargo público, tendo sido aprovados em concurso. Os que não requereram o retorno ainda na abrangência da anistia em 1979, os que tiveram seus pedidos indeferidos ou não conhecidos também fazem parte dos anistiados políticos, sendo emitidas declarações que atestam essa condição.

As principais diferenças em relação às demais

“medidas reparatórias” se estabeleciam pelo fato de que a “reparação” viria, também, não somente para aqueles que foram demitidos de seus cargos (regulamentando o que já estava posto na Constituição de 1988), mas também para aqueles que, à época, não trabalhavam com carteira assinada, isto é, os profissionais liberais e trabalhadores rurais. Aos trabalhadores afastados de seus empregos, a Lei garantiu a possibilidade de contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentadoria.

O prazo também foi ampliado: aqueles que foram perseguidos políticos entre o período de 18 de setembro de 1946 até 05 de outubro de 1988<sup>27</sup> seriam considerados anistiados políticos<sup>28</sup> e poderiam entrar com o pedido.

As perdas profissionais que os cônjuges tiveram em virtude da perseguição também passaram a ser levadas em consideração. Ademais, buscou-se uma “reparação” para aqueles que não trabalhavam à época da ditadura, como os estudantes, que igualmente foram prejudicados por abandonarem seus cursos ou serem expulsos, em virtude de suas atividades políticas. Esses poderiam requerer o retorno à Universidade para concluírem cursos interrompidos e validarem diplomas obtidos em outros países.

Essas medidas fazem com que essa lei seja considerada como a mais abrangente até então, embora isso não tenha garantido plena satisfação aos anistiados. Muitos litígios surgiram, tanto em relação ao tempo levado pela Comissão para analisar os processos, como no que concerne à justiça dos valores estipulados<sup>29</sup>.

Juridicamente, o termo *anistiado* é limitado aos principais beneficiários da *Lei de Anistia*, conforme expresso na *Constituição* de 1988 e nas leis posteriores. Social e politicamente, no entanto, percebe-se que o termo *anistiado* é mais complexo porque não se refere somente aos beneficiados pelas categorias criadas pela Lei. Isso porque diz respeito também àqueles que se envolveram nas lutas contra a ditadura e na sua posterior queda.

A figura do anistiado tem uma vinculação muito profunda com tudo o que a anistia representou, em termos de luta pelas liberdades, pela organização da sociedade civil, pela mobilização em torno de um projeto comum em tempos de desarticulação.

Mesmo considerando *anistiados* os perseguidos pela ditadura militar, ainda não se consegue delimitá-los com precisão, já que para os *perseguidos políticos* os sentidos da categoria *anistiado* podem não ser os mesmos em relação ao campo jurídico. Essa denominação se faz sobremaneira importante porque é a partir da aceitação da “condição de anistiado” que, do ponto de vista legal, muitos poderão ter o direito de recebê-la ou não. É essa condição também que faz com que muitos queiram (ou não) pleiteá-la.

Assim, o sentido das leis vem mudando ao longo dos anos. O artigo 1º da Lei 6.683 concedia anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes.

Percebia-se claramente a visão de que aqueles estavam recebendo um “benefício” do Estado brasileiro e que seriam “perdoados” por suas faltas, por seus crimes e por sua “subversão”.

A Constituição de 1988 acentua grande diferença: já não fala mais em crimes e sim naqueles que foram atingidos por motivação exclusivamente política, por atos de exceção. A mudança de sentido já se faz em relação a quem cometeu erros e a quem foi atingido.

É essa a mesma noção da Lei de 2002. Não se percebem mais aqueles que se insurgiram na luta contra a ditadura como pessoas que cometeram erros ou crimes e sim como *prejudicadas pela perseguição*. Essa mudança de significação atinge não somente a lei, mas faz toda a diferença no tratamento que é dado a eles nas comissões que julgam os pedidos, nos eventos de entrega de indenizações e nas demais homenagens prestadas aos “combatentes da ditadura”.

Tal posição atinge também os *media* que, em geral, se referem positivamente aos atingidos diretamente pela ditadura militar<sup>30</sup>. Se outrora, aqueles que combatiam a ditadura militar eram designados “subversivos” e “terroristas”, há hoje uma mudança de denominação: agora eles são chamados de “combatentes”, “guerrilheiros” e “militantes”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de anistia, iniciados ainda na década de 1970, paralisaram as penas de acusados de “subversão”, trouxeram de volta ao País os exilados, a

saída das prisões e a primeira retomada dos direitos políticos e sociais. Pouco a pouco, esses direitos foram ampliados pela Constituição e nas “leis reparatórias”, de 1995, voltadas aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, e de 2002, direcionadas àqueles que foram prejudicados pela perseguição política, obrigando o Estado a assumir diante dessas categorias sociais alguma forma de “reparação”.

Durante esse período de “acerto de contas” com o passado, os sentidos atribuídos àqueles que se opuseram à ditadura militar foram se modificando. Se, na Anistia de 1979, havia uma interpretação segundo a qual os beneficiários estavam sendo “perdoados” pelo Estado brasileiro, com o passar do tempo, essa percepção mudou: atualmente é ele quem pede desculpas oficiais e reconhece publicamente que errou no tratamento dado aos opositores do regime. Ademais, admite que é necessário ressarcir-los em virtude da perseguição sofrida. Assim, são realizadas homenagens e reintegrações de direitos nas casas legislativas; na entrega de atestados de óbitos e nas indenizações concedidas aos perseguidos políticos em geral, no âmbito federal, e aos ex-presos políticos, em diferentes unidades da Federação.

Em junho de 2008, os principais jornais do país trouxeram uma notícia que pode vir a mudar a própria lei de anistia. Uma série de movimentos do governo federal e do Ministério Público vem acenando que o Supremo Tribunal Federal (STF) terá de dizer se a anistia vale para crimes como tortura e assassinato, cometidos durante o regime militar ou se beneficia exclusivamente acusados de crimes eminentemente políticos, como fechamento do Congresso, censura a jornais por ordem do governo e cassação de parlamentares. É fato, portanto, que as discussões em torno dos processos de anistia continuam na ordem do dia.

## NOTAS

- 1 O Decreto 477, de 27 de fevereiro de 1969, estabelecia punições disciplinares para professores, estudantes, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público e particular. Dentre outras práticas, este Decreto condenava atos destinados à organização de movimentos considerados subversivos, passeatas, desfiles ou participação

- em comícios não autorizados; e os “infratores” eram punidos, com suspensão, até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego. No caso de estudantes, eram proibidos de freqüentar as aulas, se o encarregado pelo processo assim o requeresse.
- 2 Para uma discussão mais aprofundada dessa fase, ver Gonçalves (2006).
  - 3 Sobre esse assunto, ver Gonçalves (2006).
  - 4 Essa foi a 48ª anistia na história brasileira. A primeira se deu ainda em 1654 (MARTINS, 1978).
  - 5 Prova disso são as denúncias, no Congresso Nacional, da descoberta de restos mortais de alguns presos políticos desaparecidos, no mesmo dia em que a Lei da anistia foi sancionada; o Dia Nacional do Luto pelos mortos e desaparecidos, promovido pelo CBA-SP; a criação de um prêmio de jornalismo, denominado Vladimir Herzog de Direitos Humanos. Ainda em 1979, foi criada a Comissão Federal de Anistia no Brasil.
  - 6 Buscava-se também a ampliação do campo de luta, apoiando os movimentos sociais e inserindo a defesa do movimento operário, sobretudo o do ABC paulista que despontava naquele momento. Ademais, o Movimento procurava se solidarizar com os movimentos de resistências às ditaduras existentes no Cone Sul (Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai); assim, foi criado o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina.
  - 7 Nas décadas de 1970 e 1980, a União se responsabilizou pelas mortes de Mário Alves (desaparecido desde 14 de janeiro de 1970), Rui Frazão Soares (preso e desaparecido desde 1971), Raul Amaro Nin Ferreira (morto em agosto de 1971), Vladimir Herzog (morto em 25 de outubro de 1975) e Manoel Fiel Filho (morto em 16 de janeiro de 1976). Em 1993, a União foi condenada a indenizar, por danos materiais e também morais, a viúva e duas filhas de João Batista Franco Drummond, morto por ocasião da Chacina da Lapa.
  - 8 Essas denúncias ainda são feitas atualmente, sobretudo, por grupos como o *Tortura Nunca Mais*.
  - 9 Decreto nº 84.143, de 31 de outubro de 1979 que regulamenta a Lei de Anistia (6.683).
  - 10 120 dias após a promulgação da Lei; ou seja, de 28 de agosto de 1979 a 26 de dezembro do mesmo ano. Decreto nº 84.143.
  - 11 De acordo com o artigo 8 do Decreto nº 84.143, o requerimento de retorno ou reversão ao serviço ativo, contendo o nome do requerente, o cargo que exercia à data da punição, bem como a data do ato punitivo, será dirigido: I - pelo servidor militar civil da Administração Direta e Indireta, bem como da Fundação vinculada ao Poder Público, ao respectivo Ministro de Estado; II - pelo servidor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa ou de Câmara Municipal, ao respectivo Presidente; III - pelo servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal; IV - pelo servidor de Estado, Distrito Federal, Território ou Município, ao respectivo Governador ou Prefeito; V - pelo dirigente ou representante sindical, ao Ministro de Estado do Trabalho.
  - 12 O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente seria deferido para o mesmo cargo, ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava à data do seu afastamento. Em se tratando de militares, exigia-se que o requerente atendesse os requisitos de aptidão física, conceito profissional e também moral, levando-se em conta os registros anteriores à sua saída, além de não ter atingido a idade-limite ou tempo de permanência no serviço ativo. Quanto aos civis, estes seriam incluídos em um quadro suplementar, sem prejuízo do número de vagas do quadro permanente. No caso daqueles que integravam órgãos extintos, o retorno ou a aposentadoria ocorreria em quadro suplementar no órgão que absorveu suas atividades. Em todos os casos, o retorno ficava sujeito à capacidade, ao limite de idade e ao nível de escolaridade exigido para o cargo. Decreto nº 84.143.
  - 13 A única exceção se dava com aqueles impedidos de exercer, na vida civil, atividade profissional específica em decorrência das portarias reservadas do Ministério da Aeronáutica, a quem a Constituição estabeleceu que seria concedida uma reparação de natureza econômica, a entrar em vigor no prazo de doze meses após a promulgação da Constituição.
  - 14 Parte dos atingidos diretamente pela ditadura militar era de estudantes, profissionais liberais, artistas, religiosos, trabalhadores manuais (urbanos e rurais) e professores.
  - 15 Mais uma vez, o Brasil não foi um caso isolado. Em outros países sul-americanos também (e até mais fortemente do que no Brasil), buscaram-se meios para esse acerto. A luta por justiça, pela reparação dos danos causados pelo Estado e a procura pelos desaparecidos foi uma constante na Argentina, no Chile e no Uruguai, tendo sido promulgadas leis reparadoras nesses países, antes mesmo que na sociedade brasileira.
  - 16 No início dos anos 1990, o jornalista investigativo Caco Barcelos redescobriu em Perus, um cemitério de São Paulo, valas clandestinas que continham ossadas de militantes mortos pela ditadura militar. O cemitério já havia sido descoberto por familiares de desaparecidos políticos, no final da década de 70. Em 1995, cinco anos após a edição daquelas imagens, essa reportagem foi levada ao ar pela Rede Globo, no programa Fantástico. Essa matéria, assim como as que se seguiram, deram visibilidade nacional à temática dos “desaparecidos políticos e assassinados pela repressão”.
  - 17 No final de 1990, foi criada, por iniciativa do deputado Nilmário Miranda, uma Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos na Câmara Federal. Ela se propunha a auxiliar o trabalho dos familiares na procura de testemunhas para averiguar os casos de desaparecimentos e mortes de militantes no Brasil, Chile e Argentina. O trabalho da Comissão durou três anos e foi importante para a elucidação dos casos de desaparecidos brasileiros no Chile

e na Argentina, e no resgate de corpos de desaparecidos, enterrados no interior do País. Possibilitou, ainda, a criação da Comissão Permanente de Direitos Humanos.

- 18 Esse período compreende as lutas ocorridas após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a disputa em torno da aceitação de João Goulart na Presidência e a promulgação da anistia.
- 19 Como já demonstrado anteriormente, embora não tenha sido a primeira vez que o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade, o advento da lei possibilitava que agora o Estado reconhecesse não apenas uma morte isoladamente, e sim mais de uma centena de militantes políticos, o que caracterizava a identificação de um plano de extermínio de opositores, por parte da ditadura militar.
- 20 Os familiares orientados pela Comissão fizeram verdadeiro trabalho investigativo. Viajaram a lugares vários, coletando informações de testemunhas; analisaram documentos e fotos nos arquivos da repressão. Foram realizadas exumações, novos laudos periciais, testes de DNA e localização de corpos de desaparecidos.
- 21 Os seguintes estados aprovaram suas leis: Paraná (1997), Rio Grande do Sul (1997), Santa Catarina (1998), Minas Gerais (1999), Pernambuco (2000), São Paulo (2001) Ceará (2001), Rio Grande do Norte (2003), Rio de Janeiro (2004) e Bahia (2004). Interessa salientar que foram necessários quase 20 anos para que a primeira lei fosse elaborada. Os valores da indenização estadual (para ex-presos políticos e torturados) variam de estado a estado, sendo o mínimo concedido no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), e o máximo R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Esses valores dependerão, em muitos casos, da comprovação de seqüelas, o que vem sendo muito questionado por comissões de direitos humanos e pelos comitês de anistia. A gradação dos valores depende dos danos causados ao ex-presos. Quanto maior for o número de anos e a extensão das seqüelas (físicas e psíquicas), maior será o valor da indenização.
- 22 A indenização federal (para perseguidos políticos) tem duas modalidades: prestação única ou mensal, permanente e continuada. No primeiro caso, o valor fixado foi de 30 salários mínimos por ano, em que a pessoa teve que abandonar suas funções pela perseguição às suas atividades políticas, não podendo ultrapassar R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O valor da prestação mensal, permanente e continuada, seria igual ao da remuneração que o anistiado político receberia se estivesse na ativa, considerada a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e, se necessário, considerando-se os seus paradigmas.
- 23 Com a atual lei, ampliou-se o número de anistiados políticos do País. Embora, nunca tenha sido feito um levantamento geral das pessoas afetadas pela ditadura militar, havia uma expectativa inicial de que 40 mil pessoas requeressem os benefícios, mas esse número surpreendeu a todos. A

*Comissão de Anistia*, também chamada de *Comissão de Paz*, criada para averiguar e julgar esses processos, recebeu até o final de 2004, 60 mil pedidos.

- 24 Tais críticas são discutidas em Gonçalves (2006).
- 25 Data da última Constituição antes da ditadura. Durante o período de *exceção*, foi outorgada a Constituição de 1967.
- 26 Nesse caso, o tempo do mandato é considerado para efeitos de aposentadoria, mas não se recebe nenhuma indenização por isso.
- 27 Promulgação da última Constituição. Antes, o prazo se restringia a 1979. A ampliação se deu a partir do entendimento de que a perseguição não acabou com o advento da anistia. Ao longo dos anos 1980, muitas pessoas continuaram a sofrer perseguição. Isso se prova por meio de documentos fornecidos pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), que mostram que militantes eram ainda espionados, tendo seus movimentos controlados, até a década de 1990.
- 28 Embora o prazo seja este perante a Lei, para efeitos desta pesquisa, foram considerados aqueles punidos durante o período que compreende a ditadura militar e a promulgação da Constituição.
- 29 Essa questão é discutida em Gonçalves (2006).
- 30 Como há, porém, grupos com visões de mundo distintas em relação às questões referentes à ditadura militar, as leis reparatórias, as homenagens aos *perseguidos políticos* que surgem no País, além do posicionamento em geral dos *media*, causam celeumas, principalmente nos meios militares e para os “defensores” da ditadura. Sobre esse assunto, ver Gonçalves (2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Mário. *Anistia, ainda*. Jornal *O Povo*, Fortaleza. Coluna *Opinião*, 28 de agosto 2003, p. 06.
- ARRUDA, Manoel Aguiar de. *Reparação aos vereadores cassados*. Jornal *O Povo*, Fortaleza. Coluna *Opinião*, 26 de agosto 2005, p. 06.
- COSTA, Homero de Oliveira. Incursões na história das anistias no Brasil. <<http://www.dhnet.org.br>> Acesso em 22 julho 2006.
- ELOYSA, Branca (org.) *I Seminário do grupo Tortura Nunca Mais* – depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GABEIRA, Fernando N. *Cartas sobre a anistia: a entrevista do Pasquim*; Conversações sobre 1968. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. 241f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

- INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. *Anistia 20 anos*. Boletim informativo das Comemorações dos 20 anos a Lei da Anistia Política. Nº 1, abril de 1999. Brasília: Linha Gráfica.
- LEONZO, Nanci. Anistias: do clamor à luta política. In: TRONCOSO, Hugo Cancino; SIERRA, Carmen de (org.). *Ideas, Cultura e Historia en la creación latino-americana*. Siglos XIX y XX. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1998, p. 289-300.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros – anistia ontem e hoje*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- TELES, Janaina (org.). *Reparação ou impunidade – mortos e desaparecidos políticos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2000.
- VASCONCELOS, José Gerardo. *O movimento pela anistia: novos e velhos atores no contexto autoritário*. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1997. Série Estudos e Pesquisas, 34.
- Sites e revistas**
- [www.torturanuncamais-rj.org.br](http://www.torturanuncamais-rj.org.br)
- <http://www.mj.gov.br/anistia/>
- [www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br)
- Revista *Vêja*. “Uma página virada”. São Paulo, 30 agosto. 1989, ano 22, nº 34, p. 24-25.
- Jornal *O Povo*. “MP regulamenta indenização para vítimas da ditadura”. Fortaleza, Política, 1 de julho 2001, p. 21.
- Jornal *O Povo*. “Proposta indenização aos torturados no Ceará”. Fortaleza, Política, 30 abril 2001, p. 22.
- Jornal *O Povo*. “Lúcio diz que indenizações são reconhecimento de ‘injustiça’”. Fortaleza, Política, 01 de abril 2005, p. 22.
- Jornal *O Povo*. “Estado começa a pagar indenizações a ex-presos”. Fortaleza, Política, 16 de setembro 2004, p.18.
- Jornal *O Povo*. “Comissão analisará 40 mil pedidos de indenização”. Fortaleza, Política, p.2, 29 de agosto 2001.
- Decretos e Leis**
- BRASIL. Lei n.6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências.
- BRASIL. Decreto n. 84.143, de 31 de outubro de 1979. Regulamenta a Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Decreto n. 611, de 21 de junho de 1992. Da aposentadoria excepcional de Anistiado.
- BRASIL. Decreto n. 1.500, de 24 de maio de 1995. Cria a Comissão especial de Anistia.
- BRASIL. Medida Provisória n. 2151, de 31 de maio de 2001. Regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias e dá outras providências.
- BRASIL. Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.
- CEARÁ. Projeto de Lei n. 39/2001. Dispõe sobre a indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado do Ceará e dá outras providências.
- CEARÁ. Lei n. 13.202. Reconhece, nos termos que indica, direito à indenização às pessoas detidas por motivos políticos no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade de órgãos públicos do Estado do Ceará e dá outras providências.

# O BARROCO COMO COSMOVISÃO MATRICIAL DO ÊTHOS CULTURAL BRASILEIRO

DR. EDUARDO DIATAHY B. DE MENEZES

Comunicação apresentada na 25ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, em Goiânia (GO), de 11 a 14 de Junho de 2006, como Coordenador da Mesa-Redonda - «Antropologia & Estética: A Arte como *Gnósis* e Visão do Mundo», que teve como Participantes: Dr. Ordep José Serra (UFBA), Dr. Rafael José de Menezes Bastes (UFSC) e Dra. Idilva Maria Pires Germano (UFC).

## RESUMO

Trata-se o presente Projeto de uma explanação de resultados preliminares de uma pesquisa exploratória em andamento e mesmo numa fase inicial, a despeito de anos de meditação sobre a temática. O esforço de caracterização do Barroco implica não só analisar a diversidade de conceitos que o termo alberga, mas também verificar o processo evolutivo por que tem passado tanto em sua definição quanto em sua apreciação. Grosso modo, podemos didaticamente imputar aos grandes estudiosos do Barroco sua filiação a duas correntes de concepção antagônicas: 1) a sua percepção como fenômeno cultural historicamente delimitado entre finais do séc. XVI e meados do XVIII (mas cujos balizamentos temporais variam segundo o lugar social considerado, como ocorre com todo movimento cultural); e 2) a visão do Barroco como categoria trans-histórica, encarnando-se de formas diversificadas em diferentes momentos da história e com uma geografia ampla e variada. As discussões se prolongam em seus desdobramentos e inclinações; mas o mais brilhante defensor dessa compreensão do Barroco como espécie de éon, entidade abstrata, objeto de sucessivas encarnações e expressões, foi o filósofo espanhol Engenio D'ORS, que em sua obra *Lo Barroco* expõe sua teoria de modo sedutor. Mesmo com seguidores como Henri FOCILLON ou Ernst R. CURTIUS, o questionamento perdura em aberto. No que tange ao Brasil – objeto primordial desta pesquisa – o território de exploração é imenso e tão-só o exemplo do campo literário, além de figuras do nível de um Gregório de Mattos ou um A. Vieira, o enriquecimento das linguagens e dos processos técnico-expressivos abriram perspectivas para novos estilos; o que faz com que a crítica atual acolha a existência de uma constante barroca ao longo de nosso processo histórico-cultural, como vem ilustrado em tempos recentes na poesia de um Jorge de Lima ou na prosa de um Guimarães Rosa, etc.

## ABSTRACT

The present project is an explanation of the preliminary results of an on-going research, actually in its initial stage, despite years of meditation on the theme. The effort to characterize the Baroque style implies not only an analysis of the diversity of concepts that the term embodies, but also a verification of the evolution process that it has undergone in its definition as well as in its appreciation. Grosso modo, we may didactically impute to great scholars of baroque its filiation to two antagonist currents of conception: 1) its perception as a cultural phenomenon historically delimited between the final years of the XVI century and middle of the XVIII century (but whose temporal demarcations vary according to the social place considered as it occurs in all cultural movements); and 2) the vision of Baroque as a trans-historic category, being faced through diversified forms in different moments of history and with a broad and varied geography. The discussions are prolonged in their unfoldings and inclinations; but the most brilliant defender of that comprehension of Baroque as a species of éon, abstract entity, object of successive incarnation and expressions, was the Spanish philosopher Engenio D'ORS, who, in his work *Lo Barroco*, presents his theory in a seductive way. Even with followers like Henri FOCILLON or Ernst R CURTIUS, the questioning still endures. As for Brazil, – the main focus of this research – the exploratory territory is immense, to mention as an only example the literary field, in addition to names at the level of a Gregório de Mattos and A. Vieira, the enrichment of languages and of technical and expressive processes opened perspectives for new styles; this makes the new criticism to accept the existence of a baroque constant along our historical-cultural process, as has been illustrated in recent times in the poetry of Jorge de Lima or in the prose of Guimarães Rosa, etc.

## PRELIMINARES

«Sejam quais forem as objeções que possam merecer esse prestígio do nome e da noção de “barroco”, o inegável é que doravante – e por quanto tempo? – um e outra se converteram em instrumento servicial e, de fato, indispensável, não só na doutrina estética, mas ainda na historiografia e na própria crítica literária.»

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1979)

«La danse des étoiles névoque-t-elle pas en rythmes, pas et figures, certains schémas préférés du baroque? Lorsque, dans un souci de soumettre l'univers tout entier aux lois lucides d'un système, Kepler dénonce la trop étroite conception des Anciens, selon laquelle les astres se meuvent dans un champ circulaire, et propose cet autre schéma où le module est une courbe plus complexe – l'ellipse, l'ellipse et ses deux foyers – n'est-il pas en train de styliser l'Astronomie, et d'une manière non pas **classique**, mais résolument **baroque**?» (...). «**Tout art de réminiscence ou de prophétie est toujours plus ou moins baroque. Et la littérature universelle – on finira un jour par le découvrir – a marqué l'entrée de la forêt du baroque, par l'erection de deux hautes colonnes qui portent les noms du poète Milton et de l'évangéliste Jean: Le Paradis perdu et Apocalypse.**» (...)

«Or, à la connaissance limitée d'une matière correspond toujours la classification superficielle de ses éléments. (...) Pour l'anatomiste qui n'a pas encore disséqué de cadavres, de même que pour l'historien qui n'a pas sondé profondément les événements, le mode d'énumération reste superficiel, grossier et sommaire. Il est fondé sur l'apparence des choses, sur leur **aspect** et non sur ce que le peintre Poussin appelait leur **prospect**, c'est-à-dire leur structure intérieure, leurs connexions intimes et absconses.» (...) L'Histoire connaîtra-t-elle de nos jours un progrès semblable...? Il semble que, là aussi, une connaissance extérieure et superficielle commence à être remplacée – en ce qui concerne certains thèmes et certaines questions – par la possibilité d'une observation intime et profonde de ce qui est caché. ... il paraît possible de substituer à l'énumération linéaire certaine classification systématique. 'Âges', 'Époques', 'Siècles', correspondent, dans la chronologie, aux 'zones' et aux 'régions' topographiques: dans le temps comme dans l'espace, une réflexion attentive révèle la présence de **systèmes**, de synthèses effectives, qui rassemblent les éléments lointains, et dissocient les éléments proches ou contigus. ...ne peut-on de même droit parler d'un 'système impérial' où l'historien averti verra groupées les figures d'Alexandre, de Charlemagne et de Napoléon? Voici, en revanche, deux personnalités tout à fait proches dans le temps, contemporains même – Voltaire et Jean-Jacques Rousseau: chacun appartient à un système différent. Voltaire au rationalisme apporté au monde moderne par Descartes; Rousseau, au romantisme où son nom figure, comme plus tard ceux de Fichte et de Tolstoï. Comment ne pas remarquer qu'à ce système de Descartes et de Voltaire, avait appartenu déjà – Zénon d'Élée? et qu'au cycle de Rousseau, se rattache le poète Lucrèce, plus vieux de dix-neuf cents ans? Ce que nous disons ici de la personne peut d'ailleurs s'appliquer aussi bien aux oeuvres, ou aux événements historiques. Là encore le 'système' rapproche ce que le temps sépare et démêle ce que l'heure a brouillé... Il serait, par contre, également vain et faux de vouloir rapporter à une seule et même catégorie les créations résolument néo-vitruviennes du Vignole et les inventions de l'outréculances baroque du Bernini. (...) Signalons maintenant le caractère spécial que ces systèmes surtemporaires revêtent. L'unité à travers le temps est appelée 'constante'... Ces

*'constantes' entrent dans la vie universelle de l'humanité et dans sa pluralité multiforme, en instaurant une invariabilité relative et une stabilité là où tout le reste est changement, contingence, fluidité. La trame complexe de l'histoire livre passage à la présence de ces 'constantes'... Il ne s'agit pas, dans cette conception de l'histoire, d'affirmer l'existence de cycles, de ces fameux **ricorsi** qu'imagina G. Vico, ou de formuler un 'éternel recommencement des choses' comme dans le songe platonicien de l'**Année parfaite** ou dans le **Ring des Ringes** nietzschéen... Nous n'imaginons pas un cercle, mais un canal... Mais il faut bien dire que ces éléments permanents de l'histoire ne sont spécifiquement ni des **systèmes**, ni des **types**... il convient de leur donner un nom: c'est le terme grec **éon**... qui avait un développement inscrit dans le temps, avait en quelque sorte **une histoire**.»*

EUGENIO D'ORS (1985)

Há uma questão que gostaria de suscitar, inicialmente, e que, por estar envolvida na minha hipótese de trabalho contida no título desta comunicação, irá orientar de alguma maneira o argumento de minha exposição:

*A que intuição mais profunda – se é legítimo exprimir-me nestes termos – deve corresponder a inclinação recorrente dos que fazem ou gerem isso que se convencionou chamar de “**cultura brasileira**”, para escolher, toda vez que pretendem apresentar uma amostra significativa e representativa de nossas manifestações nesse campo, sobretudo no exterior, mas também para efeitos internos, quase sempre as ricas obras do Barroco brasileiro (arquitetura, esculturas, retábulos, pinturas, decorações, etc.), como ocorreu, por exemplo, agora nas comemorações dos 500 Anos da Descoberta do Brasil, quando se realizou notável Exposição em Paris, sob o patrocínio da Presidência da República Francesa e a da República Federativa do Brasil, de que resultou catálogo monumental bilíngüe, em dois volumes, contendo ensaios e ampla iconografia toda ela do Barroco brasileiro na sua extensa expressão no território nacional?*

Destaque-se ainda outro fato significativamente exemplar, ligado a este: quando desejam ampliar esse gênero de exposição, costumam acrescentar algumas expressões estéticas do modernismo brasileiro, em particular mediante exemplos extraídos das obras de figuras como Villa-Lobos, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, Portinari e uns poucos mais. É óbvio que tais escolhas são de algum modo impostas pela facilidade de comunicação que tais obras evidenciam; o que não se daria se as escolhas pretendessem recair sobre expressões de nosso pensamento ou de nossa literatura, visto a dificuldade de acesso ao vernáculo no exterior. Mas o fato relevante a ser enfatizado reside na íntima relação que os principais protagonistas do celebrado movimento modernista mantiveram com as artes e as letras do Barroco brasileiro, numa busca de redescoberta de nossas raízes culturais, incluindo aí viagens coletivas às cidades históricas de Minas e de outras partes do Brasil. Portanto, dois momentos imbricados sob certo aspecto no que há de mais permanente no estilo de vida, na sua *gnósis* e visão de mundo que compõem a matriz nuclear de nosso *êthos* cultural.

Eis a questão implícita no desdobramento do presente texto. No que irá se seguir, adotarei um andamento de perfil didático e necessariamente sumário em virtude de sua amplitude temática.

\* . \* . \*

Na sua origem em nossa língua, o termo *barroco* já aparece em uso desde o século XVI, designando um tipo de pérolas de superfície irregular, imperfeita, e de baixo valor. O nosso vetusto e seguro *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, em sua edição de Lisboa, ano de 1813, registra essa acepção,

mas diz que o termo significa também ‘penedo pequeno irregular’<sup>1</sup>. Na linguagem filosófica da escolástica medieval, *baroco* é termo mnemônico para designar um dos modos válidos dos silogismos da segunda figura<sup>2</sup>. Até por volta da Primeira Guerra Mundial, nenhum ou raro registro do Barroco como conceito positivo de estilo artístico em sua originalidade ou como categoria estética de valor historiográfico. Todavia, sobretudo no século XVIII e um pouco antes, inicialmente em francês (*baroque*), pode-se constatar uma transferência semântica do domínio da joalheria para o da crítica de arte e, nessa transposição metafórica, o termo guardou as conotações de imperfeição, anomalia, decadência, etc.

Não há, porém, especificidade nesse fenômeno. *Grosso modo*, na história da arte, cada novo estilo tende a se impor pelo desprezo e esquecimento de um período ou movimento estético anterior. Assim, com o Barroco ocorreu algo semelhante com o que se deu com o Gótico – que só veio a ser redescoberto e reavaliado positivamente no século XIX –, como também se deu com o Impressionismo. No caso do Barroco, entretanto, impressiona a reação que sofreu em especial do racionalismo e do Neoclassicismo, visto que em seu território o Sol não se punha, como no Império da Espanha filipina. Sem possuir um caráter epidêmico, como no caso do *Art Nouveau*, justamente chamado de neobarroco, desenvolveu-se no entanto ao longo de quase três séculos e cobriu com suas obras diversificadas praticamente toda a Europa (meridional, central, do norte e do leste) e suas expansões coloniais da América hispânica e portuguesa. Sua extensa geografia, acolhendo sistemas políticos e econômicos tão diferenciados, durante período tão longo e cheio de profundas transformações especialmente no Ocidente (mercantilismo, Reforma e Contra-Reforma, etc.), comporta uma gama tão variada de definições, até mesmo contraditórias, que todas as interpretações do Barroco são geralmente plausíveis e parcialmente válidas. Diante da variedade de formulações teóricas sobre o Barroco, desde fins do século XIX, os estudiosos atuais costumam dividi-las em dois grupos principais, segundo se reportem à sua gênese formal e de seus valores estilísticos intrínsecos, ou à origem de seus condicionamentos socioculturais. Noutros termos, para caracterizar o Barroco é mister analisar não apenas a diversidade de conceitos que o termo comporta, como ainda verificar a evolução de sua definição e de sua apreciação. Além disso, como se não bastasse essa variedade de doutrinas para dificultar tal análise, há ainda problemas de difícil solução como o dos limites temporais do estilo ou o da própria origem e significado do termo.

Conforme assinalado, predominou durante quase dois séculos uma concepção que atribuía sentido depreciativo a tudo quanto se referia ao Barroco. O dicionário da Academia Francesa, por exemplo, de 1740, fornecia dele esta definição: «Diz-se também *baroco* em sentido figurado com referência a algo irregular, extravagante, desigual. Um espírito barroco, uma figura barroca». Já a *Enciclopédia* de Diderot e D’Alembert, editada em 1750, em tópico assinado por Jean-Jacques Rousseau, afirma: «Uma música barroca é aquela cuja harmonia é confusa, carregada de modulações e dissonâncias, de entonação difícil e de movimento forçado». Em suma, o Barroco desde então, da arquitetura à literatura, passando pela pintura e outras formas de expressão, está associado a tudo que é extravagante e bizarro. Assim, mesmo um grande historiador, como o suíço alemão Jacob Burckardt (1818-1897), de espírito renovador e que privilegiou a história da cultura, notadamente na mais importante de suas obras, *A Civilização na Itália no tempo da Renascença* (1860), concebia como barroca a arte final do Renascimento, a arte de Miguel Ângelo (1475-1564) e de Andréa Palladio (1508-1580), os quais, segundo ele, falavam a mesma linguagem renascentista, só que num dialeto selvagem ou inculto. E mesmo um Benedetto Croce (1866-1952), que, no entanto, escreveu obra alentada sobre a *História da Idade Barroca na Itália* (1929), não conseguia ver no Barroco senão mau gosto e carência de idéias, considerando assim que o historiador só poderia considerá-lo como elemento negativo, como negação, ou quase, do que seja arte ou poesia: pode-se falar de época ou arte barroca, mas sem esquecer que tudo quanto pertence na verdade à arte nada tem a ver com o Barroco e o que pertence ao Barroco nunca pertence à arte. Assinale-se, enfim, que até quase o final do século XIX, o Barroco foi encarado como arte decadente, espúria ou bastarda; portanto, vista com evidente má vontade por historiadores e filósofos da arte. E na linguagem corrente, até hoje, se preserva esse sentido pejorativo do termo.

Não obstante, já na segunda metade do século XIX, começavam investigações e estudos sérios sobre o Barroco, dos quais uma das obras mais inovadoras foi *Renascença e Barroco*, do suíço alemão Heinrich Wölfflin (1864-1945)<sup>3</sup>: editada em 1888, rompia com a visão de Burckardt – que tinha sido seu professor –, estabelecendo uma relação antitética entre o Barroco e o Classicismo, inicia a verdadeira revisão do Barroco. Quase três décadas depois, formulando ousadamente o que seriam os valores formais básicos desse estilo e trazendo respostas mais consistentes às ressalvas feitas à obra anterior, ele publica em 1915 seu *Conceitos Fundamentais da História da Arte*, que institui o paradigma da reavaliação do Barroco por suas categorias estéticas intrínsecas. Mesmo assim, só após o êxito do Impressionismo (1870), nos inícios da arte moderna, é que o Barroco passa efetivamente a ser considerado, revisado e acolhido. Já não era mais possível ignorar o seu valor fundamental como arte original e mesmo revolucionária, depois dos novos rumos da crítica e da história da arte resultantes das obras pioneiras de Wölfflin, o qual já falava de uma «concepção pictórica impressionista»; enquanto Werner Weisbach (1873-1953)<sup>4</sup>, seu contemporâneo e amigo, que, como ele, foi professor na Universidade de Basileia, e que entre outras obras publica em 1921 *O Barroco como arte da Contra-Reforma*, assinalava também para este um sentido óptico e uma tendência pictórica, afirmando que nele interessam, sobretudo, suas inclinações óptico-impressionistas: o Barroco não aspira a uma persistência tranqüila, fechada em si mesma, mas a um perpétuo vir-a-ser, para dar à vista consciência da idéia de movimento; e no desejo de enfatizar em máxima tensão as energias, geram-se conflitos de força, e contradições; assim, Weisbach, avançando numa análise de perfil mais psicológico, afirma que «o Barroco encontra seus meios de expressão correspondentes a estados de ânimo passageiros, circunstanciais, fugazes, no inapreensível, no fugidio, no incerto»<sup>5</sup>.

A despeito da inovadora perspectiva de análise propiciada por Wölfflin, ao insistir em que os historiadores deveriam examinar as formas artísticas a partir de si mesmas, de seus valores estruturais autônomos, e que elas como tais garantem uma evolução que se dará inelutavelmente, segundo sua lógica e coerência internas, independentemente de fatores ambientais, religiosos, culturais, políticos ou mesmo tecnológicos; nem por isso, porém, ele desconhece o efeito desses fatores, concebendo o estilo como expressão de uma época, de um sentimento nacional e de um temperamento pessoal. Eis por que podia afirmar ser «a transição do Renascimento para o Barroco um exemplo bastante elucidativo de como o espírito de uma nova época exige uma nova forma», e insistir em que: «O Barroco não significa nem a decadência nem o aperfeiçoamento do elemento clássico, em virtude de que ele é, desde sua própria origem, uma arte totalmente diferente»<sup>6</sup>.

Aliás, foi muito mais nesta perspectiva que se enriqueceram os estudos contemporâneos sobre o Barroco. Tais estudos poderiam ser agrupados em duas tendências teóricas gerais e antagônicas: **1)** a percepção do Barroco como fenômeno cultural historicamente delimitado; e **2)** a concepção que o encara como uma categoria trans-histórica, exprimindo-se de formas diversas em diferentes épocas e com uma geografia estendida. O mais brilhante defensor desta segunda corrente, que concebe o Barroco como um *éon*<sup>7</sup>, entidade abstrata, objeto de sucessivas manifestações, foi o filósofo espanhol Engenio D'Ors (1882-1954)<sup>8</sup>, que em seu livro *Lo Barroco* expõe sua teoria de forma convincente e apaixonada. Todavia, apesar de ter tido alguns grandes seguidores, como Henri Focillon e Ernst R. Curtius, essa concepção tem sido alvo de contestações, embora mais recentemente alguns estudiosos voltaram a se ocupar dela com lucidez e ousadia. Entretanto, a concepção dominante é, pois, a que considera o Barroco como período histórico, situado entre fins do séc. XVI e meados do séc. XVIII, sem marcos temporais e espaciais precisos, como em qualquer movimento cultural, mas em meio à sua diversidade apresenta certo denominador comum que o singulariza e o distingue. Nessa perspectiva, portanto, sua caracterização exige que sejam explicitadas suas relações com o período que o antecede e aquele que o sucede; assim como, o exame dos fatores de ordem política, cultural, religiosa, etc., os quais em sua ação histórica condicionam o surgimento das linhas de força que modelam o período e o especificam.

Resumamos a seguir algumas das questões suscitadas por esse trabalho do conceito.

- *Barroco & Classicismo: suas categorias formais.* – Essa relação antitética entre os dois estilos tem sido um dos recursos mais utilizados na caracterização do Barroco, pelo menos desde a obra pioneira de Wölfflin [*Conceitos Fundamentais da História da Arte*, 1915]. Seu conhecido modelo de cinco pares de categorias para caracterizar a arte barroca em oposição à arte do classicismo renascentista resume-se em: *linearidade, visão de superfície, forma fechada, pluralidade e claridade*, como aspectos próprios da arte clássica, contrapondo-se a *pictórico, visão de profundidade, forma aberta, unidade e obscuridade*, como características do Barroco. O autor dedica extenso capítulo a cada desses pares, apoiando-se em exemplificação retirada em geral da pintura, da escultura e da arquitetura. Desse modo, o processo histórico de transformação do classicismo teria gerado o seu contrário. Portanto, ocupando-se em estudar a modificação da forma de nossa visão, reduzida ao contraste do tipo clássico e do tipo barroco; esta díade seria para ele um processo típico de recorrência consistente, sendo a popularidade desses estados a forma básica da história, ou seja, uma periodicidade de formas que se repetem segundo os dois modelos, um cessar e um recomeçar periódicos de cada estilo; daí constatando a existência de um barroco não apenas nos tempos modernos, mas em época mais remota como a do Gótico. Todavia, Hans Hoffmann, aluno de Wölfflin, buscou inserir um matiz na dicotomia rígida do mestre, vendo no Maneirismo uma pré-manifestação do Barroco, chega à tríade: Renascença – Maneirismo – Barroco; e avança em sua análise no rumo que aponta para as categorias formais de cada estilo ou época: assim, se o espaço é estático na Renascença, aparece fragmentado no Barroco e se expressa como uma evasão dinâmica no Maneirismo, enquanto a luz, difundida de modo uniforme, equilibrado e harmônico na Renascença, manifesta-se pela tensão e extensão no Maneirismo.

Para essa alternância antitética entre Clássico e Barroco converge em linhas gerais a concepção de Eugenio D'Ors, que via no classicismo o *éon* da estabilidade e da medida, e no Barroco, o *éon* do movimento e do excesso. Ou conforme ele próprio acrescenta: «o *éon* do Clássico é um Olhar; o *éon* do Barroco, uma Matriz» [1985: 132]. Assim, tais categorias se alternariam ao longo de toda a história da arte e da cultura. Ora, tal parece ser o andamento consistente no mundo das formas, ao passo que no plano da realidade histórica mais ampla as relações entre os dois estilos não se reduzem a uma oposição linear. Essa é a visão de um estudioso como Victor-Lucien Tapié, em sua obra *Barroco e Classicismo* [1988], ao concluir que entre os dois períodos não existem fronteiras nítidas, mas antes contaminação e trocas. Outros estudiosos, como Helmut Hatzfeld, vêem o Barroco como conseqüência do classicismo, havendo entre ambos evolução no sentido, não de degradação, mas de transformação de códigos e modelos em decorrência de múltiplos fatores; evolução que, na visão da atual história da arte, passa por um período intermediário com suas características próprias – o **Maneirismo**; estilo que não pode ser visto como mero pré-Barroco, mas antes como um período que estabelece com este relações de continuidade tanto quanto de oposição. Assim, o Barroco recebe do Maneirismo o gosto das formas complexas, labirínticas, instáveis; já o sensorialismo e o hedonismo do Barroco opõem-se ao idealismo, ao intelectualismo e ao sentido agonístico da cultura maneirista<sup>9</sup>.

Enfim, após a revisão do Barroco, veio a vez do Maneirismo: e se a reavaliação do Barroco coincide com o primeiro momento da arte moderna (Impressionismo), a revisão do Maneirismo só se deu depois da primeira crise séria da arte moderna – a **antiarte**. Portanto, embora defendendo a autonomia do Maneirismo, Hauser o considera como expressão da crise da Renascença<sup>10</sup>.

- *Barroco & Contra-Reforma.* – Por algum tempo e com alguma plausibilidade, generalizou-se entre críticos e historiadores da arte a idéia de que o Barroco surge e se torna vigente no horizonte estético da Contra-Reforma. Com efeito, posto que parcialmente, é a Contra-Reforma um capítulo importante na gênese social do Barroco. Assim, para firmar um plano de ação capaz de barrar o avanço da Reforma luterana na Europa e fixar normas de ação da Igreja nos territórios virgens, descobertos

pela expansão náutica luso-espanhola, foi realizado o Concílio de Trento (1545-1563), depois inadequadamente chamado de Contra-Reforma, e cujas recomendações contidas em seus documentos finais tiveram larga aplicação e ampla influência sobre a arte sacra. Por outro lado, o crescimento urbano no Renascimento e a conseqüente crise agrícola faziam aumentar entre camponeses o apelo às seitas e à magia; essa instabilidade socioeconômica propiciava o pano de fundo do combate de Lutero contra o papado, preconizando a volta às fontes do cristianismo original, a exaltação da Bíblia, a luta contra a intercessão dos santos e da Virgem, etc., pressupondo uma arquitetura despojada de ornamentos e imagens. Além disso, expandia-se a época do realismo político (Maquiavel, Loyola). E a Igreja reagiu exaltando as formas do culto tradicional, o primado do Papa, o uso da arte a serviço da propagação religiosa, a criação de instrumentos de controle e censura (Inquisição), e o estímulo às grandes ordens missionárias, em especial a atuação da Companhia de Jesus na América Latina e noutros territórios. Eis por que o Barroco levado para aí foi chamado de *arte jesuítica*.

Todavia, se Werner Weisbach, um dos principais responsáveis pela tese do Barroco como arte da Contra-Reforma, tinha algum fundamento ao considerá-lo como expressão da cultura católica em seus valores, contradições e veemência militante, esse vínculo suposto em sua concepção passou a ser contestado de algum tempo aos nossos dias. Ressaltou-se que o Barroco que ele estudara estava iconograficamente limitado a obras de temática religiosa. E ele definia o Barroco como *heróico, místico, erótico, ascético e cruel*; e falava de uma sensibilidade poética e mórbida, que de fato existe em boa parte da produção pictórica e escultórica da arte colonial. Ora, essa fusão de êxtase e erotismo era a tarefa primordial do naturalismo barroco. Em sua crítica a Weisbach, Hatzfeld considera discutível a suposição de um misticismo que se confunde com erotismo, de um ascetismo relacionado à crueldade. Por sua vez, Tapié exige cuidado para não identificar Barroco e Contra-Reforma tridentina como se fossem fatores estáveis e interligados. Sem esquecer a ampla proliferação do estilo em países protestantes e burgueses; nem desprezar o fato de que facetas dominantes do Maneirismo estão presentes no espírito da Contra-Reforma.

- *Barroco & Formas que voam.* – Ao se contrapor às «pretensas determinações geográficas e sociológicas», Eugenio D’Ors aponta dois aspectos formais inconfundíveis no Barroco: a *multipolaridade*, traduzida pela pluralidade de centros tectônicos, e a *continuidade*, que estabelece uma corrente de sentido na sucessão das partes de sua composição. Mas insiste antes em dois de seus aspectos culturais que constituem para ele a própria essência do Barroco: o *panteísmo* e o *dinamismo*.

No que concerne à primeira dessas características, tentarei resumir aqui suas ousadas especulações, porque suscitam por certo discussões e estimulam reflexões. Que a Contra-Reforma, diz ele, se traduz em estilo barroco isso é inegável; porém, a *Weltanschauung* luterana se exprime também, estilisticamente, em barroquismo, assim como aquela que presidiu às descobertas geográficas dos Portugueses, cuja inspiração era de origem basicamente franciscana [Jaime Cortesão e o próprio D’Ors indicaram isso em muitas ocasiões]. Franciscanismo, luteranismo, Contra-Reforma coincidem, em certa medida, por sua morfologia. Todavia, é impossível que uma coincidência na forma não corresponda a uma coincidência no espírito. Em face disso, ele indaga e responde: Qual será, então, essa coincidência espiritual, qual será o caráter comum da Contra-Reforma, do luteranismo, do franciscanismo? – Este ponto esclarecido, estaremos mui próximo de descobrir o segredo da tendência geral a que obedece o Barroco em todas as suas manifestações, em todos os países, em todas as épocas. Todos aqueles que, na história das idéias, admitem a existências de «*constantes*», ou pelo menos de relações, admitirão sem dificuldade que, no que tange ao problema das relações entre o homem e a natureza, franciscanismo e luteranismo adotam ao mesmo tempo, com as inevitáveis diferenças, uma atitude de reconciliação, espécie de absolvição da natureza pelo homem: visto que este começa por declará-la boa,

está segundo a ordem que ele lhe consagre verdadeira veneração e que termine por considerá-la como mais ou menos *divina*, chegando ao ponto em que o escritor sente quase inevitavelmente o direito e mesmo o dever de escrever «Natureza» com maiúscula. Parece mais difícil, à primeira vista, incluir a Contra-Reforma – Concílio de Trento, Companhia de Jesus, reação romanizante – numa atribuição que, em última instância, parece implicar nada menos que o **panteísmo**. Na opinião corrente, a Contra-Reforma não passa de um fenômeno de tendências principalmente ascéticas, de uma espécie de “onda negra” que extingue as luzes brilhantes e policromas da Renascença, que *perturba a festa*, que substitui carnaval por quaresma?... Mas não é ao Renascimento que se deve opor a Contra-Reforma para lhe descobrir por contraste o verdadeiro caráter. Este nos será antes revelado ao lhe opormos dois movimentos de idéias, de que um foi seu contemporâneo, enquanto que o segundo se desenvolve hoje e parece fechar o ciclo de eficácia da Contra-Reforma. Certamente, as relações entre o *jesuitismo* e o *jansenismo* não constituíram um fenômeno isolado: provavelmente duas **constantes** se confrontaram aí também. A posição, na verdade ascética, de desconfiança em face da natureza, de orgulhoso domínio sobre esta, de *crença na objetividade do pecado*, e, por conseguinte, de dualismo e contradição entre o espiritual e o natural, foi o jansenismo e não o jesuitismo que a representou nessa conjuntura. Todos nos lembramos das *Provinciais* de Pascal. Todos nos lembramos ainda mais da insistência de Jansenius e de seus discípulos em querer serem inscritos na tradição idealista, intelectualista, clássica, de Santo Agostinho; insistência sublinhada por eles mediante a acusação de pelagianismo contra seus adversários. Ora, argumenta D’Ors, a luta entre Agostinho e Pelágio é já um episódio da luta entre o Clássico e o Barroco; e devemos confessar, por nossa parte, que quando falamos do *éon* barroco, pensamos bem mais e mais diretamente em Pelágio do que em Bernini; em Pelágio e na agitação de idéias que caracterizou a passagem do século V ao VI, períodos conturbados pelas grandes discussões sobre o caráter e os efeitos do pecado original, e atravessados por estranha e emocionante corrente de otimismo naturalista, de palingenesia na graça, de evaporação da idéia do Mal. Entretanto, os mesmos traços que a polêmica agostiniana encontrava no pelagianismo, – e que nos fez dizer alhures que Pelágio é um Rousseau antecipado – a rigidez jansenista os achava na Companhia de Jesus e, em geral, na atividade católica saída do Concílio de Trento. Na inspiração inaciana, havia decerto um fundo de concórdia com o natural, de simpatia para com a vida que a aparentava à Reforma – no luteranismo, entenda-se, e não no calvinismo que foi à sua maneira o jansenismo dos protestantes – e na Porciúncula; um território de entendimento onde a Porciúncula, a Reforma e a Companhia de Jesus puderam se encontrar reunidas num estado de espírito traduzido morfologicamente pelo estilo barroco.

Nesse mesmo âmbito de considerações, um segundo movimento de idéias apontado por D’Ors pode ser evocado a fim de confrontar a significação da Contra-Reforma com a da *primavera litúrgica* de tempos recentes. Como quer que seja, temos suficientes elementos para esta pesquisa atual, nos escritos de Guardini, acerca da oposição entre a atitude católica anterior, que sublinha a supremacia do *Êthos* sobre o *Logos*, dos valores do «*mundo como vontade*» sobre os valores do «*mundo como representação*», e a outra atitude que ele preconiza como restauração (e com ele numerosas forças do catolicismo novo), atitude regressiva da superioridade do *Logos* sobre o *Ethos*. Pois – não esqueçamos – aí onde domina o *Ethos*, existe igualmente supremacia do *Pathos*. Esse sentido antiintelectualista foi, na Contra-Reforma, um fenômeno geral, que iniciou a piedade e a vida religiosa numa espécie de romantismo. Rubens, o pintor inaciano por excelência, traz em si uma concepção plástica do milagre que de alguma maneira inicia a iconografia de um modo novo. Já tivemos ocasião de destacar esse caráter *cósmico*, sobre-humano, esse tom de crise panteística que a representação do milagre adquire em Rubens e, em geral, nos pintores barrocos. «Quando um pintor da Renascença – dizíamos nós – representa um milagre, o céu talvez se fenda; se for um pintor barroco, o céu se convulsiona». O céu e a natureza inteira. Um grande vento de apoteose a sacode, e leva tudo, teatralmente. Ajuntemos a isso uma espécie de modernismo que – impaciente – não espera para conceder aos santos a glorificação suprema, que sua reputação e a ação lenta de uma devoção secular os tenham consagrado. O *Flos Sanctorum* jesuíta – e a iconografia barroca – se enche rapidamente de *santos recentes*, e podemos ver nisso o índice de uma

reconciliação inteira com a natureza; tais santos, aqueles que os encontravam representados pelos artistas tinham podido vê-los e conhecê-los; tinham podido ser as testemunhas de sua vida corporal: essa lembrança não atentava contra a apoteose passional. Apoteose de Santo Inácio, de Santo Afonso-Maria de Liguori, de São Francisco-Xavier. Numa palavra, a sensibilidade da Contra-Reforma traz em si uma espécie de crença na *naturalidade do sobrenatural*, na identificação entre natureza e espírito, crença oposta até certo ponto ao dualismo intelectualista pauliniano e agostiniano, por exemplo... Não temos, porém, necessidade de sair do domínio da sensibilidade para declarar que essa identificação, essa naturalidade não podem ser produzida sem certa imersão no panteísmo. Espiritualidade franciscana, espiritualidade luterana e espiritualidade tridentina nisso coincidem. Não nos causará surpresa agora que elas coincidam todas três para se exprimir na morfologia do Barroco. Quanto mais avançamos no conhecimento da história da cultura, tanto mais aparece esta verdade: a saber, que o panteísmo não é uma escola filosófica a mais dentre outras, mas uma espécie de *denominador comum*, um fundo genérico rumo ao qual o espírito desliza desde que abandone as posições, difíceis e sempre precárias, da discriminação rigorosa... Apenas a inteligência rompe com as leis, e a vida recobra seu privilégio. Desde que a disciplina perde seu caráter de cânone, a espontaneidade reveste certa divinização. Todo classicismo sendo, segundo a lei, intelectualista, é, por definição, normal, autoritário. Todo barroquismo sendo vitalista, é libertino, e traduz um estado de abandono e de veneração diante da força. Eis por que o classicismo é também chamado *humanismo*, denominação quase sinônima. O Barroco, ao contrário, possui um sentido cósmico, nitidamente revelado pelo fato de sua eterna predileção pela paisagem. Às vezes comparamos as relações entre o Clássico e o Barroco no conjunto da cultura com as relações, no domínio da linguagem, entre *uma língua* e os *dialetos*. A matéria prima de uma língua, de toda língua, é dialetal. Do mesmo modo que os dialetos são *idiomas naturais*, o Barroco é o *idioma natural* da cultura, aquele em que a cultura imita os procedimentos da natureza. O Barroco contém sempre, em sua essência, algo de rural, de *camponês*. Pã, deus dos campos, deus da natureza, preside a toda obra barroca autêntica.

Mas, antes de querer tirar alguma enumeração aproximativa das etapas do Barroco a partir dessa sumária revista histórica do panteísmo, resta fazer alusão a uma de suas mais essenciais condições – e mesmo das mais conhecidas – *condição estreitamente ligada à do panteísmo* de que ela é a consequência e o corolário: estamos falando do **dinamismo** característico, em toda obra barroca artística, ou intelectual, dessa *vocação de movimento, absolvição, legitimidade e canonização do movimento* que, oposto à nota paralela *de estatismo, de calma, de reversibilidade* própria do racionalismo, própria então de tudo o que é clássico<sup>11</sup>.

É o dinamismo que faz do Barroco uma escola da mobilidade, produzindo em cada obra a presença do **movimento** ou sua aparência. Suas composições buscam o alto e o infinito de um espaço mais amplo, em espirais e diagonais; o desenho se mostra inquieto, as figuras roliças, gesticulantes, e envolvidas em panejamento esvoaçante; a cor chamejante acompanha a forma no mesmo clima de liberdade. Um exemplo brasileiro expressivo está na pintura do mestre Manuel da Costa ATAÍDE (1762-1830), sem dúvida o mais importante pintor mineiro do período colonial, autor de obra clara e arrojada, onde «*as formas voam*», opondo-se assim às formas que pesam e que buscam repouso como na horizontalidade terrestre do período renascentista.

- *Barroco & Retórica*. – Ainda na perspectiva das teorias genético-formais do Barroco, assinale-se a análise empreendida pelo crítico e historiador da arte italiano Giulio Carlo Argan, que o define como forma artística da **retórica** – arte da persuasão – de que toda a cultura barroca se vê fortemente marcada desde seus inícios. Diz Argan: «O platonismo de Ficino e Miguel Ângelo retrocede ante o aristotelismo, a poesia é substituída pela eloquência e o poético pelo retórico». Recorde-se que a tradução da *Retórica* de Aristóteles aparece, na Itália, em 1570, seis anos após o Concílio de Trento (1545-1563), o qual preconizava a “espiritualidade do júbilo”, manifestada mediante procissões e outras pompas religiosas, e recomendava expressamente o aumento da fabricação de imagens – que, no Barroco, eram geralmente de intensa policromia. Do mesmo modo, observe-se que a igreja barroca

tendia a localizar o púlpito em posição destacada na nave central e mais importante que o próprio altar, meio escondido lá no fundo: o que significa ter assumido o discurso de um Padre Vieira ou o sermão religioso o primeiro plano na ação da Igreja tridentina, na busca da reconquista das almas perdidas para a comunhão luterana ou calvinista. As formas barrocas procuravam envolver o fiel pela palavra e pelas imagens, num clima sensorial intenso. É, na observação de Hatzfeld, a fusão de elementos táteis, realistas e sociológicos, mais evocadora do que descritiva. Para Argan, a força de persuasão é a noção primordial da estética do *Seicento*. Até então, a arte devia despertar a fruição ante a beleza ou a perfeição da natureza; mas no séc. XVII, um dualismo do espectador e da obra inter-vém na concepção do artista, e a obra já não é mais um fato objetivo, mas um meio de agir, fazendo crescer a importância dos valores ilusionistas da forma, e da função do deleite a serviço da docência. Portanto, a ênfase da retórica se evidencia não só na literatura, mas também nas artes plásticas – da pintura à arquitetura – onde crescem processos de captação do destinatário, de manipulação de seus afetos: o efeito sobre o receptor é preocupação básica do Barroco, como veículo de afirmação do poder, político, social ou intelectual, ou da força da verdade religiosa.

- *Barroco & Absolutismo*. – Nas suas variadas manifestações, o **poder** é um dos componentes mais expressivos da época barroca, e seu exercício então é privilégio tanto dos potentados, quanto do governo e da Igreja tridentina. Essa cultura política permite ao historiador da arte holandês, Leo Balet (1878-1965)<sup>12</sup>, formular uma teoria do Barroco cuja essência deve ser buscada como manifestação do **absolutismo**, cuja característica básica, que domina toda a vida social do séc. XVII e da primeira metade do XVIII, seria o *exibicionismo* do poder absoluto e cuja expressão formal é o Barroco. Conforme Balet, esse exibicionismo se manifesta de duas formas: quando tudo se concentra no *caráter absoluto e ilimitado do poder*, ele se expressa no movimento irracional e sem fim; quando se concentra na *noção de poder*, exprime-se na virtuosidade, no refinamento técnico e na deformação das formas naturais – de que são exemplos os palácios com seus corredores e jardins intermináveis, como os de França, Áustria, Alemanha, Espanha, etc., e as avenidas de perspectiva autoritária, ou ainda a linha ornamental que no Barroco se enrosca e se contorce, tornando-se labiríntica, a esconder seu início ou fim. Eis que nenhuma época empregou artifícios tão extraordinários como a pintura do séc. XVII. Além disso, o absolutismo político e o pontifical se equiparam na mesma orgia do poder, e as igrejas monumentais, verdadeiros salões de festas, apresentam quase as mesmas características da arquitetura profana. Em suma, se é inegável a relevância da religião nas formas que o Barroco assumiu nos países da Europa e nos seus prolongamentos coloniais, não se pode elidir sua relação com outras estruturas históricas, como o sistema sociopolítico: nessa perspectiva, o Barroco é um tempo do triunfo do absolutismo e da emergência de uma sociedade em processo de urbanização [J. A. Maravall, 1996], dimensões fundamentais desse período. Portanto, o ilimitado exibicionismo do poder, traço do absolutismo, determina o caráter geral da arte barroca, cuja tônica dominante é a contínua aspiração de infinito [Leo Balet].
- *Metamorfose e ostentação; excesso e teatralidade*. – No primeiro par destes conceitos, simbolicamente representados, na obra de Jean Rousset<sup>13</sup>, pela feiticeira **Circe** e pelo **pavão**, ele sintetizou sua visão das características fundamentais da cultura barroca: tempo de **ostentação** de grandeza, de materiais preciosos – lembremos os templos e palácios suntuosos, o amplo recurso à talha dourada, a profusão de ouro, prata e pedras preciosas em objetos sacros e profanos; tempo de exibição de artifícios, de virtuosismo formal, etc. Esse gosto da ostentação associa-se ao segundo dos traços assinalados por Rousset: o trabalho de **metamorfose**, de transfiguração do real, ainda que, paradoxalmente, em aparência. O Barroco cultivava a arte da ilusão, embora sem pretender enganar, mas sim, seduzir [R. Alewyn, 1959]<sup>14</sup>.

Bastante evidente na abundância ornamental e decorativa nas artes visuais, na expressão hiperbólica nas letras, na representação patética e pormenorizada de cenas cruéis, como as do Inferno em obras sacras, o Barroco se caracteriza também como *cultura do excesso*. Maravall [1996] prefere designar esse seu aspecto com o termo *extremosidad*, a saber, o gosto dos extremos, tanto pela sobrecarga decorativa quanto pelo despojamento extremado. Acrescente-se aos traços anteriores a *teatralidade*, característica que mais profundamente individualiza a cultura do Barroco, expressão de – «*o mundo é um palco*» de Shakespeare, ou «*o grande teatro do mundo*» de Calderón de la Barca; portanto, a teatralidade do Barroco significa a importância que o teatro e os espetáculos cênicos assumiram nesta época, como fato social de divertimento, bem como de doutrinação religiosa e política. Mas significa, sobretudo, algo mais profundo – uma visão do mundo e da vida como teatro, isto é, como jogo de aparências, como ilusão e enganos efêmeros e fugidios, em que viver é desempenhar um papel que dissimula a real miséria da humana condição [Pires, *ibid.*]. Se acrescentarmos o *sensorialismo* como mais um traço do Barroco, teremos um quadro de linhas dominantes de sua *gnósis* e estilo de vida. De fato, as artes no Barroco exploram intensamente esse aspecto sensorial. O tema dos cinco sentidos é referência recorrente, embora o sentido privilegiado pelas representações barrocas seja a *visão*. A cultura barroca é, assim, marcada pelo intenso visualismo de suas manifestações: a grandeza de seu teatro, sua arquitetura com amplo recurso ao *trompe-l'oeil*, sua pintura com os jogos de claro-escuro, suas festas públicas suntuosas, sua primazia da prática parenética e sua literatura acentuadamente retórica, etc.

- *Barroco e neobarroco*. – Todo o esforço teórico e investigativo de revisão e reinterpretação do Barroco levou ao reconhecimento de sua enorme importância não só como estilo nas artes visuais, na música, na literatura, etc., mas também como uma cultura, como um pensar e um modo de ser barroco, uma filosofia, uma ciência e uma religião barrocas, enfim, uma civilização e um período da História, que fazem do Barroco uma referência fundamental como se dá com o helenismo, a Idade Média, ou o Renascimento. Lewis Mumford, em sua importante história da cidade, nos dois capítulos sobre planejamento e poder barrocos, faz inúmeros usos do adjetivo *barroco* para qualificar diversas realidades; enquanto Eugenio D'Ors enumera nada menos de 22 espécies do gênero Barroco, afirmando a existência de uma constante de *barroquismo* desde tempos remotos aos nossos dias e disseminada por toda parte [1985: 121-2].

Desde as últimas décadas do séc. XX, surgiram várias obras que tendem a buscar nexos e semelhanças entre o Barroco – entendido nessa perspectiva mais ampla – e inúmeras manifestações da cultura contemporânea. Mesmo sem assumir claramente a teoria d'orsiana, embora o seu nome seja freqüentemente evocado, tais homologias têm sido buscadas com empenho diversificado.

Um dos mais significativos representante dessa orientação é por certo o poeta e crítico de literatura e arte cubano Severo Sarduy que, em livros e ensaios – como *Barroco* [1975] e «Barroco e Neobarroco» [1979] –, analisando as repercussões da evolução das concepções cosmológicas dos sécs. XVI e XVII sobre as letras e artes da época, transpõe para a atualidade o mesmo tipo de relação, de modo a identificar como pertencente ao Barroco obras de autores como Lezama Lima, P. Sollers e outros, chegando a explicar o que significa «*ser barroco hoje*» do ponto de vista político-econômico.

Mas atribui-se a Omar Calabrese, em sua obra *Letà neobarocca*, ter sido o responsável pela divulgação dessa designação para nossa época: nela, ele busca demonstrar o quanto importantes manifestações culturais de hoje revelam uma *forma* interna idêntica à do Barroco<sup>15</sup>.

Não obstante, ao menos no que nos concerne mais de perto, a nós latino-americanos, devemos em particular aos três grandes escritores cubanos – Alejo Carpentier (1904-1980), José Lezama Lima (1910-1976) e Severo Sarduy (1937-1993) – as reflexões mais densas e ousadas sobre a permanência e singularidade do Barroco como eixo da cultura no Novo Mundo, e sua expansão nas formas atuais do Neobarroco. Eis por que

Carpentier, considerando como barroco o «*legítimo estilo atual*» do romance latino-americano, amplia essa perspectiva em seu ensaio *El barroco americano*, para afirmar que o estilo barroco é ontologicamente inerente à natureza americana: «Nossa arte sempre foi barroca: desde a esplêndida escultura pré-colombiana, desde o barroco dos códices, até a melhor novelística atual da América, passando pelas catedrais e mosteiros coloniais de nosso continente. Até o amor físico torna-se barroco na encrespada obscenidade dos **guacos**<sup>16</sup> peruanos. Não temamos, pois, o barroquismo no estilo, na visão dos contextos, na visão da figura humana»<sup>17</sup>.

## II

### O BARROCO COMO MATRIZ DE NOSSO ÊTHOS CULTURAL?

«O ser cultural é fundamentalmente estético»

LEZAMA LIMA

Não pretendo ir aqui além de meras notas sobre minha hipótese de trabalho acerca de uma das fontes de interpretação do Brasil na suposição da existência de uma matriz barroca que modula nossa formação histórico-social, a partir do que tenho conseguido colher nos materiais que fui acumulando ao longo do tempo. O presente trabalho constitui, na verdade, simples divulgação ainda hesitante de resultados preliminares de uma pesquisa exploratória em andamento e mesmo numa fase bem inicial, a despeito de anos de meditação sobre a temática apoiada nesses suportes.

Meus primeiros contactos com a presença real da cultura barroca no Brasil datam de um passado distante, quando ainda jovem estudante de Letras, mediante um conhecimento basicamente livresco, me dei conta do espanto que me causava o silêncio ou a ausência de uma reflexão analítica sobre seu significado histórico mais profundo como possível chave de interpretação do Brasil. Mas também essa ausência poderia ser fruto de minha ignorância. É bem verdade que nesse tempo longínquo já despertara em mim forte curiosidade pelos estudos históricos e neles não constataria a presença de tal preocupação, a não ser nalguns raros ensaios que compunham a história da literatura brasileira. Por esse tempo, decidi fazer uma exposição ainda meio desarticulada sobre o Barroco para os membros de um grupo de estudos de alunos de Letras da Faculdade de Filosofia da UFC. Não logrei nenhum êxito em conseguir convencê-los da relevância do tema e fui mesmo recebido com algum grão de malícia galhofeira dos mais amigos. Ao evocar isso agora, lembro que o filósofo espanhol Eugenio D'Ors, no seu célebre ensaio *Lo Barroco*, confessa candidamente nas suas primeiras palavras: «*Este livro é um romance, romance autobiográfico: aventura de um homem que se deixa lentamente apaixonar por uma idéia.* » [1985: 11]. E, no entanto, esta sua obra constitui um ensaio rigoroso, de uma textura argumentativa consistente, apoiada numa erudição extraordinariamente fluente. *Mutatis mutandi*, e guardadas todas as proporções diferenciais, a minha aventura de garimpeiro nos veios do Barroco possui algo de semelhante.

Na primeira parte desta comunicação, busquei sintetizar num desenho geral o conjunto de teorias que se ocuparam da caracterização e reavaliação do Barroco, e resumir as principais questões daí decorrentes. Creio ter ficado clara a minha preferência pela corrente que, embora reconhecendo a existência do Barroco como fenômeno artístico historicamente datado e com suas fronteiras geográficas mais ou menos precisas, se inclina por superar essas limitações de método e enxerga, subjacente às suas manifestações de época, uma como constante do Barroco como estilo de vida e visão de mundo, a qual se encarna periodicamente noutros tempos e noutros lugares. Não estou só neste cometimento e ao longo desta exposição mencionei alguns

companheiros dessa peregrinação por territórios difíceis e sinuosos. Explorar materiais estéticos e simbólicos exige algo mais e diferenciado das análises conceituais e da lógica formal com que se pretende construir o conhecimento científico. Penso em algo como o que Lezama Lima designava com diferentes expressões – «**eros relacional**», «**logos poético**» uma dialética dos sentidos capaz de apanhar o devir ou o *sendo* de uma cultura. Ou, então, o andamento empregado pela mencionada teoria d'orsiana do *éon* barroco, categoria trans-histórica em sua periodicidade, que traz implicada nova interpretação da História e que, desde Wölfflin, percebia uma alternância temporal da vigência dos modelos do Clássico e do Barroco.

Aliás, essa estética cognitiva que opera mediante modelos simbólicos (algo assemelhados aos tipos ideais weberianos) não é alheia ao território de nossa práxis antropológica. Lembro um caso clássico que converge para essa perspectiva, desde que não descartemos as contribuições da filosofia acerca das relações entre períodos históricos e grandes configurações culturais. Uma das mais elaboradas expressões desse reconhecimento está em Oswald Spengler que, em seu *O Declínio do Ocidente*, propõe uma interpretação da história apoiada numa análise valiosa e original que põe em contraste as diferentes configurações culturais na civilização Ocidental mediante a temática das idéias de **destino** (que é como chama a padronização de uma civilização). Ele distingue duas dessas grandes idéias de destino: o modelo **Apolíneo**, do mundo clássico antigo, e o **Fáustico**, do mundo moderno. O homem Apolíneo concebia sua alma como «*um cosmos ordenado num grupo de partes excelsas*», não havendo lugar em seu universo para o querer, sendo o conflito um mal a que filosoficamente não ligava grande importância, assim como lhe era estranha a idéia de aperfeiçoamento da personalidade de fora para dentro, pois sua vida estava sujeita aos azares da existência. O homem Fáustico, ao contrário, é como uma força que combate obstáculos sem fim e sua versão do curso da vida individual é a de um desenvolvimento em que o conflito é a essência da existência. Enfim, Spengler considera que a matemática, a arquitetura, a música e a pintura dão expressão a estas duas grandes filosofias opostas de períodos diferentes da civilização Ocidental<sup>18</sup>.

Tal concepção nos aproxima quase naturalmente daquela que Nietzsche esboçou em seus estudos sobre a origem da tragédia Grega, nos quais distingue dois modos diametralmente opostos de alcançar os valores da existência: o *Dionísio* e o *Apolíneo*. O primeiro busca realizá-los mediante o «aniquilamento das restrições e dos limites usuais da existência»; para este aquilo que mais se aproxima das emoções que busca é a embriaguez, e crê que «o caminho do excesso conduz ao palácio da sabedoria». Já o Apolíneo não confia em nada disso, pois «conhece apenas uma lei, a *medida*, na acepção helênica; ele segue pelo meio da estrada, conserva-se dentro do mapa conhecido, não o preocupam estados psicológicos disruptivos; mesmo na exaltação da dança, conserva-se o que é, e mantém a sua personalidade de cidadão.» Interessa assinalar aqui o fato de que Ruth Benedict utilizou esses modelos em seus estudos de etnologia entre os Pueblos do Sudoeste norte-americano e os povos circunvizinhos, porém justificando o seu emprego dessas categorias porque põem relevo claramente as feições essenciais que distinguem a cultura Pueblo das dos outros ameríndios. [*Ibid.*: 57-8].

Repondo assim as suposições de fundo que guiam meu trabalho exploratório nesta pesquisa, passemos a algumas considerações finais no que diz respeito a hipótese que acalento sobre o Barroco como uma das matrizes principais na configuração de nosso *êthos* cultural. São meras notas “de campo” em que excludo por método e parcimônia toda a vasta produção do nosso Barroco em matéria de música, arquitetura, artes visuais, etc., para me concentrar numa primeira fase naquilo que se refere ao pensamento e em especial à literatura.

Se considerarmos aí apenas a concepção do Barroco como fenômeno histórico compreendido *grosso modo* entre o séc. XVI e parte do séc. XVIII, a produção literária no Brasil de então acompanha os sucessivos pólos motores da vida política da Colônia: numa primeira fase, nas décadas iniciais do séc. XVII e nos passos da dominação filipina e da ocupação holandesa, a vida literária centraliza-se em **Pernambuco**; na segunda metade do séc. XVII, essa atividade se desloca para a **Bahia**; e na terceira fase, as primeiras décadas do séc.

XVIII, **Minas** se torna o novo centro cultural e de prosperidade da Colônia – assim, na medida em que se alterava o quadro socioeconômico, a literatura sofreu transformações em seu rumo e expansão<sup>19</sup>.

A primeira fase do Barroco colonial assume feições de fausto decorativo nas artes visuais (como se dá nas igrejas da Bahia) e forte influência do estilo barroco ibérico na prosa e na poesia. A partir da segunda metade do séc. XVII, já se percebe crescer a busca de autonomia: é o momento em que, em meio a poetas menores, destaca-se a significativa obra de Gregório de Mattos e Guerra, ampla e de múltiplas facetas, destacando-se a vertente satírica, que o populariza como «*Boca do Inferno*» por sua crítica mordaz da balbúrdia étnica e cultural da sociedade baiana de então; mas também já se percebe nela uma *voz brasileira* a revelar progressiva diferenciação entre reinóis e o homem novo que vai emergindo. A intensa prática da oratória sacra, como instrumento para aliciar nativos e reinóis aos valores éticos e culturais de feição cristã, torna-se o produto literário de maior importância, nele se destacando a imensa figura do jesuíta Antonio Vieira que, luso de nascimento, passa e atua intensamente no Brasil 57 anos de seus 89 de vida: grande erudito, orador excepcional e inextinguível artista da palavra, superando o dualismo do cultismo-conceptismo, mais do que um autor barroco, torna-se a expressão genial de sua época. Vem em seguida, até as décadas finais do séc. XVIII, a grande produção do Barroco histórico brasileiro, em expressivas obras urbanas, arquitetônicas, decorativas e musicais de conhecidos mestres, sobretudo mineiros; mas também onde se destaca a poesia de um Cláudio Manuel da Costa e coetâneos; uma historiografia ainda caudatária da crônica, onde se elevam nomes como de Frei Vicente do Salvador [*História do Brasil*] e Sebastião da Rocha Pita [*História da América Portuguesa*]; um teatro de corte com dramas e comédias; poesia épica, etc.

Portanto, apenas no que tange ao Brasil, o território de exploração tão-só no campo literário já é imenso. Ora, além das figuras complexas de Gregório de Mattos e de Vieira, se ampliarmos esse leque para a concepção do Barroco como modelo trans-histórico, o enriquecimento das linguagens e dos processos técnico-expressivos abririam perspectivas para novas variedades estilísticas. Isso que faz com que a crítica atual acolha a existência dessa constante barroca ao longo de nosso processo cultural, como se pode constatar, por exemplo, na poesia de um Jorge de Lima [*Invenção de Orfeu*] ou na prosa de um Guimarães Rosa [*Grande Sertão: Veredas*], para citar apenas esses exemplos mais evidentes.

\* \* \*

Abro um espaço na seqüência de meu argumento, para ilustrar essa transfusão do barroco em nosso território literário e cultural, recorrendo às considerações de Haroldo de Campos, num texto curioso – «Barroco, neobarroco e transbarroco» – que escreveu como prefácio ao livro *Jardim de Camaleões – A poesia neobarroca na América Latina* [São Paulo: Iluminuras, 2004], organizado por Cláudio Daniel. Curioso por seu conteúdo rico de sugestões provocativas e mais ainda pelo estilo de perfil quase aforismático como anúncio de teses, visto que resume de forma enxuta outro texto que lhe foi encomendado pelo Museu Guggenheim para figurar no monumental catálogo da exposição *Brazil: Body and Soul*, cujo tema central era a arte barroca em nosso país, onde buscou rastrear os fios dispersos desse estilo em nossa literatura (sobretudo na poesia, mas também na prosa), a partir do Barroco histórico da Colônia, projetando-o, porém, na criação atual.

Haroldo de Campos inicia significativamente por menções a escritores hispano-americanos, que possuem talvez sensibilidade mais aguda do que nós para a continuidade dessa matriz na formação de suas culturas, e porque estes parâmetros referenciais sinalizam a importância do Barroco em sua transplantação para a Ibero-América, onde se miscigenou ao contributo indígena e africano:

*O grande poeta e romancista cubano José Lezama Lima, em ensaio famoso, definiu o barroco americano como “a arte da contraconquista”. A concepção de Lezama foi, recentemente, retomada em suas implicações por Carlos Fuentes, em O espelho enterrado: “O barroco é uma arte de deslocamentos, semelhante a um espelho em que, constantemente, podemos ver a nossa identi-*

dade em mudança.” (...) “Para nossos maiores artistas – prossegue Fuentes, invocando a proposta de José Martí de uma ‘cultura totalmente inclusiva’ –, a diversidade cultural, longe de ser um embaraço, transformou-se na própria fonte da criatividade”<sup>20</sup>. Considerando, ademais, o fenômeno do hibridismo indo-afro-ibérico na arquitetura e nas artes plásticas do Novo Mundo, Fuentes assevera, convergindo com Lezama: “O sincretismo religioso triunfou e, com ele, de algum modo, os conquistadores foram conquistados”<sup>21</sup>. Antes do cubano, em seu *A marcha das utopias*, Oswald de Andrade, teórico e prático da “antropofagia” como devoração crítico-cultural, já ressaltara, quanto ao barroco americano, o seu característico “estilo utópico”, “das descobertas” que resgataram a Europa do “egocentrismo ptolomaico”<sup>22</sup>.

Ao passar para o que nos concerne mais diretamente, afirma que em seu texto anterior procurou mostrar a “pervivência” (Fortleben, W. Benjamin) transmigratória do estilo no Brasil, para além do estrito marco histórico dos Seiscentos/Setecentos: Gregório de Mattos, Botelho de Oliveira, Vieira, e, nas artes plásticas, o Aleijadinho, escultor-arquiteto de Vila Rica/Ouro Preto, que se emparelha com o índio José Kondori, arquiteto das Igrejas de Potosí, no Peru\*, e se junta a uma réplica atual no barroquismo de Oscar Niemeyer.

Em seguida, ele assinala duas linhas, dois veios que percorrem o Barroco histórico: o *sério-estético* (lírico, encomiástico, religioso) e o *joco-satírico* (aliado, na prosa, ao *picaresco*, gênero este que deu entre nós, com variantes e características próprias, o *romance malandro*, estudado por Antonio Candido<sup>23</sup>). Nesta segunda vertente, lembra as *Cartas Chilenas*, poema atribuído ao arcade Tomás Antônio Gonzaga; o romântico Bernardo Guimarães, dos pornopoemas paródicos e dos abstrusos “bestialógicos” pré-sonoristas; Luiz Gama, outro romântico, o poeta negro, ex-escravo, da virulenta e desmistificadora “Bodarrada”; o Sousândrade do *Tatuturama* e do *Inferno de Wall Street*, um romântico excepcional, não-canônico, que prefigurou a poesia moderna e de vanguarda, internacionalmente falando. Já no veio *sério-estético*, ele aponta que

os arcades tardo-barroquistas Cláudio Manoel da Costa e Alvarenga Peixoto; o “pai-rococó” Odo-rico Mendes, precursor de certo Sousândrade, tradutor “monstruoso” (como o foram Voss e, acima de todos, Hölderlin) dos clássicos (Virgílio e Homero); o Sousândrade “preciosista” de *O Guesa e de O novo Éden*, entre barroquista e simbolista; Cruz e Sousa, o “cisne negro” que liderou o nosso Simbolismo (e que não por acaso, num soneto antiescravista, celebrou a pompa da linguagem de Gôngora [«Eu quero em rude verso altivo adamastórico / vermelho, colossal, d’estrépito, gongórico»] como o fez, por seu turno, o pioneiro nicaraguense do Modernismo/Simbolismo hispano-americano, Rubén Darío, nos textos de estilo gongorino em que homenageou, sob a forma de sonetos dialogais, o enigmático cordovês ao lado de Velázquez)<sup>24</sup>; Augusto dos Anjos e Euclides da Cunha, barrocos “cientificistas”, na poesia o primeiro e na prosa o segundo; sem esquecer Raul Pompéia, de *O Ateneu*, “última e derradeiramente legítima expressão do barroco entre nós”, segundo opinou Mário de Andrade<sup>25</sup>.

Daí para frente, ao percorrer nossa Modernidade, ele contrai o relato para lembrar: *A Invenção de Orfeu* (que considera desigual e prolixo), de Jorge de Lima (poema predileto de outro barroquista, de sua geração, o inolvidável Mário Faustino); e mais os poetas Décio Pignatari (*O Jogral e a prostituta negra*, *Périplo de Agosto a água e sal*, *Rosa d’amigos*, *Fadas para Eni*) e Affonso Ávila (*Cantaria barroca*). Já na prosa, não poderia deixar de mencionar o excepcional *Grande Sertão: Veredas* (que, segundo ele, corresponde em importância a *Paradiso*, de Lezama Lima); e *Catatau*, a “barrocodélica” rapsódia de Paulo Leminski. Face ao pouco espaço de que dispunha, eis por que ele se restringe a essa mera súmula “exemplificativa”.

Para concluir tais sumárias considerações, faz menção, do ponto de vista teórico, a seu precursor artigo

de 1955 «A obra de arte aberta» (que Umberto Eco, em sua obra semelhante, reconhece como antecipador), no qual houve uma segunda precursão: em seus parágrafos finais, anunciou expressamente o prospecto de um “barroco moderno” ou “neobarroco”: antes, portanto, de Severo Sarduy, seu amigo a cuja memória dedicou um poema em *Crisamtempo*; Sarduy veio a introduzir esse conceito no campo hispano-americano em 1972, desconhecendo seu texto de 1955. Além disso, embora não empregassem o termo “neobarroco”, tanto Lezama Lima (*La expresión americana*, 1ª ed., 1957), como Alejo Carpentier, dois mestres cubanos que influenciaram Sarduy, já reivindicavam, em âmbito hispano-americano, o estilo barroco e o barroquismo em seu impacto trans-histórico<sup>26</sup>. Citando enfim sua própria prática poética, diz que textos como *Ciropédia* e *Claustrofobia*, de 1952, são a pré-história barroquizante de suas *Galáxias* (1963-1976). E conclui afirmando que, hoje, o conceito de “neobarroco” parece derivar rumo a um pervasivo “transbarroco” latino-americano (para só falar do que se passa na América Ibérica). Para ilustrar isso, cita três antologias: *Caribe transplatino*, bilíngüe, organizada por Néstor Perlongher, com traduções de Josely Vianna Baptista (S. Paulo: Iluminuras, 1991); *Transplatinos*, organizada por Roberto Echavarren (México: El Tucán de Virginia, 1990); *Medusario/Muestra de poesía latinoamericana*, organizada por Roberto Echavarren, José Kozzer y Jacobo Sefamí (México: Fondo de Cultura Económica, 1996). Menciona ainda: *Jardim de Camaleões – A poesia neobarroca na América Latina*, antologia organizada pelo poeta Cláudio Daniel (ele próprio um “neobarroquista” talentoso), com traduções dele e de Luiz Roberto Guedes, editada por Iluminuras, o que torna acessível ao leitor brasileiro «essa deriva “transbarroca” que percorre o espaço textual de nossa América, não de modo homogêneo e uniforme, mas regendo-se por uma fascinante estratégia de nuances», nas palavras de Haroldo de Campos.

\* \* \*

Portanto, se atentarmos abertamente para o quanto teríamos a aprender com os grandes escritores e estudiosos da América hispânica (Cubanos, Mexicanos, Peruanos, Argentinos, etc.), então, esta dimensão comparativa e enriquecedora faria descortinar uma gama de alternativas que estão muito acima de minha capacidade e de meu desiderato.

Além disso, a tendência que adoto na concepção do Barroco nesta pesquisa me leva a um confronto com um intenso questionamento entre especialistas brasileiros, de que assinalo apenas alguns exemplos mais relevantes. Em primeiro lugar, mas sem hierarquia, cito a figura de um mestre da crítica e da história que foi Sérgio Buarque de Holanda, o qual, em vários de seus ensaios [1944, 1952, 1979, 1991a, 1991b, 1996, etc.], se debruça sobre nossas expressões barrocas, sem aceitar sua perspectiva ampla de modelo interpretativo de nosso processo histórico-cultural, embora haja traços evidentes dessa concepção no seu *Raízes do Brasil*. Por sua vez, o historiador Guilherme Simões Gomes Jr., em seu livro *Palavra Peregrina: o barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*, obra excepcionalmente bem urdida, adota a concepção tradicional do Barroco histórico e se posiciona claramente contra a tese em que se inspira meu trabalho; todavia, ele constitui fonte preciosa para minha pesquisa. Enfim, o caso mais espantoso em nossa historiografia literária é o de Antonio Candido, mestre da crítica, que, nos dois alentados volumes de sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, acolhida como verdadeiro paradigma neste campo, estabelece como parâmetros históricos dessa construção nacional os anos de 1750 e 1880, excluindo de sua análise justamente o período mais crucial para o meu trabalho: eis por que mereceu de Haroldo de Campos corajosa e arguta crítica num expressivo ensaio intitulado *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira* [1989, 2ª ed.].

Mas se tenho opositores de peso, conto também nesta navegação procelosa com bons companheiros de rota, de quem colho algumas notas preciosas. Jamil Almansur Haddad, no belo estudo crítico que introduz a edição por ele preparada de uma seleção dos *Sermões* de Vieira, faz esta afirmação de quem sabe de que está falando: «Como material para uma possível interpretação do Brasil – interpretação da história e interpretação do homem brasileiro – o valor da obra de Vieira é enorme». [1957: 10]. O próprio Sérgio B. de Holanda, a despeito de todas as restrições que faz, assevera: «é forçoso admitir que a noção do barroco, no seu sentido

amplo e moderno, já não se confina simplesmente a especulações de estetas, historiadores e de críticos germânicos. Essa simples tendência à universalização é um elemento que não se pode desdenhar impunemente. O prestígio alcançado em nossos dias pela noção do barroco pode denotar dessas afinidades eletivas que ajudam a conhecer e a elucidar uma época». [1979: 144]. Por outro lado, com sua ampla erudição, Otto M<sup>o</sup> Carpeaux (e Frederico Guilherme G. de Moraes), após se deter no exame de nossas obras do período, sustenta que nosso Barroco, sendo o «coroamento do Barroco luso-brasileiro, não poderia ser visto no Brasil como arte bastarda ou espúria, muito menos decadente, **pois é ela nossa verdadeira raiz nacional**. Nunca tivemos arte clássica no sentido renascentista; daí a “prevalência” do Barroco, mesmo na arte atual brasileira – arquitetura, cinema, etc. » [1981: 1210; o grifo é meu]. Enfim, poderia ainda explorar mais algumas pistas certamente sugestivas, como as que mencionei acima a partir do singular artigo «Barroco, neobarroco, transbarroco» [2002], de Haroldo de Campos. Todavia, para não prolongar estas notas garimpadas a esmo no meu percurso, assinalo o caso que mais me impressiona, o de um autor (cujo livro, não sei como pude deixar a dormir em minha biblioteca por uns 30 anos), e que só agora descubro como um parceiro de idéias, até pela semelhança de termos cruciais para meu trabalho – refiro-me ao estudioso mineiro Affonso Ávila, em seu **O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco**, de onde acolho apenas esta apreciação: «No exemplo brasileiro, a redefinição crítica do barroco adquire significado próprio e acontece paralelamente a uma ânsia bem pronunciada, que anima os intérpretes mais lúcidos do fato nacional, de procurar localizar, sob um prisma de maior rigor, as matrizes e as linhas de tradição que determinam ou presidem o nosso desenvolvimento histórico e cultural. Entre as raízes remotas e os condicionamentos mais decisivos, está por certo o barroco, não enquanto tão-só um estilo artístico, mas sim como fenômeno de maior complexidade – um estado de espírito, uma visão do mundo, um estilo de vida, de que as manifestações da arte serão a expressão sublimadora» [1971: 10]. E encerro provisoriamente por aqui.

St. Agostinho definia a razão humana «como uma força que tende para a unidade» [De Ordine], ao que E. D’Ors contrapõe dizendo que nossa razão «é uma fraqueza que necessita da descontinuidade e que observa sempre através de interstícios» [1985: 109-10]. Portanto, sem pretensão de um olhar final, visto que estou às voltas muito mais com questionamento do que com aquisições seguras, paro neste ponto o texto desta comunicação inconclusa, que, sendo deliberadamente uma obra aberta [Umberto Eco], se situa na interface da História Antropológica e da Estética, caminho inesgotável de investigações, mas com a esperança constante nestes versos de um **hino védico**:

«Há muitas auroras que ainda não nasceram!  
Permita-nos vê-las, ó Varuna!»

## NOTAS

- 1 Cf. *Diccionario da Língua Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.
- 2 Cf. MORA, J. Ferrater: *Dicionário de Filosofia*, 5 vols. Tradução brasileira. São Paulo: Loyola, 2000, que dá o seguinte exemplo de *Baroco*: «Se todas as bebidas alcoólicas são nocivas / e algumas águas minerais não são nocivas, / então, algumas águas minerais não são bebidas alcoólicas.» [Vol. I, p. 263].
- 3 **Heinrich WÖLFFLIN** foi escritor, filósofo, crítico e historiador da arte e esteta suíço, que buscou formular um conjunto objetivo de critérios para as classificações da história da arte. Wölfflin foi um dos mais influentes historiadores da arte do século XX. Seus mais importantes trabalhos incluem este trio célebre: *Renaissance und Barock*, 1888; *Die klassische Kunst*, 1898 (A Arte Clássica); e *Kunstgeschichtliche Grundbegriffe*, 1915 (Princípios fundamentais de História da Arte). Nascido a 21 de junho de 1864 em Winterthur, Suíça, no seio de uma família culta e abastada, seu pai, Eduard Wölfflin (1831-1903), foi um *scholar* clássico, que fundou e organizou o *Thesaurus Linguae Latinae*, para o qual preparou o *Archiv für Lateinische Lexikographie und Grammatik* (15 vols., 1884-1909). Wölfflin estudou história da arte e filosofia na Universidade de Basileia de 1882 a 1886, onde o renomado Jacob Burckardt (1818-1897) foi seu professor, autor do célebre *A Civilização do Renascimento na Itália* (1860). Wölfflin adotou o que foi chamado de “método formalista”, a partir da teoria da “pura-visualidade” [Apud, ARGAN, G. Carlo e FAGIOLO, Maurizio. *Guia de História da Arte*. Lisboa: Estampa, 1994], aplicando pares opostos de conceitos, que reduziu a alguns fundamentais:

linear e pictórico; unidade e pluralidade; plano e profundidade; forma fechada e forma aberta; e clareza e obscuridade. Wölfflin passou dois anos na Itália, e publicou em 1888 a primeira de suas obras mais importantes, *Renaissance und Barock*. Somente após a publicação deste estudo é que o termo Barroco passou a ser usado neutramente na história da arte, já que antes era tido como sinônimo de obra estranha, excêntrica ou bizarra. Na época de Wölfflin a arte Barroca não era considerada respeitável fora da Alemanha. Contudo, ele aplicou o termo ao período que se inicia por volta de 1530 e finda nos anos 1630, enquanto que mais tarde este foi usado para descrever o estilo que se segue ao Maneirismo e continuou, apesar de profundas modificações, até o século XVIII inclusive. Wölfflin estabeleceu clara distinção histórica entre Renascença e Barroco, definindo este como «movimento de massa importado». Para Burckardt, cujo pensamento influenciou profundamente Wölfflin, tal estilo significava decadência. O preconceito contra as realizações artísticas do Barroco continuou até quase a II Guerra Mundial.

Depois de estudos feitos na Universidade de Berlim e na de Munique, ele obteve seu Doutorado em 1888. Trabalhou então por cinco anos na Universidade de Basileia como conferencista, antes de ser nomeado aí como Professor de História da Arte. Vale ressaltar que Wölfflin, que mais tarde foi chamado campeão da “análise formal”, escreveu como sentença final de seu *Die klassische Kunst* (1899): «De nenhuma maneira pretendi ter defendido uma apreciação formalista da arte. Certamente é necessária a luz para fazer o diamante brilhar». De 1901 a 1912, foi Professor de História da Arte na Universidade de Berlim e depois na de Munique até 1924. Nesse período veio a público seu mais aclamado trabalho, *Kunstgeschichtliche Grundbegriffe*. Como conferencista Wölfflin foi altamente popular. Seu uso pioneiro de dois projetores no ensino e sua fama atraíram numerosos estudantes a realizar suas teses sob sua orientação. Após 1924, continuou sua carreira na Suíça, na Universidade de Zurique. Ele foi editor da obra de Jacob Burckardt e publicou estudo psicológico sobre a arte da Renascença, *The Sense of Form* (1931), no qual comparou a arte do período na Itália e na Alemanha. Wölfflin morreu em Zurique no dia 19 de Julho de 1945.

Wölfflin sempre sublinhou que pinturas têm a ver com outras pinturas e não com a natureza. Sua análise estilística nasceu como reação ao aprofundamento anedótico ou biográfico na história da arte, parcialmente derivado de *Vite de più eccellenti architetti, pittori, et scultori Italiani* (1550-68) de Vasari. Quando a história da arte como moderna disciplina acadêmica deu seus passos seguros, ele quis criar para ela um terreno firme, «*eine Naturgeschichte der Kunst*», buscando fatos e leis, formas universais de representação. Na introdução de seu *Princípios fundamentais de História da Arte*, Wölfflin declarou que cada artista possui seu próprio estilo pessoal, mas por trás disso há também um estilo nacional, e enfim um estilo do período, que ascende e cai ciclicamente. O historiador da arte Arnold Hauser observou, em seu *The Social History of Art* (vol. 2, 1962), que as categorias de Wölfflin não podem ser aplicadas do mesmo modo a artistas barrocos como Poussin e Claude Lorrain, nenhum dos quais foi “pictórico” ou “obscuro”. Ele ainda critica seu aprofundamento a-histórico e sua indiferença à explicação sociológica por trás da mudança de estilo: «As categorias wölfflinianas do Barroco são, de fato, nada mais do que a aplicação dos conceitos do impressionismo à arte do século XVII... ».

- 4 **Werner WEISBACH** nasceu em Berlim, no ano de 1873 e morreu em Basileia, Suíça, no ano de 1954. Foi Professor de História da Arte, em Basileia (1933), amigo de Heinrich Wölfflin; pertenceu à Escola de Viena; e deu significativa contribuição no início do século XX para reavaliação do estilo Barroco. Weisbach foi aluno de Robert Vischer. Em 1924 Weisbach elaborou o volume sobre a arte Barroca para o prestigioso *Propyläen Kunstgeschichte*, que ele dedicou ao teólogo Ernst Troeltsch (1865-1923). Weisbach foi um dos primeiros a escrever uma análise do Maneirismo Italiano. Embora não o apreciasse como movimento artístico (como Walter Friedländer, por exemplo, ao iniciar sua conferência inaugural de 1914 em Freiburg), ele o relacionou com as técnicas abstratas e estilísticas de sua própria época, o Expressionismo Alemão. Dentre seus alunos, Richard Krautheimer fez sua tese doutoral sob sua orientação. Obras principais: *Der Barock als Kunst der Gegenreformation*. Berlin: P. Cassirer, 1921; *Religiöse Reform und mittelalterliche Kunst*. Zurich: Benziger, 1945; *Trionfi*. Berlin: G. Grote, 1919; *Francesco Pesellino und die Romantik der Renaissance*. Berlin: B. Cassirer, 1901; *Manierismus in mittelalterlicher Kunst*. Basel: Verlag Birkhäuser, 1942; *Die Kunst des Barock in Italien, Frankreich, Deutschland und Spanien*. Propyläen-Kunstgeschichte 11. Berlin: Propyläen-Verlag, 1924; *Der Meister der Bergmannschen Officin und Albrecht Dürer's Beziehungen zur Basler Buchillustration*. Studien zur deutschen Kunstgeschichte 1, part 6. Baden-Baden: V. Koerner, 1971; *Spanish Baroque Art: Three Lectures Delivered at the University of London*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1941; *Französische Malerei des XVII. Jahrhunderts im Rahmen von Kultur und Gesellschaft*. Berlin: H. Keller, 1932; *Impressionismus: ein Problem der Malerei in der Antike und Neuzeit*. Berlin: G. Grote'sche Verlagsbuchhandlung, 1910-1911; etc. [Cf. sobre ele W. Eugene. *Modern Perspectives in Western Art History: An Anthology of 20th-Century Writings on the Visual Arts*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971, p. 98; Bazin, Germain. *Histoire de l'histoire de l'art: de Vasari à nos jours*. Paris: Albin Michel, 1986, p. 185; Posner, Donald. «Introduction.» in Friedlaender, Walter. *Mannerism and Anti-Mannerism in Italian Painting*. 2nd ed. New York: Columbia University Press, 1965, pp. xii; etc.].
- 5 *Apud* MORAIS, Frederico Guilherme G. de e CARPEAUX, Otto M<sup>a</sup>, 1981: 1200.
- 6 *Conceitos Fundamentais da História da Arte*, 2000, pp. 12 e 17.
- 7 Termo grego que procede do neoplatonismo e foi empregado, sobretudo, pela Escola de Alexandria. Entre os neoplatônicos e gnósticos, era concebido como o conjunto de potências eternas emanadas de um ser supremo e que tornam possível sua ação sobre o mundo e as coisas. Engenio D'Ors lembra: «Um *éon*, para os Alexandrinos, significava uma categoria que, apesar de seu caráter metafísico, possuía no entanto um desenvolvimento inscrito no tempo,

possuía de algum modo *uma história*.» [1985, p. 73]. O vetusto *Vocabulário* de Ramiz GALVÃO informa: «*Eões*, s.m.pl. (theologia) entes imaginados pelos Gnósticos para se preencher a distancia entre Deus e Christo, e Christo e os homens» [1909: 236]. Na língua grega, porém, o termo *éon* vem de *áion*, que significa tempo, duração da vida, vida, eternidade, idade, geração, século [cf. PEREIRA S.J., Isidro. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, 5.ª ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa].

- 8 **Eugenio D'ORS y Rovira**, ensaísta, romancista, filósofo e crítico de arte catalão, nascido em Barcelona a 28 de Setembro de 1881 e morto em Villanueva i la Geltrú a 25 de Setembro de 1954. Recebeu sua primeira educação em família, do pai médico e da mãe, uma mulher culta e amante da literatura francesa. Estudou Direito na Universidade de Barcelona (1904) e doutorou-se em Filosofia na de Madrid (1906), aperfeiçoando depois sua formação filosófica no exterior: em França foi discípulo de Boutroux e de Lalande, e de Bergson no Collège de France; e em seguida em Genebra, Mônaco e Heidelberg. Desde 1908 se consagra à Filosofia, por vocação, e no III Congresso de Filosofia de Heidelberg apresenta duas monografias: *El residuo en la medida de la ciencia por la acción*, e *Religio est libertas*. Entrementes, não cessa os estudos de Estética e a atividade política voltada a difundir um ideal de unidade europeia contrária a toda forma de nacionalismo; e com intenso fervor se dedica à atividade política que liderou como ideólogo do renascimento cultural da Catalunha, seu país natal, nos primeiros anos do século XX. Foi sem favor o espírito mais brilhante da primeira metade desse século gerado em sua região. Eis por que começou sua carreira intelectual escrevendo em catalão, mas, de 1920 até sua morte passou a escrever em espanhol. Assim, defensor das tradições catalãs em sua mocidade, na maturidade tornou-se tenaz defensor do europeísmo entendido como abertura necessária para cultura espanhola e expressão de um catolicismo centrado no mundo mediterrâneo. Seu europeísmo, porém, não evitou que aceitasse o regime autoritário de Franco, que o nomeou diretor das Belas Artes. Atuou por muito tempo como jornalista, cuja produção ele compendiou em livros. Em seus últimos anos, preparou uma organização sistemática de seu pensamento filosófico, iniciada com o aparecimento da obra *El Secreto de la Filosofía* (Barcelona, 1947), baseada no caráter eminentemente “figurativo” do conhecimento humano: a partir da interpretação da linguagem, que se traduz sempre em imagens, chega-se à análise da função da razão, condicionada pelo mundo prático e por uma concepção substancialmente intelectualista. Morre um ano após ter sido empossado (1953) na cátedra de Ciência da Cultura na Universidade de Madrid, criada especialmente para ele.

Sua posição filosófica é um esforço de equilíbrio entre um racionalismo abstrato e um intuicionismo empírico e sensista. A inteligência (*seny*), órgão filosófico de captação da realidade, é equidistante da imaginação (*arte*) e da razão (*ciència*). Partindo da liberdade do eu como algo verdadeiramente substantivo no homem, constrói uma «*filosofia do homem que trabalha e que brinca* (joga), teoria ligada à afirmação *religio est libertas*». Ele sistematiza assim seu pensamento em três partes: *Dialética* (doutrina da inteligência, baseada no diálogo e na ironia), *Poética* (aplicação dos conteúdos da dialética à ordem do espírito), e *Patética* (aplicação dos conteúdos dialéticos à ordem natural ou cosmológica). A sua concepção de pensamento figurativo denota a forte componente estética de seu filosofar. Esta é mais notória na obra *La Ciência de la Cultura*, onde a aplicação do método dorsiano se acha mais elaborada. Adepto da clareza, da sistematização e da lucidez, ele busca plasmar o «palpar de seu tempo» num estilo que eleve «*la anédocta a categoría*». Ferrater Mora nos dá um panorama de seu pensamento num resumo que o explicita admiravelmente: Sua primeira contribuição filosófica importante consistiu numa tentativa de superação do pragmatismo, o que o levou à afirmação de um intelectualismo de cunho novo como traço principal do movimento que chamava de “novecentismo” (afastado, nas suas próprias palavras, tanto da “logística” como da “fenomenologia”). Com os trabalhos resultantes dessas investigações e numerosos artigos e livros, constituiu-se um sistema mais amplo, que no princípio compreendia a dialética, a física ou tratado da Natureza e a poética ou tratado da criação, sistema que depois se articulou nas mencionadas Dialética, Poética e Patética. A primeira é o instrumento geral ou novíssimo *Organon* de sua doutrina, e contém uma teoria dos princípios destinada a efetuar uma «*reforma kepleriana da filosofia*». Tais princípios são o de *função exigida* e o de *participação*. O primeiro substitui o princípio de razão suficiente, e consiste em suprimir, no vínculo entre dois eventos, as exigências de procedência causal e de equivalência quantitativa. O segundo substitui o princípio de contradição, e consiste em afirmar que todo ser participa da realidade de outro. No seu entendimento, a aplicação desses princípios leva à compreensão do caráter peculiar do pensamento figurativo (cujo modelo é o desenho, equidistante do sinal e da pintura, de um modo análogo ao que se deu com a reforma kepleriana ao propor a elipse como figura equidistante entre o círculo perfeito e o movimento irregular e completamente irracional). Desse modo, logra-se a colonização de Pã mediante o Logos, colonização realizada em diversos campos: na Física, pelas leis; na História, pelo primado das constantes ou “éons” sobre os períodos; na vida humana, pelo predomínio dos ritmos, entendidos como estados e não como cronologias. Esse modo de operação da inteligência (figurativa), oposta à razão e à irracionalidade, atua também na poética e na patética. A Poética é em ampla medida um desenvolvimento da filosofia do homem que trabalha e brinca; a Patética compreende principalmente a cosmologia. Dois dos destacados desenvolvimentos produzidos pelo autor na Poética são a angelologia (teoria da sobreconsciência ou personalidade) e a ciência da cultura, com a investigação das constantes e dos estilos. A maioria de suas obras figura nas séries dos *Glossários*, i.é, coletâneas que as organizaram – *Glosari* (1915-1917), *Nuevo Glosario* (1920-1943), *Novísimo Glosario* (1944-1945). Uma seleção de seus textos filosóficos procedentes quase todos do *Glosari* e em parte dos seus primeiros escritos do gênero vêm no tomo *La Filosofía del Hombre que trabaja e que juega* (1914), ed. por R. Rucabado e J. Ferrán y Mayoral, com introdução de García Morente e estudos dos editores e de Miguel de Unamuno, Diego Ruiz e outros. Inúmeras obras dispersas ao longo dos anos até *La Civilización en la Historia* (1953) e *La Ciencia de la Cultura* (1963), etc. A despeito desse intenso labor filosófico, o autor permanece mais conhecido como crítico de arte, daí que se deve acrescentar

seus estudos de estética e filosofia da arte, reeditados em série completa desde 1943 (*Tres Horas en el Museo del Prado – Itinerario Estético* (1922), *Introducción a la Crítica de Arte, Lo Barroco, Cézanne, Picasso, Teoría de los Estilos e Espejo de la Arquitectura*, etc.). [Cf. *Dicionário de Filosofia*, tomo III. São Paulo: Loyola, 2001. p. 2174].

9 Cf. PIRES, M<sup>a</sup> Lucília Gonçalves, 1995: 577.

10 Cf. MORAIS, Frederico Guilherme G. de e CARPEAUX, Otto M<sup>a</sup>, 1981: 1205.

11 Tudo quanto expus até aqui, neste tópico, transcreve quase literalmente o texto de Engenio D'Ors, de que fiz apenas alguns cortes e adaptações, porém sempre de acordo com sua argumentação e seus conceitos [cf. *Du Baroque*, 1985: 94-103].

12 **Leonhard (Leo) BALET**, livre docente e professor contratado, historiador e crítico de arte, nascido em 1878, em Roterdã, Holanda, radicou-se depois nos EUA, onde morreu em 1965, em New York, NY. De religião católica, casado com Käte Balet (cujo nome de solteira ignora-se). Teve uma vida agitada por inúmeras emigrações. Quando na Alemanha, foi perseguido como comunista, fugindo em 1933, após o incêndio do *Reichstag*, primeiro para os Países Baixos (1933) e depois para os EUA (1938), naturalizando-se norte-americano (1940). Participou como soldado da I Guerra Mundial. **Formação:** Estudou Teologia católica, em Leiden, antes de 1903, sem concluir o curso; Música (flauta) em Haia; quatro anos de estudo no Instituto de Filosofia de Waarmond, perto de Leiden; História da Arte até cerca de 1910, em Amsterdã, Paris, Munique, Freiburg. Foi aluno de Riehl, W. Volgelsang (Amsterdã) e Leitschuh. Cerca de 1910, em Freiburg, sob orientação de Leitschuh, obteve o diploma com a tese: *Der Frühholländer Geertgen tot Sint Jans* [O (pintor) proto-holandês Geertgen tot Sin Jans], Haia, 1910. **Atividades principais:** Em 1910-11, foi assistente na Coleção Pública Real de Antiguidades da Pátria; em 1911-12, no Museu Real das Tradições regionais de Stuttgart; de 1912 até cerca de 1914, foi Diretor do Museu de Artes e Ofícios de Bremen, e proferiu conferências na Escola de Artes desse estado. Em 1920, muda-se para Berlim; a partir daí exerce ocupações autônomas como escritor. Envolvimento intenso com as mais novas correntes artísticas; participação em diversas organizações artísticas de esquerda (entre outras, a Federação de Proteção aos Escritores Alemães). No final dos anos 20, ingressa no Partido Comunista Alemão (KPD). Em 1931-32, publicação de uma sonata de J.S. Bach e dos «Trios Londrinos» de Joseph Haydn. A partir de 1932, os trabalhos preliminares para o estudo sobre *O Aburguesamento da Arte Alemã*. No dia seguinte ao incêndio do Reichstag (28/2/1933), fuga para a Holanda e a partir de então vive em Leiden. Ocupação científica. A esposa sustenta a casa trabalhando como enfermeira. Em 1934, conclui a pesquisa sobre *O Aburguesamento*. Em 1937, participa do II Congresso de Estética e Ciências da Arte, em Paris; profere conferência sobre a «Nécessité d'une synthèse totale de l'histoire de l'art». Em 1938, nova emigração; a partir de então, passa a residir em Nova York. De 1938 a 1948, encarrega-se do ensino de História da Arte e Filosofia na Brooklyn College, e de 1949 a 1952, na New School for Social Research. Depois disso, sem mais ser contratado, padece um isolamento humano e científico, e constantes preocupações financeiras. Faleceu numa clínica psiquiátrica em Nova York. **Trabalhos e colaborações:** *Roeping* (Vocação – romance), Holanda, 1903; em alemão: *No fascínio da vocação*, tradução de Else Otten, Munique, 1905 (várias edições). Diversas traduções para o holandês de escritos latinos de Thomas a Kempis, 1905-07. «Os modelos de porcelana de Ludwigsburg de Pierre François Lejeune», *Cicerone*, 1910: 574-588. «Os modelos de porcelana de Ludwigsburg de Domenico Ferreti (1762-65), Ebenda, pp. 739-48. *Porcelana ludwigsburguesa (esculturas)*, Stuttgart, 1911 (ver Catálogo da Coleção Real de Antiguidades em Stuttgart 1). Além de inúmeros outros trabalhos do gênero, em revista especializadas, podem ainda ser citados: «Dois Pintores de Vidros Suevos da Época Barroca», *Cicerone*, 1911: 407-20. *Dietz Edzard*, Berlim, 1920. *Ewald Dülberg*, 1920. Com E. Gerhard (i.é. Eberhard Rebling), *O Aburguesamento da Arte, da Literatura e da Música Alemãs no Século XVIII*, Estrasburgo, Leipzig, Zurique, 1936. «Ciência Sintética da Arte», *Z. Ästh. Allg. Kunstwiss*, 32, 1938: 110-121. *Rembrandt and Spinoza*, 1962; etc. **Especialidade:** Visão materialista e abrangente dos gêneros no estudo da arte do séc. 18; síntese das ciências da arte, da literatura e da música, cujo objetivo era superar o isolamento da historiografia artística de cada uma dessas ciências particulares, articulando contextos mais amplos. O romance *Roeping* descreve seus conflitos de consciência durante sua formação para ser padre, e provocou escândalo na Holanda: sua deserção nunca foi perdoada. Além do amplo domínio de línguas antigas e modernas, Balet acumulou extraordinário conhecimento em História da Religião, História da Arte (sua especialidade maior), História da Música e da Literatura. Sua principal obra – *O Aburguesamento* –, por sua visão marxista, causou protestos sobretudo dos críticos nacional-socialistas. Gozando de amplo reconhecimento entre colegas e estudantes, mas por razão de sua idade deixou de obter trabalho com salário fixo: assim, preocupações financeiras e incompreensões de inspiração mcarthysta sobre seus méritos científicos fizeram-no padecer o isolamento de seus anos finais.

**Nota:** após meses de buscas infrutíferas acerca do crítico e historiador holandês, em todas as fontes que me eram disponíveis, inclusive Internet, fui salvo por apelo que fiz ao meu caro amigo Dr. Ralph Della Cava, que, num golpe de sorte, deu com um arquiteto italiano a pesquisador na biblioteca da Columbia University e que aí achou esta obra rara sobre Leo Balet: Ulrike WENLAND. *Biographisches Handbuch Deutschsprachiger Kunsthistoriker im Exil*. München, Germany: K.G. Saur, 1999, 855 p. In 2 vol. Sou grato também aos amigos: Dra. Marta Campos Hein, Tereza e Eduardo Hoornaert, e minha orientanda Nahyara Marinho, que me ajudaram a compor estas notas com suas decifrações do texto extraído daquela enciclopédia.

13 Cf. *La Littérature de l'Âge baroque en France – Circé et le Paon*, 1953. Lembremos que **Circe**, filha do Sol e da ninfa Perseis, era tão hábil feiticeira que fazia crescer as estrelas e mudava os homens em animais. Para deter Ulisses, que, após muitas aventuras, aportou à sua ilha Ea, deu a beber aos marinheiros do herói um licor mágico que os transformou em porcos; assim pôde viver

com Ulisses por um ano, e de quem teve *Agrio e Telégono*. Ulisses, porém, recebeu de Mercúrio uma erva que o preservou do encantamento e, desse modo pôde obrigar Circe a restituir aos marinheiros a forma original. O **pavão** por sua vez é de imediato associado à vaidade, mas era a ave de Hera, esposa de Zeus, sendo antes de tudo um símbolo solar; é ainda símbolo da beleza e do poder de transmutação, pois a bela riqueza de sua plumagem é supostamente produzida pela transmutação espontânea dos venenos que ele absorve ao destruir as serpentes [Cf. CHEVALIERA, J. & GHEERBRANT, A.: *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2001: 693].

14 *Apud* PIRES, M<sup>a</sup> Lucília Gonçalves, 1995: 578-9.

15 *Apud* PIRES, M<sup>a</sup> Lucília Gonçalves, 1995: 580-1.

16 Objetos de cerâmica ou de outro material que se acham nos sepulcros dos índios.

17 *Apud* BORSÒ, Vittoria, 2005: 12. Chamo a atenção para o fato de, no pensamento hispano-americano, perdurar o uso dos termos *América* e *americano* no sentido de tudo que se refere ao Novo Mundo ou as Américas; uso que ainda era corrente no Brasil até as primeiras décadas do séc. XX; estranhamente esses termos passaram a ser apropriados pelo uso corrente de hoje, significando de modo restritivo somente aquilo que se refere aos EUA. Isso constitui lamentável distorção semântica, fruto de dispositivos de poder vigentes em tempos mais recentes, com evidente prejuízo para a unidade histórica de povos e nações do Novo Mundo.

18 *Apud* BENEDICT, Ruth, S/d.: 41-2.

19 Cf. GEORGOPOULOS, Cândida Leite, 1995: 587-9 – cuja exposição acompanho aqui, com alguma retificação.

20 LEZAMA LIMA, José. *La expresión americana*. Madrid: Alianza Editorial, 1969 [1.<sup>a</sup> ed. 1957].

21 FUENTES, Carlos. *O espelho enterrado*. Trad. de Mauro Gama. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

22 ANDRADE, Oswald de. *A marcha das utopias*, 1953, conjunto de artigos publicados em *O Estado de S. Paulo* e reunidos em livro na série “Cadernos de Cultura”, Rio, MEC-Serviço de Documentação, n. 139, 1956.

23 Cf. «Dialética da malandragem», *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, USP, São Paulo, n. 8, 1970.

24 Darío, Rubén. *Cantos de vida y esperanza* (“Otros poemas”, VII - Trébol, I a III), 1905; Buenos Aires/México: Espasa-Calpe, 1943.

25 Andrade, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira* (“O Ateneu”). São Paulo, Livraria Martins Editora, s.d. (o ensaio remonta a 1941).

26 Haroldo de Campos evoca aqui de Carpentier a obra, a seu ver, mais extremadamente característica dessa tendência que é *Concierto barroco* (1974). Lembra ainda que ele também se pronunciou mediante ensaios críticos (*Tientos y diferencias*), os quais para definir o espírito latino-americano fundiam as noções de barroco e de “real maravilhoso”, chegando, assim, à tese do *creollismo* (entendido como “mestiçagem”): cf. Dill, Hans-Otto. *Geschichte der lateinamerikanischen Literatur im Überblick*, Stuttgart: Reclam, 1999

## BIBLIOGRAFIA SOBRE O BARROCO

(Com especial ênfase para fontes brasileiras)

ABREU, J. H. Capistrano de:

1931 «A Literatura Brasileira Contemporânea», in *Ensaio e Estudos* (Crítica e História), 1.<sup>a</sup> série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu.

ALEWYN, Richard:

1959 *L'Univers du Baroque*. Genève: Edit. Gonthier. AMORA, Antônio Soares.

1959 *Panorama da Poesia Brasileira*. Vol. I. Era Luso-brasileira Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.

1974 *História da Literatura Brasileira*. 8<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Saraiva

ANDRADE, Mário:

S/d. *Aspectos da Literatura Brasileira*. (“O Ateneu”). São Paulo: Martins.

1965 *Aspectos da Artes Plásticas no Brasil*. (“O Alejadinho”). São Paulo: Martins.

ANDRADE, Oswald:

1966 *A Marcha das Utopias*. Rio de Janeiro: MEC – Serv. de documentação – Cadernos de Cultura, n. 139.

1990 *A Utopia Antropofágica*. Com estudo introdutório de Benedito Nunes: «A Antropofagia ao alcance de todos». São Paulo: Globo e Secretaria de Estado da Cultura.

ARARIPE JÚNIOR, T. A.:

1960 *Gregório de Mattos*. In *Obra Crítica*, v. II. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. [Rio de Janeiro: Garnier, 1910].

ARGAN, Giulio Carlo:

2004 *Imagem e Persuasão*. Ensaaios sobre o barroco. São Paulo: Companhia das Letras.

ATAÍDE:

1982 *Vida e Obra de Manuel da Costa Ataíde*. «Ataíde» (poema) de C. Drummond de Andrade. «Manuel da Costa Ataíde e seu Tempo» de Lélia Coelho Frota. Fotos de Pedro de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ÁVILA, Affonso:

1971 *O Lúdico e as Projeções do Mundo Barroco*. São Paulo: Perspectiva.

1984 *Introdução ao Barroco Mineiro*. São Paulo: Nobel.

ÁVILA, Affonso (Organização e Apresentação):

1997 *Barroco: Teoria e Análise*. S. Paulo: Perspectiva / B. Horizonte: Cia. Brás.de Metal. e Miner.

AYALA, Walmir:

1967 *Antologia dos Poetas Brasileiros. Fase Colonial*. Edições de Ouro.

BAKHTINE, Mikhail:

1978 *L'Œuvre de François Rabelais et la Culture Populaire au Moyen Age et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard.

BANDEIRA, Manuel:

S/d. *Guia de Ouro Preto*. Ilustrações de Luiz Jardim. Rio: Edições de Ouro - Tecnoprint.

BARBOZA FILHO, Rubem:

2000 *Tradição e Artificio*. Iberismo e barroco na formação americana. B. Horizonte: Ed. UFMG.

BASTIDE, Roger:

1978 *Images du Nordeste mystique en noir et blanc*. Paris: Pandora.

2006 «Variações sobre a porta barroca», *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 75. São Paulo, julho.

BAUMGARTEN, Jens:

2005 «O barroco, época pré-moderna ou pós-tridentina: conceitos, modelos e sistemas», *Humboldt*, Ano 47. Número 91: 4-7.

BAYÓN, D.:

1982-3 «Reflexiones para comprensión del fenómeno barroco», *Barroco*, B. Horizonte, 12: 33-8.

BAZIN, Germain:

1956 *L'Architecture Religieuse Baroque au Brésil*. São Paulo: Museu de Arte / Paris: Plon.

1990-2 «Le Baroque: un État de conscience», *Barroco*, B. Horizonte, 15: 15-18.

BENEDICT, Ruth:

S/d. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil. [*Patterns of Culture*, 1934].

BENJAMIN, Walter:

1971 *Il dramma barocco Tedesco*. Torino: Giulio Einaudi editore. [*Der Ursprung des deutschen Trauerspiels*, Berlin, 1928].

1984 *Origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

BORSÒ, Vittoria:

2005 «Do barroco colonial ao neobarroco», *Humboldt*, Ano 47. Nº 91: 12-15.

BOSI, Alfredo:

1978 *História Concisa da Literatura Brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Cultrix.

1994 *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOXER, C. R.:

1963 *Idade de Ouro do Brasil*. “Brasiliana”. São Paulo: C. E. N.

CALABRESE, Omar:

1987 *L'età neobarroca*. Roma-Bari:... [trad. port. *A Idade Neobarroca*, Lisboa, 1988].

CALMON, Pedro:

- 1983 *A Vida Espantosa de Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- CAMPELLO, Glauco de Oliveira:  
2001 *O Brilho da Simplicidade*. Dois estudos sobre arquitetura religiosa no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- CAMPOS, Haroldo de:  
1988 «Lezama e a plenitude pelo excesso», *Estado de São Paulo*, Caderno 2, 10 de Julho.  
1989 *O Seqüestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira – o caso Gregório de Mattos*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.  
2002 «Barroco, neobarroco, transbarroco». Extraído de: ZUNÁI – *Revista de Poesia & Debate* [www.revistazunai.com.br](http://www.revistazunai.com.br)
- CANDIDO, Antonio:  
1964 *Formação da Literatura Brasileira (Momentos Decisivos)*, 2ª edição revista. 1.º Volume (1750-1836); 2.º Volume (1836-1880). São Paulo: Martins.  
1970 «Dialética da Malandragem», *Revista do Inst. de Estudos Brasileiros – USP*, S. Paulo, n. 8.
- CANDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo:  
1997 *Presença da Literatura Brasileira. I - Das Origens ao Realismo*. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.
- CARPEAUX, Otto Maria:  
1980 *História da Literatura Ocidental*, 8 vols. Rio de Janeiro: Alhambra. [Em especial o vol. 3: «Barroco e Classicismo», capítulos I a VI, pp. 455-772].  
1990 «Teatro e Estado barroco», *Estudos Avançados (USP)*, 4 (10).
- CARPENTIER, Alejo:  
1979 *Concerto Barroco*. Lisboa: Editorial Caminho.
- CASTELLO, José Aderaldo:  
1969 *Era Colonial*. São Paulo: Editora Cultrix.
- CATÁLOGO  
1997 *Exposição VIEIRA e a Bahia de seu Tempo (1608-1697)*. Salvador: Museu de Arte da Bahia. [Além da rica iconografia, traz alguns textos de apresentação e, sobretudo, Pedro CALMON: «Gente da Bahia no Século XVII – Costumes, cabedais e nobreza. Informações Inéditas», comunicação lida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 17 de Junho de 1927].
- CHARPENTRAT, Pierre:  
1967a *L'Art Baroque*. Paris: PUF  
1967b *Le Mirage Baroque*. Paris: Minuit.  
1984 «Le Baroque Littéraire», Paris: *Encyclopaedia Universalis*, v. 3: 297-8.
- CHIAMPI, Irleamar:  
1998 *Barroco e Modernidade: ensaios sobre Literatura Latino-americana*. S. Paulo: Perspectiva.
- COUTINHO, Afrânio:  
1950 *Aspectos da Literatura Barroca*. Rio de Janeiro: s.E.  
1969 *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Perspectiva.  
1994 *Do Barroco*. (Ensaio). Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Tempo Brasileiro.
- CROCE, Benedetto:  
1929 *Storia dell'età barocca in Italia*. Bari: Laterza.
- CURTIUS, Ernst Robert:  
1957 *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Rio de Janeiro: INL.
- DANIEL, Cláudio (org.):  
2004? *Jardim de Camaleões - A poesia neobarroca na América Latina*. Antologia. São Paulo: Iluminuras.
- DE CERTEAU, Michel:

- 1982 *La Fable Mystique, I: XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècle*. Paris: Gallimard.
- DELEUZE, Gilles:  
1991 *A Dobra*. Leibniz e o Barroco. Campinas, SP: Papirus.
- DIMAS, Antonio:  
1981 *Gregório de Matos*. São Paulo: Abril Educação.
- D'ONOFRIO, Salvatore:  
1990 *Literatura Ocidental. Autores e Obras Fundamentais*. São Paulo: Ática.
- D'ORS, Eugenio:  
1985 *Du Baroque*. Paris: Gallimard.
- DUVIGNAUD, Jean:  
1973 *Fêtes et Civilisations*. Genève: Weber.
- EAGLETON, Terry:  
1993 *A Ideologia da Estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ECHEVERRÍA, Bolívar:  
1998 *La Modernidad de lo Barroco*. México: Era.
- ECO, Umberto:  
1968 *Obra Aberta*. Forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas. S. Paulo: Perspectiva
- ESPÍNOLA, Adriano:  
2000 *As Artes de Enganar*. Um estudo das máscaras poéticas e biográficas de Gregório de Mattos. Rio de Janeiro: Topbooks.
- FOCILLON, Henri:  
1947 *Vie des Formes*. Paris: PUF.
- FRANCA, S. J., Leonel:  
1952 *O Método Pedagógico dos Jesuítas: a «Ratio Studiorum»*. Rio de Janeiro: Agir.
- FRYE, Northorp:  
1984 *Le Grand Code: La Bible et la Littérature*. Paris: Seuil.
- FUENTES, Carlos:  
1992 *O Espelho enterrado*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GALVÃO, Ramiz:  
1909 *Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das Palavras Portuguesas derivadas da língua grega*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier.
- GAMBINI, Roberto:  
*O Espelho Índio*. A formação da alma brasileira. São Paulo: Axis Mundi.
- GARCIA, R.:  
1948 «Bento Teixeira - Brasileiro ou Português?», *Autores e Livros*. Rio de Janeiro, 15 de Ago.
- GEORGOPOULOS, Cândida Leite:  
1995 «Barroco no Brasil», *Biblos – Encicl. das Literat. de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 587-590.
- GOMES Jr., Guilherme Simão:  
1998 *Palavra Peregrina*. O barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil. São Paulo: Edusp – Fapesp.
- GOMES, João Carlos Teixeira:  
1985 *Gregório de Mattos, o Boca de Brasa*. Um estudo de plágio e criação intertextual. Petrópolis: Vozes.
- GRUZINSKI, Serge:  
1993 «Do Barroco ao Neobarroco – Fontes coloniais dos tempos modernos: o caso do México», **in**
- CHIAPPINI, Ligia & AGUIAR, Flávio W. (Orgs.): *Literatura e História da América Latina*. Seminário Intern. patrocinado pelo Centro Ángel Rama. São Paulo: EdUSP, pp. 75-98.
- HADDAD, Jamil Almansur:

- 1957 «Vieira e o Barroco brasileiro», in *Vieira. Sermões*. Seleção e ensaio crítico introdutório de J. Almansur Haddad. São Paulo: C.E.N.
- HANSEN, João Adolfo:  
1989 *A Sátira e o Engenho*. Gregório de Mattos e a Bahia do século XVII. S. Paulo: Cia. das Letras.
- HASKELL, Francis:  
1995 *L'Historien et les Images*. Paris: Gallimard.  
1997 *Mecenas e Pintores*. Arte e Sociedade na Itália Barroca. São Paulo: Edusp/Impr. Oficial.
- HATZFELD, Helmut:  
1988 *Estudos sobre o Barroco*. São Paulo: Perspectiva.
- HAUFE, Hans:  
2005 «O barroco como práxis cultural», *Humboldt*, Ano 47. Nº 91: 8-11.
- HAUSER, Arnold:  
1972 *História Social da Literatura e da Arte*, 2 vols. São Paulo: Mestre Jou.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de:  
1944 *Cobra de vidro*. São Paulo: Martins.  
1952 *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*. Rio de Janeiro: INL, 2 vols.  
1979 «Notas sobre o Barroco», in *Tentativas de Mitologia*. S. Paulo: Perspectiva, pp. 141-165.  
1985 *Visão do Paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 4.ª ed. São Paulo: C.E.N.  
1991a *Raízes do Brasil*, 22.ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.  
1991b *Capítulos de Literatura Colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense. [Obra póstuma].  
1996 *O Espírito e a Letra*. Estudos de Crítica Literária I (1920-1947): «Literatura colonial» e «Literatura jesuítica». *Idem* II (1948-1959): «Em torno de Vieira», «Teatro jesuítico I e II», «Limites do Barroco», «Ainda o Barroco», etc. São Paulo: Companhia das Letras.
- KOTHE, Flávio R.:  
1997 *O Cânone Colonial*: ensaio. Brasília: Editora da UnB.
- LEITE, Sebastião Uchoa e CARPEAUX, Otto M.º:  
1981 «Barroco – Música», *Enciclopédia Mirador Internacional*, v. 3, pp. 1216-17.
- LEITE, S. J., Serafim:  
2000 *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols. Edição fac-simile Comemorativa dos 500 Anos da Descoberta do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.
- LEVY, Hannah:  
1941 «Sobre três teorias do Barroco», *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 5, pp. 259-284.
- LIMA, Alceu Amoroso:  
1944 *A Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Liv. Agir Edit.
- LIMA, José Lezama:  
1988 *A Expressão Americana*. São Paulo: Brasiliense.
- LINS, Ivan:  
S/d. *Sermões e Cartas do Padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
- LLOSA, Mario Vargas:  
2006 *Dicionário Amoroso da América Latina*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- MACHADO, Lourival Gomes:  
1991 *Barroco Mineiro*. Apresentação de Rodrigo M. F. de Andrade. Introdução e Organização de Francisco Iglésias. Fotografias de Benedito Lima de Toledo. São Paulo: Perspectiva.
- MANN, Graciela:  
1973 *Os Doze Profetas do Aleijadinho*. Fotografia de Hans Mann. S. Paulo: CEN e Edusp.

MARAVALL, José Antonio:

1996 *La Cultura del Barroco*. Barcelona: Ariel. [Existe trad. bras. desta obra: *A Cultura do Barroco: análise de uma estrutura histórica*. S. Paulo: Edusp / Impr. Oficial, 1997].

MARTINS, Heitor:

1983 *Do Barroco a Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Itatiaia.

MATTOS, Gregório de:

1969 *Obras Completas*. Edição James Amado. Salvador: Janaína.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de:

1944 *Mar de Sargaço*. São Paulo: Martins.

MENEZES, E. Diatagy Bezerra de:

1974 «O Riso, o Cômico e o Lúdico», *Rev. de Cultura Vozes*, Petrópolis, Ano 68, v. LXVIII, n.º 1, jan.-fev., pp. 5-16.

1998 «O Homem Lúdico» e «Arte relaciona-se com o Lúdico e Brincadeira é coisa séria, ou a saga de Ângela Bonasartes no País dos Sentidos», in *Contrapontos – ensaios de crítica*. S. Paulo: Annablume, pp. 9-38 e 171-176, respectivamente.

2002 «Antropologia e Estética: o Status Quaestionis», Comunicação apresentada no Simpósio “Antropologia & Estética: Imagem. Letras e Música”, durante a 23.ª Reunião Bras. de Antrop. (ABA), em Gramado (RS), de 16 a 19 de Julho.

MERQUIOR, J. Guilherme:

1977 *De Anchieta a Euclides*. Breve História da Literatura Brasileira – I. Rio de Janeiro: J. Olympio. [Cap. I: «A Literatura da Era Barroca no Brasil (até c. 1770)», pp. 3-22].

MIRANDA, Ana:

1989 *Boca do Inferno – romance*. São Paulo: Companhia das Letras.

MORAIS FILHO, A. Melo:

1885 *Parnaso Brasileiro*. Rio de Janeiro: Garnier.

MORAIS, Frederico Guilherme G. de e CARPEAUX, Otto M<sup>ª</sup>:

1981 «Barroco – Arte», *Enciclop. Mirador Intern.*, v. 3, pp. 1200-1211.

MOISÉS, Massaud:

1983 *História da Literatura Brasileira - I - Origens, Barroco, Arcadismo*. S. Paulo: Cultrix/Edusp.

1991 *A Literatura Brasileira através dos textos*. São Paulo: Cultrix, 1991.

MORSE, Richard:

1986 *El Espejo de Próspero*. México: Siglo XXI.

NEVES, Guilherme Pereira das:

2000 «Barroco», in VAINFAS, Ronaldo (dir.): *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, pp. 68-70.

NEVES, Jael:

1986 *Idéias Filosóficas no Barroco Mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.

NEVES, Luiz Felipe Baeta:

1997 *Vieira e a Imaginação Social Jesuítica – Maranhão e Grão-Pará no século XVII*. Rio de Janeiro: Topbooks.

2003 *Terrena Cidade Celeste – Imaginação social Jesuítica e Inquisição*. Rio: Atlântica.

NUNES, Benedito:

1982-3 «O universo filosófico e ideológico do barroco», *Barroco*, B. Horizonte, 12: 23-9.

OLIVEIRA, Franklin de e CARPEAUX, Otto M<sup>ª</sup>:

1981 «Barroco – Literatura», *Enciclop. Mirador Intern.*, v. 3, pp. 1211-16.

O MUNDO DA ARTE:

1978 Michael KITSON: *O Barroco*. [Enciclopédia das Artes Plásticas em todos os Tempos]. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura.

PALACIN, Luís:

1986 *Vieira e a Visão Trágica do Barroco*. Quatro estudos sobre a consciência possível. São Paulo: Hucitec e INL.

PANOFSKY, Erwin:

- 1981 *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental*. Lisboa: Presença.
- PAZ, Octavio:  
 1982 *Sor Juana Inés de la Cruz o las Trampas de la Fe*. Barcelona: Seix Baral.  
 ....1992 *O Labirinto da Solidão*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- PERES, Fernando da Rocha:  
 1983 *Gregório de Mattos e Guerra: uma revisão biográfica*. Salvador: Ed. Macunaíma.
- PEREZ, Léa Freitas:  
 1994 «Festa Religiosa e Barroquização do Mundo», comunicação no Congr. Int. 'As Novas Religiões – Expansão International dos Movimentos Religiosos Mágicos', Recife, 15-18 de Maio.
- PERLONGHER, Néstor:  
 1988 «A barroquização», *Folha de São Paulo* – Folhetim, São Paulo (579), 11 de mar.
- PERLONGHER, Néstor (org.):  
 1991 *Caribe transplatino*. Antologia bilíngüe. São Paulo: Iluminuras.
- PIRES, M<sup>a</sup> Lucília Gonçalves:  
 1995 «Barroco: conceito, teoria e características» e «Barroco em Portugal» *Biblos – Enciclopédia das Literaturas em Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 575-587.
- PÓLVORA, Hélio:  
 1974 *Para conhecer melhor Gregório de Mattos*. Rio de Janeiro: Edic. Bloch.
- PREIMESBERGER, Rudolf:  
 2005 «Morte por amor pela cristianização da América?», *Humboldt*, Ano 47. Nº 91: 16-19.
- PRESIDENTE da República Francesa & PRESIDENTE da República Federativa do Brasil:  
 1999-2000 *Brasil Barroco entre céu e terra / Brésil Baroque entre ciel et terre*, 2 vols. Paris: União Latina – Petit Palais. [Além da extensa documentação iconográfica, traz os seguintes estudos: «Encontro do Novo Mundo, 500 anos depois», Ana Ma de Moraes Belluzzo; «Entre a ordem e o caos», Nicolau Sevckenko; «Revisitando a escultura barroca brasileira», Ma Helena Ochi Flexor; «O barroco no país do açúcar», José Luiz Mota Menezes; «Barroco, estilo das Minas Gerais», Affonso Ávila; «Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho», Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; «Especulação em torno da igreja São Fco. de Assis de Ouro Preto», Lygia Martins Costa; «Barroco e o mundo contemporâneo», Benedito Nunes; «O barroco nas Missões», Armindo Trevisan; «O barroco no Rio de Janeiro», Augusto Carlos da Silva Telles; «Poesia do barroco», Haroldo de Campos].
- RAMOS, Péricles Eugênio da Silva:  
 1977 *Poesia barroca*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Melhoramentos/INL.
- ROUSSET, Jean:  
 1953 *La Littérature de l'Âge baroque en France – Circé et le Paon*. Paris: Corti.
- SANTOS, Paulo F:  
 1951 *O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos.
- SARDUY, Severo:  
 1975 *Baroque*. Paris: Seuil.  
 1979 «O Barroco e o Neobarroco», in UNESCO: *América Latina em sua Literatura*. S. Paulo: Perspectiva, pp. 161-178.  
 1999 *Obra Completa*, 2 vols. Edición crítica, Gustavo Guerrero y François Wahl, coordinadores, 1<sup>a</sup> edición. Madrid, Barcelona, Lisboa, Paris, México, Buenos Aires, São Paulo, Lima, Guatemala, San José: ALLA XX. (Colección Archivos – 40). [O texto contém de Severo Sarduy: I. Autoretos; II. Poesia; III. Novelas; IV. Teatro; V. Ensayos (onde se acha seu estudo «Barroco»); mais vários estudos de colaboradores, leituras do texto, um dossier sobre a recepção crítica da obra, entrevistas, bibliografia, etc.].
- SCHWARTZ, Stuart B.:  
 1979 *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*. São Paulo: Perspectiva.
- SILVEIRA, Francisco Maciel:

- 1992 Concerto Barroco às óperas do Judeu. Ou o bifrontismo de Jano: uma no cravo, outra na ferradura. São Paulo: Perspectiva.
- SMITH, Robert:  
1940 «O caráter da arquitetura colonial do Nordeste», *Est. Brasileiros*, 4 (10): 410-430, jan.-fev.
- SPINA, Segismundo:  
1946 Gregório de Mattos. São Paulo: Editora Assunção.
- SPINA, Segismundo e CROLL, Morris W.  
1990 Introdução ao Maneirismo e à prosa barroca. São Paulo: Ática.
- SPITZER, Leo:  
1955 Linguística y Historia Literaria. Madrid: Gredos.
- SULLIVAN, E. J. (org.):  
2001 Brazil: body and soul. N. Y.: Guggenheim Museum – The Salomon R. Guggenheim Found.
- TAPIÉ, Victor-Lucien:  
1961 Le Baroque. Paris: PUF.  
1984 «Le baroque italien. L'accueil européen. Esquisse géographique». Paris: Encyclopaedia Universalis, v. 3: 290-297.  
1988 Barroco e Classicismo, 2 vs. Lisboa: Presença.
- TEDIM, José Manuel:  
1994 «Barroco», in SILVA, Ma Beatriz Nizza da: Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa: Verbo, pp. 102-3.
- TELES, Augusto C. da Silva:  
1984 «O barroco no Brasil», *Revista do Patrimônio Histórico*, (19): 125-137.
- THEODORO, Janice:  
1992 América Barroca. Temas e Variações. Rio de Janeiro e São Paulo: Nova Fronteira/Edusp. [Ensaios de historiadora sobre as interrelações sociais e culturais na América hispânica e portuguesa do descobrimento e do período colonial].
- TIRAPELI, Percival (org.):  
2001 Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva. Arquitetura, Ornamentação, Literatura, Música. S. Paulo: Editora UNESP / Imprensa Oficial. [Obra em grande formato, ilustrada, traz ensaios de: Percival Tirapeli, Murilo Marx, Bendito Lima de Toledo, Cleide Santos C. Biancardi, Mozart Alberto Bonazzi da Costa, Wolfgang Pfeiffer, Myriam Salomão, Olympio Pinheiro, Egidio Colombo Filho, Adone Agnolin, João Adolfo Hansen, Cristina Ávila, Ma do Rosário Gregolin, Fábio César Montanheiro, Antonio Manuel dos Santos Silva, Régis Duprat, Sérgio de Vasconcellos-Corrêa, Omar Khouri, Ma José Spiteri Tavolaro Passos].
- UNESCO:  
1979 América Latina em sua Literatura. Coordenação e Introdução de César Fernández Moreno. São Paulo: Perspectiva.
- UREÑA, Pedro Henríquez:  
1978 La Utopía de América. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- VALADARES. Clarival do Prado:  
1978 Rio Barroco. Rio de Janeiro: Bloch editores.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de:  
1946 Florilégio da Poesia Brasileira. Rio de Janeiro: Acad. Brasileira de Letras, 3 vols.
- VASCONCELOS, Sylvio:  
1977 Vila Rica: Formação e Desenvolvimento, Residências. São Paulo: Perspectiva.
- VIEIRA, SJ, Pe Antônio:  
1951 Obras Completas – Sermões. Porto: Lello & Irmãos-Editores.  
2005 História do Futuro: Esperanças de Portugal e Quinto Império do Mundo. Edição organizada por José Carlos Brandi Aleixo,

SJ. «Apresentação» e «Pe. Antônio Vieira: traços marcantes da vida e da obra» do organizador. «Introdução à História do Futuro» da Profa Andréia Costa Tavares. Painéis. Brasília: Editora da UnB.

WEISBACH, Werner:

1948 El Barroco: arte de la Contra-Reforma. Madrid: Espasa-Calpe.

WELLEK, R.:

1976 «The concept of baroque in literary scholarship», in Concepts of Criticism. New Haven: Yale Univ. Press, pp. 69-127.

WISNIK, José Miguel:

1976 Gregório de Matos. Poemas escolhidos. São Paulo: Cultrix.

WÖLFFLIN, Heinrich:

1989 Renascença e Barroco. Estudo sobre a essência do estilo barroco e sua origem na Itália. São Paulo: Perspectiva.

2000 Conceitos Fundamentais da História da Arte. O problema da evolução dos estilos na arte mais recente. São Paulo: Martins Fontes. Fortaleza, 2 de Ago. de 2005 a 15 de Maio de 2006.

**Dr. Eduardo Diatahy B. de Menezes**

*Professor Emérito da Universidade Federal do Ceará*

*Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal e da Universidade Estadual do Ceará.*

*Da Academia Cearense de Letras, do Instituto Histórico do Ceará e da Academia de Ciências do Ceará.*

*Pesquisador 1 do CNPq*

*ediatahy@secrel.com.br ou: diatahy@ufc.br .*

*Doutorado em Sociologia do Conhecimento – Université François Rabelais (Tours, França).*

*Pós-Doutorado na EHESS em Antropologia Histórica (com Jacques Le Goff) e no Collège de France (com Jean Delumeau). Membro titular da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF), do Instituto Histórico do Ceará, da Academia Cearense de Letras, Academia Cearense de Ciências. Pesquisador 1 do CNPq.*

*Endereço: Rua Dr. Márlio Fernandes, 140 – Gurarapes*

*60810-025 Fortaleza, CE*

*Tel.: (85) 3241-2209 ou / Cel.: 9969.6284.*



# Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará: 40 Anos



# CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFC: MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DE MONOGRAFIAS (1978-2008)

SULAMITA VIEIRA\*

Instalado em 1968, o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC) diplomou a sua primeira turma de Graduação em 1971, na modalidade *licenciatura*. Posteriormente, foram introduzidas no currículo do curso outras disciplinas – entre as quais, o Estágio de Pesquisa e a Monografia –, criando-se, desse modo, a possibilidade de o estudante optar pelo *bacharelado*. Assim, somente em 1978 ocorreu a primeira defesa de monografia, exigência parcial para o diploma nesta segunda modalidade<sup>1</sup>.

Neste ano de 2008, ocasião em que celebramos os quarenta anos de implantação do referido curso, decidimos fazer um levantamento de todas as monografias defendidas nas três últimas décadas e publicar os resultados na Revista de Ciências Sociais deste Departamento<sup>2</sup>.

Na realização deste trabalho, enfrentei algumas dificuldades. A primeira delas<sup>3</sup> diz respeito ao próprio acervo. Refiro-me ao fato de não haver, em nenhuma instância acadêmica ou administrativa, do Curso ou do Departamento de Ciências Sociais, um arquivo do conjunto das monografias defendidas. Ou seja, não existe um local que reúna todos os trabalhos de conclusão da Graduação, na modalidade “bacharelado”<sup>4</sup>, desde a sua implantação na UFC até a presente data.

Uma outra dificuldade por mim enfrentada diz respeito aos registros, nas formas de: *portaria* e *ata*. A primeira se constitui no documento que anuncia, previamente, o que “vai acontecer”, isto é, a defesa; informando, assim, ao público: título, autoria, composição da banca examinadora, data, horário e local desse ritual. A segunda, como se sabe, registra o que, efetivamente, ocorreu.

No que concerne a estas duas fontes, também constatei determinadas lacunas e imprecisões que

tornam mais difícil a tarefa de catalogar os trabalhos produzidos. Em primeiro lugar, alguns desses documentos não foram localizados nos arquivos institucionais. Em segundo lugar, aqui e ali, me deparei com certos desencontros de informações, entre estas duas fontes<sup>5</sup>. A propósito, vale dizer que, se para alguns, *portarias* e *atas* não passam de “formalidades burocráticas”, quem sabe até dispensáveis, na prática, tais documentos deveriam se constituir, rigorosamente, *registro da memória*. No caso da ata, em particular, trata-se do registro de um *rito de passagem*, aspecto em relação ao qual é impensável qualquer atitude de desatenção da parte de quem estuda ciências sociais. De fato, se tratados com zelo e responsabilidade acadêmico-administrativa, tais documentos poderiam funcionar, dentre outros, como fontes para uma análise histórica da trajetória do Curso, que pretendesse focalizar, por exemplo, aspectos alusivos a temáticas estudadas, abordagens teóricas ou caminhos metodológicos seguidos.

Concebo este tipo de comentário, da minha parte, como uma forma de esclarecimento acerca de possíveis lacunas no conjunto das informações aqui apresentadas e, também, como uma espécie de crítica ou autocrítica e advertência, em relação aos muitos trabalhos que continuarão a ser produzidos neste curso ou sobre ele.

No que pese a existência de tais dificuldades, decidi enfrentar esta espécie de desafio: reunir em um documento dados sobre as monografias de bacharelado de Ciências Sociais, na UFC, elaboradas entre 1978 e 2008, identificando, em cada um desses trabalhos: autoria, orientação, banca examinadora e data de defesa<sup>6</sup>. Portanto, o conteúdo do quadro que se segue tem o propósito de contribuir para a preservação de uma memória.

\* Professora da Universidade Federal do Ceará

Devo dizer, ainda, que na busca das informações, neste caso, encontrei boa parte no acervo do NEPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais), órgão ligado ao nosso Departamento. Na Biblioteca do Centro de Humanidades<sup>7</sup>, localiza-se um número significativamente menor desses trabalhos. Além disso, recorri

ao livro de Teresa Maria Frota Haguette (1991)<sup>8</sup> e tive acesso, também, a alguns outros textos que integram acervos de laboratórios de pesquisa, do Departamento ou particulares, dos professores; no caso, de orientadores ou de integrantes das bancas examinadoras.

## MONOGRAFIAS DEFENDIDAS ENTRE 1978 e 2008

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1978	Dominação e alienação: história das eleições e partidos no Ceará	Fausto Aguiar Arruda Filho	Francisco Roberto Souza de Oliveira	Não identificada	S/data
1979	Relações de trabalho na pesca artesanal: estudo do caso Barra do Ceará	Fátima Maria Cândido Bezerra	João Pompeu de Souza Brasil	J. Pompeu, Luciano Gaspar, João Arruda	17/12/79
1979	Confecção e comercialização de rendas de bilro: estudo do caso Prainha	Cireide Toscano Martins Pinheiro	João Pompeu de Souza Brasil	J. Pompeu, João Arruda, Teresinha Alencar	17/12/79
1979	As plantas na medicina rústica	Antônio Eimar Cavalcante Porto	João Pompeu de Souza Brasil	J. Pompeu, A. Haguette, Luciano Gaspar	06/07/79
1981	Mudança social na comunidade rural da Vila São Marcos, Aracoiaba	Maria do Carmo da Costa Oliveira	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, André Haguette, João Arruda	02/02/81
1981	A atuação no mercado imobiliário em distrito pesqueiro cearense	Elizabeth M. Martins Pinho	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, André Haguette, R. Accioly	04/02/81
1981	Frente de expansão e estrutura agrária: povoado de Matrinhã (sul do Pará)	Maria Júlia Sucupira Barreto	César Barreira	Não identificada	27/07/81
1981	Família operária: unidade de consumo e reprodução da força de trabalho	Maria Izelda Rocha Barbosa	Helena Moreira Cartaxo	Não identificada	27/07/81
1981	Práticas obstétricas no meio rural	Fátima de Souza	Teresa Maria Frota Haguette	Não identificada	18/12/81
1981	Jáder de Carvalho: o homem, o político, o jornalista	Maria do Socorro Venâncio	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, Francisca Simão, João Arruda	21/12/81
1981	A redemocratização do Ceará de 1945 a 1947	Francisco Ribeiro Moreira	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, André Haguette, Agamenon Bezerra	30/12/81

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1982	A velhice como problema social	Neide Sobreira Fiúza	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, André Haguette, Tarcísio Santiago	20/01/83
1982	Os doutores de pés descalços: uma estratégia de cura das camadas de baixa renda	Verônica Maria de Paula Gonçalves	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, Geraldo Markan, Zaíra Ary	09/07/82
1982	Conjunto São Miguel: a experiência de uma favela remanejada e suas implicações políticas	Maria de Fátima Costa Lázaro	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, A. Lemenhe, Helena Cartaxo	14/07/82
1982	Força de trabalho acidentada na luta pela sobrevivência	Marfisa Barros de Lima	Maria Sulamita de A. Vieira	S. Vieira, A. Lemenhe, Zaíra Ary	14/07/82
1982	Mobilização de camponeses num processo de expropriação. Caso Siupé	Isabelle Braz Peixoto da Silva	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, H. Cartaxo, Sulamita Vieira	15/07/82
1983	Da lavoura de subsistência à cultura do caju: estudo sobre a comunidade de Campestre	Norma Cordeiro Torres	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, A. Lemenhe, Helena Cartaxo	31/01/83
1983	Trabalho fabril e domiciliar: processo de produção da rede de dormir. Um estudo de caso	Maria Neuza Lima	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, R. Accioly, Helena Cartaxo	07/02/83
1983	Centro Social Urbano e a reprodução da força de trabalho	José Odval Alcântara Júnior	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, Elza Braga, H. Cartaxo	07/02/83
1983	A criminalidade feminina: o caso do presídio Auri Moura Costa	Telma Efigênia Tenório Cruz	Teresa Maria Frota Haguette	Não identificada	01/06/83
1983	De um estado sem sorte para um estado de morte: os acidentes de trabalho na construção civil em Fortaleza	Silvânia de Araújo Soares Nuto	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, Helena Cartaxo, Zaíra Ary	04/07/83
1983	A industrialização de pesca no Ceará: gênese e expansão do capital no setor pesqueiro	Antônio Elgma Souza Araújo	Rejane V. Accioly de Carvalho	R. Accioly, Zaíra Ary, Helena Cartaxo	21/12/83
1983	Fatores de expulsão e de atração dos migrantes em Fortaleza: o bairro Cristo Redentor	Terezinha Irary Mariano de Medeiros	Teresa Maria Frota Haguette	T. Haguette, André Haguette, João Pompeu	21/12/83
1984	A relação idoso-instituição: um estudo de caso	Maria Francineide de Oliveira Chaves	Teresa Maria Frota Haguette	Não identificada	S/ data
1985	Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, 1844-1880	Maria Dione Soares	Teresa Maria Frota Haguette	Não identificada	S/ data

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1985	Igreja do povo, Igreja de Deus: discurso e prática	Maria Gorete Batista Távora	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, Sulamita Vieira, Elza Braga	07/03/85
1985	O Santo Daime: uma seita em ascensão	Francisca das Chagas T. de Lima	João Pompeu de Souza Brasil	J. Pompeu, S. Simões, Tarcísio Santiago	01/07/85
1985	Mãe operária de Maranguape: o forte sexo frágil	Maria de Fátima Fraga Pereira	Zaíra Ary Farias	Zaíra Ary, Bruhilda Telles, Teresinha Alencar	04/07/85
1985	Capitalismo monopolista e pequenas e médias empresas no Brasil	José Estevão Machado Arcanjo	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, R. Accioly, Irllys Barreira	09/08/85
1985	A greve dos operários metalúrgicos de Fortaleza, 1979: consciência e classe operária no Nordeste	José Benevides Queiroz	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, Roberto Oliveira, A. Carvalho	25/08/85
1985	Pastoral da juventude: jovens, sociedade e Igreja em Fortaleza, 1972-1978	João Tadeu de Andrade	Zaíra Ary Farias	Z. Ary, Irllys Barreira, Sulamita Vieira	02/12/85
1986	O artesanato no capitalismo: o labirinto de Canoa Quebrada	Soraya Vidal Sampaio	Terezinha Helena Alencar Cunha	Não identificada	S/ data
1987	"Trabaiá pra viver..." ou morrer? Um estudo sobre castanheiras	Maria Albeni Aguiar	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, Sulamita Vieira, Elza Braga	27/02/87
1987	Família: a reprodução da desigualdade. (Estudo exploratório de valores e padrões sexuais de famílias em camadas médias em Fortaleza)	Márcia Assunção Araújo	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Teresinha Alencar, Ismael Pordeus Jr.	24/03/87
1987	Identidade feminina: experiência e representações	Sandra Maria Alencar Fonteles	Terezinha Helena de Alencar Cunha	T. Alencar, Irllys Barreira, Sulamita Vieira	27/08/87
1987	Participação, autonomia e representação: os dilemas da ação da esquerda no movimento de bairros em Fortaleza	Inês Sílvia Vitorino Sampaio	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, Rejane Accioly, Irllys Barreira	s/data
1988	A ideologia no texto da novela das 20 horas da Rede Globo, "Roda de fogo"	Preciliana Barreto de Moraes	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, G. Markan, Tarcísio Santiago	07/01/88
1988	A sociologia como profissão: a fábrica de ilusões	Maria Eldeny Rodrigues da Silva	Rejane V. Accioly de Carvalho	R. Accioly, A. Lemenhe, Neuma Lopes	13/01/88
1988	Mulher de mídia, mulher de massa: análise das imagens da mulher na novela das 7:00 h	Maria Simone de Oliveira Lima	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, N. Araújo, Geraldo Markan	14/01/88

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1988	O Estado, a democracia e a transição socialista	Arsênio da Cruz Flexa Neto	Paulo de Melo Jorge Filho (Petrola)	P. Melo, Fco. Auto Filho, Fco. Roberto Oliveira	23/08/88
1988	Fogo morto: realismo vivo (da obra de José Lins do Rêgo)	Kleber Carneiro Amora	Charles Beylier	C. Beylier, E. Diatahy, Ângela Gutierre	23/08/88
1988	Corpo, universo em vigília. Um estudo sobre os vigilantes das empresas de prestação de serviços	Roseane Maranhão do Valle	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, Geraldo Markan, Neuma Lopes	24/08/88
1988	"A produção das mulheres": um estudo de casos sobre o comportamento reprodutivo e controle de natalidade da mulher operária	Maria Auxiliadora Garcia	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Zaíra Ary, Sulamita Vieira	06/09/88
1988	Viabilizar a utopia: os limites e as possibilidades da experiência de educação popular no Campo do América	Heloise Maria Riquet Correia	Charles Beylier	C. Beylier, Juraci Maia, Teresinha Alencar	23/09/88
1988	O sistema de detenção: suas contribuições e efeitos. O caso do presídio Desembargadora Auri Moura Costa	Maria Elizeuda da Silveira	Teresa Maria Frota Haguette	Não identificada	08/12/88
1988	Catolicismo popular: a batina travestida	Geraldo Pedro Costa Filho	Antônio Carlos Machado	Não identificada	16/12/88
1988	Estado, poder estatal local e participação popular: a experiência da Administração Popular de Fortaleza	Osmar de Sá Pontes Júnior	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Elza Braga, Alba Carvalho	S/ data
1988	Política de saúde e movimentos sociais: programando a participação no "Viva a Criança"	Andréa Borges Leão	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Rejane Accioly, Glória Diógenes	19/12/88
1989	Socialismo e democracia: as duas faces da liberdade	Juarez Ferreira de Paula Filho	Manfredo Araújo de Oliveira	M. Oliveira, Sulamita Vieira (não id. 3º nome)	S/ data
1989	O que foi classe social?	Valmir Lopes de Lima	André Haguette	A. Haguette, R. Accioly, Mirtes Amorim,	S/ data
1992	O método materialista de Karl Marx e a concepção metodológica de Max Weber: contribuições para uma teoria do conhecimento sociológico	Francisco Cândido Furtado	André Haguette	A. Haguette, Glória Diógenes, Rejane Accioly	S/ data
1992	A sexualidade enclausurada	Katarina Maria Matos de Lacerda	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Zaíra Ary, Dilmar Miranda	19/08/92

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1992	Movimento sindical dos trabalhadores rurais e Estado. Aspectos do novo padrão de relacionamento	Maria de Lourdes Freitas	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, C. Barreira, Bernadete Beserra	24/08/92
1992	A pesquisa científica e sua função social: um balanço na ótica dos pesquisadores da UFC	Zákia dos Reis Barroso	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Elza Braga, Dilmar Miranda	22/09/92
1993	CEBs: experiência/consciência. A trajetória de lutas de comunidades da periferia de Fortaleza	Rosemary de Oliveira Almeida	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Elza Braga, Sulamita Vieira	28/01/93
1993	O Estado-mito	Ilana Viana do Amaral	André Haguette	A. Haguette, A. Carvalho, J. Abu El Haj	30/03/93
1993	AIDS e imprensa: o <i>Diário do Nordeste</i> de 1982 a 1992	Clarice Campos Rebouças	Não consta	Não identificada	S/ data
1994	A crise de paradigmas na sociologia da Universidade Federal do Ceará	Beatriz Lopes Villar de Queiroz	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Irllys Barreira, Custódio Almeida	04/02/94
1994	O mundo fabril. Um estudo de caso entre operários têxteis de Fortaleza	Maria Zenilda Gonçalves Barbosa	Alba Maria Pinho de Carvalho	Não identificada	S/ data
1994	Todas são idéias de um mesmo saco	Alexandre Almeida Barbalho	Maria Sylvania Porto Alegre	S. P. Alegre, Isabelle Braz, Sebastião R. da Ponte	04/03/94
1994	A mulher dos anos 90 e sua sexualidade: uma investigação de conquista e dilema	Vanessa Barbosa Ramos Andion	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, P. Capelo, Antônio R. Dantas	18/07/94
1994	A Social Democracia Brasileira existe? Uma análise do PSDB e do seu programa para o Brasil	Maria Aglaêda Milfont Nogueira	Não consta	Fco. José Rodrigues, E. Arcanjo, A. Haguette	19/12/94
1995	O "reaparecimento" dos Tapeba e a construção da identidade étnica	Joubert Max Maranhão	Isabelle Braz Peixoto da Silva	I. Braz, Sylvania Porto Alegre, Fco. José Rodrigues	09/01/95
1995	"A voz do povo é a voz de Deus": quando a pesquisa política de opinião pública determina as estratégias de <i>marketing</i> eleitoral	Suzana Pamplona Miranda	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Jawdat Abu El Haj, Márcia Vidal	15/12/95
1995	"Cadê os bois do meu curral": mutações do poder em um município cearense	Ítala Alenquer de Oliveira	Não consta	Glória Diógenes, R. Accioly, Márcia Vidal	15/12/95
1996	A ciência e a espiritualidade no cenário plural da cultura	Antônio George Lopes Paulino	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, A. Carvalho, Peregrina Capelo	21/08/96

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1996	AIDS e estigma: morte do sujeito?	Maria Lourdes dos Santos	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, Custódio Almeida, S. Simões	29/08/96
1996	Revolta na sociedade dos cativos: as rebeliões de prisioneiros no Brasil (1994-1996)	Leonardo Damasceno de Sá	César Barreira	C. Barreira, A. Lemenhe, Custódio Almeida	30/08/96
1996	Resistências e dificuldades dos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente na gestão e controle de políticas públicas	Maria das Graças Sá Gadelha	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, Socorro Osterne, Isolda Castelo Branco	10/09/96
1997	Subjetividade e cidadania: sobre as condições sociais de possibilidades de uma atuação política	Tiago Seixas Themudo	Daniel Soares Lins	D. Lins, A. Haguette, Carlos Versiani	06/02/97
1997	As formas de representação de amor na sociedade atual	Ivanilda Lacerda Barros Bezerra	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, E. Braga, Custódio Almeida	06/02/97
1997	Pau de Santo Antônio: a história do pau que virou santo	René Gouveia Miranda Filho	Daniel Soares Lins	D. Lins, Sylvia Porto Alegre, A. Mourão Cavalcante	12/05/97
1997	A violência e suas representações no cenário das <i>gangues</i> e <i>galeras</i> de Fortaleza	Maurenízia Dias Andrade Alves	Não identificado	Não identificado, S. Simões, Daniel Lins	02/12/97
1997	A política de turismo no Ceará / PRODETUR: impacto na Praia de Capim-Açu	João Aldenir Vieira da Silva	José Borzachiello da Silva	José da Silva, Alba Carvalho, G. Diógenes	04/12/97
1997	Pacto de cooperação do Ceará: estudo da dinâmica política e econômica na relação empresários e Estado	José Lindomar Coelho Albuquerque	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, Neyára Araújo, César Barreira	18/12/97
1997	Escola de governo no Ceará: um estudo sobre sua organização e seus princípios	Carlos Alberto dos Santos Bezerra	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, Neyára Araújo, C. Versiani	18/12/97
1997	A literatura de cordel em Fortaleza (1987-1997): atores e ações na produção subjetiva e objetiva	José Erivan Bezerra de Oliveira	André Haguette	A. Haguette, Luís Tavares Júnior, Carlos Versiani	23/12/97
1998	A inversão da noção de homem n'O Capital	Ricardo Dias de Almeida	Manfredo Araújo de Oliveira	M. Oliveira, A. Haguette, Francisco José Teixeira	31/08/98
1998	Associações comunitárias rurais: representantes populares ou colaboradoras do Estado?	Senhorinha Soares da Silva	César Barreira	C. Barreira, A. Lemenhe, Amaro Alencar	29/09/98

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1998	Meninas mulheres: histórias de violência no contexto da rua	Janaína Sampaio Zaranza	César Barreira	C. Barreira, Neyára Araújo, G. Diógenes	09/11/98
1998	Argonautas da <i>Era de Aquarius</i> : uma abordagem etnográfica e de antropologia visual do movimento alternativo e das comunidades rurais alternativas do Brasil	Francisco Salvino Lôbo	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, Peregrina Capelo, Glória Diógenes	30/11/98
1999	Bastiões: uma comunidade de origem negra no Ceará	Analúcia Sulina Bezerra	Carlos Silveira Versiani dos A. Júnior	C. Versiani, Eurípedes Funes, I. Braz	11/03/99
1999	Projetos de Assentamentos: estratégia de desenvolvimento rural?	Sônia Maria Barros Ribeiro	João Batista Arruda Pontes	J. Arruda, Valmir Lopes, Irlés Mayorga	12/03/99
1999	Momentos de construção da teoria política marxista	Leonardo Bruno Soares	Manuel Domingos Neto	Manuel Domingos, J. Parente, E. Arcanjo	12/03/99
1999	"Mulher rendeira": de símbolo a <i>marketing</i> cultural no Ceará	Violeta Maria de Siqueira Holanda	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, Gilmar de Carvalho, João Bosco Feitosa	15/03/99
1999	Crimes políticos: a mediação do poder pela violência	José Élcio Batista	César Barreira	C. Barreira, A. Lemenhe, J. Parente	15/03/99
1999	Índios Pitaguary: um estudo sobre história, cultura e identidade	Joceny de Deus Pinheiro	Carlos Silveira Versiani dos A. Júnior	C. Versiani, Isabelle Braz, P. Schröder	15/03/99
1999	Em nome do voto: discursos e estratégias dos "outsiders"	Danyelle Nilin Gonçalves	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, A. Lemenhe, R. Accioly	15/03/99
1999	A busca de uma ética no singular: categorização existencial em Jó e Abraão, a partir da obra de Sören Kierkegaard	Edilson Baltazar Barreira Júnior	Odílio Alves Aguiar	O. Aguiar, Ivanhoé Albuquerque, Valmir Lopes	30/04/99
1999	Neoliberalismo: princípios e desenvolvimento	Nicolas de Almeida Ayres	Jawdat Abu El Haj	J. A. El Haj, C. Versiani, André Haguette	26/07/99
1999	Velhice e exclusão social no Jangurussu	Eronilda Cosmo de Almeida	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, N. Araújo, C. Versiani	29/07/99
1999	Um cidadão se constrói na infância	Eudes Barbosa Soares Júnior	André Haguette	A. Haguette, Ana Lório, Ilnar de Sousa	05/08/99
1999	Fortaleza: uma cidade em campanha	Selma Mendes de Andrade e Peres	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, A. Lemenhe, Rejane Accioly	S/ data

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
1999	O trabalho é minha infância. Um estudo das experiências de trabalho das crianças na Praça José de Alencar	Clarissa Martins Said	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, João Arruda, Mary Pimentel	10/08/99
1999	O gênero masculino na família e na sociedade cabo-verdiana	Adilson Filomeno Carvalho Semedo	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., S. Simões, Carlos Versiani	17/12/99
2000	A doença do ser: para uma teoria geral do adoecer	Helder Gurgel Ferreira Gomes	Valmir Lopes de Lima	V. Lopes, Simone Simões, Odílio Aguiar	05/01/00
2000	Movimento <i>Hip hop</i> : o <i>rap</i> como forma de sociabilidade juvenil	Maria Fernanda de Sousa Rodrigues	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, S. Simões, Estevão Arcanjo	13/01/00
2000	<i>Marketing</i> governamental: uma função social	Fabner Utida Ferreira	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, A. Haguette, R. Accioly	18/01/00
2000	Banco do Brasil: uma instituição em metamorfose. A experiência do PDV/PAQ	Rosimeire Ribeiro Ximenes	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Carlos Versiani, Valmir Lopes	21/01/00
2000	A reforma da Previdência em debate: um resgate da visão dos aposentados	Clemente Gomes Mesquita Benigno	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Simone Simões, C. Versiani	21/01/00
2000	Novos contornos das ONGs nos anos 90: reconstrução de trajetórias	Lia Pinheiro Barbosa	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, G. Diógenes, A. Lemenhe	10/03/00
2000	Trabalho voluntário: resgatando uma dimensão política	Paulo Henrique Gonçalves Braga	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, A. Carvalho, H. Selma Azevedo	24/04/00
2000	Os sentidos da terra: um estudo em áreas de assentamentos rurais	José Robério Feitosa de Araújo	Daniel Soares Lins	D. Lins, Eliane Dayse Furtado, João Arruda	23/05/00
2000	Orçamento participativo: a experiência de Icapuí, 1997/99	Raimundo Bezerra Júnior	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, E. Braga, J. Parente	30/05/00
2000	M. <i>Officer</i> , <i>Forum</i> , <i>Atrevida</i> e <i>Ponto da Moda</i> : os consumidores em Fortaleza	Paola Myrella de Macedo Lucena	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, Peregrina Capelo, C. Versiani	23/06/00
2000	Viver não é preciso! (Um estudo sobre tentativas de suicídio em Fortaleza, na última década do século XX)	Francisca Silva do Nascimento	Carlos Silveira Versiani dos Anjos Júnior	C. Versiani, André Haguette, Cleto Pontes	28/06/00
2000	A prática educacional no Assentamento 25 de Maio, Madalena/Quixeramobim-Ce	Luciana Maria Nascimento da Silva	André Haguette	A. Haguette, Jawdat Abu El Haj, João Arruda	29/06/00

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2000	Sistema integrado de transportes de Fortaleza: inovações tecnológicas e relações sociais	Victoria Régia Arrais de Paiva	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, André Haguette, C. Felipe Loureiro	29/06/00
2000	O transporte alternativo em Fortaleza: uma avaliação a partir do usuário	Jonas Carlos Rodrigues Ferreira	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, Carlos Versiani, Valmir Lopes	04/07/00
2000	Luz no túnel: uma experiência de aplicação da nova lei de Educação Nacional, em uma escola de Ensino Fundamental, Caucaia/CE	Hélíce Sousa Fernandes	Isabelle Braz Peixoto da Silva	I. Braz, Elza Braga, Sandra Petit	05/07/00
2000	Por trás do falso negrume: uma etnografia do Maracatu no Ceará	Ana Cláudia Rodrigues	Simone Simões F. Soares	S. Simões, P. Capelo, Isabelle Braz	06/11/00
2000	Os penitentes de Juazeiro do Norte	Priscila Furtado Ribeiro	Simone Simões F. Soares	S. Simões, P. Capelo, C. Versiani	09/11/00
2000	Dos franceses aos farofeiros: ascensão, queda e resgate do turismo numa vila de pescadores do litoral nordestino	Juliana Gadelha Luna	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, André Haguette, Clélia Lustosa da Costa	27/11/00
2000	Íntimo e efêmero: a socialidade nas salas de "chat"	Noberto Rodrigues Marques	Rejane V. Accioly de Carvalho	R. Accioly, I. Barreira, C. Versiani	29/11/00
2000	Os casarões de Fortaleza: a problemática de sua preservação	Marcus Vinicius Franco Pompílio	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, I. Pordeus Jr., Glória Diógenes	04/12/00
2000	O mercado de trabalho feminino na cidade de Fortaleza. Aspectos setoriais	Augusto César Rodrigues de Farias Pinto	André Haguette	A. Haguette, N. Araújo, Vilma Moreira	06/12/00
2000	A representação do câncer nos livros didáticos	Déborah Christiany de Lira	Lúcia Arrais Morales	L. Morales, Sulamita Vieira, I. Braz	15/12/00
2001	O anonimato das eleições presidenciais 98	Felipe Franklin de Lima Neto	Francisco Josênio Camelo Parente	J. Parente, E. Arcanjo, Gerardo Vasconcelos	22/01/01
2001	O ensino fundamental após a implantação da nova LDB	Sávio Álace Paiva de Sousa	André Haguette	A. Haguette, Tânia Batista, J. Parente	23/02/01
2001	A injustiça naturalizada: uma reflexão sobre o trabalho em supermercados de Fortaleza	Cícera Maria Silva	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Elza Braga, Neyára Araújo	21/03/01
2001	Testemunhas de Jeová: quem são elas?	Talita Freitas Aragão	Simone Simões F. Soares	S. Simões, Isabelle Braz, P. Capelo	12/06/01
2001	Adolescente infrator: o caminho percorrido até o Centro Educacional	Tâmara Freitas Aragão	Simone Simões F. Soares	S. Simões, Isabelle Braz, P. Capelo	16/06/01

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2001	O Vale das Borboletas: um estudo sobre o comportamento feminino em Banabuiú-Ce	Mônica Gomes Nobre	César Barreira	C. Barreira, Domingos Abreu, Carlos Versiani	11/07/01
2001	Lutas estudantis em Fortaleza: uma análise das lutas estudantis na transição democrática em Fortaleza	Maria de Sousa Pereira	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, Irllys Barreira, Valmir Lopes	12/07/01
2001	Estratégias discursivas: caminho para legitimação	Fabiana de Sousa Ferreira	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, R. Accioly, C. Barreira	12/07/01
2001	Trabalho comunitário e trabalho político: lideranças comunitárias e o processo eleitoral no bairro Vila Velha	Maria Joelma Alcântara de Sousa	Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho	R. Accioly, Carlos Versiani, Auxiliadora Lemenhe	13/07/01
2001	Filosofia e cultura védicas no movimento <i>Hare Krisna</i>	David Britto de Souza	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus, C. Versiani, Mirtes Amorim	13/07/01
2001	Conselhos municipais de desenvolvimento sustentável – CDMDS: gestão pública e participação popular no Ceará	Francisco Alexandre do Nascimento Rocha	André Haguette	A. Haguette, Neyára Araújo, Jawdat Abu El Haj	13/12/01
2002	A natureza e os símbolos sagrados no Santo Daime: o Cruzeiro e a Virgem da Conceição	Jeane Ramos da Silva	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., S. Simões, Peregrina Capelo	31/01/02
2002	O espaço, o tempo e o corpo na Umbanda: a Pomba-Gira na aldeia da Cabocla Jurema	Maria Luciana do Carmo Bernardi	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., S. Simões, Peregrina Capelo	04/02/02
2002	A novidade da esquerda nas eleições de 1998 e 2000: uma análise de conjuntura	Francisco José Ramos Lima Júnior	Francisco Josênio Camelo Parente	J. Parente, Estevão Arcanjo, Horácio Frota	04/02/02
2002	Industrialização do interior do Estado cearense: um “negócio da China”	Clódson dos Santos Silva	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, J. Parente, E. Arcanjo	22/03/02
2002	Quando o crime compensa (R\$): um estudo sobre assaltos contra instituições financeiras	Jânia Perla Diógenes de Aquino	César Barreira	C. Barreira, A. Carvalho, Geovani Tavares	25/03/02
2002	Jovens viúvas: marcas da violência	Camila Holanda Marinho	César Barreira	C. Barreira, A. Carvalho, Rosemary Almeida	25/03/02
2002	Transformações na dinâmica da política municipal: o caso de Piracuruca	Liduína Carvalho de Cerqueira e Pinheiro	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Manuel Domingos, J. Parente	02/05/02
2002	O político Chico Buarque	Fabiane Batista Pinto	Manuel Domingos Neto	Manuel Domingos, R. Accioly, E. Arcanjo	03/05/02

<b>Ano</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Orientador(a)</b>	<b>Banca examinadora</b>	<b>Data de defesa</b>
2002	Ideologia e política no Ceará	Paulo Monteiro Nunes	Jawdat Abu El Haj	Não identificada	s/data
2002	Adoção pronta intencional: transformando o ilegal em legal	Rita Ticiania Dias Feijão	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, C. Versiani, Geovani Jacó	06/05/02
2002	A Casa do Menino Trabalhador e a profissionalização do adolescente	Siméa Viana da Costa	Francisco Josênio Camelo Parente	J. Parente, Estevão Arcanjo, Valmir Lopes	06/05/02
2002	A Ouvidoria Geral do Estado e o exercício da cidadania: uma reflexão crítica	Christine Leite Mamede	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, R. Accioly, Ângela Pinheiro	10/05/02
2002	Autogestão empresarial e humanização do trabalho: uma alternativa em construção no Brasil	Jorge Luiz Cunha Lima	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, C. Versiani, Rosendo Amorim	13/05/02
2002	Um modo de estudar mais divertido: a brincadeira como principal ponto de convergência dos anseios dos alunos de uma escola pública municipal de Fortaleza	Marcílio Dantas Brandão	André Haguette	A. Haguette, Sandra Petit, Hercilene Costa	16/05/02
2002	O estágio universitário: na busca da experiência, o encontro com o trabalho	Rizoneide Souza Amorim	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, A. Haguette, Francisco Alencar Mota	24/05/02
2002	Cooperativismo: uma alternativa para a crise	Ana Paula Rodrigues da Costa	Elza Maria Franco Braga	E. Braga, N. Araújo, Vilma Coelho	24/05/02
2002	As representações do Diabo na Igreja Católica e na Igreja Universal do Reino de Deus	Rosângela Araújo de Castro	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, P. Capelo, Lea Rodrigues	10/09/02
2002	Pentecostalismo: sua história, características e influências na vida dos moradores da favela Maravilha	Augusto Monteiro Júnior	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., Lea Rodrigues, Simone Simões	12/09/02
2002	Patrícia Gomes: trajetória de uma campanha	Genílria de Almeida Rios	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, R. Accioly, J. Parente	30/09/02
2002	CBH-Curu: um exercício participativo no Ceará	Cristine Ferreira Gomes Viana	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, A. Lemenhe, J. Parente	30/09/02
2002	Mulher chefe de família na periferia de Fortaleza: um fenômeno do nosso tempo	Francisca Elza Ferreira Dias	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, C. Versiani, P. Capelo	01/10/02
2002	Os meninos de Mangabeira: o "sexo-rei" e o imaginário	Paulo Rogers da Silva Ferreira	Daniel Soares Lins	D. Lins, Georges Boris, I. Pordeus Jr.	19/11/02

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2003	A sociologia no Ensino Médio	Francisca Carmênia Quinto de Paula	André Haguette	A. Haguette, A. Carvalho, Domingos Abreu	24/02/03
2003	Crianças, adolescentes e famílias em situação de risco: uma análise do projeto Família-Cidadã	Gláucia Lopes de Azevedo	André Haguette	A. Haguette, P. Capelo, Alba Carvalho	24/02/03
2003	Cooperativismo e movimento sindical: as transformações no mundo do trabalho e a reinvenção do cooperativismo no Brasil	Charles Soares Damianovic Bragadin	Osmar de Sá Ponte Júnior	Osmar Júnior, André Haguette, Josênio Parente	25/02/03
2003	Penas alternativas: um instrumento penal econômico e produtivo	Fabírcia Fernandes Ribeiro	César Barreira	C. Barreira, A. Carvalho, P. Capelo	26/02/03
2003	Os pais e a pensão alimentícia: homens entre amor e dever paterno	Glêucia Muniz de Vasconcelos	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, C. Barreira, Rosemary Almeida	26/02/03
2003	Os internos do São Miguel: notas sobre adolescentes infratores	Roger Medeiros de Carvalho	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, N. Araújo, Geovani Jacó	26/02/03
2003	Penas alternativas: um estudo sobre práticas de punição	Beatriz Mascarenhas Silva	César Barreira	C. Barreira, A. Carvalho, Rosemary Almeida	26/02/03
2003	Imagens, marcas e processos políticos eleitorais: Juraci Magalhães em Fortaleza	Adeive Derquian de Oliveira Santos	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Márcia Vidal, Josênio Parente	26/02/03
2003	Calça <i>jeans</i> : padronização de uma moda ou diferenciação de um estilo de vida?	Xênia Eurídice Freitas Mota	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Irllys Barreira, Lea Rodrigues	28/02/03
2003	Juventude e religião: um estudo sobre o jovem espírita	Carlos Luiz de Sousa Oliveira	César Barreira	C. Barreira, I. Pordeus Jr., D. Abreu	28/02/03
2003	AparthAIDS: representações sobre AIDS/HIV dos soropositivos na RNP+/Ceará	Kelma Lima Cardoso Leite	Rejane Vasconcelos Accioly de Carvalho	R. Accioly, Auxiliadora Lemenhe, Alba Carvalho	28/02/03
2003	A fome como problema social: a aventura sociológica na construção de um percurso analítico	Francisco José Sousa Lima	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Elza Braga, Irllys Barreira	10/03/03
2003	A instituição de adolescentes autores de ato infracional: reinserção social ou vidas perdidas?	Valmir Tibúrcio Cavalcante	Peregrina Fátima Capelo Cavalcante	P. Capelo, Simone Simões, Alba Carvalho	13/03/03
2003	Projeto Quatro Varas: do sertão à teia solidária da grande cidade	Sandra Rodrigues e Silva	Peregrina Fátima Capelo Cavalcante	P. Capelo, S. Simões, Isabelle Braz	13/03/03

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2003	A difícil transição: do Brasil desenvolvimentista ao Brasil neoliberal de Fernando Henrique Cardoso	Danilo Lessa Araújo	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, Josênio Parente, João Arruda	13/03/03
2003	Novas qualificações para ingresso no mercado de trabalho em Fortaleza	Luiz Cláudio de Mello Caminha	Rejane V. Accioly Carvalho	R. Accioly, J. Parente, A. Lemenhe	14/03/03
2003	As astúcias do poder no âmbito da administração municipal de Fortaleza	André Luís Aires Pinto	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, Rejane Accioly, Lindomar Coelho	14/03/03
2003	A contraposição entre o Estado de natureza e o Estado de sociedade na teoria hobbesiana: uma análise conceitual	Paulo Marcelo Silva	Francisco Josênio Camelo Parente	J. Parente, André Haguette, Estevão Arcanjo	17/03/03
2003	O Kardecismo como opção religiosa e alternativa de vida: motivos e razões da escolha	Carlos Alberto Ferreira Gomes	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Peregrina Capelo, João Arruda	17/03/03
2003	ONGs: organizações não-governamentais ou neo-governamentais?	Sara da Silva Freitas	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, J. Parente, N. Araújo	18/03/03
2003	Escola pública ou privada: temos escolha?	Lívio Fontenele Rocha	André Haguette	A. Haguette, Irllys Barreira, Sônia Pereira	22/07/03
2003	Frente de esquerda e eleições municipais em Fortaleza	Paulo Vinicius Santos da Silva	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, J. Parente, Estevão Arcanjo	28/07/03
2003	Movimento comunitário do bairro Conjunto Ceará	Maria das Graças Sousa Fernandes	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, J. Parente, Alba Carvalho	01/08/03
2003	A cura no Vale do Amanhecer	Merilane Pires Coelho	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., L. Rodrigues, Júlia Miranda	01/08/03
2003	Sentada na calçada, vendo o cotidiano e as tradições de uma sociedade	Adriana Cavalcante de Araújo Sales Alves	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, P. Capelo, Simone Simões	08/08/03
2003	Fora "HAOLE": um estudo sobre cultura e territorialidade no <i>surf</i>	Diego Paula Pessoa Azevedo	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, P. Capelo, S. Simões	11/08/03
2003	A inserção do cego na vida social. (A dura e gratificante saga da conquista da cidadania)	Lea Roberta Maia de Matos Pinto	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, P. Capelo, Carlos Versiani	13/08/03
2003	"O Poço da Draga premiado": o projeto de realocação e a construção do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará	Heloisa Maria Alves de Oliveira	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, Irllys Barreira, Renato Pequeno	15/09/03

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2003	<i>O local e o global</i> : inserção do pequeno produtor rural de Paraipaba nos circuitos do capital mundializado	Luís Gustavo Guerreiro Moreira	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, André Haguette, Lucio Costilla	06/10/03
2003	Parlamentarismo: uma sombra na política brasileira	Paulo Marconi Freire Gomes	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, A. Haguette, J. Parente	17/11/03
2003	Os Potyguara do Mundo Novo: estudo acerca de uma etnicidade indígena	Carmen Lúcia Silva Lima	Isabelle Braz Peixoto da Silva	I. Braz, Lea Rodrigues, I. Pordeus Jr.	28/11/03
2004	Identidades em trânsito: um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo-verdianos em Fortaleza	Daniele Ellery Mourão	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Ismael Pordeus Jr., Sulamita Vieira	07/01/04
2004	A hegemonia norte-americana segundo Noam Chomsky	Nabupolasar Alves Feitosa	Francisco Josênio Camelo Parente	J. Parente, J. Abu El Haj, Bernadete Beserra	07/01/04
2004	Reincidência e reincidentes: o estigma enquanto pena na sociabilidade do ex-presidiário	Monalyza Karyne de Alencar Vieira	César Barreira	C. Barreira, Rosemary Almeida, Celina Lima	09/01/04
2004	Um retrato do furto e do roubo por trás das grades da justiça criminal	Patrícia Pereira Cunha	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, C. Barreira, E. Arcanjo	09/01/04
2004	O cotidiano das músicas de Chico Buarque	Ana Cecília dos Santos	Isabelle Braz Peixoto da Silva	I. Braz, P. Capelo, R. Accioly	13/01/04
2004	O virtual e a festa: uma nova história velha entre homens e mulheres	Monalisa Dias de Siqueira	Lúcia Arrais Morales	L. Morales, R. Accioly, Isabelle Braz	14/01/04
2004	Fazendo rock: entre a "autoria" e a "cópia"	Delano Pessoa Carneiro Barbosa	Lúcia Arrais Morales	L. Morales, Daniel Lins, Sulamita Vieira	14/01/04
2004	O programa <i>Universidade Solidária</i> na UFC como precursor de ações voluntárias	Valéria Agnes Marcelo Galdino	André Haguette	A. Haguette, Lea Rodrigues, P. Capelo	14/01/04
2004	A realidade social no tatame: valores e prática	Christine Queiroz Heinzen	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, G. Diógenes, Isabelle Braz	15/01/04
2004	"A escola que ensinasse a ser gente": significados da escola para atores de uma escola pública municipal de Fortaleza	Célia Celeste Bahia Pinto	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, André Haguette, Sandra Petit	05/02/04
2004	Dos cemitérios e da morte: um estudo histórico-antropológico	José Valdiran de Melo	Simone Simões F. Soares	S. Simões, S. Vieira, Lea Rodrigues	25/03/04

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2004	As novas configurações do <i>Beco da Poeira</i> no Centro de Fortaleza	Adriana Rodrigues da Cunha	Peregrina Fátima Capelo Cavalcante	P. Capelo, A. Haguette, S. Simões	12/04/04
2004	A interpretação que o analfabeto faz do texto do <i>Jornal Nacional</i>	Maria da Conceição Barroso	André Haguette	A. Haguette, R. Accioly L. Rodrigues,	13/04/04
2004	Dos "incorporados" aos "seduzidos": sobre o perfil e o discurso dos agressores sexuais reclusos	Danielle Sousa Campos	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Peregrina Capelo, César Barreira	21/05/04
2004	A comunidade dos condôminos e a segurança privada	Danylo Leite de Araújo	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, C. Barreira, Geovani Tavares	26/05/04
2004	O espetáculo dos "metaleiros" em Fortaleza: cenários e encenações corporais	Abda de Souza Medeiros	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, A. Haguette, Rejane Accioly	01/06/04
2004	O consumidor em busca de seus direitos: um estudo sobre os consumidores que procuram o DECON	Clauber Mendes Ciarlini Júnior	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, C. Barreira, Carlos Versiani	24/06/04
2004	Ressocialização de criminosos: utopia ou realidade? Estudo de uma penitenciária no município de Palmácia	Aline Barbosa Lourenço	César Barreira	C. Barreira, Peregrina Capelo, Celina Lima	28/06/04
2004	Sim, o diabo existe e está solto: um estudo de exorcismo no templo maior da Igreja Universal do Reino de Deus em Fortaleza	Patrick René Henrique Grangeiro	Ismael de Andrade Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., Isabelle Braz, Júlia Miranda	02/07/04
2004	Processo de subjetivações em Clarice Lispector: sociologia das alteridades	Francisco Herbert Pimentel Monteiro	Daniel Soares Lins	D. Lins, Maria Rejane Reinaldo, P. Capelo	09/07/04
2004	A crise das Instituições Públicas de Ensino Superior	Francisco Talvanes Sales Rocha	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, A. Haguette, C. Versiani	09/07/04
2004	Policiais novatos, a antiga corporação: uma análise do curso de formação de soldado de fileira da Polícia Militar do Ceará	John Robson Sousa Menezes	César Barreira	C. Barreira, Carlos Versiani, Isabelle Braz	12/07/04
2004	Classe média, ideologia e voto: um estudo de caso do bairro Jacarecanga	Vildemon Gomes de Oliveira	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, A. Haguette, J. Parente	23/09/04
2004	A construção do METROFOR e suas conseqüências sobre o trabalho informal no Centro de Fortaleza	Joannes Paulus Silva Forte	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Neyára Araújo, Alba Carvalho	24/09/04

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2004	A Praça da Gentilândia: estudo etnográfico sobre um “pedaço” de Fortaleza	Vaneza Ferreira Araújo	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Simone Simões, P. Capelo	13/10/04
2004	Avaliação X “avaliação”: análise e características de objetos diametralmente distintos	Jobenemar Carvalho dos Santos	André Haguette	A. Haguette, Luiz Botelho, Neyára Araújo	18/11/04
2004	A irmandade de Narcóticos Anônimos em Fortaleza: liminaridade e “communitas”	Raphael Barbosa Nepomuceno	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, P. Capelo, Simone Simões	07/12/04
2004	Cultura visual no corpo: signos e símbolos na comunicação entre jovens	Juliana Andrade Pessoa	Simone Simões F. Soares	S. Simões, L. Rodrigues, P. Capelo	07/12/04
2004	O processo de inclusão social dos portadores da Síndrome de <i>Down</i> em Fortaleza	Tereza Emanuella Bessa Vasconcelos	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, P. Capelo, Carlos Versiani	09/12/04
2004	Adolescentes em conflito com a lei e suas concepções sobre o estatuto da criança e do adolescente	Nádia Cândido Rocha	César Barreira	C. Barreira, Rosemary Almeida, Peregrina Capelo	09/12/04
2004	O messianismo em <i>Deus e o Diabo na terra do sol</i> : entre <i>eztetyka</i> e <i>polytyka</i>	Filipa Carneiro Silveira	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, P. Capelo, João Arruda	10/12/04
2004	Da especificidade do conhecimento nas ciências sociais	Valdetônio Pereira de Alencar	André Haguette	A. Haguette, A. Lemeche, Guido Imaguire	10/12/04
2004	JOCUM (jovens com uma missão): a inserção de jovens evangélicos no campo missionário	Lia Barbosa Pinheiro	Simone Simões F. Soares	S. Simões, P. Capelo, André Haguette	10/12/04
2004	As ciências sociais e o ideal de objetividade científica: um estudo das perspectivas de Durkheim e Weber	Clístenes Chaves de França	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, André Haguette, José Maria Arruda	13/12/04
2004	A teoria do nacionalismo no pensamento social de Ernest Gellner	André Álcman Oliveira Damasceno	Manuel Domingos Neto	Manuel Domingos, E. Arcanjo, J. Parente	13/12/04
2004	Para além do “virtual”: um estudo de campo da <i>ilha digital</i> de Maranguape	João Batista de Menezes Bittencourt	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Wagner Chacon, P. Capelo	14/12/04
2004	Quanto custa morrer? A comercialização da morte em Fortaleza	Ranieri de Alcântara Drumond	Carlos Silveira Versiani dos Anjos Júnior	C. Versiani, A. Haguette, S. Simões	14/12/04
2004	Políticas de assistência social: o Centro Comunitário Luiza Távora, Pirambu	Maria de Fátima Pereira	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, João Arruda, Uribam Xavier	15/12/04

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2005	Ninguém queira saber o quanto custa a dor de uma saudade: índios Tabajara do Olho d'água dos Canutos	Alyne Silva Almeida	Isabelle Braz Peixoto da Silva	I. Braz, Lea Rodrigues, Simone Simões	27/01/05
2005 N	O "homem de bem": uma interpretação da dádiva em três grupos católicos de Fortaleza	Emanuel Oliveira Braga	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, P. Capelo, Carlos Versiani	07/06/05
2005	"Consensos" e "conflitos" na (re)elaboração de um cenário turístico para Canoa Quebrada, Aracati-CE	Rafael Falcão Gonçalves da Silva	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Simone Simões, Linda Gondim	07/06/05
2005	"Apogeu" e "decadência": classificações e representações sobre a Praia de Iracema	Nadja Farias Cruz Gaspar	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Peregrina Capelo, A. Haguette	08/06/05
2005	O antropólogo em cena. A observação participante como ferramenta do ator para a construção do personagem	Thales Chaves Costa	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, Carlos Versiani, Peregrina Capelo	20/6/05
2005	Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é: uma etnografia de duas academias de musculação em Fortaleza	Vanessa Paula Pontes	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Simone Simões, Peregrina Capelo	22/06/05
2005	Reforma política: "a experiência da cláusula de barreira no sistema eleitoral alemão e suas possíveis implicações no sistema eleitoral brasileiro"	João Paulo Saraiva Leão Viana	André Haguette	A. Haguette, Jawdat Abu El Haj, Valmir Lopes, Estevão Arcanjo	27/06/05
2005	A criatividade e o trabalho no mercado artístico em Fortaleza	Nahyara Estevam Marinho	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, A. Leme-nhe, Alícia Gonçalves	07/07/05
2005	A difícil jornada das pessoas com faixa etária elevada em busca de emprego no SINE/IDT Fortaleza	Aldaída Martins Reis	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Alícia Gonçalves, André Haguette	08/07/05
2005	Em cima da hora: uma etnografia da dança do coco	Djanilson Amorim da Silva	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Sulamita Vieira, Alícia Gonçalves	08/07/05
2005	O respeito à diferença nos processos de luta pelo acesso igualitário à cidadania: a inserção dos portadores de deficiência física-motor no mercado de trabalho em questão	Renata Lima Barros	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Eliana Guerra, Peregrina Capelo	11/07/05

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2005	Estudantes africanos: um estudo sobre conflito e cooperação entre estudantes cabo-verdeanos e guineenses em Fortaleza	Manuel Jorge Semedo Varela Baessa	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Isabelle Braz, Alicia Gonçalves	15/07/05
2005	Adolescentes e práticas de proteção: limites e possibilidades	Milena Dias Gomes	César Barreira	C. Barreira, L. Rodrigues, Celina Lima	13/07/05
2005	Maçonaria e sociedade: a desmistificação da régua e do compasso	Iulix Bento Matos	Simone Simões F. Soares	S. Simões, C. Versiani, P. Capelo	26/07/05
2005	Relação entre os poderes Executivo e Legislativo municipais de Fortaleza: análise do processo decisório do Projeto de Lei da tarifa do Lixo	Elder Gurgel Souza Moreira Filho	Valmir Lopes Lima	V. Lopes, Jawdat Abu El Haj, Estevão Arcanjo	02/09/05
2005	A venda de livros em Fortaleza: uma análise gramsciana	Antônio Marcelo Cavalcanti Novaes	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, Estevão Arcanjo, A. Haguette	24/10/05
2006	A Ouvidoria e as transformações do Estado e da administração pública: regulação e mediação de conflitos	Éden Jenklins Rabelo Silva	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, Carlos Versiani, Estevão Arcanjo	21/02/06
2006	Arregaçando as mangas: como o trabalho desenvolvido pelo projeto <i>Vivências</i> influencia na melhoria da qualidade de vida do idoso	Elaine Pereira Lima	André Haguette	A. Haguette, Domingos Abreu, Alba Carvalho	02/03/06
2006	A dificuldade de acesso ao <i>Auxílio-doença</i> na Previdência social brasileira	Maria Lúcia de Menezes Rebouças	Carlos Silveira Versiani dos Anjos Júnior	C. Versiani, Estevão Arcanjo, S. Simões	11/04/06
2006	O trabalho do sociólogo na Secretaria de Ação Social (SAS)	Roberto Wagner Lima Monteiro	André Haguette	A. Haguette, C. Barreira, J. Parente	02/06/06
2006	Nenhuma história é uma ilha: a odisséia de Manuel Jacaré e Orson Wells	Fernando Antônio Augusto da Silva Costa	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, A. Haguette, Simone Simões	03/07/06
2006	O Partido Republicano e a Questão Tributária: um estudo de caso sobre os cortes de impostos de George W. Bush (2001-2004)	Clayton Mendonça Cunha Filho	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, Bernadete Beserra, Domingos Abreu	04/07/06
2006	Jovens do século XXI que fizeram opção pela religião pentecostal: sal e luz do mundo?	Gabrielle Almeida Silva Linhares	André Haguette	A. Haguette, Júlia Miranda, P. Capelo	24/07/06
2006	A construção e a desconstrução da legitimidade de pessoas e de idéias na <i>Comunidade Software Livre</i> : um estudo sobre Debian	Daniel Ruoso	Lea Carvalho Rodrigues	Isabelle Braz, Alba Carvalho, S. Simões, Estevão Arcanjo	28/07/06

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2006	"Viver entre muros": o privado como produtor de novas relações sociais	Marina Rebeca de Oliveira Saraiva	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, Cristian Paiva, Linda Gondim	02/08/06
2006	Os "narcisos" modernos: o ideal de beleza masculina em uma academia de Fortaleza	Laila Maria Rocha de Sousa	Simone Simões Ferreira Soares	S. Simões, P. Capelo, Alexandre Vale	07/08/06
2006	As multifaces do <i>papel passado</i> : os significados do título de propriedade da terra urbana	Gleiciani Maria de Oliveira Fernandes	Irllys Alencar Firmo Barreira	I. Barreira, A. Carvalho, Linda Gondim	07/08/06
2006	Remodelação urbano-social na Fortaleza da <i>Belle Époque</i> : o impacto sócio-antropológico do discurso sanitário na transformação das representações mortuárias	Luciana Lima Vasconcelos	Lea Carvalho Rodrigues	Cíntia de Carvalho, Clélia Lustosa, Domingos Abreu	07/08/06
2006	"Lutar quando é fácil ceder!": a ruptura do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza com a Central Única dos Trabalhadores – CUT	Paula Emanuela Lima de Farias	Aécio Alves de Oliveira	A. Oliveira, Alba Carvalho, Domingos Abreu	10/08/06
2006	A brasilidade modernista em Oswald de Andrade	Maria Rozalet Pontes Lima	Manuel Domingos Neto	E. Arcanjo, V. Lopes, Mônica Martins	10/08/06
2006	Andanças: um inventário etnográfico do processo de incorporação de uma "qualidade de ser do corpo"	Ângela Souza Araújo	Lea Rodrigues Carvalho	Domingos Abreu, Dilmar Miranda, P. Capelo	11/08/06
2006	Gravidez na adolescência: porquês e significados sociais	Ana Maria Sobreira de Barros	Lea Carvalho Rodrigues	Cíntia de Carvalho, D. Abreu, A. Carvalho	11/08/06
2006	Solidão e urbanização: um estudo sobre homens e... que encarnam um padrão de sociabilidade urbana	Georgermano Lavor	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, (2 nomes não identificados)	s/data
2007	O sentimento nacional em Maquiavel a partir da força militar e da reforma da religião	Aglailton de Oliveira Magalhães	Manuel Domingos Neto	E. Arcanjo, Mônica Martins, J. Parente	16/01/07
2007	A capoeira no Ceará	Carlos Magno Rodrigues Rocha	Simone Simões F. Soares	S. Simões, I. Pordeus Jr., Peregrina Capelo	17/01/07
2007	Guerreiros imaginários? A interpretação de Euclides da Cunha acerca da figura do jagunço	Mário Henrique Castro Benevides	César Barreira	C. Barreira, Sulamita Vieira, André Haguette	22/01/07
2007	A participação do cidadão comum na esfera pública entre a cooperação e o conflito	Lidianny Vidal Fonteles	André Haguette	A. Haguette, Neyára Araújo, Domingos Abreu	22/01/07

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2007	A produção do conhecimento no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará em questão: o resgate das monografias de bacharelado de 1980 a 2000	Felipe Albuquerque Penaforte	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Irllys Barreira, Peregrina Capelo	23/01/07
2007	A municipalização da segurança pública em Maracanaú-Ce	Francisco Thiago Rocha Vasconcelos	César Barreira	C. Barreira, E. Arcanjo, Domingos Abreu	23/01/07
2007	Praça da Gentilândia: espaço de sociabilidade e conflito	Waldiane Sampaio Viana	César Barreira	C. Barreira, A. Carvalho, P. Capelo	24/01/07
2007	O caminho do mar: como Capistrano de Abreu consagrou-se historiador	Vinicius Limaverde Forte	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, Estevão Arcanjo, J. Parente	25/01/07
2007	Do diário de campo à câmara na mão: reflexões sobre antropologia visual	Rubens Venâncio	Peregrina Fátima Capelo Cavalcante	P. Capelo, Isabelle Braz, S. Simões	25/01/07
2007	Estratégias de convivência ao ciberespaço: a vigilância no <i>oukut</i>	Sérgio Brito de Lima	Antônio Wagner Chacon	W. Chacon, D. Abreu, P. Capelo	25/01/07
2007	O transtorno de déficit de atenção/hiperatividade no contexto inclusivo –TDAH: desafios e possibilidades	Sandra Jaqueline de Oliveira Costa Tomaz	André Haguette,	A. Haguette, Celina Lima, Renata Haguette	26/01/07
2007	Cartografias da oralidade: a atuação <i>drag-queen</i> em Fortaleza	José Juliano Barbosa Gadelha	Peregrina Fátima Capelo Cavalcante	P. Capelo, S. Simões, Lea Rodrigues	30/01/07
2007	As transformações no mundo do trabalho na indústria da construção civil de Fortaleza, 2002-2003	Nereilda Bezerra Rocha	Aécio Alves de Oliveira	A. Oliveira, Alba Carvalho, Uribam Xavier	02/02/07
2007	Políticas sociais e projetos da E.E.F.M. Júlia Alves Pessoa	Viviane Cavalcante Lima	André Haguette	A. Haguette, C. Versiani, Uribam Xavier	24/03/07
2007	Dona Maria Bela: suas curas e seus encantos	Juliana Monteiro Gondim	Ismael Pordeus Júnior	I. Pordeus Jr., Gilmar de Carvalho, Isabelle Braz	12/04/07
2007	As tapioqueiras e a sua arte: mudanças e permanências no "shopping das tapiocas"	Maria de Fátima Farias Lima	Maria Sulamita de Almeida Vieira	S. Vieira, Gilmar de Carvalho, Isabelle Braz	18/05/07
2007	Torcidas Organizadas: momentos de paixão e violência	Karlo Giovanni Ferreira Lima	Carlos Silveira Versiani dos Anjos Júnior	C. Versiani, S. Simões, E. Arcanjo	22/05/07

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2007	As representações sociais da solidariedade no grupo AMA – Associação das Mulheres em Ação (Novo Mondubim)	Gerciane Maria da Costa Oliveira	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, Auxiliadora Lemenhe, George Paulino	14/06/07
2007	A segurança como emblema de campanhas e a construção de uma imagem pública: o caso Moroni Torgan	Antônio Marcos de Sousa Silva	César Barreira	C. Barreira, Rejane Accioly, Irllys Barreira	29/06/07
2007	Fortaleza com muitas histórias para contar sobre o Centro: relatos, fotografias e memórias	Andréa Cruz de Vasconcelos	Simone Simões F. Soares	S. Simões, P. Capelo, Carlos Versiani	06/07/07
2007	Praça da Matriz: etnografia de um “pedaço” de Caucaia	Simone da Costa Reis	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, A. Haguette, A. Lemenhe	11/07/07
2007	Protagonismo juvenil em questão: do que estamos falando?	Maria Alda de Sousa	Alba Pinho de Carvalho	A. Carvalho, D. Abreu, Virgínia Viana	12/07/07
2007	Da sala de reboco à sanfona do povo: interpretação e significado do forró tradicional na cidade de Fortaleza	Germana Cleide Pereira	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, Simone Simões, Cátia Muniz	16/07/07
2007	A experiência da COOPSOL	Maria Lucimar de Aquino	Lea Carvalho Rodrigues	L. Rodrigues, N. Araújo, Alícia Gonçalves	16/07/07
2007	Do conflito à salvação: a conversão evangélica e a trajetória dos jovens internos no Centro Educacional Cardeal Aloísio Lorscheider – CECAL	Valbert Veras da Silva	César Barreira	C. Barreira, Celina Lima, Linda Gondim	24/08/07
2007	A política externa do Governo Lula para a integração sul-americana	Alana Maria Ribeiro Silva	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, J. Abu El Haj, Valmir Lopes	14/09/07
2007	O PROARES e o seu papel na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes	Janara Ferreira de Sena	André Haguette	A. Haguette, D. Abreu, Alexandre Vale	23/10/07
2007	Conservadorismo e modernidade na política de Piquet Carneiro-Ce	Ana Paula Pinheiro de Sousa	Jawdat Abu El Haj	J. Abu El Haj, J. Parente, R. Accioly	30/11/07
2007	A cura pela fé na Igreja Universal	Flávia de Castro e Silva	Simone Simões F. Soares	S. Simões, C. Versiani, Cátia Muniz	05/12/07
2007	PT <i>versus</i> PT: um estudo sobre a dinâmica de conflitos intrapartidários	Márcia Paula Chaves Vieira	José Estevão Machado Arcanjo	E. Arcanjo, J. Abu El Haj, Valmir Lopes	05/12/07
2007	A perspectiva nacional das reformas de Anísio Teixeira	Camila de Castro Pereira Costa	Manuel Domingos Neto	Domingos Neto, A. Haguette, Andréa Leão	14/12/07

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2007	Abrigos juvenis: proteção e controle social em situação de risco	Roberto dos Santos da Silva	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, Rosemary Almeida, A. Lemenhe	17/12/07
2007	Sociabilidade virtual: análise das intenções sociais presentes no <i>orkut</i>	Willyeida Moreira do Nascimento	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, Geovani Jacó, N. Araújo	17/12/07
2007	A política cultural do centro Cultural do Banco do Nordeste	Manuel Denison Martins	Domingos Sávio Abreu	D. Abreu, Irapuan Filho, P. Capelo	17/12/07
2007	Trabalho infantil: a distância entre a proposta e a efetivação	Rita Maria Paiva Monteiro	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, E. Braga, A. Haguette	18/12/07
2007	Do <i>Brasil, brasileiro</i> : a conversão do PCB à ideologia desenvolvimentista	Pedro Wilson Oliveira da Costa	Jawdat Abu-El-Haj,	J. Abu-El-Haj, André Haguette, J. Parente	18/12/07
2007	<i>Antes só do que mal acompanhado?</i> Governo Lula e a base aliada (2002-2006)	Francisco Edilberto M. Machado Neto	Maria Auxiliadora Lemenhe	A. Lemenhe, Rejane Accioly, Valmir Lopes	18/12/07
2007	O corpo na vitrine: uma abordagem sócio-antropológica da anorexia nervosa	Mayara Magalhães Martins	Antonio Crístian Saraiva Paiva	C. Paiva, Rosendo Amorim, Gema Esmeraldo	18/12/07
2007	O olho da máquina nos seguindo e vigiando: um estudo sobre as câmeras de vigilância nos <i>shopping centers</i>	Ana Paula Rodrigues de Andrade	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, Crístian Paiva, Virgínia Viana	20/12/07
2008	Viajando pelo túnel do tempo: memória, patrimônio e cotidiano de Messejana	Mário Sérgio Barbosa Costa	Irllys Alencar Firmo Barreira	Linda Gondim, N. Araújo, Lea Rodrigues	13/02/08
2008	Muito do que sou devo à Gentilândia: algumas reflexões sobre memórias deste bairro de Fortaleza	Artur Alves de Vasconcelos	Irllys Alencar Firmo Barreira	Sulamita Vieira, Elza Braga, Linda Gondim	14/02/08
2008	A água: uma bênção no semi-árido. Uma reflexão dos impactos do PIMC	Valdir Waislenn Alves de Lima	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, D. Abreu, Virgínia Viana	27/03/08
2008	Orçamento participativo de Fortaleza: o empoderamento da sociedade civil organizada	Helon Bezerra Moreira	Alba Maria Pinho de Carvalho	A. Carvalho, J. Abu El Haj, Virgínia Viana	28/03/08
2008	A arte na construção do humano: a função da arte na estratégia pedagógica e social da EDISCA	Carlos Gilano Andrade de Araújo	André Haguette	A. Haguette, S. Simões, Paregrina Capelo	30/05/08
2008	Projeto <i>Consórcios Agroecológicos com algodoeiro</i> : experiência no Assentamento São João da Conquista	Tiago Carlos Mendonça da Silva	Maria Neyára de Oliveira Araújo	N. Araújo, Elza Braga, Sulamita Vieira	16/06/08

Ano	Título do trabalho	Autor(a)	Orientador(a)	Banca examinadora	Data de defesa
2008	As rezadeiras: a crença popular na cura ou a crença numa cura popular	José Maria Bezerra de Freitas Júnior	Carlos Silveira Versiani dos Anjos Júnior	C. Versiani, S. Simões, P. Capelo	20/06/08
2008	Entre o beijo da morte e o abraço da vida: um estudo sobre o trabalho de prevenção do suicídio pelo CVV	Carlos Antônio Silva dos Santos	André Haguette	A. Haguette, André Alcman, Peregrina Capelo	24/06/08
2008	Relatos de morte e vida: o imaginário da morte nas narrativas de jovens do Lagamar	Thiago de Holanda Altamirano	Glória Maria dos Santos Diógenes	G. Diógenes, Celina Lima, Lídia Pimentel	25/06/08
2008	Convergências e divergências na política brasileira: governo Lula e os partidos de esquerda (2003-2006)	Pedro Gustavo de Souza Silva	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, Rejane Accioly, Uribam Xavier	27/06/08
2008	A representação da mulher e da feminilidade nas letras de forró eletrônico	Adriana Maria Lima Gomes	Alexandre Fleming Câmara Vale	A. Vale, Cristian Paiva, I. Pordeus Jr.	27/06/08
2008	Campo minado: governo Lula e o MST	Marcos Paulo Campos Cavalcanti de Melo	Maria Auxiliadora de Abreu Lima Lemenhe	A. Lemenhe, J. Abu El Haj, Helena Selma Azevedo	27/06/08
2008	Aikidô: harmonia e leveza. Notas sócio-antropológicas sobre uma arte marcial	Máubia Silveira Vitalino Chaves	Antonio Cristian Saraiva Paiva	C. Paiva, J. Emiliano Fortaleza, S. Simões	30/06/08
2008	Casa de José de Alencar: um lugar para a memória de Fortaleza	Natália Maia Sousa	Linda Maria de Pontes Gondim	L. Gondim, C. Paiva, Ricardo Bezerra	30/06/08
2008	Contrapontos ao capitalismo: o socialismo em Marx, Durkheim e Weber	Thiago Lima Ribeiro	André Haguette	A. Haguette, V. Lopes, Uribam Xavier	01/07/08
2008	Negritude: cabelo e afirmação da identidade	Vânia Alina Silva Baptista	Peregrina Capelo	P. Capelo, A. Vale, Lea Rodrigues	04/07/08

## NOTAS

- 1 A título de informação, vale dizer que, no âmbito das ciências sociais, na Universidade Federal do Ceará (UFC), até 1970, existia apenas a Graduação, instalando-se, em 1971, o Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste (PRAPSON). Este se constituiu em uma espécie de embrião para a criação do Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento (implantado em 1975), cuja primeira turma ingressou em 1976; a defesa das primeiras dissertações ocorreu em 1978. Em 1994, foi selecionada a primeira turma

para o Doutorado em Sociologia. Na atualidade, mestrado e doutorado compõem o Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Um registro da “memória das ciências sociais na UFC”, até 1990, se encontra em *Memórias das Ciências Sociais na UFC: um exercício de análise institucional*, livro organizado pela professora Teresa Maria Frota Haguette, publicado, em 1991. Tal publicação abrange, dentre outros aspectos, os antecedentes históricos do Curso e se constitui em uma das fontes de informação para o quadro que apresento aqui sobre monografias. Alguns dados são encontrados também na dissertação de mestrado (cursado na UFC), de

autoria de Pedro Arturo Rojas Arenas, ano 2000, intitulada “Os sociólogos: elementos para uma tipologia da carreira profissional dos bacharéis em ciências sociais da Universidade Federal do Ceará”.

- 2 A Revista do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará teve a sua primeira edição veiculada em 1970 e, ao longo desses 38 anos, tem publicação ininterrupta.
- 3 Já referida por Teresa Haguette (1991).
- 4 Esta lacuna é igualmente apontada por Haguette (1991). E, quase vinte anos mais tarde, encontra-se a sua reafirmação na monografia de Bacharelado de Felipe Albuquerque Penaforte, intitulada “A produção do conhecimento no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará em questão: o resgate das monografias de bacharelado de 1980 a 2000”; ele graduou-se em ciências sociais, neste curso, em 2007.  
Ao que tudo indica, não há uma norma disciplinar, de acordo com a qual o concludente do bacharelado em Ciências Sociais, na UFC, deva depositar uma cópia da sua monografia na secretaria do Curso.
- 5 Desse modo, no que pese todo o meu esforço em conferir os dados, é possível que o leitor encontre, aqui, eventuais falhas, seja no que concerne à incorreção de certas informações, seja na inexistência do registro de alguma monografia. Diante dessas possibilidades, peço desculpa aos autores.
- 6 Convém esclarecer o seguinte: na Universidade Federal do Ceará, durante alguns anos, professores de História, Psicologia e Filosofia, além dos de Ciências Sociais, integravam o quadro docente do então Departamento de Ciências Sociais e Filosofia. Desse modo, essa unidade chegou a totalizar mais de noventa professores. Gradativamente, foram acontecendo desmembramentos, na medida em que se criaram, na instituição, os departamentos de: Psicologia (1982), História (1993) e Filosofia (2001). E, com a formação deste último, a denominação daquele primeiro passou a ser Departamento de Ciências Sociais. Tal situação explica, por exemplo, o registro de alguns nomes de professores de Filosofia, neste quadro, como orientadores de monografias, no curso de Ciências Sociais.
- 7 Na década 70, na UFC, houve uma mudança na organização das bibliotecas: as unidades até então ligadas a cada Departamento, foram agrupadas, nos respectivos Centros. Assim, em 1977, a fusão das bibliotecas dos Departamentos de, Letras, Ciências Sociais e Filosofia e Comunicação Social deu origem à biblioteca do Centro de Humanidades.
- 8 De alguns dos trabalhos referidos por Haguette (1991), não localizei cópia nos acervos consultados. Ainda de acordo com Haguette, não houve colação de grau de bacharéis em ciências sociais, na UFC, no ano de 1980 e nem em 1990.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENAS, Pedro A. Rojas “Os sociólogos: elementos para uma tipologia da carreira profissional dos bacharéis em ciências sociais da Universidade Federal do Ceará”. Fortaleza, 2000. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFC.
- HAGUETTE, Teresa M. Frota. Memórias das Ciências Sociais na UFC: um exercício de análise institucional. Fortaleza: edições UFC, 1991.
- PENAFORTE, Felipe Albuquerque. “A produção do conhecimento no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará em questão: o resgate das monografias de bacharelado de 1980 a 2000”. Fortaleza, 2007. Monografia de Bacharelado em Ciências Sociais, UFC.

Fortaleza, 06 de julho de 2008.

# GERALDO MARKAN: UM RETRATO IMPRECISO

GILMAR DE CARVALHO\*

Quem foi mesmo Geraldo Markan? Gegê (como era tratado pelos amigos) resmungaria se alguém ousasse pedir que ele se definisse. Como antropólogo, sabia das complexidades que a pergunta mascara. Sentia-se homem. Tentava integrar natureza e cultura, em um texto que teceu durante os setenta anos da passagem dele pela terra.

Geraldo Markan tornou-se uma referência da cultura cearense nas últimas décadas do século XX. Deu forte e marcante contribuição ao ensino de Antropologia na UFC. Circulava com desenvoltura pelos meios literário, teatral e das artes plásticas.

Ele nasceu dia 5 de janeiro de 1929, em um casarão da Avenida do Imperador, em Fortaleza, o qual, surpreendentemente, ainda está de pé e sedia um setor de estudos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Capricorniano típico, cabrito montês, gato maracajá, posicionava-se como um ser enigmático e sonso, solidário e leal.

O pai era Ferreira Gomes, família do Vale do Acaraú que se desdobrou, como tantas outras, e deu os Philomeno Gomes, por exemplo. Markan, nome próprio do pai Joaquim, virou linhagem que se multiplicou e hoje ocupa espaço nos negócios, nas artes, na gastronomia e na crônica dos laços de parentesco. A mãe, dona Noemi, era Napoleão / Freire do Prado, este último sobrenome recuperado pelo irmão, Fernando. O casal teve ainda Mirian, Yêdda e Francisco (Chico). Geraldo era o mais novo.

O curso primário foi feito no Ginásio São João, na Aldeota. O pai, fabricante de cigarros, faliu e se mudou com a família para o Rio de Janeiro, passando a viver em um apartamento, na Praia de Botafogo, esquina com a Rua Marquês de Olinda.

O menino cresceu na antiga capital federal e estudou com os jesuítas no Colégio Santo Inácio. Voltou a Fortaleza e concluiu o ensino médio no Colégio São José. Foi o primeiro colocado no vestibular para a Faculdade de Direito do Ceará, em 1950. Transferiu-se

para o Rio, em 1952, e bacharelou-se em Direito, pela então Universidade do Brasil, em 1955.

Envolveu-se, desde cedo, com expressivos artistas e intelectuais da cena carioca, como Lúcio Cardoso (*A Crônica da Casa Assassinada*), o poeta catarinense Marcos Konder, o pintor Ernesto Lacerda, o fotógrafo Alair Gomes e o teatrólogo Paschoal Carlos Magno (do Teatro do Estudante), dentre outros.

A iniciação teatral de Gegê se deu no Rio de Janeiro, em 1947, onde, dirigido por Jacy Campos, participou das peças *O Casaco Encantado*, de Lúcia Benedetti, encenada no Teatro João Caetano, e *O Coelhinho da Sorte*, de autoria do mesmo diretor. Nesse mesmo ano teve sua primeira peça, *Débora e o Capataz*, de um ato, encenada no Teatro Duse, durante o *Festival do Autor Novo*, evento coordenado por Paschoal Carlos Magno.

Em agosto de 1956, graças a uma bolsa obtida por intermédio do IBEU-RJ e da CAPES, viajou para os Estados Unidos da América. Entre 1956 e 1957, foi aluno do Departamento de Sociologia e Antropologia da Michigan State University, pela qual recebeu o grau de *Master of Arts*, em Antropologia. A dissertação defendida tratava da socialização das crianças japonesas. Nada de exotismos. Na linha da Antropologia de Ruth Benedict (*O Crisântemo e a Espada*), dava conta da curiosidade do mundo pelo Extremo Oriente, depois da Segunda Grande Guerra, da bomba atômica e do conflito na Coreia.

Entre 1957 e 1959, terminou os créditos do doutorado pela Columbia University, de New York. Como a bolsa não era prorrogável, contou com ajuda da família para se manter no exterior; nesse ínterim, trabalhou na biblioteca da Universidade, numa livraria, em um escritório de pesquisa de mercado e como redator e locutor do programa *Correio de New York*, da World Broadcasting Corporation.

Regressou ao Brasil, em 1959, se envolveu com tantas coisas, a tese ficou em segundo plano e não foi

\* Professor da Universidade Federal do Ceará

defendida. Em 1960, fez pesquisas para a embaixada norte-americana no Brasil e foi estagiário, depois Naturalista Auxiliar da Divisão de Etologia, do prestigiado Museu Nacional. Participou de pesquisa do antropólogo Carl Withers, em Arraial do Cabo, município de Cabo Frio (Estado do Rio), tendo seus estudos se voltado para o campo da Antropologia Cultural.

Participou como produtor (com Joaquim Pedro e Sérgio Montagna) do documentário antropológico *Arraial do Cabo*, dirigido por Paulo Cesar Saraceni. O filme (1959 / 1960) aborda o conflito entre pescadores e operários, a partir da inauguração da usina de álcalis na região, e se tornou uma referência do Cinema Novo brasileiro.

No final do Governo Juscelino Kubitschek (1959), veio a instalação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Parecia ser a solução da Questão Nordeste, acentuada pela seca de 1958.

Geraldo Markan chegou ao Recife, em abril de 1961, para trabalhar na nova agência, nascida sob a égide do planejamento científico, espantando clientelismos e o privilégio das elites. Lá, entre mangues e mangabas, apaixonou-se pela cidade que estaria presente em boa parte de sua produção artística.

Encontrou um clima difícil, de acirramento dos ânimos: de um lado, as idéias nacionalistas do líder à esquerda Miguel Arraes; do outro, a conspiração que deu lugar ao regime autoritário que duraria vinte e um anos.

Geraldo amava a cidade, a boêmia (Bar Savoy), o Recife Velho e ecoou a passagem do argentino Túlio Carella que chafurdou a cidade o clássico *Orgia*. Fez amigos dentre os artistas (José Barbosa, Tiago Amorim, Abelardo da Hora, Maria Carmem, Esman Dias). Reinaldo Fonseca assinou um *portrait* memorável dele, com a luz poética da pintura flamenga.

Nesse clima de euforia criativa (MCP / UNE), teatro popular, folguedos, Markan encontrou tema para sua *Noite Seca*, texto que ele amava e cuja estréia foi adiada para 1981, quando, censurado, não chegou aos palcos, apesar da Anistia (1979), dos novos partidos políticos e da morte anunciada da ditadura militar.

Na SUDENE, Geraldo pôde aplicar *in loco*

noções de desenvolvimento, atuando como Chefe do Setor de Pesquisa do Projeto de Povoamento do Maranhão, ali permanecendo de outubro de 1962 a fevereiro de 1963. Posteriormente, no mesmo órgão, assumiu a Chefia da Divisão de Documentação. Viviasse, até o golpe de 1964, sob a chancela da liberdade criativa de Celso Furtado.

Geraldo sempre escreveu, de maneira esparsa, textos carregados de poeticidade. Já nos anos de 1950, publicou na página literária do jornal cearense *Unitário*, contos ilustrados pelos desenhos de Zenon Barreto.

Em Fortaleza, participou da montagem dos espetáculos do Teatro Universitário, com direção de Waldemar Garcia. *Villa Rica*, de R. Magalhães Júnior, estreou dia 17 de fevereiro de 1949; *Iaiá Boneca*, de Ernâni Fornari, a 20 de agosto desse mesmo ano e *O Demônio e a Rosa*, de Eduardo Campos, a 25 de maio de 1950.

A 22 de outubro de 1950, integrou e dirigiu o elenco da Pro-Arte, companhia fundada por Gerardo Parente, a qual encenou, de acordo com Marcelo Costa (História do Teatro Cearense, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1972), a primeira peça infantil feita por elenco cearense, em um palco do Estado: *Simbita e o Dragão*, de Lúcia Benedetti, onde contracenava com Lúcia Perales.

Gegê referia-se com muito carinho à adaptação por ele feita de *Cinderela*, com direção de Maristher Gentil, em um evento beneficente chamado *Festa da Primavera*.

Em 1966, requisitado pelo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará deixou o Recife e se transferiu para Fortaleza.

Em novembro daquele mesmo ano, decidiu permanecer na UFC e obteve contrato, em regime de CLT, no nível de Professor Assistente. Suas aulas de Antropologia evidenciavam a visão de mundo dele. Misturava os teóricos com anotações de campo pessoais, fazia uma leitura generosa e plural do presente e antecipava um projeto de futuro igualitário e fraterno.

Morou à Praça Cristo Redentor, perto da Casa de Raimundo Cela. Tinha um jipe que o tornava um intrépido desbravador da cidade, vendido depois de

um acidente sem maiores conseqüências.

Aproximou-se da geração de artistas que marcou a cena cearense desse período. Esse contato foi decisivo para a estréia do sobrinho Rodolpho Markan, desenhista, que registrou nosso casario, deu forma aos Orixás do Ceará (releitura do olimpo afro-brasileiro, a partir da pesquisa feita por Gegê nos terreiros) e partiu para a encenação pictórica de Canoa Quebrada.

Na bagagem, trazia os originais de sua peça de estréia, que se perderam; *Débora e as Tardes Africanas*, inédita nos palcos até hoje, e de *A Noite Seca*, premiada, em 1981, pelo Governo do Estado, com encenação vetada, no ocaso do período autoritário.

Em 1979, estreou em livro com *O mundo refletido nas armas brilhantes do guerreiro*. Pode-se dizer que esse passo decisivo se deveu ao envolvimento com o Grupo Siriará, a quem o autor agradeceu *pelo convívio estimulante*.

Esse grupo teve uma participação curta, mas efetiva, na cena literária cearense na passagem da ditadura militar para a democracia. Rogaciano Leite Filho e Carlos Emílio Correia Lima foram seus interlocutores mais freqüentes nesse período que antecedeu sua ruptura com o ineditismo.

Escrever o angustiava. O prazer vinha das inúmeras revisões que o texto sofria. Pena que não tenhamos guardado as várias anotações para que fosse feita uma gênese de sua criação. Buscava a palavra certa e perseguia uma musicalidade, como se o texto fosse para ser lido em voz alta. Tentou, mas não chegou a se adaptar, o computador. Adiava sua iniciação aos tempos da informática enquanto pilotava sua inseparável Olivetti.

A publicação do livro de estréia envolveu um mutirão dos amigos que gravitavam em torno da Scala Publicidade, como Maurício Silva que assinou a capa, Silas de Paula, autor das fotos, e Dodora Guimarães, responsável pela aproximação dele com a agência.

Pouco antes (março de 1978), foi menção honrosa do Concurso Unibanco de Literatura, cuja coletânea foi publicada pela Edibolso. Alguns anos depois (2000), teve um de seus contos premiado para integrar a antologia de literatura homoerótica *O Triunfo dos Pêlos*, da editora Summus, de São Paulo.

Geraldo reforçou os vínculos com o Ceará sem deixar de se abrir para o mundo, do Tibete a Canoa

Quebrada, passando pelo Egito de Cleópatra: ele buscava superar limites e extrapolar fronteiras. Ninguém mais do que ele trabalhou na expectativa de uma idade de aquário que nos levaria a uma dimensão plena da espiritualidade.

Poucos foram tão ecumênicos quanto ele: ia à missa e comungava, era devoto de São Francisco, aplicava o *johrei* (transmissão de energia da Igreja Messiânica), almoçava a cozinha macrobiótica de dona Inezinha (Praça do Carmo), com escapadas pela mesa vegetariana dos Hare-Krisnas, rezava as orações da *Seicho-no-iê*, freqüentava comunidades budistas (deu o apelido de Biruma ao amigo teatrólogo Zaza Sampaio) e estudou a umbanda como algo que atiçava sua curiosidade e lhe dava prazer. Devemos a ele a descoberta de Mãe Neide Alencar (1940/2005) e seu terreiro no Pan-Americano.

Longe de significar uma adesão a modismos ou denotar uma confusão, as opções de Geraldo, nunca excludentes, davam conta de uma superação de limites rígidos e um respeito pela diversidade e pela pluralidade. Nada disso ou aquilo. Isso não implicava a negação daquilo. Para que maior lição de Antropologia e de humanismo?

Sempre esteve menos preocupado com o brilho passageiro de uma carreira acadêmica, com láureas, troféus, medalhas e participação em associações literárias ou culturais anacrônicas. Voltou-se muito mais para a busca, insistente, de um deus cósmico, generoso, pai e mãe de pano e não de arame, como gostava de dizer.

Buscava o relax na meditação, nos mantras, na ioga, nas unções com óleos e cânfora e nos incensos de almíscar, os quais, ao lado da comida natural, limpavam o baixo astral por ele execrado. Isso não o impedia de tomar seu café, morno ou frio, no boteco mais simples, acompanhando um pedaço de casca de bolo fofo, antes de fumar um cigarro (tinha sempre vários maços de marcas diferentes no bolso da camisa).

Sua segunda casa foi na Rua General Sampaio, pertinho da Faculdade de Direito. Casa comprida, em terreno estreito, com móveis antigos, santos e quadros. Uma casa diferente, talvez trazendo e digerindo o barroco de Pernambuco ou nos fazendo superar as barreiras entre o urbano e o rural, a alta e a baixa

cultura, propondo, didaticamente, a reciclagem, a antropofagia e a harmonia encontrada no contraste das escolhas pessoais.

A casa de Gegê afastava-se da idéia que se tinha da decoração que não refletia o dono, seu gosto e seu mundo.

Foi uma figura ímpar. Quem o conheceu não esquece a elegância do lorde, bigodes amplos e brancos, um despojamento zen que não abria mão da sofisticação (adorava champanha com ostras), quando ouvia Mozart, revia a malvada Betty Davis ou a desamparada Marilyn Monroe e declamava Lorca.

Ele nos deixou uma admirável noção da beleza da alteridade, da tolerância, da compreensão do outro, com suas virtudes, seus defeitos e seus limites. O que é significativo nestes tempos de perda de paradigmas éticos, de competitividade (que ele detestava), de personalismos excessivos e da renovação do espetáculo da vulgaridade.

Sua religião era amar os homens e buscar Deus no meio das pequenas coisas do cotidiano. Deus era a forma poética que ele tinha de compreender e decifrar o mistério.

O teatro era tudo para ele, que também escreveu *Cesarion*, espetáculo inaugural das atividades do Grupo Balaio, em 1976, e *Salve a Zebra Tupiniquim*, publicada em 1984, onde pôde soltar, mais uma vez, o humor refinado.

Deixou quatro monólogos, publicados pela Secult, em 1984, os quais ainda não ganharam montagens à altura da provocação feita por ele. *O segredo da onça pintada* foi premiado para crianças, e o último texto foi *A Peça*, sobre a escravidão, ambientado em Acarape (depois Redenção), a primeira cidade cearense a libertar os escravos.

Sua terceira casa em Fortaleza foi o apartamento do edifício Água Marinha, à Rua Tibúrcio Cavalcante, perto da AABB. Mas as casas foram provisórias. Ele era sua própria casa. Ou sua casa era a rua, parodiando a famosa dicotomia proposta por Roberto Damatta.

Foi quando voltou a dirigir: primeiro um Escort prata, depois uma Pampa verde e, por último, um Gol branco. Estava onde as coisas acontecessem: nas salas dos cinemas, nos teatros, nas galerias de arte, nas livrarias. Não gostava de clubes, ao contrário dos pais

que fundaram o Ideal e faziam da casa uma extensão dos salões elegantes.

Manteve, durante a vida inteira, o sonho da vida no campo. Chegou a ter um sítio em Aquiraz, na localidade Jacundá e, tempos depois, adquiriu outro na Monguba, município de Pacatuba. Não se saiu bem como agricultor na luta pelos produtos orgânicos.

Essa preocupação com a ecologia, mais forte desde a constituição da SOCEMA (Sociedade Cearense de Cultura e Meio Ambiente), em 1976, fez com que se filiasse ao Partido Verde e fosse candidato a vice-prefeito de Fortaleza, em 1996 (a cabeça de chapa era de João Saraiva).

Travou uma luta renhida com a Psicanálise. Começou a se sentar no sofá no Rio de Janeiro. Em Fortaleza, freqüentou, por poucos meses, as sessões do Dr. José Maria do Nascimento Pereira. Chegou a ser cliente do Dr. Aníbal Nascimento. Implicava com a necessidade que as terapias tinham de vasculhar o passado. Achava uma perda de tempo falar de pai e mãe, quando tinha mil problemas mais prementes. Tentou análise freudiana e desistiu de vez, mas não abria mão do famoso remedinho para dormir melhor.

Ele levou a Antropologia para um diálogo com os códigos da arte, esta sim, uma forma de expressão que atinge a todos, porque fala a linguagem dos sentidos e emociona, antes de levar a reflexões que serão incorporadas como vivências.

Na literatura e no teatro, Geraldo Markan recorreu à ironia sutil como no *Diário do Dr. Cerveja Quente*, onde seu *alter-ego* resmungão, xingava o desconforto de ser antropólogo e a impossibilidade de trabalhar em paz, ou nas *Notas de Campo da Antropóloga*, cuja pesquisadora toma banho de cuia em Canoa Quebrada e é objeto do voyeurismo dos meninos da comunidade, um comentário crítico e bem-humorado sobre o ofício de estudar a cultura e a civilização, às quais ele se referia cantarolando composição musical de Gilberto Gil que terminava por dizer que elas se danassem (ou não).

Boêmio, não discriminava os botequins, na busca incessante pelo demasiadamente humano. Cumpriu temporada em clínica natural em São Roque (SP). Buscava o equilíbrio entre a razão e a emoção, vistas não como antagônicas, mas complementares.

Geraldo literalmente subiu uma duna em Canoa Quebrada (em 2000) e de lá deve ter tido a visão do esplendor. Quem o visse talvez pressentisse que ele se transformava em pura luz. Essa epifania, só dele, não será compartilhada por ninguém.

Em Marte, de onde deve estar nos espiando, esse antropólogo sempre atrasado, como o coelho de *Alice no País das Maravilhas*, zen e intenso, rescendendo a lavanda e amando o mar, merece ser homenageado pelo que foi e nos deixou.

Nos quarenta anos do Curso de Ciências Sociais da UFC, Markan pode ser lembrado como alguém que viveu intensamente a Antropologia do corpo, das religiões, da alimentação e das artes, e propôs, a seu modo, a quebra de paradigmas.

Quando se pensa na contribuição cearense à Antropologia (Pompeu Sobrinho, Raposo Fontenele, João Pompeu, Luiz de Gonzaga Mendes Chaves, Ismael Pordeus Jr., Simone Simões, Sulamita Vieira, dentre outros), Gegê dá um passo além ao buscar um caminho próprio e muito pessoal, sem as famosas muletas teóricas, mas com a certeza de que as especificidades do pensar antropológico passam por uma reflexão que leve em conta tempo e espaço da enunciação.

Tributário do antigo Instituto de Antropologia, Geraldo foi mestre da geração que ele ajudou a formar e de todos os que virão a partir da negação do meramente letrado, mas da importância devida ao oral (era apaixonado pelas *Mil e Uma Noites* árabes) e à vida como síntese do que se é, se pensa e se faz.

Esse é o esboço possível de um Geraldo Markan Ferreira Gomes.

# LUÍS DE GONZAGA MENDES CHAVES: lições de um mestre

SULAMITA VIEIRA\*

Neste ano em que celebramos quatro décadas de implantação do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, ao decidirmos que este acontecimento seria registrado na nossa Revista, colegas do Departamento me sugeriram escrever algumas palavras reverenciando a memória de Luís de Gonzaga Mendes Chaves, um dos componentes do núcleo de docentes responsável pela criação do Curso.

Luís de Gonzaga Mendes Chaves, no breve tempo que lhe foi dado viver, deu significativa contribuição na formação das primeiras turmas de Graduação em Ciências Sociais na UFC. Desse modo, decorridas mais de três décadas da sua morte, continuamos a encontrar frutos dos seus ensinamentos, principalmente em práticas de pesquisa daqueles que tiveram o privilégio de estudar com ele.

Neste texto, além de breves referências biográficas, me atenho mais especificamente ao seu jeito de ser professor, reunindo competência, seriedade e um “espírito brincalhão”; a uma certa visão de mundo manifesta na relação com seus alunos, na sala de aula ou nos trabalhos de campo; e, por fim, refiro-me a algumas lições que encontro na sua dissertação de mestrado. Deixo de lado, portanto, a sua produção, veiculada em periódicos, dentre os quais esta Revista<sup>1</sup>.

\*\*\*

Conheci Luís de Gonzaga quando eu estava cursando a graduação em ciências sociais na UFC<sup>2</sup> e ele regressara do seu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no início dos anos 1970. Tal como alguns dos nossos outros professores daquela época, ele graduara-se em Direito. Quando ainda aluno de Graduação, conseguiu uma

bolsa para estudar na Alemanha; concretizava, assim, um desejo que trazia dos tempos em que estudara a língua germânica no Seminário dos Franciscanos, instituição na qual obteve sua formação de ensinos Fundamental e Médio, ou, para usar nomenclatura de então, cursou o Primário, o Ginásio e o Científico.

A conquista dessa bolsa de estudos levou Mendes Chaves a suspender seu curso de Direito, viajando para Bonn. Dessa maneira, por dois anos, teve oportunidade de se dedicar inteiramente ao estudo dos clássicos da sociologia. Nesse período, casou-se com Maria da Conceição Lima, e lá nasceu a primeira filha do casal, de uma série de cinco, entre homens e mulheres. Quando falava sobre a quantidade de filhos – e falava sempre sobre eles e sobre a sua mulher – costumava brincar, dizendo: “me casei no dia primeiro de maio, portanto, sob o signo do trabalho”.

Ao se encerrar o período da bolsa na Alemanha, retornou ao Ceará e concluiu o curso de Direito, na Universidade Federal do Ceará, ingressando, posteriormente, no então Instituto de Antropologia, desta universidade, fundado em 1958, em Fortaleza.

Como pesquisador do Instituto, Luís de Gonzaga Mendes Chaves desenvolveu um projeto de pesquisa<sup>3</sup> junto à população de Almofala – então município de Acaraú – na região Norte do Ceará<sup>4</sup>. Seguindo orientações metodológicas em voga à época, fez ali um exaustivo “estudo de comunidade”. Assim, fixou residência em Almofala, onde a UFC alugou uma casa e ele morou por dois anos (segundo nos contava, esta era chamada pelos habitantes de “a casa do professor”). À época, não existia estrada até aquela localidade, o que levou Mendes Chaves a comprar um cavalo, que passou a ser o seu meio de transporte para os deslocamentos na região, por exemplo, no percurso dos quase 30 km entre o referido povoado e a sede municipal.

\* Professora da Universidade Federal do Ceará

Mais tarde, professor do então Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, além das atividades de ensino e pesquisa, Luís de Gonzaga atuou no campo da extensão, dentro de um programa do Ministério da Educação; no caso, coordenando o treinamento profissional de estudantes na zona rural do estado. Especificando melhor, nesta condição, assumiu a responsabilidade por todo um levantamento sócio-econômico, realizado previamente na Microrregião e orientava, em termos de pesquisa e extensão, o grupo de estagiários de ciências sociais.

Por ocasião das viagens concernentes a este Programa, nos contava muitas histórias interessantes, em torno da experiência vivida por ele em Almofala. Ressalte-se que transformava histórias, aparentemente simples da sua trajetória individual, em verdadeiras aulas de metodologia da pesquisa. Falava, por exemplo, de todo o processo de conquista da confiança da população; dos primeiros contatos; dos mecanismos de aproximação; das muitas interpretações que as pessoas faziam da sua permanência naquela vila de pescadores... Conforme enfatizava, sempre, muitos dos seus primeiros entrevistados, meses depois o procuravam para lhe dizer que não haviam falado a “verdade”, nas suas respostas, porque não confiavam... Gradativamente, como disse, Luís de Gonzaga conquistou a população de tal modo, que, ao final desses dois anos de pesquisa, deixou na comunidade vinte e cinco afilhados. Ao contar isso, ele aproveitava para falar do significado local (e dos critérios adotados) de “ser padrinho”, ou de se tomar alguém como padrinho de um filho; das relações de compadrio em vigor na região, etc.

Desse modo, uma vez que nos seus comentários Luís de Gonzaga intercalava passagens de explicações teórico-metodológicas dos clássicos, as suas narrativas nos ajudavam a entender, por exemplo, a complexidade da relação pesquisador-pesquisado; a pensar sobre aspectos da objetividade e da subjetividade, na prática da investigação social; a compreender com mais clareza o uso das técnicas de entrevista e observação participante; nos faziam compreender particularidades dos “estudos de comunidade” e da sistematização do conhecimento sociológico. Enfim, dentro e fora da sala de aula tínhamos o privilégio de contar com um pesquisador-professor sempre dispo-

to a socializar saberes, exercendo, simultaneamente, a sua função pedagógica de educador.

Na Graduação, fui sua aluna nas disciplinas *Teoria Sociológica* e *Sociologia Rural*. Nunca é demais dizer que ele possuía um grande preparo intelectual, conhecia a fundo os clássicos (lendo-os nos originais, num tempo em que as traduções eram certamente bem mais escassas e também mais precárias do que hoje). Tenho lembranças muito boas das suas aulas e guardo comigo uma profunda admiração pela responsabilidade, pela seriedade e pelo rigor com que encarava o ofício de professor. A impressão que me ficou é que Luís de Gonzaga abraçara o magistério como uma espécie de vocação. Era um verdadeiro mestre. Lembro-me sempre da forma cuidadosa com que preparava as aulas, e da sua magnífica capacidade de articular dois aspectos: aquilo que se considera como teoria propriamente dita e o plano empírico. Guardo admiração e respeito, sobretudo, por aquele seu jeito de ser permanentemente professor; ou seja, pela sua enorme competência em saber, sempre, pôr a antropologia (ou as ciências sociais) onde aparentemente não cabia, levando com isso as nossas inquietações para o campo do estudo. E mais, com uma sabedoria incrível, mesclando saber e humor.

Na minha interpretação, no exercício profissional Luís de Gonzaga se pôs, simultaneamente, como professor e educador. Manifestava, sempre, sua preocupação de por o aluno para pensar, para refletir sobre as leituras, para ir muito além delas. Nunca me esqueci de quando, em Sociologia Rural, estudamos durante uns dois meses o conceito de campesinato, a inserção do campesinato na sociedade, a historicidade do conceito, as diferenças entre o que se chamava de camponês em certas regiões da Europa medieval e no Brasil, etc. E, no dia da prova, nos trouxe um desafio, isto é, levou-nos a um real exercício de raciocínio, através de uma única formulação, relativamente simples, expressa nos seguintes termos: *camponeses no Ceará?*

Luís de Gonzaga tinha também a notável capacidade de levar muito a sério o trabalho intelectual, sem nenhuma empáfia, mantendo, ao mesmo tempo, um espírito brincalhão, de contar piada, de procurar humor, por exemplo, em dificuldades eventuais enfrentadas no trabalho de campo, tornando-as mais

leves, e, repito, sem se descuidar do aspecto educativo, de algum modo nos alertando para uma espécie de tomada de consciência ou maturação acerca de peculiaridades dos caminhos da investigação social e do “fazer sociológico”.

Conforme mencionei anteriormente, sob a orientação de Luís de Gonzaga fui estagiária em um projeto de extensão, CRUTAC<sup>5</sup>. Esse projeto tinha como um de seus objetivos treinar estudantes, colocá-los em contato com a realidade rural. No contexto da organização e estrutura do ensino nas nossas universidades federais, a proposta do CRUTAC continha uma contradição: ao mesmo tempo em que o MEC apresentava esse programa às instituições federais de ensino superior, não havia margem no currículo dos vários cursos para o estágio. Ou seja, o aluno deveria ir para o meio rural, e, ao mesmo tempo, na cidade (onde estavam sediadas as escolas), assistir às aulas, fazer as provas, etc. Então, no caso, a alternativa encontrada foi deslocar os estagiários nos finais de semana, nos chamados feriados prolongados e, principalmente, durante as férias.

Refiro-me a esses aspectos para dizer que, como estagiária do CRUTAC, tive a felicidade de trabalhar durante quase dois anos com Luís de Gonzaga, viajando, no início, por toda a Microrregião de Uruburetama (ou seja, 10 municípios do sertão central cearense) e, posteriormente, para o município de Itapipoca, que foi o escolhido para o trabalho junto às comunidades. Na dinâmica do estágio, éramos orientados previamente, em sessões específicas, antes da viagem, para a coleta de dados. E, iniciado o trabalho de campo, o professor acompanhava, sistematicamente, as nossas atividades, preocupando-se em particular com duas “frentes”: orientação individual, de acordo com as necessidades ou especificidades do trabalho de cada um e, coletivamente, com orientações gerais sobre o processo de pesquisa (o que perguntar; como se dirigir às pessoas; como se comportar, respeitando valores culturais locais; como fazer diário de campo, como classificar os dados, como fazer relatório, enfim, um conjunto de informações e orientações indispensável a qualquer aprendiz de pesquisa).

Como eu disse, ter a oportunidade de trabalhar com ele significou muito, do ponto de vista do nosso aprendizado em pesquisa, associada ao ensino. Em

campo, estava sempre disponível para nos ouvir e tinha sempre o que nos dizer. Às vezes terminávamos o jantar, após um dia de trabalho e, ali mesmo, em volta da mesa (fosse no “hotel da D. Ester”, na sede municipal; no sertão, na casa paroquial, em Amontada; no terreiro ou no alpendre da casa de um morador, nas comunidades mais distantes, como as da praia e as da serra, em qualquer lugar), começávamos a conversar sobre acontecimentos do dia. Ele ouvia... de repente abria a sua pasta e dizia: “eu tenho aqui um pequeno trabalho que pode ajudar...”. Desse modo, estávamos sempre tendo aulas, mas sobretudo aulas muito ricas em conhecimento e experiências que ele trazia para o contexto; aulas muito agradáveis pela sabedoria e vida a elas impressas.

Falando assim da contribuição do Luís de Gonzaga para a nossa formação, os que não o conheceram certamente o estão imaginando um “senhor”. Pois lhes digo que esse mestre, cearense, nascido em Nova Russas, no Ceará, faleceu, acidentalmente, no fatídico 3 de maio de 1975, aos 37 anos de idade, numa viagem de trabalho, vítima de afogamento, ao tentar atravessar um rio, nos sertões de Crateús, onde se encontrava em atividade profissional, de pesquisa.

Diante dessa tragédia, atônitos, repetíamos, desta vez sem resposta, aquela sua pergunta “preferida”: por que? Sentíamos-nos órfãos. Hoje, constatamos que o vazio da sua ausência física parece ser preenchido, constantemente, em ações profissionais de seus ex-alunos, alguns dos quais exercendo o magistério na mesma instituição.

\*\*\*

Foi a partir da experiência de pesquisa em Almo-fala que Luís de Gonzaga Mendes Chaves desenvolveu a sua dissertação de Mestrado no Museu Nacional, intitulada **Trabalho e Subsistência. Almofala: aspectos da tecnologia e das relações de produção**, cuja defesa ocorreu no ano de 1973.

Adotando a técnica metodológica *estudo de comunidade* – definida por ele mesmo como “levantamento (...) de dados referentes à vida global da comunidade, através, antes de tudo, da observação participante, mas também de levantamentos estatísticos, de entrevistas informais e dirigidas, etc.” (p. 5) –, conforme mencionei antes, Luís de Gonzaga

entregou-se inteiramente àquela pesquisa, residindo em Almofala, por dois anos e meio. Nas suas palavras, “lá alugamos uma casa, colocamos os móveis necessários, contratamos uma cozinheira e tentamos adaptar-nos o mais possível à vida local. Fizemos amizade bastante estreita com muitos informantes, ganhando-lhes em breve a confiança a tal ponto de nos confessarem confidências as mais íntimas (...). Partipávamos de todos os acontecimentos frequentes ou mais raros da comunidade...” (p. 8).

A leitura desse trabalho pode nos conduzir a vários caminhos. Ou seja, além daquilo que se constitui objeto de análise – a tecnologia e as relações de produção nos universos da pesca e da agricultura em Almofala –, encontramos ali janelas abertas através das quais podemos correr o olhar por outras paisagens. Refiro-me, por exemplo, a uma espécie de retrospectiva, no tempo, da trajetória de abordagens antropológicas, tanto no que concerne ao uso de determinados conceitos quanto em termos de técnicas e recursos metodológicos adotados. Refiro-me também ao registro cuidadoso da experiência de campo vivida pelo autor, explicitando as suas incertezas e limitações, no alvorecer da sua carreira de pesquisador. O meu testemunho é de que a postura de interlocutor-aprendiz foi uma constante na sua vida de magistério.

A dissertação reflete, ainda, um pouco daquilo que se esboçava como uma espécie de modelo ou o sonho de ensino e pesquisa, idealizado pelos pioneiros, entre os quais se inclui Luís de Gonzaga, responsáveis pela implantação do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará.

Falando mais diretamente do conteúdo desse trabalho, a sua leitura nos possibilita refletir, a partir de uma experiência localizada, sobre: o contexto histórico e a caracterização de uma economia camponesa fundada na *agricultura de subsistência* e na *pesca artesanal*; e processos de diferenciação interna que engendram o movimento articulado no qual têm realce *situações de classe* e estratos sociais numa perspectiva relacional. Trata-se de uma contribuição para aqueles que buscam compreender, em particular, transformações nas relações de produção no campo, no Ceará. Ademais, o autor nos ajuda a ver com clareza aspectos da dinâmica da sociedade e da cultura, por exemplo, na medida em que examina

jogos de interesses entre categorias sociais integrantes de tais estruturas e nos fala da produção / reprodução de representações e valores culturais que permeiam relações, *horizontais e verticais*, entre trabalhadores e entre proprietários e trabalhadores. Concretamente, me refiro à análise, feita por Mendes Chaves, das relações entre pescadores (“vaqueiros”, “ajudantes”, “canoeiros”, etc.) e relações entre estes e os donos do “chão do mar”, das canoas e de outros equipamentos de pesca; e, ainda, entre camponeses e entre estes e os donos da terra.

Abordando a pesca de curral que, conforme ele próprio ressalta, à época uma técnica já em declínio, Luís de Gonzaga nos deixa de presente precioso registro, em termos de memória e de uma reconstituição histórico-antropológica da comunidade de Almofala.

Na descrição da pesca de curral, o autor nos proporciona um belo passeio pelo litoral do Ceará, obviamente com permanência mais longa na praia de Almofala. Aqui, a descrição como que carrega o leitor mar adentro, para acompanhar todo o processo de construção e montagem do curral, ocasião em que o mesmo poderá testemunhar a divisão de tarefas entre os trabalhadores, a hierarquização ali instituída; compreender as diferentes formas de inserção e os diversos mecanismos de interação, expressos como conflito, como cooperação e também como relações de mando e subordinação. Sempre atento nesta incursão o leitor perceberá, por exemplo, que, naquele contexto, a praia tem *barra*, a lua *governa*, tem *força* e *maré*, e a água do mar se mostra em *carreiras*. Apreendendo essas múltiplas linguagens, o leitor poderá até integrar um *mutirão* que reúne diferentes categorias sociais para o “levante do curral” e, naquele instante da “rodada de cachaça”, compreenderá também a *conotação festiva* daquilo que, aos menos avisados, pareceria, pura e simplesmente, um extenuante trabalho.

Prosseguindo neste passeio, para acompanhar a *pesca de linha*, o leitor poderá permanecer relativamente próximo à praia, no “mar de terra”, ou se deslocar para o alto mar ou “mar de fora”, que se inicia na *linha onde se perde de vista a terra*. De qualquer modo, conduzido pelo autor, na observação da *pesca de linha*, obterá informações detalhadas acerca do complexo ‘embarcação’ e sobre todo um conjunto de

técnicas, artefatos, procedimentos e normas, ligado diretamente a essa técnica de fisgar o peixe. Verá que, tal como ocorre à pesca de curral, aqui também valores e crenças, além do conhecimento de certos fatores geográficos e ecológicos, integram o chamado universo tecnológico desta modalidade pesqueira. Palmilhando tal universo, além de encontrar, por exemplo, a *risca* e as *pontas d'água*, o vento *largo*, o leitor poderá presenciar, maravilhado, talvez, *brigas* de mares ou de ventos; e, se eventualmente chegar desnordeado ao *fim do mar* de pesca, em noite alta de céu limpo, é só olhar a *posição do Cruzeiro do Sul*; ou do *Sol*, se for durante o dia. Aos poucos, substituirá a imagem de um caos aparente por uma outra que lhe indica um mar pontuado de significações.

Em áreas próximas ao mar, Luís de Gonzaga nos mostra exuberantes coqueirais, fonte de riqueza concentrada em pouquíssimas mãos; e, afastando-se um pouco da orla marítima, nos leva a conhecer o universo da *agricultura de subsistência*, atividade complementar à pesca. Aqui, fiel aos depoimentos dos seus entrevistados, o autor nos apresenta uma riquíssima descrição da tecnologia adotada pelos agricultores, incluindo equipamentos, técnicas e conhecimentos mais específicos, bem como todo um sistema de práticas e orientações culturais, envolvendo, por exemplo, concepções acerca de “bom inverno” ou de seca, baseadas em comportamentos de animais, de astros celestes ou em certos “sinais do mar”; além de representações dos lavradores alusivas a supostas interferências e a maneiras de enfrentá-las, na lida com a terra. Nesses termos, são referidos, por exemplo, “mau olhado”, “quebrante” e “pragas de insetos”, ao lado de “rezas” e outras práticas e saberes considerados eficazes no combate ou na prevenção de tais males.

No plano das relações sociais, na *pesca de linha* e na *agricultura*, o autor analisa intrincados sistemas interativos, tendo como atores principais *proprietários* (de terra e de equipamentos de pesca) e *trabalhadores* (mestres, proeiros e rebiques; moradores, vaqueiros de coco, rendeiros, etc.), reproduzindo ou recriando, no seu dia-a-dia, estruturas e hierarquias nas quais se configuram lugares e papéis sociais, orientados por toda uma simbologia, o que se reflete, por exemplo, na divisão de tarefas e da produção, e nas próprias

posições de cada um dentro das embarcações, nas diversas “fases” da atividade agrícola e nas ligações de Almofala com a sociedade mais ampla.

Estas são algumas das lições que guardo do nosso mestre e que, de uma forma ou de outra, têm me ajudado, sempre.

Fortaleza, março de 2008.  
Sulamita Vieira

## NOTAS

- 1 Nesta Revista, Mendes Chaves publicou: “Tentativa de um modelo de estratificação social para uma localidade do Ceará”, v. 1, nº 1, p. 5-20, 1970; “Minorias e seu estudo no Brasil”, v. 2, nº 1, p. 149-168, 1971; “Um aspecto relevante da contribuição de Sílvio Romero às Ciências Sociais”, v. 2, nº 2, p. 87-113, 1971; “Aspectos da estrutura ocupacional de uma região pesqueira do Ceará”, v. 3, nº 1, p. 63-76, 1972 e “Pesca artesanal no Ceará: tecnologia, sistema cognitivo e relações de produção”, v. 6, nº ½, p. 5-28, 1975.
- 2 Como estudante de Ciências Sociais, na UFC, além de haver cursado disciplinas ministradas pelo professor Luís de Gonzaga, fui sua monitora e, durante quase dois anos, bolsista em um projeto de extensão, na zona rural, sob sua orientação; posteriormente, continuei sob sua orientação, em atividades de pesquisa, em projeto que ele desenvolvia quando faleceu.
- 3 Tal pesquisa integrava um projeto institucional de investigação social mais amplo, denominado *Programa da Área Pesqueira Litorânea*, a ser executado em diferentes localidades da costa cearense. Em cada localidade, a pesquisa ficou sob a responsabilidade de um dos pesquisadores do grupo que compunha o Instituto.
- 4 Atualmente, Almofala pertence ao município de Itarema, que resulta de um desmembramento do município de Acaraú.
- 5 Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, um projeto do Ministério da Educação, implantado nas universidades federais, em todo o Brasil, no início dos anos 1970.

# NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em cd em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel para:

Revista de Ciências Sociais  
Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal do Ceará  
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica) 60.020-181 Fortaleza, Ceará/BRASIL  
Tel./Fax: (85) 3366.7416 ou (85)3366.7421

O texto deve ser digitado em espaço um e meio (1,5) e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize letra *Times New Roman*, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, os subtítulos e as notas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo (máximo de sete linhas), de um *abstract* e informações sobre o autor (instituição, cargo, titulação acadêmica).

Os títulos e subtítulos devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços; em itálico e 1,5 mm margem esquerda.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc. deverão ser escritos em itálico.

## FORMAS DE CITAÇÃO

- A bibliografia, em ordem alfabética, e as notas e bibliografias, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

- As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963: 35).

- Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), Correia, (1993b).

- Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959: 33-37) afirma que...

- Toda referência bibliográfica que venha acompanhada de comentário e informações complementares deve ser colocada como nota.

## BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

**Livro:** Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data entre parênteses). Título em itálico. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

**Coletânea:** Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). Título do capítulo entre aspas, in (em itálico), iniciais do nome, seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), Título da coletânea em itálico. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária. (1990). "Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin", in A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

**Artigo:** Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data). Título do artigo entre aspas. Nome do periódico em itálico, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). "Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.

